

RONIE CARDOSO FILHO

SÃO JOSÉ, O COLÉGIO DE CASTRO.
1904-1994.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta.

CURITIBA
2009

Para a Chica,
que nos abria,
todas as manhãs,
as altas portas do Colégio.

AGRADECIMENTOS

A todos que, ao longo dos quatro anos de elaboração da Tese, por uma forma ou outra, prestaram sua colaboração. Em especial:

Ao professor orientador, Doutor Marcus Levy Albino Bencostta, pelo apoio e direcionamento nos momentos de dúvida.

Aos professores Doutores Liane Maria Bertucci e Euclides Marchi, pelos valiosos conselhos exarados por ocasião da banca de qualificação.

Aos colegas, professores e funcionários dos Programas de Pós-Graduação em Educação e História, da Universidade Federal do Paraná, pela amizade e compartilhamento na construção dos saberes.

Aos amigos e familiares que nos dispensaram simpatia e paciência.

Às Irmãs de São José, em Curitiba e Chambéry, França, pelo acolhimento fidalgo e acesso às fontes.

Ao amigo Carlos Ernesto Kugler, por franquear a valiosa hemeroteca da Gráfica Kugler.

Aos ex-alunos e professores entrevistados, que abriram o caminho a suas casas, a seus baús de recordações e à intimidade de suas memórias.

Fruto dos laços afetivos que nos unem à terra castrense são as lembranças que, tão frequentemente, nos assomam ao pensamento. Elas nos assaltam numa avalanche de ecos ruidosos de dias sem sol e horas plenas de alegria de viver, de envolta com o ressaibo amargo de tristezas sofridas e corpos mortos de ilusões desfeitas. São retalhos da vida já vivida, coloridos e esvoaçantes, a panejar na mente sob a aura da saudade, como guirlandas que restassem na brisa das horas calmas de um dia de festa.

E a memória vai abrindo os seus escaninhos, descobrindo pormenores, reavivando fatos, fixando momentos. Nesse mundo de recordações, infinitamente povoado, sempre está presente, parte integrante de nossa vida e de todas as que foram alunas conosco, o Colégio de São José, essa augusta casa de ensino que nasceu ali na Praça da Matriz. Sob o seu teto, hão desfilado gerações e gerações que ali receberam os elementos básicos de sua formação a que hoje pontificam e se destacam nos mais diversos setores profissionais. Hoje, passada mais de uma década de nossa saída do Colégio de São José, não mais o visitamos. E o fizemos de propósito. Quisemos tê-lo sempre na lembrança, tal qual o deixamos. As mesmas mestras, as mesmas colegas, a mesma organização. Trouxemo-lo conosco assim como o víamos quando dali saímos para novas jornadas.

Trouxemo-lo, mas deixamos lá, também, um pouco de nós mesmos. Naqueles longos corredores, naquelas salas espaçosas deve ecoar ainda a vibração do nosso entusiasmo: no pátio de recreio, que não sabemos se se conserva o mesmo, deve retumbar, por certo, a alegria dos nossos brinquedos; naquela Capela deve ainda perdurar o murmúrio de nossas rezas. Em cada canto a presença de nossa juventude, tão espontânea no entusiasmo, tão contagiante na alegria, tão sincera nos momentos de recolhimento.

Venerando Colégio de São José, de Castro!

Por te conservarmos assim integrado em nosso mundo emocional, é que, tantas vezes, passando em frente à tua fachada, a emoção embargou-nos os passos e nunca nos deixou entrar.

Dihair Santos, 1955.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	vii
Resumo	viii
Abstract	ix
INTRODUÇÃO	10
1. O problema de pesquisa.	10
2. O período estudado.	12
3. Justificativa.	14
4. Objetivos.	16
5. Fontes.	17
6. Aspectos metodológicos e construção da Tese.	21
6.1. Referenciação de autores e fontes em língua estrangeira.	24
CAPÍTULO 1. O Colégio São José de Castro ao tempo de sua instalação.	25
1.1. Uma notícia de jornal, um trem que chegou, uma nova história que começava.	25
1.2. A cidade de Castro à época da instalação do Colégio.	32
1.2.1. Os Estatutos do Colégio São José à época de sua fundação.	38
1.3. Castro escolar, antecedentes.	44
1.4. As recém-chegadas freiras francesas.	54
1.5. Características do ensino oferecido.	62
1.5.1. Formas de ensinar na Congregação de São José: a herança inaciana da <i>Ratio Studiorum</i>	62
1.5.2. As religiosas professoras segundo as regras vigentes para as Irmãs de São José de Moûtiers.	67
1.5.3. As primeiras lições das Irmãs: relendo cadernos e provas.	70
CAPÍTULO 2. Das causas conexas.	76
2.1. As características da Congregação de São José.	79
2.1.1. As Irmãs de São José de Moûtiers no Brasil, ao início do século XX.	94
2.2. Política de expansão da Igreja Católica: ultramontanismo e missionarismo	97

2.3. A França da Terceira República: a questão do ensino laico.	105
2.4. A interplexão com protagonistas masculinos.	112
2.5. Reflexos na cidade de Castro.	118
CAPÍTULO 3. O estabelecimento escolar	124
3.1. As três primeiras décadas do Colégio São José.	125
3.2. O Curso Ginásial.	137
3.3. A Escola de Comércio.	146
3.4. O Curso Normal.	159
3.5. Formação complementar.	173
3.6. O Ensino Fundamental.	180
CAPÍTULO 4. São José, o Colégio de Castro: arquitetura, educação e sociabilidades.	190
4.1. O Colégio São José em Castro: um marco arquitetônico.	191
4.2. O Colégio São José em Castro: um marco educacional.	203
4.3. O Colégio São José e as práticas religiosas e caritativas.	212
4.4. O Colégio mostra-se na atuação de seus alunos.	226
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	243
FONTES	243
LIVROS E ARTIGOS	253
DISSERTAÇÕES E TESES	261
ANEXOS	263
Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 1	274
Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 2	284
Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 3	290
Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 4	299

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela nº. 01	Órgãos de imprensa castrense.	20
Tabela nº. 02	Custo trimestral do Colégio ao início do século XX.	42
Tabela nº. 03	Número de matriculados conforme o sexo. 1919-1948.	134
Gráfico nº. 01	Evolução da matrícula 1919-1948.	134
Gráfico nº. 02	Variações da matrícula. 1919-1948, masculino e feminino.	135
Tabela nº. 04	Alunas matriculadas na primeira série do Ginásio São José. 1942-1964.	142
Tabela nº. 05	Alunos matriculados na 1ª série da Escola Comercial Fátima. 1943-1968.	151
Tabela nº. 06	Total de alunos na Escola Comercial Fátima. 1943-1968.	152
Tabela nº. 07	Formandos na Escola Comercial Fátima. 1945-1968.	157
Tabela nº. 08	Formandas da Escola Normal São José. 1946-1973.	171

RESUMO

O presente estudo propõe-se a analisar, em perspectiva histórica, o estabelecimento escolar mantido pelas Irmãs de São José de Moûtiers/Chambéry na Cidade de Castro, Estado do Paraná, entre os anos de 1904 e 1994. Como contribuição à área de interesse acadêmico da História da Educação no Brasil, a Tese busca trazer explanação histórica que ressalte os traços característicos da instituição, decorrentes da visão de mundo compartilhada pelas religiosas francesas fundadoras e suas sucessoras nacionais; identificar causas concorrentes que possibilitaram a instalação da instituição escolar; descrever os cursos oferecidos e a clientela atendida; e relatar, no aspecto das sociabilidades locais, o impacto da presença da escola no cotidiano da cidade, ao longo do século XX. Para tanto, procedeu-se à pesquisa das causas e forma da transferência da Congregação de São José de Moûtiers, da Savóia, na França, ao Sul do Brasil. Através do uso de fontes históricas, tais como documentos oficiais, imprensa, cadernos, provas, livros didáticos e outros itens de utilização escolar e depoimentos orais, foram analisados os cursos primário, ginásial, comercial, normal, complementares e fundamental. Os aspectos de interplexão com as sociabilidades urbanas abordados na tese incluíram o arquitetônico, o educacional, o religioso confessional católico, o cívico e o artístico-cultural.

Palavras-chaves: História da educação confessional católica no Paraná;
Congregação das Irmãs de São José;
Colégio São José de Castro.

ABSTRACT

The purpose of this study is to examine, in a historical perspective, the school maintained by the Sisters of Saint Joseph of Moûtiers / Chambéry in the city of Castro, Paraná State, between the years 1904 and 1994. As a contribution to the area of academic interest in the History of Education in Brazil, the thesis seeks to bring historical explanation that highlights the characteristic features of the institution, from the vision of the world shared by the French religious founders and their national successors, to identify the concurrent causes that allowed the installation of the school, to describe the courses that were offered and clients that were attended, and to report in the local aspect of sociability, the impact of the presence of the school in the everyday city life, throughout the twentieth century. Thus, it has been proceeded to search the cause and the way of the moving of the Congregation of St. Joseph of Moûtiers, from Savoy, France, to the Southern Brazil. Through the use of historical sources, such as official documents, newspapers, books, tests, textbooks and other items for school use, and even oral testimonies, were analyzed the courses: primary, intermediate, business, normal, complementary and fundamental. The correlation aspects of urban sociability that have been dealt with in the thesis have included the architectural, the education, the Catholic religious faith, the civic and arts and culture.

Key words: History of the confessional catholic education in Paraná;
Congregation of the Sisters of Saint Joseph;
Saint Joseph School of Castro.

INTRODUÇÃO

1. O problema de pesquisa.

Um momento no presente, em que se toma da pena e passa a discorrer sobre o passado. Acervo compacto de momentos, em sua maioria destinados ao esquecimento. O trabalho de busca de vestígios, seu manuseio, inteligência, explicação. A tessitura de uma narrativa: história. Como um comboio carregado de encomendas, o passado movimenta-se e nos convoca como destinatários de algo. Parcialidades de um todo a entender. Retomada do mosaico do vivido, fazendo ressonar a sineta silenciada e dando outra vez vida a uma escola, seus alunos, professores, algaravias e silêncios, gáudios e temores. Revisita a uma instituição de ensino, negritando alguns de seus traços, sob o filtro de uma pesquisa acadêmica.

São José. O Colégio de Castro. 1904-1994. Uma escola, uma congregação religiosa católica, uma cidade do interior do Paraná. O século XX (curto e longo). Uma sentença simples, sem verbos, utilizada para titular a Tese, e já um feixe de implicações se apresenta. Fazer história da educação, descrever uma escola, suas práticas, e as gentes que a levantaram do chão, tornaram real, vivenciaram e recordam. Recolocá-la em seu tempo e lugar, fazer vibrar outra vez o concerto de vozes que lhe deram vida – e analisar. Explanar porque foi assim, para quem, contra quem, apesar de quem. O vivido, uma visão, uma versão.

No início do século XX, houve a confluência de alguns movimentos sociais que tinham por característica a preocupação com a regularização da oferta do ensino no

Brasil, há muito previsto em leis, mas escassamente oferecido. Naquele momento, por um lado, os ideais republicanos, vertidos nos discursos dos agentes políticos, preconizavam a expansão da escola pública gratuita. Embora insuficientes, houve a destinação de recursos, e surgiram os primeiros grupos escolares no Paraná. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica desagrilhada do controle estatal pela constituição republicana, teve o ensejo de reorganizar-se segundo diretrizes da Cúria Romana. Foram criadas novas dioceses, e os bispos que as ocuparam, notadamente ecoando as orientações de Roma, além da criação dos seminários para melhor preparação do clero, promoveram a intensiva imigração das ordens religiosas européias, masculinas e femininas, para atuarem na vida comunitária: na saúde, na assistência social e na educação. Os religiosos e as religiosas que chegaram a todo o país paulatinamente assumiram o controle da hierarquia eclesiástica, enfraquecendo o catolicismo popular, e reforçando a ritualística e as práticas devocionais prescritas pelo Papa como canônicas.

Em nosso caso de estudo, é bastante visível a atuação do Bispo de Curitiba ensejando a disseminação das Irmãs de São José de Moûtiers em sua diocese. Entre a chegada das religiosas ao Paraná em 1896, para atuarem na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, e a instalação das escolas dirigidas pelas mesmas freiras no interior do Estado (Paranaguá, 1902; Morretes, 1903; Castro, 1905; e Lapa, 1906), aconteceram visitas pastorais às paróquias, onde o prelado identificava as necessidades locais a serem atendidas dentro de seu projeto de reforma conservador, entre elas a da oferta regular de ensino confessional.

Este movimento interno à Igreja Católica, de fortalecimento do Papa através da hierarquia, com os bispos agindo localmente, bem como por meio da melhoria da formação do clero, é conhecido como ultramontanismo. No Paraná, costuma-se identificar como introdutores dessa tendência, a convite dos bispos, os franciscanos capuchinhos e as Irmãs de São José, ambas as congregações originárias da Savóia.

Embora oficialmente laica, a república brasileira, no que se revelava nas elites sociais, parece ter reservado um papel próprio às escolas confessionais mantidas pelas congregações religiosas, católicas e protestantes. Inexistindo recursos e pessoal para

ofertar o ensino a toda a população, em muitos casos as escolas privadas foram bem aceitas, e a elas foram enviados os filhos das camadas privilegiadas. No caso de Castro, é possível encontrar os mesmos nomes dos políticos locais inaugurando o grupo escolar em Novembro de 1904 e subscrevendo valores para manutenção do colégio das freiras, em Dezembro do mesmo ano. Uma questão de gênero coloca-se – um ensino para moças. Uma questão de classes sociais – escola para quem pode pagar. Uma questão de cultura urbana – um estabelecimento com professoras francesas, para o almejado avanço civilizatório. Uma questão religiosa – a defesa da fé de alguns, contra os perigos do modernismo. Tudo isso confiado a cinco jovens savoiardas que partiram de uma pequena cidade aninhada aos pés dos Alpes para chegar ao horizonte verde e distendido dos Campos Gerais do Paraná. Eis o nosso problema de pesquisa: interpretar a trajetória histórica do Colégio São José de Castro, ao mesmo tempo singular (não-ocasional) e paradigmática (possível em sua temporalidade). Elucidar como a repetição de práticas e propostas da Congregação, ao serem transplantadas ao Brasil, e implementadas junto à cidade de Castro, importaram em reafirmações de seus modelos, ou, significaram transgressões a estes, desafiadas pelas novas condições de tempo e lugar.

2. O período estudado.

A indagação quanto ao recorte temporal observado nesta pesquisa histórica esteve presente ao longo dos semestres percorridos no Programa de Pós-Graduação em História da Educação. Uma das idéias iniciais que consideramos foi a eleição da abordagem de uma das especializações pedagógicas entre outras, eis que o Colégio ofereceu cursos diversos ao longo dos anos – primário, ginásio, comercial, magistério, educação infantil, ensino fundamental e cursos independentes como pintura, música e datilografia. Esta opção, concluímos, restaria enfraquecida perante outros trabalhos acadêmicos sobre ensino congregacional que abordaram em detalhes e talvez maior riqueza de fontes os cursos homônimos em escolas similares de cidades mais

populosas. Outra possibilidade considerada seria a de focar, via questão de gênero, o período em que a escola foi instituição para o sexo feminino, condição supostamente modificada somente após o Concílio Vaticano II. Uma primeira aproximação ao corpo documental demonstrou, entretanto, que desde a fundação da escola já se aceitavam meninos até a 3ª série primária. E a Escola de Comércio, que funcionou na instituição por algumas décadas, diferentemente de sua correspondente no Colégio São José de Curitiba, também diplomava alunos do sexo masculino. Assim, não nos pareceu conseqüente descartar as últimas décadas do funcionamento do colégio, ou seja, o período da escola mista, como não característico à instituição.

A decisão final foi a de considerar todo o recorte temporal da existência do Colégio. Isto porque, no âmbito de sua inscrição na cidade e região, o São José configurou uma continuidade através da qual várias gerações de famílias tiveram uma referência comum no que se relaciona à formação escolar. O fechamento da instituição no final do século XX é coetâneo de outras modificações em Castro, quais sejam, o crescimento demográfico e a expansão do quadro urbano. O Colégio, então, não era mais a escola dos castrenses. Mas apenas uma escola, entre outras. A cidade, por sua vez, não era mais aquela que se percorria com a familiaridade de quem atravessa a própria casa. Descrever o São José é também, por isso, descrever aquela cidade que deixou de existir. Para bem fazê-lo, mais proveitoso seria conhecê-lo de forma completa: instalação, apogeu, declínio.

O recorte temporal dessa forma escolhido para percepção da trajetória do funcionamento da escola, e que nos baliza a pesquisa, é, entretanto, transcendido de duas maneiras: primeiramente, através do necessário recuo para compreensão da presença da Congregação de São José de Moûtiers no Brasil, no bojo de determinados movimentos políticos, religiosos e educacionais da época. No outro extremo, ocorre uma ligação do termo final da pesquisa com o tempo de sua escritura, em virtude da utilização de marcos de memória obtidos no presente, ao serem entrevistados ex-alunos e ex-professores. Tais relatos de memória trazem os matizes da contemporaneidade dos testemunhos colhidos.

3. Justificativa.

O embasamento teórico que funciona como pedra de esquina para o edifício da produção historiográfica atinente à educação liga-se a grandes questionamentos que se colocam no seio da própria História, ciência ou disciplina. Durante o século XX vimos o abandono da história política que privilegiava o acontecimento, revelado em datas destacadas do calendário e nos feitos de alguns grandes homens. Passou-se à prática de uma historiografia da longa duração, em que o acontecimento era encarado como menos relevante. O que interessava eram estruturas permanentes. Nesse tipo de descrição histórica não havia lugar para os sujeitos. Mais proximamente, nas décadas finais do século, vários redirecionamentos foram encetados pelos historiadores com o intuito de recolocar a História numa posição de contribuição produtiva no âmbito das ciências humanas. A concepção da história que seus críticos diziam imóvel não mais respondia às indagações e inquietações vigentes nos meios acadêmicos. Houve a busca de objetos de pesquisa intocados; o retorno da narrativa como forma de apresentação da história; a consideração dos sujeitos atuantes junto aos acontecimentos, estes revisitados como singularidades históricas; e a atenção a objetos de pesquisa em recortes temporais de menor duração, ampliando as possibilidades de estudos ao historiador.

Um dos interesses de pesquisa que se tem mostrado mais fértil em produção historiográfica, neste leque de novas práticas, é o da história cultural. Para essa delimitação por certo bastante ampla de trabalhos históricos, importa perceber e descrever todo tipo de atividades humanas ligadas às sociabilidades, e que não tinham centralidade nas pesquisas com viés político ou econômico. A transmissão da cultura de forma organizada, proposital e seletiva tem sido confiada ao longo dos últimos séculos a instituições educacionais de forma cada vez mais generalizada. Assim, não existe possibilidade de uma história cultural sem lacunas, se não se fizer em seu bojo história da educação. Esta denominação, antes que uma proposição metodológica diferenciada, refere-se a um acervo considerável de trabalhos acadêmicos, a um colegiado internacional de pesquisadores, e a um rol de objetos de pesquisa

assemelhados, constituintes das práticas educativas. Dessa forma, realizar um novo trabalho de pesquisa em história da educação justifica-se por compor a própria dinâmica desse interesse e campo de estudos da ciência histórica, cuja densidade teórica realimenta as novas aproximações aos objetos pesquisados.

Quanto ao Colégio São José de Castro, como tema para a elaboração de uma tese, há diversos ângulos indicativos de sua relevância. Primeiramente, quanto à Congregação das Irmãs de São José de Moûtiers, sua atuação foi marcante no Estado do Paraná, não só nas atividades educativas, mas também nas assistenciais, diferentemente de outras congregações cujo trabalho restringiu-se à capital do estado. Como existem estudos acadêmicos previamente defendidos sobre a Congregação das Irmãs de São José referentes aos estabelecimentos que manteve em Curitiba, permanece a lacuna quanto a seu desempenho em outras cidades do Paraná.

Em relação à presença da escola na Cidade de Castro, pode-se apontar em especial seu protagonismo na introdução dos cursos ginásial, comercial e normal, só posteriormente oferecidos pela rede pública ou por outros estabelecimentos privados. Por outro lado, somente duas outras escolas em Castro podem contabilizar uma longevidade comparável aos 90 anos de funcionamento do São José – o Grupo Escolar Vicente Machado, instituição destinada às séries iniciais, fundado em 1904 e o Instituto Cristão, escola rural de orientação presbiteriana, fundado em 1915. Dessa maneira, o Colégio São José permanece como a única instituição privada de caráter confessional católico direcionada preferencialmente à educação feminina a funcionar ao longo do século XX, congregando muitas centenas de alunas e, com o passar dos anos, alunos, com atuação em Castro e como escola regional, através do internato que manteve. Como tal, é objeto de interesse historiográfico.

A pesquisa é ainda relevante porque ao tratar de uma instituição educativa e compreender sua inserção em tempo e lugar próprios permite perceber também, transcendidos os muros escolares, as práticas e vivências da sociedade que abrigou e fez uso daquela escola. Neste sentido, cabe ressaltar no que se entende por sociabilidades o papel deste tipo de escola no preparo de seus alunos para a inserção social que demandava a aquisição de códigos de conduta, modos de expressão e

domínio de determinadas categorias de conteúdos culturais, inclusive aqueles ligados às práticas religiosas.

4. Objetivos.

A Tese tem como objetivo específico descrever historiograficamente a cultura escolar do Colégio São José de Castro. Por cultura escolar, com Antonio Viñao, entendemos

“um conjunto de teorias, idéias, princípios, normas pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas – formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos – sedimentados ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não questionadas e compartilhadas por seus atores no seio das instituições educativas. Tradições, regularidades e regras de jogo que se transmitem de geração em geração e que proporcionam estratégias para integração nas respectivas instituições, para atuar e ter sucesso, sobretudo nas classes de ensino, quanto às tarefas cotidianas que de cada um se espera, assim como para fazer frente às exigências e limitações que tais tarefas implicam ou incluem. Seus traços característicos seriam a continuidade e persistência no tempo, sua institucionalização e uma relativa autonomia que lhes permite gerar produtos específicos, por exemplo, as disciplinas escolares, que a configuram como tal cultura independente”.¹

Nesse patamar de observação, procuramos evidenciar, compreender e explicar as práticas institucionais que tiveram vigência no estabelecimento de ensino. Isto incluiu o conjunto das regras disciplinares observadas; os conteúdos curriculares

¹ “un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas – formas de hacer y pensar, mentalidades y comportamientos, - sedimentadas a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho y compartidas por sus actores en el seno de las instituciones educativas. Tradiciones, regularidades y reglas de juego que se transmiten de generación en generación y que proporcionan estrategias en el aula, las tareas cotidianas que de cada uno se esperan, así como para hacer frente a las exigencias y limitaciones que dichas tareas implican o conllevan. Sus rasgos característicos serían la continuidad y persistencia en el tiempo, su institucionalización y una relativa autonomía que le permite generar productos específicos – por ejemplo, las disciplinas escolares – que la configuran como tal cultura independiente.”
in VIÑAO, ANTONIO. Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio. Murcia: VIII Jornadas Estatales del Forum Europeo de Administradores de la Educación de la Región de Murcia, 1996, p. 2.

ensinados e sua forma de apresentação didática; as características do ambiente institucional (nos aspectos social, religioso e moral); as representações construídas pelas práticas educativas e sua passagem aos discursos presentes na imprensa ao longo do século, bem como nos arquivos da memória de alunos e professores. Enfim, buscou-se construir um percurso de entendimento das práticas educativas no período estudado, em cotejo com as condições concretas que o lugar de sua implementação interpôs como condicionantes e possibilidades.

Paralelamente, pretendeu-se atingir outros objetivos, ligados às indagações históricas sobre a educação:

- a compreensão da educação escolarizada como projeto social da comunidade local castrense e regional do interior do Paraná;
- o estudo da interplexão de sistemas educacionais públicos e privados, em formação no início do século XX, como forma de suprir a falta de escolas;
- a exemplificação de determinados aspectos dos desdobramentos da atuação da hierarquia eclesiástica católica no país, sob o influxo do projeto ultramontano de hegemonia filosófico-religiosa;
- o preenchimento de lacuna historiográfica – em relação à atuação da Congregação das Irmãs de São José no interior do Estado do Paraná.

5. Fontes.

Conseqüente à decisão de abordar todo o período de nove décadas durante o qual a Congregação de São José fez-se presente em Castro, o acervo de documentos utilizados como fontes históricas é bastante extenso e possibilitou a construção de uma abordagem explicativa adequada à relevância do estabelecimento escolar em tela. Referimo-nos a documentos de várias espécies, guardados em locais diferentes e aos depoimentos orais. Vejamos:

5.1 – Os documentos administrativos de guarda obrigatória, que incluem livros de matrícula e chamada, relatórios anuais, fichários de matrículas, autorizações de funcionamento, etc. Este acervo está abrigado em armários de madeira e algumas caixas de papelão e localiza-se nas dependências da divisão de Documentação Escolar, representação da Secretaria de Estado da Educação em Castro (SEED), que funciona presentemente em salas cedidas na sede do órgão municipal de educação. Segundo a legislação vigente para o Estado do Paraná, o material deveria ter sido encaminhado por ocasião do fechamento do Colégio a uma escola de graduação semelhante, mas, devido à grande quantidade de documentos, nenhuma escola estadual pôde disponibilizar espaço para sua recolocação. Os documentos arquivados têm início no ano de 1919, não havendo notícia dos registros dos alunos anteriores a esta data (de 1905 a 1918). A documentação relativa à Escola Técnica de Comércio, por sua vez, encontrava-se desaparecida, mas, no decurso da presente investigação, tais registros foram localizados no arquivo do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá. Em 2006, tais documentos foram reenviados a Castro.

5.2 – Também na classe de documentos administrativos estão os registros referentes a funcionários e professores, no âmbito da legislação trabalhista. Estes itens encontram-se arquivados na Casa Provincial da Congregação, no Cajuru, em Curitiba.

5.3 – Outras fontes utilizadas incluem toda sorte de materiais impressos e manuscritos oriundos de alunos e professores da instituição: por exemplo, cadernos e provas, livros, revistas, panfletos, santinhos, cartas, convites de formatura, diplomas, premiações, partituras musicais, etc. Nesta categoria inscreve-se o acervo deixado por Mariinha Macedo, aluna do Colégio na década de 1910, e, posteriormente, professora por muitos anos. Este acervo inclui centenas de documentos, tanto manuscritos como impressos, acumulados em decorrência das atividades profissionais da professora, mas igualmente de outros membros da família, em especial de seu pai, Olegário de Macedo, político que ocupou por diversas legislaturas o cargo de

deputado, bem como o de vice-governador do Paraná. Quanto às atividades de Olegário e sua família – agro-pastoris, comerciais e políticas - constam, em resumo: relações de mercadorias recebidas, a partir de 1881; recibos de pagamentos, a partir do mesmo ano; receitas médicas e receituários de farmácias, a partir de 1898; convocações para eleições; participações de casamentos; relações de sócios de clubes sociais, de 1888; relatórios de dívidas de clientes, a partir de 1881; correspondências diversas, escrituras, procurações, solicitações, justificações; relação de patentes da Guarda Nacional na Comarca de Castro; 220 telegramas, a partir de 1891; bilhetes de loteria de 1884; cartões postais e de visita; cadernos de apontamentos e cálculos comerciais. Quanto às atividades de Mariinha, existem, em resumo: cadernos e provas escolares, livros escolares, enquanto aluna; cadernos de alunos e livros didáticos, quando professora; correspondência com as irmãs de São José; fotografias pessoais, da escola, da família, da cidade; convites de formatura; cartões de efemérides; cartões de premiação estudantil; diplomas e certificados; documentos referentes ao cinquentenário do Colégio; recortes de jornal; discursos proferidos em ocasiões diversas; imagens de santos católicos; correspondência pessoal; partituras musicais. Tais documentos pertencem ao acervo da Casa da Cultura Emília Erichsen, em Castro.

5.4 – Podemos citar ainda como acervos utilizados, aqueles existentes na sala de memória do Colégio Cajuru, em Curitiba, e na sacristia da capela do Colégio em Castro, ora destinada pela sociedade educacional que atualmente é a proprietária do prédio, como sala de memória da escola antecessora, os quais contêm basicamente fotografias (coligidas em álbuns) e quadros de formatura dos cursos Normal e Comercial.

5.5 – Fontes de grande interesse para esta pesquisa foram os relatos e notícias aparecidos na imprensa local e que tratam do Colégio. O acervo da Gráfica Kugler, empresa instalada em Castro em 1894 e ainda em funcionamento, detém a maior parte do que se publicou na cidade ao longo do século XX. Nesta hemeroteca foram consultados, indexados e fichados os seguintes periódicos:

	Período de publicação	n°.s	Título do periódico
1	1895-1896	64	A Campanha
2	1898-1900	10	A Aurora do Evangelho
3	1899-1900	34	A Evolução
4	1899-1900	06	A Caridade
5	1900	01	O Meteoro
6	1904-1905	59	Gazeta de Castro
7	1905-1906	05	O Theatro
8	1906	20	O Município
9	1908	01	O Escalpello (de Ponta Grossa)
10	1908	03	O Reclame
11	1912	10	A Palavra
12	1914	03	A Notícia
13	1915	04	O Faísca
14	1915+1918-1919	09 + 14	O Coringa
15	1916	07	O Correio de Castro
16	1916	15	O Echo de Castro
17	1916	01	A Aura
18	1920	23	O Estilete
19	1920-1921	09	A Cruzada (revista católica)
20	1922	01	O Grito
21	1923-1924	61	O Liberal
22	1924-1929	71	A Democracia
23	1924	06	O Anzol (humorístico)
24	1925+1929	09+02	Odeon-Jornal
25	1926-1927	78	O Amigo da Verdade
26	1927	06	O Mystério
27	1928-1929	05	O Testemunho (Presbiteriano)
28	1931	14	O Estudante
30	1934-1935	11	O Rebate
31	1937	16	O Legionário (Integralista)
32	1931-1965	1700	Castro-Jornal (hebdomadário)
33	1967-1998	56	Folha de Castro
33	1967-1983	466	Jornal do Iapó
34	1974-1976 e 1986-1992	147	O Bravo
	TOTAL	2947	

Tabela nº 1: órgãos de imprensa castrense existentes na Gráfica Kugler.

5.6 – Outra classe de fontes incorporada à presente Tese foram os documentos pertencentes ao acervo da Congregação de São José de Moûtiers, e que hoje encontram-se na cidade de Chambéry, na França. Com a desativação da sede que as Irmãs mantinham em Moûtiers há alguns anos, todo o arquivo foi encaminhado a

Chambéry. Embora não tenha sido possível manusear diretamente todo o material, que ainda não foi organizado, mas continua guardado em caixas, pudemos consultar alguns documentos previamente separados a nosso pedido pela Irmã Benedicte de Vaublanc, por ocasião de visita que fizemos à Casa Provincial de Chambéry, em Dezembro de 2006. Tais fontes incluem as regras vigentes para a Congregação de Moûtiers, cadernos escolares elaborados no internato em que as religiosas eram formadas, e listagem de materiais pedagógicos existentes nas escolas mantidas pela Congregação na Savóia no início do século XX.

5.7 – A presente Tese apóia-se ainda sobre fontes orais. Considerando a existência de um grande número de ex-alunos residentes nas cidades de Castro, Ponta Grossa e Curitiba, cujo contato não seria difícil, optamos por incluir as fontes orais, tanto como forma de diálogo com as fontes documentais, mais raras quanto aos anos iniciais, tanto como contraponto à rigidez das conclusões a que se pode chegar a partir da impessoalidade dos documentos e da formalidade dos relatos jornalísticos. Na impossibilidade de efetuar um registro muito extenso de entrevistas, optou-se pelo número de treze entrevistados, com dois critérios de seleção: a partir dos livros de matrícula, identificou-se os depoentes mais antigos; no caso de haver mais de um ex-aluno para determinado ano, deu-se preferência àquele que também tivesse exercido a profissão de professor, supondo um acervo maior de lembranças sobre a escola. Assim, iniciamos o ciclo de entrevistas com ex-aluna (e ex-professora) que ingressou no Colégio em 1923, sendo a última entrevistada matriculada a partir de 1939. Além dos ex-alunos, foram ouvidas duas ex-professoras, uma religiosa, e outra leiga, esta também interna do Colégio a partir de 1956, totalizando quinze depoimentos.

6. Aspectos metodológicos e construção da Tese.

A metodologia utilizada foi a da elaboração da narrativa histórica a partir da confrontação do maior número de dados, sem privilegiar uma via única ou dominante

(documental, serial, oral, etc.), mas, recorrendo de forma conexa a procedimentos metódicos diversos, o que, aliás, não é novidade no âmbito da história cultural.

A Tese vem construída em quatro nucleações ou capítulos, combinando olhares de diverso distanciamento e enfocando aspectos diferenciados, embora sem perder o foco sobre o objeto específico da exposição, o Colégio São José. No primeiro capítulo, partindo da notícia de jornal que descreveu a chegada das primeiras Irmãs a Castro, tratou-se de resgatar as condicionantes àquele momento inicial, analisando os estatutos da sociedade provedora que instalou o Colégio, não sem paralelamente descrever os antecedentes da atividade escolar na cidade, no intuito de compreender a novidade que a escola confessional representou. Nesse capítulo aludiu-se às recém-chegadas religiosas francesas, às formas de ensinar que traziam de suas práticas em França, bem como à sua formação segundo as regras vigentes para a Congregação a que se filiavam. Fechou-se essa seção com o resgate de alguns cadernos e provas, de 1906 a 1919, de forma a identificar nos documentos escolares provenientes do Colégio de Castro o panorama que se vinha descortinando como característico aos momentos iniciais do estabelecimento de ensino estudado e demonstrar a permanência dos modos de ensinar desenvolvidos por congregações católicas européias, em especial os jesuítas.

O segundo capítulo adotou um campo de visão mais alargado, na busca do entendimento de causas conexas aos fatos narrados, as quais transcendiam a escola de Castro, constituindo-se em causalidades históricas em atuação em escala nacional, e mundial no que tange à Igreja Católica. Os temas abordados nessa seção englobaram: as características da Congregação de São José, que incluem sua disposição em mundializar-se; as políticas então eleitas pela Igreja Católica como garantidoras de sua expansão e coesão institucional: ultramontanismo e missionarismo; a questão do ensino laico na República Francesa no final do século XIX e seu reflexo na emigração de religiosos professores; a contribuição de protagonistas masculinos na ação das religiosas de São José; e os efeitos de tal coleção de causalidades no cotidiano castrense ao ensejo da fundação do Colégio.

O terceiro capítulo teve como preocupação específica investigar o estabelecimento escolar, delineando a trajetória do Colégio que pode ser subdividida em três fases características: o primeiro período, que poderíamos denominar francês, foi aquele da instalação do Colégio e de seus primeiros desdobramentos, de 1905 até os meados da década de 1930. Teve como característica possuir corpo docente composto por freiras francesas e aplicar o ensino de caráter literário destinado à aquisição de normas de convivência e polidez, dirigido às futuras esposas e mães de família das classes mais favorecidas. A primeira seção do capítulo tratou de descrever esta fase.

O segundo período, dito franco-brasileiro, é aquele em que a Congregação contava com diretoras francesas, mas já com predominância em suas escolas de professoras brasileiras, inclusive leigas, e até mesmo com docentes do sexo masculino. A par das reformas educacionais decretadas a partir do governo de Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1970, a escola viveu seu apogeu em número de alunos e cursos oferecidos, introduzindo o ensino de segundo ciclo. As seções centrais do capítulo detalharam este período do Colégio, através de seus cursos ginásial, comercial, normal e profissionalizantes.

O terceiro período, eminentemente brasileiro, após a década de 1970, incorporou as proposições do Concílio Vaticano II, e mais as reformas educacionais federais do período, implicando no ensino misto, e no retorno ao oferecimento apenas do ensino fundamental, tendo em vista a diminuição do número de matriculados, então parcialmente absorvidos por escolas públicas. A seção final do terceiro capítulo descreveu esta fase, encerrando com o último ano letivo antes do fechamento do Colégio, em 1993.

No quarto capítulo abordou-se o impacto do Colégio sobre as sociabilidades urbanas de Castro, bem como sua contribuição para que se firmasse no imaginário local um conjunto de categorias de identificação comunitária que atribuíam à cidade qualificações tais como: constituir-se em pólo de excelência de ensino e de especialização no preparo infanto-juvenil para outros ciclos de estudo. Na seção inicial do capítulo, focou-se o significativo conjunto arquitetônico erguido pelas Irmãs no

centro da cidade de Castro. Em seguida, tratou-se do Colégio como marco educacional, em conformidade com o referido imaginário. Em terceiro lugar, foram analisados os aspectos religiosos da prática educativa. Finalmente, foram descritas as atuações do corpo discente nas atividades religiosas, artísticas, cívicas e caritativas, afirmativas de valores os quais a escola defendia como autênticos.

A finalização da Tese, além das páginas de reflexão conclusiva, incluiu amplo caderno iconográfico com pertinente material imagético.

6.1. Referenciação de autores e fontes em língua estrangeira.

A eventual transcrição de trechos de obras em língua estrangeira, bem como a referenciação de documentos em francês, foram feitas ao longo dos capítulos com nossa tradução, com a intenção de garantir a fluidez de leitura da Tese, mas, acrescentando em nota de rodapé a versão original conforme elaboração do autor citado. Quanto às fontes em língua portuguesa, fizemos a adaptação do registro ortográfico às normas vigentes ao ano de 2008, com a exceção da grafia de nomes próprios, que foi mantida.

CAPÍTULO 1. O Colégio São José de Castro ao tempo de sua instalação.

1.1. Uma notícia de jornal, um trem que chegou, uma nova história que começava.

A estação ferroviária de Castro teria sido muito pequena para acomodar o grupo de pessoas que esperava o trem na tarde de 16 de Janeiro de 1905. Ademais, a gare fora construída um pouco apartada do centro urbano, demandando para lá chegar se atravessasse uma baixada alagadiça quase sempre tomada pelo lodo, mormente no chuvoso mês de Janeiro. Uma má impressão para quem chegasse à cidade pela primeira vez! Assim, a companhia ferroviária parece ter-se posto de acordo com a população e o trem especial estacionou logo após a travessia da Ponte sobre o Rio Iapó, permitindo aos recém-chegados, desde logo, apreciar o panorama das edificações que se sucediam com certa regularidade ao longo da rua em aclive até o Largo da Matriz, destinação final dos viajantes. À chegada não se viam apenas os curiosos cotidianos que o apito do trem usualmente convocava. Desta feita, as autoridades locais faziam-se acompanhar de banda de música e eram precedidas pelos representantes da Igreja Católica local. Tratava-se de recepcionar as Irmãs de Caridade que chegavam para implantar uma escola. A descrição que nos oferece a Gazeta de Castro sobre o acontecimento não é longa e foi relegada à segunda página do hebdomadário. Isoladamente, parece relatar antes um fato pitoresco que um acontecimento de grande impacto na vida social daquela cidade do interior do Paraná. A notícia, mais descritiva que analítica, não nos deixa entrever como essa novidade vinha conectada aos anseios dos cidadãos castrenses quanto à instrução, e mais diretamente, em relação à educação feminina, no sentido de torná-las constantes, regulares e extensivas a um número considerável de educandas. A este tipo de discussão, os jornais locais costumavam consagrar espaços mais alargados do que se fez nesta ocasião. Por outro lado, a notícia impressa quase uma semana depois também não permitia a quem a lesse entrever que o estabelecimento de ensino o qual as recém-

chegadas freiras francesas propunham-se gerenciar teria uma longa duração e uma atuação de importância regional inegável.

Vejamos o relato da Gazeta, em sua completude:

“No dia 16, à tarde, chegaram a esta cidade, em trem especial gentilmente cedido pela Companhia Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande, as Senhoras Irmãs de Caridade que vêm aqui fundar um estabelecimento de instrução primária e secundária para meninas.

Ao seu desembarque no largo do Porto, compareceram as autoridades locais, pessoas gradas, e quase totalidade das Ex.mas famílias de nossa elite, e grande massa popular, que precedidos da excelente banda de música ‘Euterpe Castrense’ e ao estrugir de inúmeros foguetes, acompanharam as recém-chegadas até o largo da Matriz, onde uma comissão previamente organizada, preparava uma casa para recebê-las. Aí, ao entrar, o Rev. Padre Dr. Mauricio Dunnant, vigário de Morretes, que com mais duas irmãs de Caridade haviam vindo acompanhá-las a esta cidade, dirigiu eloqüentes palavras de saudação e agradecimento ao povo Castrense, erguendo vivas que foram entusiasticamente respondidos; também tomou a palavra o gerente desta folha dando as boas vindas à ilustre comitiva.²

Causou-nos imenso prazer, tão digna e brilhante recepção feita a estas piedosíssimas e humildes Senhoras, porquanto ela é a prova cabal de que a nossa população, compreende e devidamente aprecia os inestimáveis serviços que elas vêm prestar a nossa infância. Irmãs de Caridade, de graça e alegria, como preceptoras ninguém as iguala e muito menos excede-as, porque esclarecendo as inteligências com paciência verdadeiramente evangélica têm o maior desvelo com a formação dos pequeninos seres que lhes são confiados. É assim que a par das prendas domésticas e outros conhecimentos úteis ensinam a prática da virtude, formando boas irmãs, ótimas esposas e excelentes mães; única base sólida da organização social.

Em companhia das irmãs veio também o Rev. Padre João Lecomte, que é o Capelão do estabelecimento. Congratulamo-nos com a população castrense por vermos em via de realização tão desejado melhoramento.”³

Raras outras vezes anteriormente o mesmo hebdomadário referira-se à possível instalação do colégio de freiras em Castro, sem que tais notícias tenham importado em mais extensos comentários, favoráveis ou contrários. As rápidas notas da Gazeta são

² Tratava-se de Herculano Fonseca.

³ **Gazeta de Castro**, nº 50, 22/01/1905, pág. 2.

pálidos ecos, por certo, de deliberações entre os dirigentes locais e os representantes da Igreja Católica, bem como da Congregação de São José em Curitiba e que nos chegam hoje como tratativas que tocavam mais a esfera privada das sociabilidades do que pautavam discussões na esfera pública das questões políticas, estas, assuntos de costume da imprensa castrense de então e que incluíam muitas vezes temas ligados à Instrução Popular. Tratou-se, ao que parece, de transpor a educação do sexo feminino do recesso do lar para o recinto da escola religiosa, sem conceder neste movimento uma modificação significativa ao posicionamento da mulher no contexto social. O Colégio São José de Castro, enquanto objeto de investigação histórica, oferece, assim, interessante contraponto dos movimentos de delimitação das esferas pública e privada no âmbito da modernidade, ou melhor, das formas locais com que se buscou realizar um projeto de modernização. A Congregação de São José, como veremos mais à frente, em seus textos fundadores foi incumbida de estar no mundo e não em clausuras ou conventos, mas fez sua inserção local criando espaços fechados de atuação: escola, internato, e mais tarde, orfanato. A sociedade castrense, que se publicizava na imprensa, clubes e teatros, reservou, ao contrário, ao sexo feminino uma moratória social com tônica conservadora, o tempo escolar regido por religiosas. Esta interplexão necessita ser mais bem explicitada:

Norbert Schindler descreve as diferenças entre o que se entendia por juventude antes da era moderna e a partir do início deste período. Anteriormente, ser jovem relacionava-se a uma forma de inserção social e não à referenciação de uma faixa etária, e reconhecia-se tal categorização em atividades específicas de caráter ritualístico, tais como a corte às moças solteiras e tomar parte nos desvarios do carnaval. Tratava-se da colocação do indivíduo em “mecanismos coletivos de aprendizagem que obedeciam à dialética entre observância das regras e sua infração regulamentada”.⁴ Isto significava uma progressiva familiarização com as condições da

⁴ SCHINDLER, Norbert. Os Tutores da Desordem: Rituais da Cultura Juvenil nos primórdios da Era Moderna. in LEVI, G. e SCHMITT, J-C. História dos Jovens: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 268.

vida adulta, em cujo direcionamento a escola não representava uma etapa necessária a ser cumprida.

Na modernidade, segundo o autor citado, a juventude foi adquirindo nova significação: a busca do lugar social a ocupar em atenção às expectativas das demais pessoas, em especial dos adultos. Referia-se ao período destinado a alcançar o balanço entre o reconhecimento do indivíduo singular e a coerção do grupo. Deu-se, a partir de então, uma demarcação sempre mais acentuada entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. Para estes, reservava-se o tempo do trabalho, entendido na amplitude da atuação humana produtiva. Para os mais jovens, constituiu-se um intervalo de renúncia temporária às atividades de produção, de forma a preparar carreiras futuras: o tempo da juventude passou a corresponder a uma moratória social.

Ao se falar em moratória social como fase preparatória a um novo patamar de inserção do jovem, dever-se-ia fazer referência à aproximação deste a uma esfera pública, em que questões relevantes de direção e compartilhamento de um mundo comum seriam discutidas e resolvidas segundo decisões conscientes.⁵ Alude-se, entretanto, em muitos casos, tão somente ao intervalo temporal concedido em moratória, pois, no mais das vezes, a escola tem sido concebida ou operacionalizada apenas instrumentalmente, sem ensejar uma formação crítica à juventude. O Colégio São José de Castro, nesta linha de análise, à época de sua instalação, parece ter sido delineado como espaço de acolhimento da menina e da moça, num alongamento da esfera privada, de manutenção e sobrevivência do âmbito familiar, sem a preocupação imediata de uma interação política. Se, para as religiosas a formação moral era um objetivo a ser perseguido, garantindo a educação do foro íntimo na conformação das alunas aos preceitos católicos, para os operadores da esfera pública castrense, contar com uma escola que preparasse as moças para o papel de mães e esposas, e mais tarde, de professoras, era uma medida atraente. Daí a ênfase do articulista da Gazeta quanto à

⁵ Magalhães assim resume a concepção de esfera pública segundo Jürgen Habermas, que perfilhamos: “o conjunto de instituições e entidades que, no mundo moderno, responsabilizam-se pela representação da vontade política. Essa representação se dá por meio do debate público, no qual a emissão da opinião das pessoas privadas é julgada entre os cidadãos, com o objetivo de realizar pressão sobre o poder público. Dentre todas as instituições, são os meios de comunicação o mais importante veículo da esfera pública moderna”. in MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Paraná: Política e Governo. SEED/UFPR, 2001, p.14.

formação de “boas irmãs, ótimas esposas e excelentes mães”, num *crescendo* em que a função mais valorizada seria a maternidade, justamente a mais entranhada no recesso do lar. Neste sentido, as diversas congregações européias, masculinas e femininas, bem como as missões protestantes, que se instalavam no Brasil por volta do início do século XX com o objetivo de oferecer educação regular, eram ponto de apoio ao poder político, pois funcionavam como auxiliares no controle social, promovendo a disciplina da juventude tanto no nível interno da vivência pessoal como no externo da construção de suas sociabilidades. O tempo da moratória, a vida escolar, funcionava assim como um complemento ou extensão da vida familiar para que o novo membro da sociedade ao ingressar como adulto na vida pública o fizesse em conformidade com os padrões vigentes e segundo as expectativas próprias a cada um dos sexos. Os estabelecimentos escolares confessionais que funcionavam em regime fechado, com internato e controle de acesso ao mundo exterior, foram, dessa forma, espaços de interplexão regulada e não inocente entre o público e o privado.

Voltando à Gazeta de Castro, temos que anunciou em Maio de 1904 que “alguns cavalheiros desta tratam da fundação dum colégio para meninas, regido por três irmãs de caridade, que devem vir de Paris”⁶. Um mês mais tarde, voltou-se a abordar o assunto anotando a visita do Padre João Michel⁷, que “veio de Curitiba a fim de arranjar casa para o colégio das Irmãs de Caridade, que em breve fundar-se-á aqui”. Ademais, noticiou a Gazeta que as esperadas irmãs seriam diplomadas pela escola Normal de França e que o padre teria levado “três casas em vista”, para posterior escolha.⁸ No mês de Novembro, o hebdomadário anunciou a abertura das matrículas para Dezembro, quando chegariam à cidade as religiosas e informou: “A comissão encarregada da fundação do colégio vai tratar de mobiliar a Casa do Dr Bley⁹, à rua Dr. Jorge Xavier, para esse fim”¹⁰. O conjunto de notícias parece confirmar o que vínhamos sublinhando acima. Ainda que trazidos a público como de interesse geral, o andamento dos preparativos acontecia na esfera privada. Isto concluímos porque em

⁶ **Gazeta de Castro**, nº 13, 01/05/1904, pág. 2.

⁷ Capelão ligado à Congregação, vindo da França em 1898.

⁸ **Gazeta de Castro**, nº 21, 26/06/1904, pág. 2.

⁹ Genro de Emília Erichsen, então Juiz de Direito em Palmeira.

¹⁰ **Gazeta de Castro**, nº 41, 20/11/1904, pág. 2.

notas tão breves cometem-se imprecisões que não aconteceriam se o assunto fosse de tratativa aberta e pública: por exemplo, confunde-se a origem francesa das Irmãs com sua suposta vinda de Paris. Como se verá mais adiante, a origem da Congregação e das religiosas que desembarcaram em Castro em 16 de Janeiro de 1905 era a Província da Savóia, podendo-se dizer à época, há bem pouco tempo um território francês, e com as religiosas sendo provenientes de pequenas vilas e aldeias, talvez elas mesmas nunca tendo estado na capital da França. Quanto à sua diplomação como normalistas também é de se crer que não fosse verdade, pois, mais tarde, o Colégio de Castro teria dificuldades para regularizar seus cursos exatamente pela falta de diplomação das religiosas.¹¹ Costumeiramente, as irmãs lecionavam em França munidas de declarações dos bispos das respectivas dioceses onde atuavam e que lhes garantiam ter sido convenientemente capacitadas em seus conventos, mesmo não possuindo o *brevet* oficial de normalistas. Finalmente, quanto ao endereço indicado pela Gazeta como de instalação do Colégio também não se confirmou: ao invés de ocupar um imóvel na rua Dr. Jorge, antiga Rua das Tropas, a escolha recaiu sobre casa próxima à Igreja Matriz, local de menor movimento, mais próprio à prática educativa e que facilitava a interação das religiosas com o funcionamento da Paróquia que passaram a assistir na condição de auxiliares.

Como se depreende de tais pequenos textos jornalísticos, inseridos em coluna de informações gerais, as providências para a transferência da Congregação, que já estava em Curitiba há nove anos, à cidade de Castro, tomaram alguns meses, e, tão logo aqui desembarcaram no início de 1905, fizeram constar na imprensa o seguinte anúncio de seu estabelecimento, que se repetiria em algumas edições¹²:

Colégio S. José

em Castro.

Internato e Externato para meninas.

¹¹ Conforme **entrevista da Irmã Maria Teresa de Paula Xavier**, em Novembro de 2006, p. 8.

¹² **Gazeta de Castro**, nº 50, 22/01/1905, pág. 4.

Este estabelecimento dirigido por irmãs de S. José, professoras diplomadas em França, funciona n'esta cidade no Largo da Matriz em uma espaçosa casa, especialmente preparada para esse fim.

Ensina-se todas as matérias dos cursos Primário e Secundário da Instrução pública.

Além d'estas matérias ainda se ensina Francês, Religião, Desenho, Música, Trabalhos de Agulha, Domésticos, etc. tendo para esse fim professoras perfeitamente habilitadas.

Externato por trimestre:

Ensino Primário	24\$000
Secundário	36\$000
Internato – trimestre:	120\$000
Semi-internato – trimestre:	60\$000
Para ensino de música e desenho – trimestre	15\$000

Para maiores explicações podem dirigir-se à Superiora do Colégio.

O preço do internato que acima publicamos refere-se unicamente à pensão das alunas, sendo os estudos pagos separadamente.

Cabe-nos, a seguir, esclarecer de que forma o Colégio foi viabilizado em seu momento inicial, e que cidade as religiosas encontraram ao chegar como sua nova moradia.

1.2. A cidade de Castro à época da instalação do Colégio.

A cidade de Castro que recebia as Irmãs de São José em 1905 não mais se resumia ao tristonho e pardacento conjunto de casas dispostas ao longo do Caminho das Tropas. Com o advento da ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, mais ou menos sobre o antigo traçado antes percorrido em lombo de muares, houve um incremento mais acelerado nas trocas comerciais, o que parece ter permitido um ciclo de desenvolvimento urbano mais estável. O trem, como novidade no setor de transportes, servindo a gare de Castro a partir de 1900, complementava o já incorporado telégrafo que há vinte anos estava à disposição da população para os contatos com outras cidades e estados. No Paraná de então, que contava com pequena população e poucos núcleos habitacionais, tendo ainda largas porções de seu território por desbravar, as cidades existentes acolhiam avidamente as novidades tecnológicas que lhes permitiam facilitar os intercâmbios comerciais e sociais. Isto nos revelam as colunas então existentes nos jornais, cujo intuito era o de anunciar os visitantes chegados e as partidas dos habitantes locais e suas destinações.

Castro e os demais núcleos habitacionais surgidos nos Campos Gerais do Paraná a partir do século XVIII têm como característica terem sido precedidos por ocupação rural que aconteceu “não como um meio de transladar-se uma sociedade inteira, mas simplesmente como um negócio a ser explorado comercialmente, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, principalmente, das regiões mineradoras do século XVIII”,¹³ informa-nos o historiador Pinheiro Machado, sublinhando certo alijamento dos centros produtivos ou diretivos de então. As condições climáticas e topográficas, constando de campos naturais de pastagens, com ocorrência esparsa de formações florestais mais densas, eram ideais para a instalação de tais fazendas de criação e engorda de gado, ao que se agregava o comércio de alguns produtos de plantaço sazonal, num ciclo econômico consubstancializado, por muitos anos, no transporte de mercadorias em direção ao norte, tendo como centro de atração a feira de

¹³ BALHANA, Altiva Pilatti e PINHEIRO MACHADO, Brasil. (orgs). Campos Gerais, Estruturas Agrárias. Curitiba: Universidade Federal, 1968, p. 30.

Sorocaba. Resume José Augusto Leandro que, ao tempo da ocupação inicial do território,

“A produção de alimentos era obtida nas terras das fazendas e utilizando-se o próprio rebanho. À mesa, o cardápio variava entre sabores que incluíam pratos à base de milho, feijão, mandioca, arroz, trigo, hortaliças, frutas, carne de porco, leite e seus derivados. Para a confecção de roupas utilizava-se muitas vezes a lã dos próprios carneiros, e as casas, móveis, cercas e galpões eram construídos com a madeira dos capões da região.”¹⁴

Tal atividade de fornecimento de produtos incluía a venda do próprio animal transportador, isto é, a mula. Esta, além de permitir o vai e vem de mercadorias entre o extremo sul e o sudeste, era também importante item de comercialização, eis que as atividades econômicas então vigentes em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro não contavam com as condições geográficas e demográficas para a criação de muares e cavalares.

Costuma-se indicar como a viagem inaugural do ciclo das Tropas, no Sul, aquela empreendida por Cristóvão Pereira de Abreu em 1731, com três mil cavalgaduras e quinhentas vacas, em que se teria retificado o antigo caminho indígena entre Viamão e os Campos de Curitiba, passando por Vacaria, Rio Uruguai, Lajes, Campo Alto, Serra do Espigão e Campo do Tenente.¹⁵ A concessão de sesmarias nos Campos Gerais a partir de 1704 foi, em geral, feita em resposta a solicitações de proprietários paulistas já estabelecidos em outras localidades e que buscavam, com as novas terras por adquirir, aumentar suas possibilidades de exploração econômica. Para isso, os sesmeiros utilizavam-se de prepostos ou enviavam parentes a garantir a posse das terras concedidas, dando início às criações e ao plantio. Informa Pinheiro Machado que “nas primeiras décadas do século XIX, a sociedade fundada nos latifúndios dos Campos Gerais, apresentava-se estabilizada, com a grande família residindo nas

¹⁴ LEANDRO, José Augusto. Palco e Tela em Castro. 1896-1929. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, pág. 8.

¹⁵ Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná. Curitiba: Livraria do Chain, 1991, p. 50; ALBUQUERQUE, Mário Marcondes. Pelos Caminhos do Sul. Curitiba: Imprensa Oficial, 1978, p.73.

fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando, nas atividades do tropeirismo, sua forma de participação na ordem social”.¹⁶ Já nos meados dos oitocentos, segundo quantifica Romário Martins¹⁷, Castro contava com 16 quarteirões e 1.088 fogos. A população de 5899 habitantes era composta por 3618 brancos, 1295 pardos e mulatos e 986 pretos, dos quais, 796 na condição de escravos.

A tendência de polarização urbana, na segunda metade do século XIX, revela-nos que o esquema produtivo das fazendas que abasteciam o ciclo tropeiro tornava-se menos atrativo por uma série de fatores. No âmbito do Paraná, no eixo Campos de Curitiba – Litoral, tivemos o incremento do ciclo da erva-mate, cuja rentabilidade baseada em processos industriais de preparo e a exportação do produto permitiram o enriquecimento de seus operadores em níveis até então inexistentes na Província. Por outro lado, mais ao final do século, a inauguração do transporte ferroviário, de maior rapidez, circunscreveu os tropeiros a um papel de transportadores locais e regionais, que abasteciam o comércio que circulava pelos trens. Isto também coincidiu com a recente extinção do regime escravista e a paralela política de substituição da mão-de-obra negra pela do imigrante europeu. Neste aspecto, ainda que as políticas governamentais tenham buscado expressamente atrair agricultores, acabou-se por receber também gente capacitada a executar muitas outras atividades mais próprias à vida urbana que ao campesinato. Assim, por diversos fatores, dos quais acima referimos superficialmente alguns, as cidades paranaenses passaram a contar com artífices tais como sapateiros, padeiros, tipógrafos, alfaiates e outros, oriundos da imigração européia, cuja presença no horizonte urbano contribuiria para a reorganização do tecido social. Antunes dos Santos resume o câmbio econômico ocorrido na região de Castro ao longo dos oitocentos:

“Durante grande parte do século XIX, a vida econômica dos Campos Gerais estava baseada na criação e no comércio de muars. A essas duas economias, acrescentaram-se os aluguéis das pastagens para o descanso e a engorda das tropas, isto é, as internadas. Muitos fazendeiros dos Campos Gerais passaram a reservar, cada vez mais, um maior número de internadas, em suas fazendas, a fim de arrendá-

¹⁶ BALHANA, A. P. e PINHEIRO MACHADO, B., *op.cit.* p. 30.

¹⁷ MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937, p. 472.

las aos tropeiros. A internada propiciou ao fazendeiro uma renda mais fácil de ser alcançada do que através da criação de gado. Desta maneira, a criação de gado começou a decair em confronto com o tropeirismo e a internada. Em 1860, aos Campos Gerais, internavam por ano, 30.000 cabeças de raça luar, destinadas às Feiras de Sorocaba, sendo que as internadas do Paraná forneciam 30% do total anual de luares entrados em Sorocaba.”¹⁸

Neste sentido, ensina, por sua vez, Sérgio Nadalin:

“Como a criação de mulas era proibida ao norte do rio Iguaçu, e tendo em vista os lucros cada vez maiores e mais fáceis que os fazendeiros paranaenses obtinham alugando seus pastos para os tropeiros, o criatório foi-se reduzindo no Paraná. Em conseqüência, degenerou o gado nos campos da região, tendo em vista a alteração do uso da propriedade, e diminuiu a necessidade do braço escravo. Ligado a estas mudanças estruturais, as famílias fazendeiras começavam a se mudar para as cidades. A continuidade do desenvolvimento da economia monetária e das atividades comerciais, a gradativa deterioração dos negócios de internagem à medida que avançava o século XIX, o concomitante crescimento de outros segmentos da sociedade (ervateiros e madeireiros), enfim, o crescimento do processo de urbanização, todo este contexto, principalmente no último quartel do século, teria o concurso do trabalho imigrante.”¹⁹

Nos Campos Gerais, a reação ao empobrecimento pela descontinuidade das atividades tropeiras, foi a busca de uma nova conformação urbana para as cidades, espelhada em centros mais prósperos e ativos. Nesta direção anota Leandro, em relação a Castro:

“A década de 1880 trouxe novos impulsos de modernização e tornou mais nítida a ‘nova Castro’. Ela havia crescido e a Câmara Municipal teve que tomar providências para transferir o cemitério para outro local, mais afastado do burburinho dos cidadãos: os mortos já atrapalhavam o fluxo dos vivos. A nitidez da nova cidade também

¹⁸ ANTUNES DOS SANTOS, Carlos Roberto. Paraná: Vida Material, Vida Econômica. Curitiba: SEED/UFPR, 2001, p. 61.

¹⁹ NADALIN, Sérgio Odilon. Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações. Curitiba: SEED/UFPR, 2001, p. 64.

transpareceu com a chegada da iluminação noturna, em 1883. A partir de 30 de setembro, trinta e seis lâmpadas a querosene, espaçadas pelas ruas principais, iluminavam a noite castrense. Em 1884, (...) a partir de 10 de novembro, Castro ampliava seus horizontes: podia comunicar-se com outras localidades mais rapidamente, pois instalavam-se os serviços telegráficos.”²⁰

No caso de Castro, além do telégrafo e da via férrea já citados, outro fator de importância no fortalecimento da sociabilidade urbana foram os serviços oferecidos pela Typographia Kugler, já a partir da última década do século XIX, fato que nos permite hoje, através da consulta ao rico acervo dos jornais ali compostados e impressos, conhecer as expectativas e opiniões de seus habitantes de então. Quanto a este aspecto, ensina Leandro:

“No rastro do desenvolvimento da imprensa na Castro do final do século XIX e dos primeiros anos do século XX, aflorou uma variedade de idéias e crenças. Os diversos jornais publicados no período apontam uma cidade com intelectuais ligados a diversas correntes de pensamento: o fervor evangélico (presbiteriano) era impresso em ‘A Aurora do Evangelho’; ‘A Caridade’ divulgava os pensamentos e as realizações dos reunidos em torno do Centro Espírita Allan Kardec, os quais contavam com a simpatia de ‘A Campanha’. Até mesmo o anticlericalismo estava presente na imprensa castrense através do intercâmbio de idéias entre ‘O Pharol’ castrense e o ‘Electra’ curitibano, este último órgão da Liga Anticlerical Paranaense”.²¹

Podemos ter uma boa idéia do conjunto de atividades existentes em Castro no final do século XIX, através da crônica publicada no jornal *A Campanha*, sob o título *Fin de Siècle*, por Isidoro Mainardes Doin, em 1896, para quem “Castro que há 30 anos era apenas um reduto de casas d’alguns fazendeiros (...) é hoje uma cidade importante”²². Além da Igreja Matriz, que o articulista considerava uma das melhores do Estado, listou como marcos arquitetônicos o Mercado, a Casa da Câmara, um bom

²⁰ LEANDRO, J. A. *op. cit.* p. 12.

²¹ LEANDRO, J. A. *op. cit.* p. 19.

²² *A Campanha*, nº 58, 27/09/1896, p. 3.

Cemitério, e a bonita e sólida ponte ferroviária. No âmbito das sociabilidades indicou haver clube com biblioteca, dez associações familiares, loja maçônica, cinco aulas públicas e algumas particulares, e duas bandas de música. No comércio, referiu-se a duas bem montadas boticas, três bons hotéis, quatro fábricas de cerveja, uma fábrica de mobílias a vapor, além dos serviços de sapateiros, ferreiros, alfaiates, seleiros, relojoeiros, ourives, fabricantes de chapéus, pedreiros, *architectos*, bem como engenhos de serra e olarias. O impulso urbanizador, segundo Doin, devia-se à “boa colocação geográfica e imigração espontânea”.

A chegada das Irmãs de São José a essa Castro urbana foi agenciada por um grupo de proprietários rurais, provavelmente aqueles cujos filhos estavam em idade escolar. Tais associados, fazendeiros de maior ou menor porte, uniram-se a cidadãos que desenvolviam atividades comerciais, bem como àqueles que ocupavam postos políticos e administrativos, eletivos ou de nomeação. O Colégio, detalha Novaes Rosas,

“tem sua existência graças aos esforços de uma comissão composta dos Srs. Olegário Rodrigues de Macedo, Affonso Marques de Souza, Octávio Novaes, Maria Josepha de Madureira, Indalécio Rodrigues de Macedo, Eugênio Gonçalves Martins, Aureliano Teixeira Batista, Sérgio de Macedo, Sezinando de Albuquerque, Alberto Gastão Sengés, Jonas Meira de Vasconcellos, João Bonato, José da Cruz Machado, Antonio José de Oliveira, João Anacleto da Fonseca, Manoel Antonio da Cunha, Joaquim de Souza Camargo, Luciano Gonçalves Martins, Dr. Francisco Xavier da Silva”.²³

Entre o grupo de dezenove provedores originais estão o então governador do Paraná, Dr. Francisco Xavier da Silva;²⁴ três futuros prefeitos de Castro, os irmãos

²³ NOVAES ROSAS, José Pedro. A Fundação da Cidade de Castro. Castro: Prefeitura Municipal, 1993, 2ª ed. p. 119.

²⁴ Francisco Xavier da Silva nasceu no Município de Castro em 02/04/1838. Formou-se em Direito em São Paulo. Foi Governador do Paraná nos períodos de 25/02/1892 a 12/04/1893; 05/1894 a 25/02/1896; 25/02/1900 a 25/02/1904; e 26/04/1908 a 29/02/1912. Em seu governo foram criados os primeiros grupos escolares do Paraná. Exerceu ainda o cargo de Senador da República de 1905 a 1908, e novamente em 1916. Na mensagem de governo enviada à Assembléia Estadual em 1904, citou, em

Olegário e Indalécio Macedo, bem como, Octávio Novaes; o Juiz de Direito, Jonas Meira de Vasconcellos; o capitão da Guarda Nacional, Manoel Antonio da Cunha; e até mesmo o engenheiro fiscal do Grupo Escolar que se construía às expensas do Governo do Estado, o Dr. Alberto Gastão Sengés.

1.2.1. Os Estatutos do Colégio São José de Castro à época de sua fundação.

Os Estatutos subscritos pelos cidadãos acima listados em 27 de Novembro de 1904 revelam-nos a relação até certo ponto tutelar que pretendiam desempenhar, de forma a garantir a permanência do empreendimento escolar ao longo do tempo. Mas não agiam os provedores despidos de interesses: reservavam a si o direito à matrícula de alunos, inclusa no preço mensal de sua contribuição, e previam mesmo, no caso de arrecadação em excesso, participação por rateio dos valores excedentes. Portanto, um investimento na educação de seus familiares sem esquecer as cautelas quanto ao dinheiro investido, e, mesmo, almejando retorno financeiro, possível pela matrícula de alunos financiados por outras pessoas não participantes da subscrição. Das vinte e cinco “condições” que compõem os Estatutos²⁵, transparece claramente a preocupação com o bom funcionamento de uma prestação de serviço educacional, e não uma intenção específica em se dispor de uma educação católica mais estrita, em comparação com as cadeiras públicas existentes. Não há menção ao ensino religioso no documento, como se faz, por duas vezes, às aulas de piano e desenho, por exemplo. Detalhemos:

Na primeira “condição” dos Estatutos anuncia-se a fundação do Colégio com a denominação de São José, destinado à “educação e instrução para meninas, dirigido por Irmãs de São José, sob a responsabilidade de uma Comissão provedora”.²⁶ O pessoal seria composto de três religiosas, sendo duas professoras, e uma encarregada

relação à Santa Casa de Curitiba: “O serviço interno está aos cuidados de dedicadas irmãs de S. José”. (p. 6)

²⁵ O texto completo dos Estatutos consta do Anexo 1.

²⁶ Todas as citações dos Estatutos conforme: NOVAES ROSAS, J. P., *op. cit.* pp. 120-123.

dos serviços domésticos (condição 2^a). Tal equipe aplicaria o mesmo programa do Estado do Paraná, para os cursos primário e secundário, e ensinaria ainda trabalhos de agulha e outros misteres domésticos “necessários à completa educação das meninas” (condição 3^a). Para a viabilização do empreendimento, a comissão obrigava-se a pagar a cada religiosa, anualmente, 500\$000, além do aluguel da casa para o funcionamento da escola, devidamente mobiliada. Em contrapartida, cada membro da comissão teria direito a matricular uma aluna (condições 4^a, 5^a e 8^a). Os Estatutos previam um número máximo de trinta alunos para cada professora, sendo que, no caso do aumento das matrículas, a Comissão providenciaria a vinda de novas irmãs, nas mesmas condições acordadas (condição 6^a).

Para aqueles que quisessem matricular suas filhas, mas não fossem membros da comissão provedora, os Estatutos previam uma mensalidade de 8\$000 por aluna no curso primário e 12\$000 no secundário (condição 12^a). Para os membros da Comissão, a primeira contribuição deveria ter acontecido até 15 de Dezembro de 1904, e incluía “o pagamento da primeira prestação trimensal e das despesas de instalação” (condição 10^a). Os pagamentos eram cobrados adiantadamente e não se previa devolução no caso de desistência da aluna (condição 13^a). Anúncio publicado na Gazeta de Castro em 16 de Abril de 1905²⁷ pelo tesoureiro da Comissão, Sérgio Macedo, instava os devedores em atraso a providenciarem o pagamento num prazo de oito dias, do que podemos concluir que o ímpeto inicial de subvenção ao Colégio talvez começasse a arrefecer.

Quanto aos preços do internato, a Comissão julgou melhor remeter a questão ao alvitre da Superiora, a quem cabia também exigir os objetos necessários e o enxoval a serem trazidos (condição 16^a). Conforme o anúncio que reproduzimos acima, sabemos que o internato custava 120\$000 e o semi-internato, a metade do preço. Nesta modalidade a aluna passava toda a jornada na escola, aí fazendo refeições, dirigindo-se a sua casa apenas ao final da tarde.

Outra disposição dos Estatutos preocupou-se em determinar a exclusão dos subscritores que não pagassem pontualmente suas quotas (condição 10^a), mas, por outro lado, previu-se que, no caso das “quantias arrecadadas, que excederem a

²⁷ **Gazeta de Castro**, nº 56, 16/04/1905, p. 3.

importância de 1:500\$000, pela qual a Comissão provedora se considera responsável, serão rateadas entre os membros da mesma, de modo que cada um venha apenas a concorrer com uma quota igual a das pessoas estranhas à Comissão, com a dedução de 25%” (condição 19^a).

Entre os documentos que compõem o acervo da família Olegário Macedo, seis recibos chegaram até nós de forma a indicar como se deram os desembolsos da Comissão nos dois primeiros anos de funcionamento do Colégio. Os pagamentos referem-se a trimestres e têm valores decrescentes, o que indica que ao longo do tempo mais alunas foram recebidas e os valores que competiam aos membros da Comissão foram se tornando de menor vulto. O recibo mais antigo de que dispomos, de nº 11, é datado de 23 de Dezembro de 1904, com valor de 56\$000, cobrado “como sócio provedor, a começar da instalação – pelo ensino de uma aluna”. Foi subscrito pelo tesoureiro Sérgio Macedo e, como os demais, traz aposto um selo federal de cobrança de imposto de 300 réis. O recibo seguinte refere-se ao terceiro trimestre de 1905, de nº 51, quitando valor de 41\$500 réis, “a vencer-se em 1º de outubro futuro”. Desta feita, a quitação referia-se a duas alunas. Considerando que uma delas estaria incluída na contribuição do sócio provedor pelas cláusulas estatutárias e que a segunda custaria a seu patrono uma mensalidade de 5\$000 (condição 8^a), o desembolso trimestral do Coronel Olegário pela primeira aluna, que fazia na condição de sócio-mantenedor, já teria diminuído em oito meses de cinquenta e seis para vinte e seis mil e quinhentos réis.

Um ano após, em 15 de Julho de 1906, o recibo nº. 94, “vencível a 31 de outubro vindouro”, referiu-se ao pagamento “pelo ensino de duas alunas”, de 30\$000. No ano de 1907 nota-se uma pequena variação a maior: tanto o recibo nº. 181 quanto o de nº. 255, referentes, respectivamente, aos primeiro e terceiro trimestres daquele ano, para as mesmas duas educandas, quitou valores de 36\$000. No primeiro deles, nota em tinta vermelha observava: “paga-se só 10 meses no ano”. O último recibo de que dispomos para compreender o comprometimento da Comissão provedora é o de nº. 286, referente ao quarto trimestre de 1907, e subscrito pelo tesoureiro interino Aureliano Teixeira Batista. Como o valor deste recibo é de apenas 12\$000, parece

coadunar com a observação acima transcrita, referindo-se ao décimo e último mês do ano letivo.

Às costas do recibo n.º 94, o tesoureiro Sérgio Macedo após conta em que recapitula o relacionamento com o provedor Olegário, e nos oferece mais alguns elementos para a compreensão da primeira fase de funcionamento do Colégio, no que tange a sua viabilização econômica. Transcrevemos a conta:

O Sr. Olegário ao Colégio S José	
Seus talões do 1º, 2º e 3º trimes – n.º 4, 58 e 94 – de 1906	90.000
Menos o dividendo q [^] . lhe coube como sócio no 1º ano Colegial	<u>25.000</u>
	Restou64.500
Dv ^a . q deu por q, do 1º e 2º trimes n'esta data	<u>34.500</u>
Fica devendo o 3º trime	<u>30.000</u>
Castro, 11 Agto 906.	

Algumas conclusões podemos tirar desta conta: o pagamento adiantado que os membros da Comissão faziam, era depois confrontado com o valor real a ser quitado conforme o número de alunos efetivamente matriculados e o número de alunos correspondente a cada patrono. Abatia-se ainda o dividendo proveniente do excesso de receita coletada já ao início da instalação do Colégio. Em resumo, temos a seguinte tabela de custos trimestrais do São José em Castro, nos três primeiros anos de funcionamento:

Ano	trimestre	Valor pago	Recibo n°	Alunos	Descontados 15\$000 da segunda aluna
1905	1	56\$000	11/05	1	
	2				
	3	41\$500	51/05	2	26\$500
	4				
1906	1	30\$000	04/06	2	15\$000
	2	30\$000	58/06	2	15\$000
	3	30\$000	94/06	2	15\$000
	4	(?10\$000)			
1907	1	36\$000	181/07	2	21\$000
	2	(?36\$000)			
	3	36\$000	255/07	2	21\$000
	4	12\$000	286/07	2	7\$000

Tabela nº 2 – custo trimestral do Colégio ao início do século XX.

A dimensão caritativa não foi esquecida pelos Estatuintes, embora exercida com comedimento: “a Comissão provedora terá o direito de colocar no Colégio dez alunas pobres; o mesmo direito assiste às irmãs”, prescrevia a 18ª condição. Os artigos finais dos Estatutos tratavam da escolha de um Presidente (condição 22ª), que serviria de mediador entre a Superiora e os familiares visando o bom andamento do empreendimento; e de um Tesoureiro (condição 23ª), como vimos, com a função de arrecadar e gerenciar os recursos. Segundo anotou Novaes Rosas:

“A 21 de Novembro de 1907 os Estatutos sofreram modificações tendo se afastado da comissão provedora os nomes de: Affonso Marques de Souza, Octavio Novaes, Maria Josepha de Madureira, Jonas Meira de Vasconcellos, João Bonato, José da Cruz Machado, Antonio José de Oliveira, Joaquim de Souza Camargo, e Dr. Francisco Xavier da Silva”.²⁸

²⁸ NOVAES ROSAS, J. P. *op. cit.* p. 123.

Disto se conclui que restaram da comissão original apenas dez membros. Nenhum outro indicativo pudemos encontrar nas fontes compulsadas de forma a elucidar até que data a Comissão Provedora gerenciou o repasse de recursos, ou a que tempo as Irmãs de São José assumiram a direção financeira da escola sem intermediários.

1.3. Castro escolar, antecedentes.

A instalação do Colégio São José na esteira de uma série de iniciativas malogradas de instituições educacionais privadas parece ter conseguido atingir um equilíbrio entre os anseios da população castrense por educação escolar e a escassez de recursos que condenavam os professores particulares a cerrarem suas portas. No âmbito do ensino mantido pela Província e, após, pelo Estado do Paraná, embora houvesse nomeações para as cadeiras masculina, feminina e promíscua, a falta de um espaço próprio às aulas também interferia negativamente no desenvolvimento educacional da cidade. Façamos uma pequena recapitulação desses (in)sucessos:

O primeiro professor público nomeado em Castro, Antonio Luiz Ferreira, em data de 9 de junho de 1789, não recebia auxílio ou subvenção, e logo desistiu das atividades docentes, segundo informa o historiador Novaes Rosas.²⁹ Conforme este autor, ao longo do século XIX, “o governo sempre se manifestou bem intencionado a respeito da Instrução Pública, mas ao mesmo tempo que a estimulava em recomendações especiais às Câmaras, contradizia-se pagando mal os professores”.³⁰ Neste período, constam nomeações esporádicas de docentes, que atuam por poucos anos, sendo obrigados pelos baixos salários a procurar outras atividades – Pedro Saturnino Rangel de 1833 a 1836; Joaquim Anacleto da Fonseca, de 1837 a 1844; e Inácio Moreira Vilella, nomeado em 1845. Pode-se citar ainda a nomeação de Pedro de Oliveira Mascarenhas, em 1863, questionada pela Câmara, que não o julgava capaz, e de Custódio Cardoso Neto, que o substituiu em 1869. Na década seguinte houve alguma melhora, com a permanência de Emília Erichsen regendo a cadeira do sexo feminino e Gaudêncio Christóvão Machado, nomeado para a masculina, este permanecendo no cargo por apenas dois anos. Ao final do século XIX, registraram-se tentativas de fundação de colégios, por intelectuais como Joaquim Serapião do Nascimento, cuja escola funcionou de 1882 a 1884; assumida então por Júlio Victor de Azambuja Cidade, que entretanto faleceu em 1886; a seguir, José Francisco da Rocha

²⁹ NOVAES ROSAS, J. P. *op. cit.* p. 107.

³⁰ NOVAES ROSAS, J. P. *op. cit.* p. 108.

Pombo, que logo mudou sua residência para outra cidade; e Emílio de Menezes, cujo temperamento não se mostrou compatível com a função de mestre-escola.

O jornal *A Campanha*, publicado entre 1895 e 1896, ajuda-nos a perceber a estreiteza do panorama do ensino em Castro. Dez anos antes do início das atividades no São José, apenas duas escolas particulares publicaram anúncios à procura de alunos: o Colégio Saldanha³¹, dirigido pela professora normalista Luiza Cândida Saldanha, oferecia ensino primário e secundário para meninas, nas modalidades de externato e internato. Entre as disciplinas lecionadas estavam o português, o francês, geografia geral e brasileira, história universal e brasileira, aritmética, desenho linear e trabalhos de agulha. Os preços variavam de 30\$000 por trimestre para o primário, 45\$000, o secundário, e outros 30\$000 para quem quisesse ter apenas aulas de francês. A contribuição para o internato era de 70\$000 mensais. Os meninos, em contrapartida, poderiam matricular-se no Externato Iapó³², onde lecionava Rodolpho Teixeira Pimentel, ex-aluno do Collegio Loyola. O curso referia-se ao ensino primário e custava 3\$000 mensais, ou 2\$500 havendo mais de um aluno da mesma família. As propagandas dessas instituições repetem-se nas edições seguintes de *A Campanha*, do que se pode concluir que funcionaram por pelo menos um ano.

Uma idéia que morreu na casca foi a fundação de um colégio de instrução secundária de orientação católica pelo pároco Padre Vanesse,³³ a quem *A Campanha* assim saudou em 1896, pela iniciativa: “Trabalhai, ilustre prelado; proporcionai à mocidade o ensejo de poder iluminar o espírito com as luzes que dimanam de vossa inteligência lúcida e cultivada e de vossa ilustração sólida e variada”³⁴. A iniciativa coincidia com certa agitação que o pároco promovia anunciando visita do bispo à cidade, demandando reformas na Igreja e valorização do catolicismo. O influxo

³¹ *A Campanha*, nº 16, 10/11/1895, p. 3.

³² *A Campanha*, nº 17, 17/11/1895, p. 3.

³³ Sobre o padre Jean Batiste Vanesse e sua controvertida direção da colônia de imigrantes belgas no município paulista de Porto Feliz, ver: POLAZ, Karen Teresa Marcolino. Porto Feliz: evolução demográfica, imigração e propriedade de terra nos séculos XIX e XX. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

³⁴ *A Campanha*, nº 44, 14/06/1896, p. 2.

proselitista do missionário belga foi logo interrompido sem que concretizasse suas intenções, pois teve de evadir-se para Assunção, no Paraguai, após atingir acidentalmente um estudante num pic-nic ao manusear uma arma de fogo³⁵, evitando assim o processo judicial. A Igreja local ficou então, por vários meses, sem pároco.

Talvez com a intenção de contrabalançar a influência do padre, que a fustigava do púlpito e via páginas da imprensa, a Loja Maçônica castrense passou a oferecer gratuitamente uma aula noturna a cargo do médico Horácio de Oliveira Cercal, para a qual convidava “aos cidadãos que quisessem se matricular ou seus filhos, tutelados, etc., etc.”³⁶ Um mês após, anunciava já contar com trinta alunos inscritos.³⁷

No setor do ensino público as iniciativas também eram tímidas naqueles últimos cinco anos do século XIX. Relatório do Inspetor do Ensino, Alcebíades de Almeida Faria, citado n’A Campanha, parabenizava aqueles que se ocupavam dos “honrosos e árduos deveres do Magistério”, frente aos 111 alunos matriculados, sendo 33 na 1ª cadeira do sexo masculino, 23 na 1ª cadeira promíscua, 27 na 1ª do sexo feminino, e 28 na 2ª do sexo feminino.³⁸ Entre as matriculadas nas cadeiras do sexo feminino, 11 foram aprovadas nos exames escolares finais.³⁹ Uma “3ª cadeira mista” teria começado a funcionar em setembro de 1896, regida pela professora Victoria Asuaty Pinheiro.⁴⁰

Para Oney Borba,⁴¹ na Castro escolar do século XIX, embora com a nomeação esporádica de alguns professores, o maior problema ainda estava na falta de um local próprio para o funcionamento da escola pública, o que se modificaria posteriormente com a construção de prédio escolar em 1904. Este melhoramento tomou o nome de Grupo Escolar Dr. Vicente Machado. A inauguração do grupo, que simplesmente passou a abrigar as já existentes cadeiras do sexo masculino e feminino⁴², foi coetânea

³⁵ A Campanha, n° 49, 26/07/1896, p. 3.

³⁶ A Campanha, n° 56, 13/09/1896, p. 3.

³⁷ A Campanha, n° 61, 18/10/1896, p. 3.

³⁸ A Campanha, n° 6, 01/09/1895, p. 3.

³⁹ A Campanha, n° 19, 01/12/1895, p. 3.

⁴⁰ A Campanha, n° 56, 13/09/1896, p. 3.

⁴¹ BORBA, Oney Barbosa. Os Iapoenses. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986, p. 147.

⁴² Eram seus titulares os professores: Agostinho José Pereira (1ª masculina); Carlos de Carvalho (2ª masculina); Paula Machado Cercal (1ª feminina); e Adelina Machado Marins (2ª feminina). Conforme NOVAES ROSAS, J. P., *op. cit.*, p. 118.

à instalação do São José. Mais tarde surgiram o Instituto Cristão (1915), de orientação presbiteriana e o Colégio Diocesano Santa Cruz (1935). As três escolas confessionais funcionaram no regime de internato e recebiam alunos de famílias de várias cidades do Paraná e de outros estados.

O diferencial no universo escolar castrense, a partir do séc. XX, dessa forma, foi a organização das atividades didáticas em locais apropriados à prática pedagógica e não nas casas dos professores. Isto permitiu a regularização da atividade docente que visava realizar modelo de ensino específico a cada instituição – pública ou confessional. Embora escolas diferentes, o Grupo Escolar e o Colégio São José surgiram por iniciativa de um mesmo conjunto de cidadãos, o grupo hegemônico do Partido Republicano, que, portanto, compartilhavam dois projetos de instrução diferentes: o ensino público primário para a população em geral, dentro das propostas republicanas vigentes e o confessional, para as moças, de forma complementar. O Grupo Escolar, o quarto criado no Estado do Paraná, foi inaugurado a 29 de novembro de 1904, pelo governador Vicente Machado,⁴³ que, aliás, era castrense.

A atuação da professora Emília Erichsen pode ser considerada como uma exceção à regra da caducidade das iniciativas, pois lecionou por algumas décadas, utilizando para isso parte de sua residência. À época da instalação do Colégio São José, a velha professora, já muito idosa havia se retirado para a cidade de Palmeira, onde faleceu. Mas, sua atuação como docente de diversas disciplinas, e, em especial, o francês, talvez tenha restado nos arquivos de memória das famílias locais a indicar a necessidade da educação das moças. A atividade professoral de Emília deu-se por circunstâncias bastante particulares, que aqui cabe lembrar muito sucintamente⁴⁴:

Nasceu Emília no Engenho da Piedade próximo ao Recife, Pernambuco, em 17 de Novembro de 1817. Filha do médico José Manuel Faria e Albuquerque e de Marianna Carolina Faria e Albuquerque, mudou-se com a família para Santos, São

⁴³ Vicente Machado da Silva Lima, nasceu em Castro em 1860. Em 1881 formou-se em Direito em São Paulo. Governou o Paraná de 12/04/1893 a 31/05/1894 e de 25/02/1904 a 13/04/1906. Antes, fora superintendente da Instrução Pública. Foi Senador da República de 1895 a 1902, e de 1903 a 1907.

⁴⁴ Sobre Emília Erichsen ver: DORFMUND (1966); FRANÇA (1972); LAVALLE (1992); NICOLAS (1966; 1977); WALDMANN (2002).

Paulo, com a idade de dez anos. Nessa cidade, ela e seus irmãos tiveram a possibilidade de seguir estudos em diversas disciplinas com mestres capacitados, entre os quais se incluiu José Bonifácio de Andrada e Silva. Aprendeu línguas estrangeiras – italiano, inglês, francês e alemão.

Aos 23 anos, em 1840, casou-se com o dinamarquês Konrad Ericksen, nascido em 1799, proprietário do navio Eólus, que então mantinha contatos comerciais no país. Conheceram-se numa festa, onde Emília o auxiliara como tradutora. Seguiram-se ao casamento alguns anos de estadia na Europa, em que conheceu várias cidades e multiplicaram-se os contatos pessoais. Neste período, teria travado conhecimento com o pedagogo Friedrich Froebel, ou suas idéias, as quais atraíram o interesse de Emília que, na época, possuía duas filhas pequenas, nascidas na Europa, Mariana e Nancy. Retornando ao Brasil, cinco anos depois, passaram a residir em São Vicente, no litoral paulista, onde nasceram os demais filhos do casal: Conrado, Haraldo, Balbina, Caetano e Emília.

No início da década de 1850, aconteceu o naufrágio do Eólus, comprometendo as finanças da família, bem como a saúde de Konrad Ericksen, que decidiu afastar-se da lide marítima. O casal conseguiu então uma colocação na direção da Colônia do Assungui, que o governo imperial fazia instalar nos Campos Gerais do Paraná, em local onde hoje se encontra o município de Cerro Azul. A estadia na colônia deu-se durante o ano de 1855. O empreendimento daquele núcleo colonial mostrava-se inviável, quer pelo isolamento geográfico, quer pelas condições de relevo acidentadas, que dificultavam a produção agrícola e seu escoamento.

Em 1856 deixaram a Colônia do Assungui, passando a residir em Castro, à época o núcleo mais próspero nos Campos Gerais. Nesta cidade, Emília exerceu o magistério por mais de 30 anos. Ao mesmo tempo em que se preocupava em ensinar os filhos, e mais adiante, os netos, o ofício de professora ajudava-lhe a prover o sustento da casa. Inicialmente ensinou francês a moças de algumas famílias locais. Depois, a atividade foi-se estendendo a meninos e meninas de várias idades. No final do ano de 1857, prestou concurso para provimento da cadeira de professor de segundo grau, para a qual foi nomeada, exercendo tais funções até 1862, quando o cargo foi

extinto por medida de economia do governo provincial. A partir deste ano, regeu a cadeira de primeiras letras para o sexo feminino, posto bastante mal remunerado. Além da redução dos vencimentos, Emília tornou-se viúva. Konrad Ericksen morreu repentinamente em treze de março de 1862. Mas este é também o ano que assinalou o início das atividades com crianças de 4 a 6 anos, a quem ensinava segundo as concepções de Froebel, fato que costuma ser lembrado como a instalação do primeiro jardim de infância do Brasil.

Quanto à influência de Emília sobre seus contemporâneos, costuma-se ligá-la a personagens de importância política. Dois governadores do Paraná que deram especial ênfase à instalação de escolas tiveram contato muito próximo com ela: Vicente Machado, que teria sido seu aluno, e seu antecessor, Francisco Xavier da Silva. Este, foi vizinho de Emília em Castro. Em 1904, Vicente Machado inaugurou oficialmente o primeiro jardim de infância público do Paraná, nos moldes frobelianos, em Curitiba, mais tarde, após o falecimento da mestra, recebendo seu nome. Cabe ainda citar Laurindo Abelardo de Brito⁴⁵, o Conselheiro Laurindo, presidente da Câmara de Vereadores de Castro em 1870, que teria organizado com Emília uma biblioteca pública, e que mais tarde, ao ocupar a presidência da Província de São Paulo, apresentou, em 1880, projeto de reforma do Ensino Primário e Normal daquela Província. Há também menções a Emília ter mantido correspondência com o Padre Júlio Clavelin, do Colégio Caraça.

Na qualidade de ex-aluna de Andrada, o ensino religioso não parece ter estado muito em relevo nas aulas de Dona Emília. Este foi o senão que o Imperador D. Pedro II anotou em seu diário de viagem após sabatinar os alunos da professora Ericksen: “Aulas. Dona Emília Ericksen parece-me muito boa professora, contudo não explicara ainda a doutrina às meninas. O netinho dela leu bem, para o que estava preparado

⁴⁵ Laurindo Abelardo de Brito, nascido em 1828, formou-se em Direito em São Paulo em 1851. De 1869 a 1872, foi vereador em Castro. Na seqüência ocupou os cargos de deputado provincial, no Paraná, deputado geral, e inspetor da Instrução Pública. De 11/08/1879 a 03/03/1881 ocupou a presidência da Província de São Paulo. Em 1885 a Escola Normal de São Paulo prestou-lhe homenagem por ocasião de seu falecimento.

aliás, apesar de muito vivo. Os meninos mostraram pouco adiantamento; um contudo resolveu um problema de juros simples”.⁴⁶

Assim, cremos que a atuação de Emília Erichsen como educadora em Castro, se pode ser indicada como um precedente ao impulso ao convite às Irmãs de São José para instalação do Colégio, seria no sentido de que as moças castrenses nas décadas anteriores dispunham de uma opção de ensino de qualidade somado à inquestionável conduta moral da mestra. Por outro lado, não parece servir Emília Erichsen como antecessora na ênfase ao aprendizado da doutrina católica.

Retornando às questões levantadas pel’A Campanha, periódico que era mantido por uma associação de cidadãos ligados às lides forenses (juiz, promotor, advogados e cartorários)⁴⁷, pode-se perceber naqueles anos que precederam a instalação do São José que o ensino destinado ao sexo feminino ocupava um lugar específico e de utilidade prevista pelos agentes públicos de então. Primeiramente, os articulistas do hebdomadário preocupavam-se em criticar o conteúdo das cadeiras públicas de ensino: “Não é instrução propriamente dita o ensino rudimentar da escola primária; por isso devemos, depois do tirocínio escolar, dedicarmo-nos às letras, às ciências ou ao comércio, além de tirarmos real proveito de nossas habilitações”⁴⁸. Esta constatação aparecida no primeiro editorial d’A Campanha, servia para reforçar a tese de que a Imprensa, pelo conteúdo variado que poderia oferecer, diferentemente do ensino de pouca qualidade, concretizaria “em cada periódico uma escola de aplicação”. A preocupação do editorialista, repete-se em outros números, condenando na escola pública o “ensino maquinal e rotineiro que retarda o desenvolvimento das faculdades”

⁴⁶ D. Pedro II. **Diário da Visita à Província do Paraná. 1880.** in Petrópolis: Anuário do Museu Imperial, vol. XX, 1959, pp. 61-62.

⁴⁷ Revezavam-se assinando artigos e editoriais os advogados, e posteriormente promotores e juízes, Jerônimo Cabral Pereira do Amaral, Alcebíades de Almeida Faria, Antonio Bley, secundados pelo Coronel João Marins d’Araújo França, o Tenente Antonio Alves de Oliveira Junior, o professor Joaquim Duarte de Camargo, Evaristo Capilé, e o cartorário e amador teatral Francisco de Assis Andrade.

⁴⁸ **A Campanha**, nº 1, 28/07/1895, p. 1.

(...) aplicado com “livros não apropriados, mal escolhidos”, por professores “mudos, enigmáticos e enfadonhos”.⁴⁹

Esse conjunto de coisas incomodava porque na grandeza da função da Instrução e na nobreza da missão do professor residiriam as chaves do progresso moral e material do país, almejado pelos editorialistas do hebdomadário, no diálogo impresso que mantinham com outros órgãos publicados pelo país afora. Assim, afirmavam: “trabalhar pela prosperidade moral e intelectual da infância, é trabalhar pela causa do progresso, da civilização e da liberdade”.⁵⁰ E mais, diretamente relacionando escola e patriotismo por parte dos governantes, a quem prescreviam as medidas a serem tomadas, declaravam os jornalistas:

“Da instrução é que depende a paz moral, a prosperidade e a grandeza de uma nação; é ela que nos habilita para todos os cometimentos da indústria, das artes e das ciências. (...) Para que um povo se eduque e se instrua é preciso que seu governo, compenetrado desta verdade, trate com interesse e cuidado desta importante causa – a Instrução Popular – fazendo inspirado nos mais elevados sentimentos de patriotismo, desaparecerem todos os obstáculos que se opõem a sua difusão. (...) Uma vez que possam todos os professores dispor de casas, que, pelo menos acomodem o número dos alunos que se acham no caso de freqüentar a escola; possam ter livros, quadros, mapas, e tudo que for essencialmente preciso para auxiliá-lo, e para ser distribuído aos meninos indigentes, a instrução obrigatória será uma realidade”.⁵¹

A má formação dos professores, sua remuneração inadequada, e a assunção do posto de docente por pessoas carentes de vocação, também não eram esquecidas, culpando-se o Regulamento do ensino no Estado por não exigir melhores métodos e exercícios apropriados.⁵² Prosseguem os articulistas em seu concerto de causalidades, antevendo o progresso social necessariamente em dependência da solução dos problemas que afligiam a escola e o ensino:

⁴⁹ **A Campanha**, nº 28, 23/02/1896, p. 1.

⁵⁰ **A Campanha**, nº 29, 01/03/1896, p. 1.

⁵¹ **A Campanha**, nº 10, 29/09/1895, p. 1.

⁵² **A Campanha**, nº 41, 24/05/1896, p. 1.

“O professor deve ser habilitado para poder ensinar um pouco mais do que é absolutamente necessário ao homem do povo saber para os misteres sobre a vida material. E isto porque, um menino de ínfima classe, por decidida vocação e com os conhecimentos adquiridos na escola, podendo por si mesmo fazer o seu adiantamento para elevar-se a uma esfera superior, entrará logo em contato com classes sociais de educação e costumes mais apurados e no meio delas aprenderá com os elementos que já possui, o segredo de conhecer todos os vícios, de praticar as regras do decoro e de alimentar nobres aspirações ao melhoramento de sua condição. (...) O professor exerce ao mesmo tempo dous nobilíssimos sacerdócios – ensina e educa, isto é, forma o espírito e o coração da criança. (...) Seu ministério deve ter por base o amor, o desinteresse, a abnegação e a virtude”.

Confrontados com a impossibilidade fática de que o Estado, carente de recursos, pudesse universalizar o ensino, os sócios d’A Campanha vislumbravam na ilustração da mulher a solução possível no sentido de garantir o progresso social pela criação no núcleo familiar de uma espécie de escola auxiliar. Assim argumentavam: “A escola, para ser um poderoso instrumento de civilização, não pode ter um círculo (*sic*) tão acanhado e tão pobre que apenas dê esse *ler, escrever e contar*, que, se antigamente foi o máximo da instrução popular, já não basta às aspirações do espírito moderno, que quer vulgarizadas as ciências”. Se a escola não estava capacitada a ensinar o universo, os vegetais, o organismo, os deveres do cidadão, o que é o voto e o cabedal comum do bom senso, quem deveria fazê-lo, no dia-a-dia, seria a mãe que “é o oráculo dos pequeninos, que, brincando em torno dela, exercitam sua curiosidade com perguntas”. Por isso, condenavam, não era aceitável ser descurada a educação da mãe de família.⁵³

Acordes quanto à necessidade de educar o sexo feminino, chegavam mesmo a acolher nas páginas do jornal artigos de matiz feminista, como as seguintes linhas assinadas por Amélia Couto⁵⁴:

⁵³ **A Campanha**, nº 21, 15/12/1895, p. 1.

⁵⁴ Trata-se provavelmente de Amélia Carolina da Silva Couto, jornalista e feminista, que atuou no Rio de Janeiro onde fundou em 1879 o jornal *Echo das Damas*, o qual, graças ao seu tino empresarial

“As minhas patrícias decerto não querem ficar estacionárias em meio ao movimento evolucionista das novas sociedades, e como que se preparam para as lides do trabalho material e intelectual que a ciência social dos nossos dias lhes prescreve. A mulher livre e civilizada é a maior ventura desta parte da humanidade que os homens têm tão desdenhosamente denominado – sexo frágil. Será talvez a última e ao mesmo tempo, a mais importante revolução do século assombroso, que tem justamente conquistado o título de século das luzes”.⁵⁵

A tese de Amélia previa a conquista da educação feminina além do vulgar de outrora, incluindo um cabedal razoável de ilustração literária, pelo que, lista doze escritoras da época. Faz a concessão em dizer que tal mulher ilustrada não desdenharia os sagrados deveres de esposas e mães, antes, os serviria mais meritoriamente. E conclui, com tônica anticlerical: “Isto ainda não é uma aurora plena, brilhante de fulgurações radiosas; ainda temos as peias religiosas do jesuitismo maléfico, a moral teológica com seus dogmas tirânicos e atrozes; mas o momento psicológico de nossa completa liberdade soará, e esse será o de nossa supremacia”.⁵⁶ Dez anos depois, o Colégio São José aberto ao estrugir de fogos de artifício, certamente não se destinava a concretizar tal modelo de educação feminina.

circulou por oito anos, publicando artigos em defesa da maternidade, dos direitos das mulheres, bem como obras literárias de autoria feminina e conhecimentos práticos.

Cfe. www.unicruzeiro.org.br/1378/367967.html

⁵⁵ **A Campanha**, nº 22, 22/12/1895, p. 1.

⁵⁶ **A Campanha**, nº 22, 22/12/1895, p. 1.

1.4. As recém-chegadas freiras francesas.

Quem eram, afinal, as jovens francesas que chegavam a Castro para o exercício do magistério, para a condução da moratória social de crianças e jovens, para, ao mesmo tempo, negar e afirmar um novo papel social à mulher? Coerentemente ao pensamento que vigia no âmbito da Congregação de São José no início do século XX, as Irmãs procuravam não demarcar com personalismo sua atuação. De forma que identificamos dois fenômenos repetirem-se através do século nas páginas dos jornais castrenses em relação às Irmãs de São José: primeiramente, a menção à escola sempre era feita em relação ao conjunto das religiosas, como algo compacto e homogêneo, a quem são dirigidos elogios pela dedicação e competência. Não se indicavam os nomes individuais ou a especialização por disciplinas que regiam. Em segundo lugar, e no sentido oposto, referia-se a madre superiora de cada período como figura catalisadora das atenções e reverências, esta sim deixando gravado o seu nome nos arquivos da memória. É como se, no conjunto das tarefas específicas da superiora, houvesse uma que não cabia às demais religiosas, ou seja, a de mostrar-se ocasionalmente ao mundo, e nele interagir como ponto de referência para o grupo social mais amplo como personificação da Congregação e do Colégio.

O aspecto da centralidade da madre superiora como operadora dos contatos com o meio social foi percebido por Yvonne Turin, ao estudar as congregações femininas em França, identificando em sua figura uma nova espécie de inserção feminina no plano social. A autora indica o fortalecimento das madres superiores ao longo do século XIX como consequência do movimento centralizador que se impõe às associações femininas, antes locais, em agrupamentos com direção comum, quer pelas exigências legais impostas pelo Estado francês, quer pelos bispos, interessados em obter certa uniformidade no tratamento das questões religiosas. Uma característica bastante significativa deste conjunto de acontecimentos, segundo a pesquisadora, é que as superiores eram indicadas ainda muito jovens e deviam tomar toda uma série de decisões premidas por questões não só religiosas, mas também, políticas, legais, e mesmo de saúde pública. Assim, resume Turin: “o primeiro aspecto da atividade da

religiosa no século XIX, é a rapidez com a qual ela se acha impulsionada a agir, qualquer que seja, afinal, sua idade, e a pouca ou nenhuma preparação”.⁵⁷

Esse novo posicionamento da mulher consistia numa forma de inserção social em que tarefas específicas eram destinadas aos grupos de religiosas, os quais eram identificados através da figura da superiora num procedimento de aquisição de coesão que fazia multiplicar a força da própria atuação do grupo. Assim, afirma Turin, o novo espaço social que se abria rapidamente ao sexo feminino foi

“sem dúvida, uma das razões do grande crescimento dessas congregações. Elas consistiam num espaço de promoção, de afirmação de si mesma, e mesmo em posto de comando para as mulheres da época, em domínios que interessavam à construção da sociedade em todos os aspectos, e não somente no religioso. Enquanto membro de uma congregação, poder-se-ia tornar uma mulher oficial”.⁵⁸

A antinomia que acontecia no seio das congregações femininas na Europa entre vida contemplativa e ação secular é um paradoxo que se vinha instalando já a partir do Concílio de Trento, no século XVI, segundo Claude Langlois. A centralização das congregações em grandes casas-mães que destacavam suas agregadas para a execução de múltiplas atividades acontecia, segundo o pesquisador, primeiramente num impulso de ocupação do regional, e, mais tarde, abrindo-se para missões de caráter nacional ou no estrangeiro. Afirma o estudioso: “ao longo das décadas, as famílias religiosas originárias da França viram seu centro de gravidade descolar-se, de início ao novo

⁵⁷ «Premier aspect donc du métier de religieuse, au XIXème siècle, la rapidité avec laquelle on se trouve happée par l’action, quels que soient finalement l’âge et le peu, ou l’absence, de préparation». in TURIN, Yvonne. *Femmes et Religieuses au XIXème Siècle. Le féminisme en religion*. Paris: Nouvelle Cité, 1989, pp. 53-54.

⁵⁸ «Sans doute est-ce là une des raisons de l’extrême croissance de ces congregations. Elles étaient un lieu de promotion, d’affirmation de soi-même, et même de commandement pour les femmes de cette époque, dans les domaines qui touchaient à la construction tout entière, et pas seulement religieuse, de la société. Membre d’une congrégation on pouvait être une femme officielle». in TURIN, Y. *op. cit.* p. 58.

mundo, e posteriormente, muitas vezes, em direção ao terceiro mundo”.⁵⁹ Assim, o tipo de congregação religiosa que viria a triunfar após a Revolução Francesa, no século XIX, seria aquele nascido na primeira metade do século XVII, tendo como modo de organização a centralidade em torno da figura da superiora geral. Seria, dessa forma, consequência indireta da Revolução a preeminência do modelo congregacional feminino face ao enfraquecimento do aparelho hierárquico clerical masculino. A demanda por um movimento de reafirmação da religião com características de utilidade social teria ensejado o alargamento da atuação das superiores. No lugar do bom pároco, a partir do século XIX, é a “irmã de caridade que agora assume esta função social, e que deixará o clero secular livre, em limites então mais estreitos, para retornar às tarefas mais exclusivamente religiosas.”⁶⁰ Acelerou-se, portanto, a feminilização do catolicismo, constituindo-se as congregações em empreendimentos prestadores de todo tipo de serviço nos limites das dioceses – ensino, saúde, assistência social e tarefas administrativas.

Em resumo, segundo Langlois, as congregações femininas no século XIX, trocaram o ócio religioso (a prece coletiva, a meditação individual e a ritualização de gestos da sociabilidade conventual) pelo *neg-ócio* sacralizado – as atividades manuais ou intelectuais exercidas pelas religiosas sozinhas ou em pequenos grupos, santificadas “pela finalidade que o ideal congregacional lhes assinalava”.⁶¹ Isto se dava, então, por dois movimentos inversos, mas complementares – a laicização das atividades congregacionais sempre mais presentes no plano social acontecendo em função de uma preparação prévia bastante fechada, em âmbito conventual, preservada em certos espaços de acesso exclusivo às religiosas em seus locais de atuação. Há, portanto, uma constante interplexão entre público e privado levando a contrabalançar a vivência

⁵⁹ «au fil des décennies, les familles religieuses originaires de France ont vu leur centre de gravité se déplacer, d’abord vers le nouveau monde, et ultérieurement parfois en direction du Tiers Monde». in LANGLOIS, Claude. Le Catholicisme au féminin. Les congrégations françaises à supérieure générale au XIX^e siècle, Paris: Les Éditions du Cerf, 1984, p. 800.

⁶⁰ «c’est la bonne soeur qui maintenant assume cette fonction sociale, ce qui laissera le clergé séculier libre, dans les limites maintenant plus étroites, pour revenir à des tâches plus exclusivement religieuses». in LANGLOIS, C. *op. cit.* p. 801.

⁶¹ «par la finalité que l’idéal congréganiste lui assigne» in LANGLOIS, C. *op. cit.* p. 803.

pessoal da religiosa, por definição recatada e silente, ante o tempo que passou a despender em ações públicas concretas dirigidas à transformação social conforme as diretivas da Igreja Católica em seu projeto de modernização conservadora.

É neste espírito, conscientes de ter um papel específico a cumprir, que as primeiras freiras chegaram a Castro. Através da historiadora Idalina Bueno de Magalhães, ex-aluna matriculada no Colégio em 1927, e que posteriormente lecionou em sua escola normal, conhecemos o nome das quatro religiosas chegadas em 1905:

“Relacionemos as Irmãs fundadoras: Madre Anne Félicité, Irmã Rosa Filomena, Irmã Aglaé e Irmã Maria Basília, cuja memória merece tributo de gratidão, porquanto foram essas abnegadas religiosas as organizadoras desse modelar educandário, sob cujo teto acolhedor as tradicionais famílias vêm obtendo o aprimoramento intelectual de seus filhos: a elas coube enfrentar o trabalho de organização, afanoso e cheio de percalços.”⁶²

As quatro religiosas que teriam instalado o Colégio de Castro em seus primórdios fazem parte de um dos dezoito grupos de Irmãs de São José que partiram da Diocese de Moûtiers, no extremo oeste da França, da região montanhosa da Alta Savóia, totalizando 93 missionárias entre 1896 e 1949.⁶³ Tais religiosas, pertencentes à assim nomeada Congregação das Irmãs de São José de Moûtiers, foram as responsáveis pela disseminação dessa organização católica nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, na virada dos séculos XIX e XX.

Pouco saberíamos dos desdobramentos iniciais dessa atuação não fosse o atento volume produzido pelo abade Trésal, com o intuito de interessar outras jovens francesas a emigrar ao Brasil na condição de religiosas, publicado em Paris, trazendo a descrição de todos os estabelecimentos de São José em funcionamento no Sul do Brasil até 1929.⁶⁴ Pelo relato de Trésal, somos informados que o primeiro contato com a Congregação em Moûtiers foi feito pelo padre jesuíta Giovanni-Maria Cyber, a

⁶² MAGALHÃES, Idalina Bueno de. *Narrativas*. Castro: Gabriel Indústria Gráfica, 1999, p. 22. Transcrição de artigo publicado no Estado do Paraná em 18/06/1960.

⁶³ No Anexo 2 apresentamos quadro cronológico nominal das religiosas emigradas.

⁶⁴ TRÉSAL, J. *Les Soeurs de Saint-Joseph de Moûtiers (Savoie) en France et au Brésil (1828-1928)*. Paris: J. Gabalda et Fils, 1929.

pedido do bispo de Curitiba, Dom José Camargo de Barros, em 1894. Conquistada a aquiescência da Madre Superiora Adèle, Dom José firmou sua aceitação em carta datada de 30 de abril de 1895, comprometendo-se a pagar o custo da viagem ao Paraná, e aconselhando o trajeto marítimo realizado por navios alemães que faziam escala no Havre e prosseguiam até Paranaguá. A intenção primeira do prelado paranaense, cuja diocese incluía o Paraná e Santa Catarina, era incumbir as religiosas dos misteres de cuidados a doentes na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.⁶⁵ O primeiro grupo de cinco religiosas e dois padres franceses partiu do Havre a 28 de Maio de 1896, chegando a Paranaguá em 28 de Julho. As condições da navegação transatlântica não foram elogiáveis. As agruras sofridas pelo grupo de religiosos repetir-se-iam a cada nova leva de Irmãs. Vejamos a descrição de Trésal sobre a viagem a bordo do navio alemão Macedônia:

“O Macedônia era um barco pequeno, uma casca de noz; algumas horas depois de deixar o porto, todo mundo passava mal. E ainda, havia a cozinha alemã com suas receitas tão pouco simpáticas aos estômagos franceses. Toda a tripulação era luterana, mas muito respeitosa; as irmãs tinham toda a liberdade de fazer seus exercícios de piedade em comum; aos domingos, um dos padres celebrava a santa missa e as irmãs que não se sentiam mal, tinham a felicidade de comungar. Nas cabines, a instalação era medíocre, mas os padres mantinham uma salutar alegria entre as missionárias. Depois de fazer demoradas escalas em São Vicente das Canárias, Cabedelo e Maceió (...) os viajantes chegaram a Paranaguá, em 28 de Julho. Já era tempo, desde Maceió, isto é, nos seis últimos dias, o pequeno barco, parcialmente sem lastro, dançava e rolava noite e dia”.⁶⁶

⁶⁵ Sobre a atuação das Irmãs de São José na Santa Casa de Curitiba ver: PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. O Cuidar na Atuação das Irmãs de São José de Moûtiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. (1896-1937). Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2005.

⁶⁶ «Le Macédonia était un petit bateau, une coquille de noix ; quelques heures après la sortie du port, tout le monde était malade. Et puis, il y avait la cuisine allemande avec ses mélanges si peu sympathiques aux estomacs français. Tout l'équipage était luthérien, mais très respectueux; les soeurs avaient toute liberté de faire leurs exercices de piété en commun; le dimanche un des aumôniers célébrait la sainte messe et les soeurs qui n'étaient pas malades, avaient le bonheur de communier. Dans les cabines, l'installation était médiocre, mais les aumôniers entretenaient une saine gaieté parmi les missionnaires. Après avoir fait de longues escales à Saint-Vincent des Canaries, à Cabedello, et à Maccio, (...) les voyageurs arrivèrent devant Paranaguá, le 28 juillet. Il était temps; depuis Maccio, c'est-à-dire depuis six jours, le petit bateau, partiellement délesté, tanguait et roulait nuit et jour». *in* TRÉSAL, J. *op. cit.* pp. 136-137.

Os grupos que partiram nos anos seguintes optaram por outros trajetos, tomando navios maiores a partir de Bourdeaux ou Gênova até o Rio de Janeiro, passando depois à navegação de cabotagem para atingir o Paraná ou o Rio Grande do Sul em barcos brasileiros. Dessa forma, no caso de haver mar agitado, o incômodo seria de menor duração. O segundo grupo, de seis religiosas, partiu da França em 22 de Fevereiro de 1897, chegando a Paranaguá em 20 de Março, com a missão de assumir a Santa Casa de Misericórdia daquela cidade. No ano seguinte, 1898, um grupo maior, de doze Irmãs, tendo partido em 18 de Novembro, chegou ao Rio de Janeiro em 4 de Dezembro. A maior parte destas religiosas veio ao Paraná enquanto que quatro prosseguiram ao Rio Grande do Sul, atendendo ao pedido que fizera o Bispo de Porto Alegre, D. Cláudio Gonçalves Ponce de Leão, através do provincial dos capuchinhos na Savóia, de também contar com os préstimos das Irmãs de São José em sua Diocese. Entre as religiosas chegadas em 1898 estava a Irmã Aglaé Brachet, do grupo que posteriormente fundaria o Colégio em Castro. A Irmã Anne Félicité Duc, primeira superiora em Castro, teria vindo com o sétimo grupo, em 1903. Já a Irmã Rose Philomène Uginet, outra das precursoras, pertencia ao sexto grupo chegado ao Brasil, em 1902. Quanto à Irmã Maria Basília, citada por Magalhães, não consta da listagem de Trésal, o que nos leva a supor já fosse conversa brasileira que tivesse aderido à Congregação.

A Irmã Joseph-Hermann (Virginie Rochat), chegada inicialmente ao Rio Grande do Sul em 1899, sucedeu as fundadoras Anne Félicité e Rose Philomène na direção do Colégio de Castro, ficando na cidade por muitos anos. É a única religiosa da Congregação de São José sepultada no Cemitério de Castro, contrariando o costume de que, ao chegarem à velhice, as Irmãs recolham-se ao Convento do Cajuru em Curitiba.

Como dizíamos acima, ao contrário das demais irmãs, os nomes das superiores eram ocasionalmente citados na imprensa, e serviam de referência para os relacionamentos entre a sociedade castrense e o Colégio. Vejamos, neste sentido, o poema que o ex-aluno João Carvalho de Macedo declamou e fez publicar por ocasião do cinquentenário da instituição, dedicado à Madre Anne Félicité:

Invocação

“Madre Félicité que estás no céu,
 No assento etéreo a que chamou Camões,
 Desfaz o véu,
 A nuvem branca que te cobre os olhos,
 E vê, livre de escolhos,
 Em pleno mar, a navegar, segura,
 A pequenina nau das gerações
 Que outrora dirigiste em noite escura...

Era tão frágil, mas, no leme havia
 A tua mão, a mão que a dirigia...

Volve os teus olhos e verás radiante,
 Como o anãozinho se tornou gigante...
 Verás no caminho percorrido,
 Há frutos reais do esforço dispendido...

Madre Félicité, o teu Colégio,
 Que agora ostenta os galardões da glória,
 Foi um presente régio,
 O mais lindo, o mais rútilo presente
 Que veio ter às mãos da minha gente,
 A página melhor da nossa história...
 (...)

Madre Félicité que estás no céu,
 Refaz a nuvem e repõem o véu
 Porque já viste o magistral destino,
 A grande trajetória,
 Da pequenina nau que foi outrora...
 Viste-a vencer,
 Singrar os grandes mares, altaneira,
 Levando a cada porto, sobranceira,
 O incomparável hino,
 A grande sinfonia,
 A música sem par da trilogia
 Da MORAL, do TRABALHO e do SABER!”⁶⁷

Outro exemplo aparecido na imprensa castrense em que transparece a atribuição dos méritos da existência e expansão do Colégio à figura da Madre Superiora, é o da notícia do falecimento da Irmã Josefa, em 1938:

⁶⁷ MACEDO, João Carvalho de. **Invocação**. **Castro-Jornal**, nº 1206, 29/10/1955, p. 1.

“Faleceu nesta cidade a 14 deste mês, confortada pelos sacramentos, a Madre Josefa Rochat, Superiora do Colégio São José. (...) Estimadíssima pela natural bondade e extrema simpatia que de si irradiava, a sua morte causou grande mágoa às Irmãs de São José, às alunas deste conceituado colégio, a todos quanto a conheceram, à população geral desta cidade. Foi por isso que se notou a consternação e o luto de que se cobriu a sociedade castrense com o passamento da veneranda educadora. (...) Assim findou-se uma vida preciosíssima para o bem espiritual e material de Castro. Sem jamais menosprezar os altos sentimentos patrióticos com relação à sua terra natal, a Irmã Josefa, por entre a complexidade dos seus deveres de superiora de uma grande casa de ensino, sempre encontrava tempo para se interessar vivamente pela boa sorte de Castro e seu povo. Todos os assuntos e problemas relacionados com a nossa cidade, município e sua população, mereciam da abnegada e culta religiosa o seu máximo de dedicação, tornando-se proverbial o seu devotamento a Castro e aos castrenses. (...) Castro-Jornal, traçando estas linhas muito sente a morte e rende pálida homenagem à Madre Josefa, figura exponencial de virtudes no seu alto cargo de Superiora do Colégio São José, e de singular dedicação às boas causas de Castro.”⁶⁸

Com o desaparecimento da Irmã Josefa, assinala-se o fim do ciclo no qual o Colégio foi dirigido por religiosas vindas de França.

⁶⁸ **Castro-Jornal**, nº 391, 19/11/1938, p. 4.

1.5. Características do ensino oferecido.

1.5.1. Formas de ensinar na Congregação de São José: a herança inaciana da *Ratio Studiorum*.

A ausência da indicação nos textos originários da Congregação de São José quanto ao método adotado preferencialmente em suas escolas leva-nos a intuí-lo a partir dos documentos escolares existentes, dos relatos de memória e dos estudos acadêmicos quanto à educação católica, de forma a esclarecer como se operacionalizam os objetivos propostos, através das religiosas que exerciam a função de professora segundo as regras congregacionais.

No âmbito acadêmico brasileiro, Ivan Aparecido Manoel, em sua tese *A Igreja e Educação Feminina (1859-1919)*, analisa o ensino em escolas católicas tendo como foco a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry. A obra de Manoel aborda mais especificamente o Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, de Itu, primeiro estabelecimento das Irmãs de São José no Brasil. O autor entrevê na presença dessas religiosas, bem como em sua forma de atuar, um exemplo de expansão do catolicismo ultramontano, isto é, de caráter intransigentemente conservador e de intenção fortalecedora da cúria romana e do Papa como protagonistas centrais e necessários da religião. Segundo esse pesquisador a atuação do bispo de São Paulo, D. Antonio Joaquim de Melo, entre 1851 e 1861, incluiu medidas práticas para o desenvolvimento de um projeto educacional ultramontanista.⁶⁹ Na esfera religiosa, o prelado preocupou-se com a formação de sacerdotes atuantes e cultos, capazes de interferir na religiosidade popular. No plano familiar, a preocupação era educar a juventude segundo a visão de mundo da Igreja, garantindo assim a extensão desse desenho ideológico às famílias, ao longo do tempo, quando as ex-alunas se tornassem mães.

⁶⁹ MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919) Uma Face do Conservadorismo*. São Paulo, Editora UNESP, 1996, p. 47.

Ao tratar da descrição histórica da congregação das Irmãs de Chambéry, Ivan Manoel traz informações a partir das quais infere ligação originária e de similitude de atuação com a ordem dos jesuítas: “Pelo que tudo indica, a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry foi o ‘braço feminino’ do jesuitismo”, eis que seu fundador, em 1648, o padre Jean Pierre Medaille era jesuíta, e a localidade de Chambéry, situa-se na Savóia, ducado que desde o século XVI, constituiu-se num “centro de ação contra-reformista de capuchinhos e jesuítas”.⁷⁰ Não teria sido, assim, por mera coincidência que o bispo de S. Paulo e mais tarde seus equivalentes do Paraná e do Rio Grande do Sul teriam requisitado para atuarem em suas dioceses religiosos provenientes da Savóia. E insiste o pesquisador: “As ligações da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry com o jesuitismo são inequívocas. Além das razões históricas já apontadas, elas são também comprovadas pelos métodos pedagógicos empregados pelas Irmãs, inegavelmente adaptados do *Ratio Studiorum*, o manual pedagógico dos jesuítas”.⁷¹

Inácio de Loyola, o criador da Companhia de Jesus, jamais tratou de organizar comunidades de religiosas, mas, seus escritos inspiraram indiretamente o estabelecimento de diversas congregações femininas. No caso das Irmãs de São José, tal parentesco de formação com a Companhia seria atribuível, além do fato de seu fundador ter sido um jesuíta, a certas características da forma de atuar das irmãs, comuns aos jesuítas, e que seriam: a vivência da espiritualidade no mundo; a prática da contemplação na ação; a busca da percepção de Deus em tudo, em especial no próximo; e a preocupação com o estabelecimento de escolas.⁷² Vejamos, quanto ao último aspecto, as características da pedagogia jesuítica, perfilhadas pelas Irmãs de São José:

A Companhia de Jesus configurou, desde seus primórdios, um modo próprio de fazer em educação, no panorama do mundo católico. Na base disto está a *Ratio Studiorum*, cujo texto original preparado pelo Padre Cláudio Acquaviva em latim, veio

⁷⁰ MANOEL, I. A. *op. cit.*, p. 50.

⁷¹ MANOEL, I. A. *op. cit.*, pp. 85-86.

⁷² SCHWAN, Marie. *Ignatian Spirituality: Roots of the Sisters of St. Joseph*. Acessado em 20/04/2008, no endereço eletrônico: /www.sistersofstjoseph.org/publications/pathways/2001_summer.html.

a público em 1599. Tratava-se de “um manual prático, um regulamento interno de disciplina acadêmica, preparado principalmente para servir de guia ou orientação aos professores”⁷³. Informa Schmitz que o texto de 1599 é resultado de construção coletiva dos diversos colégios jesuíticos existentes à época. Já em 1586, consultas e debates procuravam codificar práticas comuns. Em 1591 publicou-se versão à qual se esperava, no prazo de três anos, que os colégios enviassem sugestões de emendas. As principais críticas que se fizeram foram quanto ao exagerado detalhamento das regras. Na versão oficial de 1599, “foram atendidas estas dificuldades e todas as obrigações comuns dos professores foram agrupadas num só capítulo. A nova edição não chega a ter mais de 200 páginas”⁷⁴.

Para entendimento da pedagogia dos jesuítas e sua metodologia, é preciso ter em conta, segundo os autores citados, que Inácio de Loyola tinha formação acadêmica. Dos filósofos do Renascimento, em especial Erasmo e Vives, o fundador da Companhia de Jesus incorporou o método unitário e de ordem didática rigorosa, o chamado *modus parisinus*. Nesse enquadramento, fez a junção do teísmo medieval e do humanismo renascentista: “Inácio de Loyola pretendia a fusão de um ideal de formação ou – fim educativo – centrado na invariabilidade do elemento divino, junto com a variabilidade, perfectibilidade e liberdade do elemento humano objeto de educação”⁷⁵. Na prática educativa proposta por Loyola pode-se perceber seu modo de pensar o mundo – a centralidade de Deus no fazer educativo, perceptível concretamente na figura histórica de Jesus Cristo, modelo a ser seguido, e servido, tanto pelos discípulos, como pelos mestres. O atendimento de tal objetivo espiritual-religioso embutido nas práticas de ensino dar-se-ia através do conhecimento

⁷³ “un manual práctico, un reglamento interno de disciplina académica, preparado principalmente para servir de guía u orientación a los maestros”. in LABRADOR, C.; BERTRÁN-QUERA, M; DIEZ ESCANCIANO, A.; e MARTINEZ ESCALERA, J. *La “Ratio Studiorum” de los Jesuitas*. Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 1986, p. 16.

⁷⁴ SCHMITZ, Egídio Francisco. *Os Jesuítas e a Educação. Filosofia Educacional da Companhia de Jesus*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1994, p. 81.

⁷⁵ “Inácio de Loyola pretendía la fusión de un ideal de formación o – fin educativo – centrado en la invariabilidad del elemento divino, junto con la variabilidad, perfectibilidad y libertad del elemento humano objeto de educación”. in LABRADOR *et alii*, *op. cit.*, p. 20.

experencial e do diálogo educativo entre o mestre divino e os mestres e discípulos humanos. A Companhia de Jesus, por meio de técnicas definidas, operacionalizaria o ensino com fim apostólico-religioso, pretendendo estender a todos os homens o conhecimento e o amor a Deus, permitindo-lhes atingirem a perfeição e alcançarem a salvação.

Apologeticamente, Labrador *et alii* descrevem o que teria havido de inovador na pedagogia jesuítica no bojo da *Ratio Studiorum*, opinando serem pontos cuja validade transcende o espírito da época, sendo aplicáveis até hoje: a *Ratio Studiorum* colocava o estudante na posição de educando, e ao professor na de educador, cuja atuação auxiliaria e condicionaria o fazer educativo; o trabalho pedagógico era desenvolvido de forma ativa exigindo do estudante colaborar em sua autoformação; dava-se maior ênfase à formação interior do que à aquisição de conhecimentos ou informações exteriores; havia preocupação em desenvolver paralelamente as faculdades intelectuais, anímicas e psíquicas da pessoa; tratava-se de ensinar ao aluno a sentir, compreender e pensar por si mesmo; introduzia-se a divisão da educação segundo diferenças de idade, possibilidades e aptidões dos alunos.⁷⁶ Schmitz indica ainda outra característica precursora da *Ratio*: por seu desenho generalizador, que estabelecia normas comuns a escolas diversas, teria servido de inspiração aos “modernos sistemas de ensino dos diversos países. (...) Sem normas comuns, difícil seria estabelecer um sistema estável de educação”.⁷⁷

A *Ratio Studiorum* preconizava o aproveitamento das produções literárias para ressaltar os bons hábitos humanos e as virtudes. O conteúdo interdisciplinar dos estudos deveria ser organizado hierarquicamente e apresentado de forma ativa e prática, permitindo contínua interação entre discípulo e mestre, que deveriam trabalhar juntos. Buscava-se organizar um plano de estudos unificado, cíclico e convergente. Propunha-se um tríptico didático: preleção, repetição, aplicação em exercícios práticos, predominando a verbalidade – oral e escrita. As classes deveriam ser coletivas e graduadas conforme idades e níveis de ensino. O aluno deveria ter

⁷⁶ LABRADOR, C., *et alii*, *op. cit.*, pp.51-54.

⁷⁷ SCHMITZ, E. F., *op. cit.*, p. 83.

satisfação em estudar.⁷⁸ A *Ratio Studiorum* foi apresentada como um conjunto de regras com indicações claras do modo de atuar na prática de ensino. Para os alunos menores, por exemplo, o manual pedagógico contemplou questões como: hierarquia dos controles, modos de ensinar, férias, separação por graus das cinco classes inferiores (a saber, retórica, humanidades e três de gramática), livros utilizados, regras para matrícula dos alunos, promoções anuais solenes, exames orais e escritos, promulgação pública dos resultados, declamações, debates, prêmios; e outros.⁷⁹ A maior parte destas características estaria presente na prática pedagógica das Irmãs de São José até meados do séc. XX, quando a interferência governamental mais premente na formalização dos programas levaria a outros direcionamentos.

As Irmãs de São José foram inicialmente recrutadas entre moças humildes, sem formação escolar aprofundada. É por isso compreensível que sua atuação fosse antes assistencial do que educativa, no sentido escolar. Quando aderiram à tendência geral da Igreja Católica de evangelizar através da educação de jovens, é uma hipótese bastante plausível que se tenham inspirado nas práticas dos colégios jesuíticos para formulação de seus modelos pedagógicos. Isto porque a proximidade histórica na origem das congregações deve ter persistido através de contatos como orientação espiritual pelos padres e pela utilização de publicações específicas oriundas da Companhia.

Ivan Manoel, citando Beaulieu e Charboneau, afirma que todas as congregações católicas atuantes no Brasil a partir do século XIX, empregavam o método jesuítico da *Ratio Studiorum*, com as adaptações necessárias às novas matérias existentes.⁸⁰ Ao lado das práticas diárias de devoção religiosa, as irmãs adaptaram a *Ratio* de forma a adequá-la a suas propostas de formação das meninas para as virtudes convenientes ao seu sexo. Assim, predominavam o francês e a literatura, desenvolvendo uma “retórica por meio da prática cotidiana de composições literárias, em forma de cartas ou

⁷⁸ LABRADOR, C., *et alii*, *op. cit.*, p. 54.

⁷⁹ LABRADOR, C., *et alii*, *op. cit.*, pp. 61-71.

⁸⁰ MANOEL, I. *op. cit.*, p. 86.

descrições”.⁸¹ Teria havido portanto uma grande valorização do gênero epistolar, que na *Ratio* era desenvolvido a partir das Cartas de Cícero, como recurso didático fundamental. O exercício da composição, com temática ligada a vidas de santos ou a personagens históricos, concluindo com lições de fundo moral, permitia atingir a tríade de objetivos do ensino praticado: “uma sólida formação nos princípios católicos, uma cultura geral bastante refinada, e, finalmente, uma sociabilidade polida”.⁸² Noções de História e História Sagrada confluíam para fundamentar o universo discursivo utilizado. As ciências físicas e naturais, em segundo plano, complementaríam a instrução.

1.5.2. As religiosas professoras segundo as regras vigentes para as Irmãs de São José de Moûtiers.

A atuação das Irmãs de São José na condição de professoras aconteceu com maior ênfase após o restabelecimento da Congregação no século XIX, suprimida que fora ao tempo da Revolução Francesa. Se nas Constituições originárias, no século XVII, o fundador Padre Medaille previa a instrução de moças somente nos lugares onde outras Irmãs já estabelecidas não se ocupassem delas, nos documentos posteriores a figura da religiosa professora passou a demandar um espaço sempre maior. Nas Constituições aprovadas na diocese de Belley no ano de 1854, nove parágrafos descreviam as regras referentes às Irmãs *institutrices*; nas de 1894, das dioceses de Saint-Jean de Maurienne e Tarentaise, os itens prescritos chegaram a quatorze; atingindo, no Costumário publicado no ano de 1935, referente à Congregação de Moûtiers, o total de 22 instruções, excetuadas as tarefas de vigilância e recreação, que passaram a compor capítulos à parte. As irmãs professoras atuavam não somente em escolas regulares, no mais das vezes servidas por internatos anexos,

⁸¹ MANOEL, I. *op. cit.*, p. 91.

⁸² MANOEL, I. *op. cit.*, p. 92.

mas também em externatos direcionados a crianças pobres e orfanatos.

As Constituições e o Costumário⁸³ consultados (1854, 1894, 1935) são aqueles vigentes no período em que se deram as transferências das congregações de São José da Savóia para o Brasil. Interessa, portanto, conhecer o perfil da professora que tais regras tratavam de formar e que práticas pedagógicas propunham. As Constituições de 1854 abrem o capítulo das regras das Irmãs professoras justificando que a educação das meninas é um dos meios mais eficazes de promover a glorificação de Deus. Os princípios da Religião, completa o documento, gravados num coração jovem, permanecem, impedindo muitos desvios, produzindo, mais tarde, grandes virtudes.⁸⁴

As Constituições de Maurienne e Tarentaise, de 1894, são as únicas que explicitam claramente os objetivos da Congregação na atividade escolar: além de gravar profundamente nos corações as verdades da religião e aí colocar os fundamentos de uma sólida virtude, pretendia-se, em segundo lugar, enriquecer as alunas com os conhecimentos conformes à sua posição social e à que ocupariam no mundo. Tal função dúplice do ensino confessional praticado serviria a edificar a sociedade através das alunas formadas, cujos bons exemplos fariam brotar o amor à virtude pelo seu comportamento modesto, afável e polido.⁸⁵

⁸³ *Coutumier* ou Costumário é um documento semelhante às Constituições, e que aborda todos os aspectos da vida comunitária da Congregação. Diferentemente daquelas, era decretado pela hierarquia interna da Congregação, sem passar pelo trâmite da aprovação da autoridade diocesana, que depois deveria ser confirmada no âmbito do Vaticano pela Prefeitura Apostólica que controla as ordens religiosas, o que podia demandar muitos anos de espera. A denominação evoca as coleções de legislação consuetudinária compiladas na França do século XIV por ordem do rei Henrique II.

⁸⁴ «Un des moyens les plus efficaces pour procurer la plus grande gloire de Dieu, est de bien élever les jeunes filles. La bonne éducation a toujours été avantageuse à l'Église. Les principes de la Religion, gravés dans un jeune coeur restent longtemps, empêchent beaucoup d'égarements, produisent plus tard de grandes vertus.» *in Constitutions pour la Petite Congrégation des Soeurs de Saint Joseph établie dans la diocese de Belley*. Lyon: J. B. Pélagaud, 1854, p. 187.

⁸⁵ «Le but que la Congregation se propose dans l'éducation des jeunes personnes est: 1° de graver profondément dans leur coeur les vérités de la religion et d'y jeter les fondements d'une vertu solide; 2° de les enrichir de connaissances conformes à leur rang et à la position qu'elles occuperont dans le monde; 3° de les rendre capables, non seulement d'édifier la société par leurs bons exemples, mais aussi de faire aimer la vertu par leur modestie, leur politesse et leur affabilité.» *in Constitutions pour la Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph, approuvé par NN SS les évêques de Saint-Jean de Maurienne et de Tarentaise*. Bar-le-Duc: Imprimerie de L'Ouvre de St-Paul, 1894, p. 162.

Os capítulos das Constituições e Costumário referidos, divididos em parágrafos que passamos a indicar entre parênteses, tratam de questões práticas do cotidiano escolar, do comportamento pessoal das professoras e dos relacionamentos que surgissem em virtude da organização do ensino e do regime de internato. Determinações presentes em todos os textos são: a necessidade da união entre as religiosas, evitando discussões e condenações mútuas (1854, V; 1894, V; 1935, 330); a obediência inquestionada à superiora, em especial quanto ao método de ensino e à manutenção da disciplina nas classes (1854, VI; 1894, IV; 1935, 344, 335); a discrição no relacionamento com os pais de alunos, a comunicação de faltas e deficiências sendo feita de forma cortês (1854, VIII; 1894, XIX; 1935, 331); o preparo antecipado das classes, de modo a garantir a exposição dos conteúdos com ordem, clareza e precisão (1854, IV; 1894, VI; 1935, 338).

Muitos preceitos são apresentados nas regras destinadas às religiosas professoras com o intuito de nortear-lhes o comportamento perante as alunas, buscando equilibrar sua autoridade de forma a não comprometer a adesão dos corações juvenis à vida cristã. Para isso, era preciso que a religiosa se mostrasse como exemplo de virtudes (1894, III); talentosa, mas modesta (1854, VII); moderada ao punir (1894, X; 1935, 328); familiar, mas não demasiadamente, sem chegar a matizar as relações com simpatias e antipatias (1894, VIII; 1935, 326); e ainda evitando expressar-se num tom cortante ou imperioso (1894, XI; 1935, 329), bem como sendo-lhe proibido pedir presentes para si ou para a congregação (1894, XIII; 1935, 332).

O *Coutumier* de 1935 é o texto mais extenso e reflete a incorporação de questões surgidas ao longo da prática concreta da Congregação enquanto rede de escolarização em várias regiões do globo. Como preceito geral para a condução da atividade pedagógica coloca que “toda ciência vem de Deus e deve conduzir a Deus”⁸⁶.

⁸⁶ «Toute science vient de Dieu et doit conduire à Dieu». in **Coutumier de la Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Tarentaise**. Vanves: Imprimerie Franciscaine Missionnaire, 1935, p. 134.

Como consequência, preconiza cuidado na escolha do material didático (323). Outros conselhos são bastante prosaicos e ligados ao cotidiano escolar: arejamento e ordem nas classes, diariamente (334); observação estrita dos regulamentos escolares (336); início das aulas com pontualidade (337); controle diário das composições e trabalhos escolares (338); emulação através de atividades próprias, do amor ao estudo (340); realização de trabalhos manuais voltados à utilidade e não ao luxo (342).

1.5.3. As primeiras lições das Irmãs: relendo cadernos e provas.

Para o conhecimento dos conteúdos que indicam traços de semelhança na atividade escolar das Irmãs de São José, em França e no Brasil, sob o modelo da *Ratio*, descreveremos alguns documentos provenientes do cotidiano escolar, tais como cadernos, álbuns contendo desenhos e exames. Esse tipo de material manuscrito, menos freqüente nos arquivos que os livros e outros impressos, permite “rastrear um determinado conjunto de códigos culturais” reveladores das “concepções de pedagogia” inerentes às escolas estudadas⁸⁷.

Álbum manuscrito proveniente do Internato de Saint-Jean de Maurienne, Savóia, formatado em cartolinas dobradas, fruto de trabalho de pessoa extremamente qualificada no manuseio da pena e do nanquim, datado de 1875, utilizado como modelo para execução de exercícios pelas alunas, apresenta o seguinte conteúdo: um curso de estilo epistolar, com quatro grupos de cartas – de amizade, bilhetes, decoro social e negócios. Os tipos de carta de amizade são nomeados segundo seu conteúdo ou tom: condolências, despedidas, familiares, engraçadas, de notícias, de conselhos, narrativas, de repreensão, e confidenciais. O último tipo, criteriosamente batizado de *omnibus*, seria a reunião de todos os gêneros. Os bilhetes seriam destinados a assuntos

⁸⁷ CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: Escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). in BENCOSTTA, Marcus Levy. (org) Culturas escolares, saberes e práticas educativas. Itinerários históricos. São Paulo, Cortez, 2007, p. 81.

mais breves – convites, envios, pedidos. As cartas de tratativas ou decoro social ligavam-se à prática da polidez – ano novo, festas, condolências, desculpas, felicitações, agradecimentos, participações. As cartas de negócio, com menor número de exemplos no álbum, serviriam para pedidos, reclamações, recomendações e comércio. A segunda parte do álbum traz um curso de composição literária. Os textos aí exemplificados incluem: diálogo, monólogo, descrição, esboço geográfico, redação geográfica, quadro, retrato, narração, legenda, alegoria e um exercício de versificação.

O exemplo apresentado pelo álbum de Maurienne para ilustrar uma carta de adeus, é o da aluna que volta à casa após a conclusão de seus estudos. O tom é um tanto dramático e realça a diferença entre dentro e fora da escola – local de proteção frente ao mundo impiedoso:

“Ai de mim! A hora é chegada. Partirei: súbito um vazío se instala em meu passado risonho, e o futuro mostra-se aos meus olhos como uma nuvem sombria. (...) E vós, Mestras bem amadas, meus anjos tutelares, recebei meu supremo adeus. Parto, mas nada poderá nos separar. Minha frágil barca se prepara a deixar o porto. Ah! Que farei no mar aberto? Meus olhos e o coração sempre buscarão as margens, e não estareis mais lá para me socorrer! Oh, pensamento angustiante! Adeus a vossas doces lições, à vossa terna solícitude, a vosso devotamento maternal. Ao receber meu adeus escutai também a voz de meu reconhecimento que deixa escapar meu coração de criança”⁸⁸.

Quase sessenta anos após, vemos o modelo cultural e discursivo apresentado repetir-se na formatura de 1931, no Colégio São José de Castro, no discurso de despedida da oradora da turma, Oscarlina Martins, evidenciando a permanência dos

⁸⁸ “Hélas! L’heure est venue. Je vais partir: un vide subit se creuse dans mon riant passé, et l’avenir se montre a mes yeux comme une sombre nuage. (...) Et vous maîtresses bien aimées, mes anges tutelaires, agrééz mon suprême adieu. Je pars mais rien ne pourra nous désunir. Ma frêle barque se prépare à quitter le port, ah! que ferai je donc en pleine mer, souvent mes yeux et mon coeur se dirigeront vers le rivage, mais vous ne serez plus là pour me recourir. Oh! Déchirante pensée. Adieu à vos douces leçons, à votre tendre sollicitude, à votre dènouement maternel. En recevant mes adieux entendez aussi la voix de ma reconnaissance que laisse échapper mon coeur d’enfant”. in **Cours de 1875**, álbum manuscrito. Saint-Jean de Maurienne: Pensionnat de Saint Joseph, 1875, pp. 27-28.

mesmos tipos de laços sociais entre professoras-religiosas e alunas, e a mesma concepção da escola como instância de proteção, apesar do aparente salto temporal:

“Aqui sob este teto abençoado, passamos os melhores dias de nossa vida, no agradável e doce convívio convosco, mestras dedicadas e queridas. Vamos agora deixar este recanto feliz, onde se cultivam as virtudes para entrar no labirinto do mundo. Magno é para nós o dia de hoje. Ele marca definitivamente a transição da alegre e descuidosa vida colegial, para outra de futuro incógnito, insondável, indecifrável, cheio de venturas ou talvez, quem sabe, cheio de infortúnios. Para nosso conforto, entretanto, de sob este abençoado teto, sairemos revestidas das mais poderosas armas contra as ciladas inimigas. Vamos defrontar-nos com esse mundo. Vamos engolfar-nos nesse mar proceloso que se diz vida. (...) Já vejo o sol dos desenganos a crestar as nossas mais belas aspirações, mas os vossos belos ensinamentos, o vosso adorável exemplo, ser-nos-ão o norte dos nossos passos lá fora no bulício do mundo caviloso, e acima de tudo, vós no-lo indicastes bem fundo no coração, temos o amigo sobre-humano de todas as horas, máxime nas de suprema angústia, temos um coração amigo, fornalha de amor e caridade que não deixará jamais de abençoar-nos vida em fora, nobilitando-nos, salvando-nos.”⁸⁹

A centralidade das disciplinas e exercícios destinados ao domínio da palavra, falada e escrita, é também ilustrada pelo seguinte texto que aparece numa prova do ano de 1919 da aluna Maria de Macedo, no Colégio de Castro, sob o título “A Palavra”:

“De todas as artes a mais bela, a mais expressiva, a mais difícil é sem dúvida a arte da palavra. De todas a que mais se entetece e compõe. São as outras cinco ancilas e ministros, ela, soberana universal. Da estatuária toma as formas, da arquitetura imita a regrada estrutura de suas fábricas; da pintura copia a cor e o debuxo de seus quadros; da música aprende a variada sucessão de seus compassos e melodias”⁹⁰.

⁸⁹ **Discurso** de Oscarlina Martins. *in* **Castro-Jornal**, nº 32, 22/11/1931, p. 3.

⁹⁰ **Exames** manuscritos de Maria de Macedo. Castro, Colégio São José, 1916 a 1919.

Nos álbuns e cadernos analisados percebe-se que grande cuidado é também aplicado ao ensino da caligrafia, em duas versões de letras: gótica e *ronde*. Os exercícios de caligrafia possuíam caráter dúplice – de instrução e de formação. A frase utilizada para o treino do desenho da letra era copiado várias vezes fazendo memorizar conteúdo a ser internalizado pela repetição: nas provas de Maria de Macedo as frases caligrafadas foram – “o amor materno é o mais forte” (1916); “a maior parte do bom sucesso na nossa atividade, depende da boa vontade” (1917); e “não há atalho sem trabalho” (1919). A mesma relação de aquisição paralela da forma e do conteúdo se vê nestes exemplos do caderno referente ao ano letivo de 1907 do Colégio de Castro, elaborado pela aluna Dulvina Ribas: “a caridade enxuga as lágrimas dos pobres”, “às vezes um rico e imenso tesouro, ao dono só serve de escárnio e desdouro”, “emudece quando dás, fala quando recebes”, “a beleza se desbota se à alma não une seus meigos odores”, e “o homem virtuoso goza da estima universal”.⁹¹ Também no ano de 1908, a pequena Dulvina treinava sua caligrafia repetindo sentenças de fundo moral: “aliviai a miséria dos indigentes”, “a casca amarga às vezes encobre um fruto bem doce”, “*petit à petit, l’oiseau fait son nid*”⁹², “a leitura é o alimento da alma”, “o coração ingrato é uma terra estéril”, “a modéstia dá novo brilho ao merecimento”.⁹³

A introdução de outras disciplinas fazia-se em proveito do treinamento lingüístico, através da transcrição de textos, memorização e exposição oral de pontos, abrindo-se espaço para o desenho artístico e geométrico também como certa forma de competência de escritura. Álbum de 44 páginas proveniente do internato de Saint-Jean de Maurienne, datado de 1873, traz coleção de dez mapas (múndi e de países europeus), seguidos do desenho de um fac-símile de uma nota fiscal! A segunda parte do caderno de grande formato, traz conteúdos de disciplinas – aritmética, geometria, redação (sobre fatos históricos), composição (temas religiosos e morais), descrição, carta de felicitações, resposta, bilhetes. O álbum é finalizado por exemplos de

⁹¹ **Caderno** manuscrito de Dulvina Ribas. Castro, Colégio São José, 1907, 84 págs.

⁹² “Pouco a pouco, o pássaro faz seu ninho”.

⁹³ **Caderno** manuscrito de Dulvina Ribas. Castro, Colégio São José, 1908, 86 págs.

documentos comerciais – obrigação simples por dinheiro devido, quitação simples; e dois textos em italiano (*lettera, tema*).⁹⁴

À exemplo dos álbuns citados, utilizados nos internatos de São José na Savóia para ensino e formação das futuras professoras, os cadernos de Dulvina Ribas, referentes aos anos de 1906, 1907 e 1908, demonstram-nos a predominância do ensino linguajeiro, sem entretanto, deixar de prover espaço à aritmética, história, geografia e religião. Desenho e canto são ocasionalmente abordados. Detalhemos, como forma de encerrar o presente capítulo, dedicado a descrever os momentos iniciais do Colégio São José de Castro:

O caderno de 1906, de pequeno formato e 36 páginas, contém, num total de 27 temas, transcritos de Abril a Outubro, onze dedicados à prática das línguas portuguesa e francesa, o que incluiu – caligrafia, ortografia, análise gramatical, redação, cópia de poemas, conjugação verbal, modelos de cartas e ditados. O ensino aritmético contemplou a resolução de problemas, numerais arábicos e romanos, e números decimais, num total de seis exercícios. Há dois temas de história, dois de geografia, um de história natural e um de história religiosa, tratando da criação dos anjos. Quatro desenhos completam o caderno, o qual reflete o estágio inicial do aprendizado de Dulvina: os textos são curtos e o conteúdo de pouca complexidade.⁹⁵

O caderno de 1907, de 84 páginas, denota um nível de maior adiantamento, mas mantém a dominância das práticas da língua: 30 dos 58 exercícios são dedicados às variantes do treinamento e aquisição da linguagem, incluindo a seguinte pequena biografia da aluna:

“Chamo-me Dulvina Ribas; nasci em Ponta Grossa no ano de mil oitocentos e noventa e seis, e no dia vinte e três de Maio. Tenho pois a idade de onze anos. Moro em Castro na Rua das Tropas. Estou no colégio São José para me instruir; tomo a resolução de estudar a fim de me adiantar. Por minha aplicação, quero agradar sempre a meus pais e à minha professora. Assim serei boa filha e boa aluna.”⁹⁶

⁹⁴ **Cours de Première Classe**, álbum manuscrito. Saint-Jean de Maurienne: Pensionnat de Saint Joseph, 1873.

⁹⁵ **Caderno** manuscrito de Dulvina Ribas. Castro: Colégio São José, 1906, 36 págs.

⁹⁶ **Caderno...**, 1907, p. 16.

O ensino de aritmética prossegue em 1907 com 15 atividades, introduzindo o sistema métrico decimal, números primos, frações, o máximo divisor comum e o mínimo múltiplo comum. A geografia comparece com três temas, a história brasileira com dois, a história natural com outros três. Desenhos, há quatro, sendo um, modelo para bordado, e outro, um mapa-múndi. Há, finalmente, a transcrição de pauta musical – um cânone a quatro vozes – o imperecível *Frère Jacques*, e no item história religiosa, a descrição da vida de Moisés.

O caderno de 1908 apresenta-nos um predomínio do ensino da linguagem ainda mais acentuado, com 37 dos 60 exercícios copiados em 86 páginas. É bastante semelhante ao caderno do ano anterior quanto aos conteúdos, inovando somente com a introdução de regras de polidez à mesa, sob o título “Do que se deve evitar durante a comida”⁹⁷. Concluindo, os cadernos anuais preparados nos primeiros anos de funcionamento do Colégio São José de Castro revelam a continuidade das formas de ensinar das escolas mantidas pelas freiras fundadoras nas décadas anteriores em França, dentro do modelo herdado das concepções pedagógicas dos jesuítas, conforme exposto acima. Indicam também a prática da cópia “passada a limpo”, seja de rascunhos previamente preparados, seja diretamente do quadro-negro, ou ainda de livros manuseados em aula, compondo, ao final de cada ano, pequenos álbuns manuscritos contendo o que se estudou em cada período letivo, sob o denominativo de caderno escolar.

No presente capítulo, procuramos delinear explicações referentes à instalação do Colégio São José em Castro, observando um conjunto de fontes bastante próximas temporalmente. No capítulo a seguir, mudaremos a profundidade do foco de análise, de forma a identificar possíveis causas concorrentes que, a partir de um panorama de acontecimentos mais amplo, tenham alcançado ressonância nos desdobramentos ocorridos em Castro e ensejado a fundação da escola em estudo.

⁹⁷ **Caderno...**, 1908, p. 44.

CAPÍTULO 2. Das causas conexas.

No presente capítulo, abordaremos um rol de questões que são indiretamente pertinentes à compreensão do conjunto de providências que resultou na instalação do Colégio São José na cidade de Castro. Tais fatos, acontecidos em locais e temporalidades diversos, não necessariamente ligados à atividade escolar, foram, entretanto, condicionantes que, em maior ou menor grau, ensejaram a existência da escola porque se constituíram em antecedentes que imprimiram nas condições sociais e históricas castrenses certa ordem de efeitos e direcionamentos. Em primeiro lugar, referir-nos-emos às características específicas da Congregação de São José, cujo histórico é mister explicar, e, em segundo lugar, numa amplitude mais larga, a certas determinações da Igreja Católica que tiveram reflexos nas questões que estudamos, ultramontanismo e missionarismo. Além disso, caberá noticiar brevemente sobre determinadas condições políticas reinantes em França, à época da transferência da Congregação, oponíveis a outros processos que se davam no Brasil, quanto à laicidade do ensino, que implicaram na aceleração dos procedimentos de instalação das Irmãs de São José entre nós. Ao mesmo tempo, ressaltaremos outra característica que é a da articulação da organização dessa Congregação com figuras masculinas que lhe serviram de esteio: o patrono, São José, o fundador, Padre Médaille, e os bispos e padres-confessores a quem delegavam a direção espiritual de seus institutos. Finalmente, algumas considerações serão feitas quanto ao reflexo desse conjunto de questões junto à comunidade de Castro, à época de implantação do Colégio.

Um primeiro aspecto sobre o qual se poderia indagar, em se tratando de analisar modelos culturais que teriam sido trazidos de França, consistindo em versão refinada do que se entendia por mundo civilizado, é se, nessa passagem, operada pelas irmãs professoras, as quais se julgavam imbuídas de certa missão civilizadora, tratou-se, afinal, computadas suas ações com outras de forças sociais concorrentes, da constituição de um processo civilizador. Não se tem a possibilidade, entretanto, nos limites dessa tese de doutoramento, de reunir descrição suficiente de forma a

demonstrar, à sombra dos conceitos de Norbert Elias,⁹⁸ o desenvolvimento de um processo civilizador no âmbito da região Sul do Brasil, operado por missionárias francesas, através da atividade escolar. Todavia, na confluência cuja descrição intentamos delinear, é possível pelo menos identificar, a partir das visões de mundo concorrentes dos agentes sociais envolvidos e dos horizontes de futuro que buscavam alcançar, a ocorrência de certo número de ações de intenção civilizadora, perceptíveis nas providências conjuntamente planejadas e operadas pelas religiosas e pelas comunidades que as recebiam. Através de tal conjunto de medidas, implementadas ao longo dos anos, buscou-se modificar as sociabilidades locais, renovando-as, mas, ao mesmo tempo, querendo conservar certos traços da organização social vigente. Esse conjunto de ações, cuja tônica não foi exclusiva à sociedade castrense de então, costuma ser referido como modernização conservadora. Ivan Manoel já identificara a presença de tais práticas no movimento que levou à instalação do Colégio São José de Itu, em 1859. Segundo o autor, naquela injunção, a atuação da Igreja Católica atendia aos interesses das oligarquias que desejavam proporcionar às suas filhas uma educação refinada, própria da modernidade. Ao mesmo tempo, a Igreja utilizava-se da instituição escolar para imprimir sua visão de mundo às alunas e através delas às famílias que formariam na vida adulta: “A Igreja desenvolvia, portanto, uma estratégia que podemos denominar de ‘teoria dos círculos concêntricos’: da mãe cristã para filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para a sociedade cristã”. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna.⁹⁹

Neste sentido, a vinda das Irmãs de São José ao Brasil e sua concomitante atuação modelizadora segundo padrões culturais da civilização europeia, pode ser vista como uma ação civilizadora, muitas vezes multiplicada por outras congregações em todo o país no mesmo período temporal, e, segundo Manoel, “não foi um evento fortuito, fruto de coincidências ou de ação de forças extra-históricas, mas se constituiu

⁹⁸ ELIAS, NORBERT. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

⁹⁹ MANOEL, IVAN APARECIDO. Igreja e Educação Feminina (1859-1919) Uma Face do Conservadorismo. São Paulo: Ed. UNESP, 1996, p. 49.

em uma etapa de um planejamento bem elaborado e em escala mundial”, de parte da Igreja Católica.¹⁰⁰ A necessidade da educação feminina, trazida pela modernização do país ao longo do século XIX, e a forma pela qual se tentou suprir tal necessidade, revelam a ambigüidade das elites que conduziam o país, ao mesmo tempo modernizantes e conservadoras. Assim, advogavam a universalização do ensino, sua gratuidade e laicidade, e paralelamente, ensejavam a vinda das congregações católicas para oferecimento de escolas especializadas na formação do sexo feminino na direção de determinados papéis – esposa e mãe: “para a oligarquia a questão era: como educar, conforme as exigências do mundo moderno sem deixar, entretanto, que a modernidade cooptasse suas filhas e subvertesse as relações interpessoais e familiares?”¹⁰¹ Uma das soluções de consenso foi a importação das congregações religiosas européias, já reestruturadas segundo o binômio da modernização conservadora.

Quanto às cidades menores, no interior dos Estados do Sul, não é adequado circunscrever a clientela das Irmãs de São José às famílias de origem oligárquica como identificou Ivan Manoel no caso do Colégio de Itu. Grande parte das alunas provinha de setores da burguesia emergente do comércio e da pequena indústria, bem como dos contingentes de imigrantes europeus de religião católica, como detalharemos no próximo capítulo. Nesta direção informa Dufourcq:

“Nas regiões onde as novas migrações brancas submergiram a população original em bolsões de povoamento italiano ou polonês na América Latina, a chegada das religiosas aconteceu, em média, meia geração depois dos primeiros colonos. Ela correspondeu ao momento do primeiro degrau de desenvolvimento, caracterizado pela confirmação do sucesso inicial e pelo crescimento da segunda geração migrante à qual os pais pioneiros desejavam oferecer os meios de uma identidade cultural preservada.”¹⁰²

¹⁰⁰ MANOEL, I. *op. cit.* p. 50.

¹⁰¹ MANOEL, I. *op. cit.* p. 30.

¹⁰² “Dans les régions où les nouvelles migrations blanches avaient submergé la population originelle, dans les poches de peuplement italien ou polonais d’Amérique latine, l’arrivée des religieuses avait suivi, en moyenne, d’une demi-génération celle des premiers colonos. Elle correspondait à la fin du

2.1. As características da Congregação de São José.

Para que se possa melhor compreender como se deu a transferência da Congregação das Irmãs de São José de Moûtiers ao Brasil, destinada a interagir nos estados do Sul, marcadamente na construção de uma versão conservadora do moderno, é preciso descrever que visão de mundo traziam, engendrada a partir de suas origens no continente europeu, no âmbito do catolicismo romano. A Congregação das Irmãs de São José teve seu núcleo inicial instalado a partir da atuação de um missionário jesuíta, o Padre Jean Pierre Médaille, na cidade de Le Puy, França, centro religioso de peregrinação e ponto de partida do trajeto a Santiago de Compostela. O padre Médaille, nascido em Carcassone em 6 de Outubro de 1610, foi enviado pela Companhia de Jesus após seu noviciado, como missionário, aos campos do Auvergne, no centro da França. As condições ali reinantes entre o povo eram de miséria e desorganização social – órfãos, doentes, viúvas, em grande número. A partir de 1646, o padre Médaille organizou pequenas comunidades de três ou quatro moças dispostas ao trabalho junto às pessoas, e não voltadas ao recolhimento em monastérios, para o que, de resto, não dispunham de recursos para compor o dote de ingresso exigido nas congregações existentes.

A proposta de organização da congregação que surgia era paralela às proposições de Francisco de Sales e Vicente de Paulo – ou seja, vida religiosa não comprometida com a clausura, mas de presença apostólica no meio do mundo. Nas palavras de Francisco de Sales: “meu sentimento era de que o bem se faria melhor através de uma simples congregação, onde a caridade sozinha e o temor do esposo

premier stade de développement, caractérisée par la confirmation d’une réussite et au début de la croissance de la seconde génération migrante à laquelle les parents pionniers souhaitaient offrir les moyens d’une identité culturelle préservée.”

in DUFOURCQ, Elisabeth. Les Congrégations Religieuses Féminines Hors d’Europe. Paris: Librairie de l’Inde Éditeur, 1993, p. 439.

(Jesus), serviria de clausura”.¹⁰³ Assim, a criação da Congregação de São José previu a reunião das religiosas devotando-se às obras de caridade, enviadas como mães às cabeceiras dos doentes, nos casebres dos pobres, e, querendo concretizar as palavras de Vicente de Paulo “com as ruas das cidades e os grandes caminhos por claustro; por clausura, a obediência; por grade, o temor de Deus; por véu, a santa modéstia”.¹⁰⁴

A referência aos dois santos católicos pelo Padre Médaille, que viveram algumas décadas antes da criação da Congregação de São José, objetivava ligar suas propostas aos projetos que eles intentaram implementar e que esbarraram em proibições dos bispos nas dioceses em que atuavam, isto é, não obtiveram autorização para organizar comunidades femininas fora dos claustros. Francisco de Sales, por exemplo, que batizara sua instituição sob os auspícios de Nossa Senhora da Visitação, imaginando uma presença social alargada, não obteve o beneplácito do Bispo de Gênève. Outra foi a sorte da Congregação de São José que se organizava no centro da França no século XVII, talvez pelo próprio processo histórico de estabelecimento da instituição, surgida a partir da multiplicação de pequenos grupos de mulheres incentivadas por Médaille à prática de ações caritativas que variavam conforme as necessidades de cada local. A posterior codificação das regras da nova congregação e a obtenção do reconhecimento eclesiástico fez-se, assim, formalizando o que já acontecia na prática, e não pela proposição em abstrato de um modelo de atuação. Dessa forma, os vários núcleos locais compartilharam textos referenciais comuns de caráter suficientemente generalista que permitiam agrupar o exercício de ações diferentes sob o signo de uma origem comum e certa comunhão de objetivos. Quanto a este aspecto afirma Gaudefroy:

¹⁰³ “mon sentiment était que le bien se ferait mieux en titre de simple Congrégation où la seule charité et crainte de l'époux servirait de clausure”.

Carta de São Francisco de Sales à Madre Favre, fevereiro de 1616. *in Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Lyon*. Lyon: Imprimerie Veuve M. Paquet, 1918, p. 8.

¹⁰⁴ “avec les rues des villes et les grands chemins pour cloître; pour clôture, l'obéissance; pour grille, la crainte de Dieu; pour voile, la sainte modestie”. *in Congrégation des Soeurs...*, *op. cit.*, p. 9.

“O que as Religiosas da Visitação não puderam realizar senão em um momento, - o que as Filhas de São Vicente de Paulo tiveram direito de fazer, mas com a condição de renunciar a seu título de religiosas – as Filhas de D. Henrique de Maupas e do Padre Médaille tiveram alegria de efetuar definitivamente e como religiosas. Surgiu assim uma expansão decisiva do apostolado feminino”.¹⁰⁵

Os textos primitivos da Congregação, usualmente atribuídos ao Padre Médaille, por muito tempo existentes apenas em cópias manuscritas pertencentes às pequenas comunidades, são: a Carta Eucarística, onde se explica o Pequeno Projeto, datada de 1650; os Regulamentos das Filhas de São José; as Constituições para a Pequena Congregação das Filhas de São José; e as Máximas de Perfeição, estas últimas destinadas igualmente a todos os cristãos e publicadas em duas partes em 1657 e 1672. A organização de uma congregação feminina apartada da clausura, mas trazendo a separação das coisas do mundo impressa na mente e no coração, concretizou o que se chama em termos católicos o carisma dessa organização: a união das religiosas com as demais pessoas, todos aspirantes à salvação por Cristo, através de atividades de cunho assistencial e educativo, na aplicação prática do mandamento da caridade proposto como central pelo cristianismo.

O Pequeno Projeto do Padre Médaille pretendia colocar-se à sombra do Grande Projeto de Francisco de Sales de atendimento aos pobres e aos doentes. Segundo a elaboração de Médaille, previa-se uma forma de atuação caracterizada pela humildade, simplicidade e ocultamento das ações, no que denominou a busca do aniquilamento dos sentimentos pessoais no serviço cristão. A analogia que o missionário jesuíta construiu para explicar-se comparou o novel instituto ao sacramento da Eucaristia:

“Jesus está ali todo aniquilado. Devemos também nós, minhas queridas filhas, trabalhar para o estabelecimento de um Instituto

¹⁰⁵ GAUDEFROY, Padre. *O Espírito do Pequeno Projeto*. Puy, 1950. in *O Pequeno Projeto*. Caxias do Sul: Tipografia da Pia Sociedade de São Paulo, 1965, p. 37.

Aniquilado. Este, nada será aos olhos do mundo; e, aos olhos de Deus será o que Deus por sua misericórdia infinita, quiser fazer dele. Nossa Instituição será pequenina, oculta como Jesus na Adorabilíssima Eucaristia, onde se encontra tão oculto que é totalmente invisível”.¹⁰⁶

O posicionamento pessoal das religiosas na forma antevista por Médaille em seu Projeto visava a uma prática de humildade que propiciasse o desapego e o despojamento, concentrando as ações no atendimento das necessidades alheias em primeiro lugar, ou melhor, como objetivo único. Deveriam as Irmãs estar no mundo de tal forma impregnadas dessa identificação com o Jesus eucarístico, em tudo O percebendo, e por todos os sentidos: “olhos, ouvidos, língua e coração a não ser para esse amado Salvador”.¹⁰⁷ Tal entrega dar-se-ia pela prática intransigente da obediência, deixando-se guiar pela Divina Providência, que “ademais governa as criaturas amorosamente aniquiladas em suas mãos.”¹⁰⁸ E prosseguia Médaille, resumindo a semelhança a ser construída entre a Eucaristia e o Instituto proposto:

“Esse Sacramento é ainda um mistério de união e é perfeitamente unificante. Une todas as criaturas a Deus. E como o nome de comunhão o indica, une todos os fiéis entre si, por uma união comum, da qual fala Nosso Senhor em termos arrebatadores, quando pede a Seu Pai que todos os fiéis sejam um, que sejam consumados na unidade, assim como Ele e seu Pai, são um. Eis aí, Caras Filhas, o fim de nossa Congregação aniquilada. Ela procura realizar essa dupla união total de nós mesmos com o próximo seja qual for; e de todo o querido próximo conosco e consigo mesmo. Tudo, porém, em Jesus Cristo e em Deus seu Pai.”¹⁰⁹

Os textos do Padre Médaille funcionaram como um componente mítico-filosófico, pois permitiram a identificação de organizações sem laços hierárquicos, constituindo-se em fonte de inspiração espiritual. O próprio destino do missionário jesuíta é desconhecido, presumindo-se que tenha morrido durante uma de suas

¹⁰⁶ **Carta do Padre Médaille, 1650.** in O Pequeno Projeto. Caxias do Sul: Tipografia da Pia Sociedade de São Paulo, 1965, p. 7.

¹⁰⁷ **Carta...**, *op. cit.*, p. 9.

¹⁰⁸ **Carta...**, *op. cit.*, p. 9.

¹⁰⁹ **Carta...**, *op. cit.*, p. 10.

peregrinações pelo interior da França em trabalho apostólico e assistencial.

As obras do Padre Médaille permitem compreender suas intenções como fundador, muito mais preocupado com a formação pessoal das religiosas no campo moral, o que incluía assistência à população como exercício espiritual, do que com a criação de uma rede de escolarização. Nas Constituições para a Pequena Congregação, descreve-se a finalidade desta: reunir pessoas desejosas de se tornarem santas e perfeitas, mas, concomitantemente, de ir ao mundo e trabalhar para que todos os homens se tornassem santos e perfeitos. Neste texto são prescritos como exercícios de misericórdia: atuar em hospitais e no atendimento a todo tipo de doentes, visitas a prisões, direção de órfãs, atenção a prostitutas e outras obras semelhantes.¹¹⁰ Esse tipo de exercícios, ao mesmo tempo espirituais e corporais, segundo o idealizador da Congregação, seriam “próprios do sexo feminino”¹¹¹ e incluiriam “mesmo a instrução das moças, nos lugares onde as religiosas já estabelecidas não se ocupem delas”¹¹².

A educação das moças era uma preocupação explicitada dentro do quadro de entendimento que tinha o missionário da condição do sexo feminino, carente de orientação moral: “Terão cuidado particular com a educação das viúvas e moças que começam a freqüentar a sociedade e relacionar-se com pessoas do sexo masculino, procurando incutir-lhes vivamente o temor de Deus, ensinando-lhes as virtudes que devem praticar no seu relacionamento.”¹¹³ A conquista das jovens para a piedade seria feita também pelo recebimento dessas nas casas, onde aprenderiam bordados, tapeçaria, ou outros trabalhos “louváveis, próprios para moças”.¹¹⁴

Evidenciava-se, como se vê, já nos textos primitivos a preocupação com a questão do tipo de inserção do sexo feminino nas sociabilidades, sendo que a atuação

¹¹⁰ **Constituições para a Pequena Congregação das Filhas de São José.** in TOIGO, Jeanne; REIS, Maria Elisabete; GIONGO, Maria do Carmo; OLIVEIRA, Ida de Jesus; e FONTMORIM, Maria Leontina (Irmãs, compiladoras). CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY. Textos Primitivos. Curitiba, impressor não indicado, 1985, p. 23.

¹¹¹ **Constituições...**, *op. cit.*, p. 28.

¹¹² **Constituições...**, *op. cit.*, p. 35.

¹¹³ **Constituições...**, *op. cit.*, p. 37.

¹¹⁴ **Constituições...**, *op. cit.*, p. 37.

caritativa nunca seria apartada da busca da modelização das condutas em formas pré-estabelecidas como desejáveis para aquele sexo. Cerca de duzentos anos depois, mas na mesma direção, quando da chegada ao Brasil, a Congregação de São José de Chambéry seria responsável pela introdução da fórmula do internato feminino, otimizando o tempo escolar em favor do projeto formativo que a educação confessional colocava como adequado às moças. Explicita Ivan Manoel:

“As grossas paredes e os altos muros do colégio interno desempenhavam uma dupla função: não permitir nem a saída das alunas nem a entrada do mundo exterior, seja na forma de pessoas não autorizadas, seja na de leituras proibidas, ou de correspondências, toda ela censurada. Nesse recinto, isoladas do mundo exterior, as alunas eram postas em contato com um universo artificial, apresentado pela língua francesa, língua oficial do colégio, recortado segundo os critérios da doutrina católica e inculcado por um método pedagógico claramente decalcado no *Ratio Studiorum* dos jesuítas. Entrelaçando a vida colegial, alinhavando o cotidiano das alunas, uma sucessão de festas e comemorações religiosas construía o seu tecido cultural.”¹¹⁵

As proposições de Médaille que prescreviam um modelo comportamental às religiosas implicavam na possibilidade de atuação variada conforme necessidades temporais e locais diferenciadas. Assim, quando chamadas a vir ao Sul do Brasil no final do século XIX, puderam assumir obras díspares como hospitais, orfanatos, asilos de alienados e escolas, tanto em pequenas cidades como em centros urbanos de características econômicas mais bem estruturadas. A predisposição pessoal da religiosa em atuar como professora responderia dessa forma, ao lado das tarefas assistenciais, ao cumprimento do referencial comum de serviço cristão, como sintetizou o Padre Gaudéfroy, por ocasião do tricentenário da Congregação, em 1950, ressaltando a fidelidade ao Pequeno Projeto também nos institutos escolares de São José:

¹¹⁵ MANOEL, I. *op. cit.*, p. 51.

“Quando se pensa na influência crescente exercida pela mulher na vida familiar, cívica e profissional, como recusar o título de misericórdia à obra de instrução e educação cristã, que prepara as mães e esposas de amanhã, pondo no coração das jovens, como o gosto da retidão e da pureza, a necessidade da dedicação e do sacrifício alegremente oferecido e fazendo-lhes ver, no meio de um mundo em que o gozo anda muitas vezes a par com o desespero, que nossa vida não tem significação senão no consentimento filial à caridade, exigente, mas única a apaziguar e unificar em Deus. Sim, minhas Irmãs docentes, vós também sois fiéis ao espírito de ontem, respondendo às inquietações ou iluminando trevas das inteligências de hoje”.¹¹⁶

O Pequeno Projeto e demais textos primitivos da Congregação teriam funcionado assim como uma espécie de mito fundador, a que se tem recorrido para destacar traços comuns e atenuar possíveis diferenças. Dessa forma, segundo Journod, “a Irmã de São José completa e incarna todos os gêneros de assistência, enquanto as outras congregações de caridade se restringem ordinariamente a um só”.¹¹⁷ A alusão ao conceito de mito fundante, que aqui introduzimos como tese explicativa dessa característica das Irmãs de São José, busca resgatar o pensamento de Schelling, que distingue mitos filosóficos e históricos. Os primeiros, teriam por fim expor uma verdade, os últimos, um fato histórico. Segundo o filósofo: “os mitos estão ligados frequentemente a objetos que nunca podem chegar a ser de maneira natural objetos da história (no sentido mais estrito da palavra), mas que são objetos de mera especulação”.¹¹⁸ O fim último dos filosofemas míticos foi sempre a sensibilização de uma idéia que um sábio queria representar. Dessa forma, todo o cristianismo teria sido construído sobre parábolas e prédicas reunidas em tempos remotos, sem que tenha havido, para os primórdios da religião, a comprovação histórica dos feitos narrados.

¹¹⁶ GAUDEFROY, Pe. *op. cit.*, p. 49.

¹¹⁷ JOURNOUD, Padre. O Espírito do Pequeno Projeto. Lyon, 1943. *in* O Pequeno Projeto. Caxias do Sul: Tipografia da Pia Sociedade de São Paulo, 1965, p. 70.

¹¹⁸ “los mitos están interesados frecuentemente por objetos que nunca pueden llegar a ser de manera natural objetos de la historia (en el más estricto sentido de la palabra), sino que son objetos de mera especulación.”

SHELLING, J. W. J. Experiência e História. Madrid: Editorial Tecnos, 1990, p. 15.

Da mesma maneira, talvez se possa ver na trajetória do Padre Médaille, que carece de registros históricos acurados, uma construção do tipo do mito fundador, constituída por narrativa histórica referenciada indiretamente, subjacente a conteúdo filosófico consignado em suas obras posteriormente coligidas e publicadas, conteúdo este que passou a representar um papel catalisador mais fundamental para a Congregação que os fatos históricos em si. Vejamos, ainda alguns detalhes dos desdobramentos iniciais da Congregação:

As diversas casas das Irmãs de São José em França funcionavam independentemente ora por questões ligadas ao domínio político, como mudanças de regime de governo e de fronteiras internacionais; ora por questões diretamente advindas da hierarquia da Igreja Católica, cuja divisão administrativa também previa em certos momentos restrições à expansão das congregações, fazendo-as dependentes dos bispados: “Até a Revolução francesa, as comunidades não foram de qualquer forma ligadas entre elas por uma administração geral; cada uma tinha sua vida independente (...) Os bispos, em suas dioceses respectivas, eram seus Superiores e as faziam governar através de Padres diretores espirituais que designavam.”¹¹⁹ Dessa forma, a unidade de atuação da Congregação manteve-se ao longo de três séculos e com estabelecimentos em vários países do mundo graças à referência aos textos fundadores, considerados como bússola nos procedimentos das religiosas.

Segundo Bois,¹²⁰ ao comentar as regras primitivas da Congregação, essas seriam exemplares no sentido de que uma regra religiosa não se configura como um plano teórico de perfeição, estabelecido em abstrato, mas sim como o fruto de uma lenta colaboração entre a experiência humana e o Espírito Santo. A partir das diretivas,

¹¹⁹ “Jusqu’à la Révolution française, les communautés ne furent point reliées entre elles par une administration générale; chacune avait sa vie indépendante (...) Les évêques, dans leur diocèse respectif, en étaient les Supérieurs et les faisaient gouverner par des Pères spirituels qu’ils désignaient.”
in *Congrégation des Soeurs... op.cit.*, p. 12.

¹²⁰ «Une règle religieuse n’est pas un plan théorique de perfection, établi dans l’abstrait et imposé tel quel; mais c’est le fruit d’une lente collaboration entre l’expérience humaine et l’Esprit-Saint.»
in BOIS, A. *Les Soeurs de Saint-Joseph. Filles du Petit Dessein. de 1648 à 1949*. Lyon: Imprimeries du Sud-Est, 1950, p. 73.

conselhos, alocuções e cartas do Padre Médaille, o Bispo do Puy, Henri de Maupas, responsável pela institucionalização da congregação, promoveu a elaboração da primeira versão das Constituições em 1661.¹²¹ Tais Constituições primitivas não previam que a Congregação contasse com grandes edifícios para a atuação das religiosas. Preconizavam a vivência comunitária numa casa simples, a partir da qual realizariam os exercícios de misericórdia. A denominação de Congregação de São José foi então adotada como indicativo de que a assistência que prestariam às pessoas deveria espelhar-se na cordialidade e diligência de José em relação a Maria e Jesus. Determinavam as Constituições a consagração da instituição às duas Trindades, - a incriada, Deus Pai, Filho e Espírito Santo; e a criada – Jesus, Maria e José. A casa das Irmãs, além do espaço destinado a sua residência, deveria prever dependências para os trabalhos de misericórdia.

Após o noviciado, previsto para durar um ano, as candidatas a fazer parte da Congregação, deveriam professar os votos de pobreza, castidade e obediência. As Constituições previam também como superiores das casas os Bispos locais, auxiliados por padres confessores. Em resumo, a finalidade da Congregação seria dupla: primeiramente proporcionar a suas congregadas um ambiente virtuoso para vivenciarem preceitos do Evangelho cristão, em especial a caridade, a humildade e a mansidão, de forma a garantirem sua adequação aos preceitos da fé. Em segundo lugar, tratava-se de praticar os exercícios de misericórdia espiritual próprios ao sexo feminino, como consequência fática das premissas de fé abraçadas, o que implicava numa reaproximação da Igreja às populações mais carentes.¹²²

Criava-se, portanto, um movimento de dupla direção: buscava-se fortalecer o

¹²¹ As versões atualmente impressas das Regras de Maupas foram coligidas a partir de 13 manuscritos diferentes, provenientes: da região do Puy (seis), de Lyon (seis) e de Clermont-Ferrand (um), sendo o mais extenso o da Comunidade do Puy, com quatorze sessões. *Cfe. TOIGO et alii., op. cit.* pp. ix a xiv.

¹²² Outros aspectos dos textos primitivos da Congregação, pode-se ver em: PIZANI, MARIA ANGÉLICA PINTO NUNES. O Cuidar na Atuação das Irmãs de São José de Moûtiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. (1896-1937). Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2005, pp. 28 e seguintes.

catolicismo estando no mundo, exteriormente, e, ao mesmo tempo, quanto ao foro íntimo da religiosa, aproximá-la da realidade extra-mundana da temporalidade da divindade. Conforme resume Afonso Cruz: “a clausura não é o muro do claustro, nem o cartaz preventivo na entrada da casa, mas é o coração cem por cento amorizado pela Eucaristia. A janela desta clausura são os olhos, sempre modestos e iluminados pela presença santificadora de Deus.”¹²³

A criação das Congregações das Irmãs de São José inseriu-se numa temporalidade em que a Igreja Católica buscava reorganizar-se frente à expansão da reforma protestante, e posteriormente, no combate às idéias dos filósofos liberais, como Rousseau. A atuação de missionários do porte de Vicente de Paulo e Francisco de Salles tentava reaproximar o catolicismo das camadas mais pobres da população, minorando-lhes os sofrimentos. Se, para isso, por um lado, a Igreja tratava de conseguir a melhoria da formação dos padres com a instituição de seminários, por outro, coube às religiosas, ao sexo feminino, o exercício predominante das atividades que implicavam no cuidar: assistência a órfãos e doentes, orientação profissional e moral a jovens moças e viúvas. Nesta ordem de idéias, Pizani assevera que:

“O espaço conquistado pelas congregações femininas deveu-se aos avanços em relação às idéias da vida religiosa que resultaram no rompimento com a exigência da clausura, abrindo-se caminhos para a atuação da mulher na área social, no cuidado de doentes e idosos, na educação de crianças e jovens, no atendimento aos excluídos deficientes e doentes mentais. É importante frisar que todo esse cuidar não acontecia apenas no plano físico e social, mas se complementava com o cuidado espiritual.”¹²⁴

A prática dos preceitos religiosos sem o afastamento do mundo parece ter sido bem aceita pelas comunidades da época pois a expansão da Congregação deu-se de

¹²³ SANTA CRUZ, AFONSO DE. As Religiosas sem Lei... (Pe. João Pedro Médaille, SJ). Curitiba: Edições Rosário, 1982, pp. 23-24.

¹²⁴ PIZANI, M. A. P. N. *op. cit.*, p. 74.

forma rápida e constante e a adesão das moças à vida religiosa ocorreu de maneira regular, permitindo a multiplicação das casas. Os núcleos iniciais eram formados em sua maioria por jovens de origem simples, sem grande escolarização. Este fato talvez explique porque somente mais tarde a Congregação tenha adquirido características de especialização no ensino, no século XIX. Neste setor, igualmente, as Irmãs de São José iniciaram de forma assistencial, abrindo escolas primárias gratuitas, destinadas ao acolhimento de crianças de famílias sem posses. Em muitos casos, essas escolas eram mantidas pelas comunidades, que convidavam as religiosas para que as regessem.

Nos anos da movimentação revolucionária no final do século XVIII, as Congregações foram dispersas. As religiosas se quisessem continuar as atividades docentes deveriam prestar juramento à nova constituição e abandonar o hábito, passando a utilizar roupas civis, sob pena de multas. Os conventos, escolas e hospitais foram fechados, vendidos, transformados em prisões. A maioria das Irmãs abrigou-se junto a familiares ou refugiou-se em países estrangeiros. Em alguns casos extremos, como em 1794 no Puy e em Ardèche, houve a execução de algumas freiras, acusadas de não se submeterem aos cultos constitucionais e de darem refúgio a sacerdotes contrários à Revolução.

Anos após, em 1805, na região de Lyon, o abade Choletton reuniu religiosas remanescentes de congregações diversas para os serviços caritativos. Por instâncias do Cardeal Fech, tio da Imperatriz Josefina, primeira esposa de Napoleão, ao invés de se criar nova instituição para essas religiosas, foi reorganizada a Congregação das Irmãs de São José, sob a coordenação de sua antiga superiora da localidade Monistrol, Madre Saint-Jean de Fontbonne. Esta religiosa, conhecida pela dedicação demonstrada nas diversas comunidades em que atuou, desde os 26 anos de idade já respondendo pela posição de superiora, fora aprisionada durante a Revolução Francesa. À véspera da execução foi libertada em consequência da queda de Robespierre. Durante sua longa atuação após a Revolução como superiora em Lyon, Mère Saint-Jean instalou mais de

duzentas comunidades de Irmãs de São José,¹²⁵ colocando-se ao lado das figuras fundadoras do Padre Médaille e do Bispo Maupas, na data de seu falecimento com 84 anos, como a primeira referência feminina a compor o mito fundador comum da Congregação.

Entre 1812 e 1814, algumas religiosas da nova casa em Lyon foram destinadas a atuar na diocese de Chambéry, em escolas e hospitais. Os novos estabelecimentos tiveram que se desligar da casa de Lyon em virtude da restituição da Savóia aos Reis da Sardenha, medida decretada pelo Congresso de Viena em 1815. Mais tarde, a região tornou a fazer parte da República Francesa, mas as casas da Congregação permaneceram independentes de Lyon atendendo a determinações da Igreja, que preferia conceder aos bispos o total controle sobre as atividades religiosas no território de suas dioceses.

A anexação do Ducado da Savóia à França, referendada em 1860, foi consentida pelo governo piemontês, interessado no apoio do Imperador francês Napoleão III à unificação italiana. Para os savoiardos, desligar-se da esfera cultural italiana naquele momento parecia vantajoso, quer pela perspectiva de manutenção de uma organização social marcadamente conservadora e católica, combatida pelos unificadores da Itália, pela necessidade de se oporem ao Papa na consolidação do território peninsular; quer pela possibilidade de desenvolvimento regional que as condições geográficas indicavam mais factíveis como parte da França, segundo o mote “nossos corações nos levam para onde correm nossos rios”. A anexação, que teve o apoio de três quartos da população, foi advogada pelos governos locais do Ducado, conforme explica Trésal, numa:

“oposição irreductível aos gabinetes que se sucederam em Turim. A política anti-religiosa de Cavour e de seus amigos foi o motivo principal de sua oposição. Foi sobretudo porque o Piemonte,

¹²⁵ Cfe. *Congrégation des Soeurs...*, *op.cit.*, pp. 12-25.

aprofundando-se sempre mais na guerra à idéia religiosa, recusava aos católicos da Savóia o respeito, a justiça e a liberdade que exigiam para suas igrejas, suas comunidades religiosas e seu clero, que esses homens, nos primeiros meses de 1860, impulsionaram seus compatriotas em direção à França católica, protetora, mundo afora, da Igreja católica e da liberdade religiosa”.¹²⁶

A ligação do Ducado da Savóia com a Igreja Católica foi sempre característica. No período que medeia entre a restauração do Ducado pelo Congresso de Viena e a Anexação à França deu-se uma grande expansão das Irmãs de São José na região. Já em 27 de Agosto de 1816, o Rei da Sardenha e Duque da Savóia, Vítor Emanuel I, autorizava a instalação da Congregação em Chambéry, com a abertura do noviciado no ano seguinte. Desta localidade, capital administrativa da Savóia, partiram as religiosas que fundariam casas em outras dioceses: Saint-Jean de Maurienne e Turim, em 1822; Pignerol, em 1823, e Moûtiers em 1825, entre muitas outras. Bois refere-se às Irmãs de Chambéry como um dos ramos que mais deu frutos da árvore plantada por Médaille, informando, em 1950, a existência de oito províncias com estabelecimentos na Savóia, Suíça, Bélgica, Brasil (Estado de São Paulo), Suécia, Dinamarca, Estados Unidos, Itália, Noruega, Inglaterra e Índia.¹²⁷

A disposição das religiosas savoiardas em partir para locais tão distantes, segundo Dufourcq, indica a persistência de tropismos surgidos à Idade Moderna, e acontecia no rastro da expansão dos domínios portugueses pelo globo, há muito explorados pelos capuchinhos piemonteses, com estabelecimentos em pontos de navegação essenciais, como no Maranhão do século XVII:

¹²⁶ «une opposition irréductible aux cabinets qui s'étaient succédé à Turin. La politique antireligieuse de Cavour et de ses amis avait été le motif principal de leur opposition. C'est surtout parce que le Piémont, s'enfonçant toujours plus avant dans la guerre à l'idée religieuse, refusait aux catholiques de Savoie le respect, la justice et la liberté qu'ils exigeaient pour leurs églises, leurs communautés religieuses et leur clergé, que ces hommes, dans les premiers mois de 1860, poussèrent leurs compatriotes vers la France catholique, protectrice, à travers le monde, de l'Église catholique et de la liberté religieuse.»

in TRÉSAL, J. **L'Annexion de la Savoie a la France (1848-1860)**. Paris: Plon-Nourrit, 1918, pp. 331-332.

¹²⁷ Cfe. BOIS, A. *op.cit.*, pp. 275-276.

“os deslocamentos das congregações femininas de origem savoiarda, partidas antes e depois da anexação da Savóia à França, seguiriam, naturalmente, as trajetórias delineadas por seus predecessores capuchinhos, até as Índias orientais e ocidentais. É por eles, ou pelos salesianos, piemonteses de origem, que, na segunda metade do século XIX, elas serão todas chamadas ao antigo império português na Ásia e na América”.¹²⁸

No conjunto das Congregações de São José, as Irmãs de Chambéry foram as primeiras a chegar ao Brasil, instalando-se inicialmente em Itu, com desdobramentos para todo o Estado de São Paulo. As Irmãs de Moûtiers chegaram ao Paraná em 1896 e ao Rio Grande do Sul em 1898, também com grande expansão nestes dois estados, e mais tarde a Santa Catarina e à cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro. Somente em 1953 as duas Congregações uniram-se na França, e, por consequência, no Brasil, passando a identificarem-se como Irmãs de São José de Chambéry. As Irmãs de Maurienne fundaram estabelecimentos na Argentina. O volume comemorativo dos 50 anos da chegada das Irmãs de Chambéry ao Brasil, equipara a criação do Colégio de Itu à dos seminários, indicando os pilares de sustentação da Igreja Católica naquele momento – o sacerdote e a mulher:

“Após a fundação e inauguração solene do Seminário Episcopal, nesta capital, a abertura do Colégio de N. S. do Patrocínio, em Itu, foi o ato mais importante do fecundo episcopado de D. Antonio Joaquim de Mello, o primeiro bispo brasileiro e paulista desta então vastíssima Diocese de S. Paulo. Duas idéias preocupavam constantemente o espírito apostólico desse eminente Prelado: formar um clero na altura

¹²⁸ «les orientations des congrégations féminines d’origine savoyarde, parties avant et après le rattachement de la Savoie à la France, allaient naturellement suivre les trajectoires dessinées par leur prédécesseurs capucins jusque dans les Indes orientale et occidentale. C’est par eux, ou par les Salésiens, piémontais d’origine, que, dans la seconde moitié du XIXeme siècle, elles seront toutes appellées dans l’ancien empire portugais d’Asie et d’Amerique.»
in DUFOURCQ, E. *op. cit.* p. 264.

de sua missão e educar primorosamente a mulher”.¹²⁹

A instalação das Irmãs em Moûtiers, na diocese de Tarentaise, deu-se pela atuação do chefe da magistratura da província, Jean-Marie Bal, que doou 10.000 francos e uma casa para esse fim. As Irmãs Constance e Victoire chegaram para abrir a primeira escola em 1825. Dois anos depois, obtiveram cartas-patentes do Rei Charles-Felix da Sardenha¹³⁰, permitindo-lhes a posse de bens móveis e imóveis. Em 1828, o Bispo de Tarentaise, Monsenhor Rochaix, decidiu que a casa de Moûtiers seria autônoma e passaria à jurisdição exclusiva da autoridade diocesana, o que acarretou a abertura de um noviciado. Durante a primeira metade do século XIX, as Irmãs de Moûtiers dedicaram-se exclusivamente aos estabelecimentos escolares nas diversas cidades e vilas da região de Tarentaise. Por volta de 1850 passaram a oferecer também *salles d'asile*, destinadas a acolher crianças pequenas durante o dia enquanto os pais trabalhavam. Em 1853 iniciaram seu trabalho assistencial, assumindo o asilo de velhos de Albertville, e nos anos seguintes outros em várias cidades. A epidemia de cólera em 1854, e a Guerra Franco-Prussiana de 1870-71, levaram as congregadas a atuar como enfermeiras, e a instituir orfanatos. Quando de sua chegada ao Brasil, em 1896, as primeiras religiosas vindas de Moûtiers iniciaram sua atuação na condição de enfermeiras.

Embora Moûtiers seja até hoje uma cidade de pequeno vulto, sua sede episcopal é uma das mais antigas da França, existente desde o século V, d.C. Elevada a arquidiocese em 794, é mais antiga inclusive que Chambéry. Desinstalado em 1801, o Bispado de Moûtiers voltou a ser estabelecido em 1825. A chegada das Irmãs à região de Tarentaise, portanto, coincide com a reorganização eclesiástica da região,

¹²⁹ CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY. **Homenagem à Madre Maria Theodora Voiron**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus, 1919, p. 53.

¹³⁰ Charles Félix I, além de Rei da Sardenha de 1821 a 1831, ostentava os títulos de Duque da Savóia, do Piemonte e de Aosta.

tradicionalmente católica, podendo inclusive indicar entre seus naturais dois papas – Nicolau II, eleito em 1059 e Inocêncio V, em 1276. Desde 1966, as dioceses de Chambéry, Saint-Jean de Maurienne e Tarentaise (Moûtiers), foram unificadas na pessoa de um só bispo, embora administrativamente permaneçam independentes.¹³¹

Pizani observa que, “para a Congregação de São José de Moûtiers, o trabalho religioso de cuidar visava à santidade tão almejada na espiritualidade proposta para a congregação. O cuidar consistia em doação ao próximo, objetivando amenizar o sofrimento.”¹³² Segundo esta autora, a vocação hospitaleira das Irmãs de Moûtiers foi regradada nas Constituições datadas de 1894, dividindo as funções segundo o local de trabalho – hospitaleiras, as que atuavam em hospitais e hospícios; enfermeiras, as que cuidavam de doentes em domicílio. Pizani resume as regras segundo as quais as religiosas deveriam cuidar dos doentes:

“a primeira regra reforça que para ser uma hospitaleira dedicada é preciso ser uma religiosa fervorosa, pois diante da enfermidade e da morte colocam-se a fragilidade da vida e o encontro com Deus. Já a segunda regra apresenta a imagem de servir ao próximo doente como se estivesse diante de Jesus Cristo, exigindo-se caridade, compaixão e respeito.”¹³³

Quanto às regras específicas das Irmãs de Moûtiers para a atividade docente, já nos referimos no primeiro capítulo.

2.1.1. As Irmãs de São José de Moûtiers no Brasil, no início do século XX.

O abade Trésal, tio de uma das freiras residentes no Rio Grande do Sul, visitou todos os estabelecimentos que as Irmãs de Moûtiers mantinham no Brasil em 1928, ocasião em que identificou o seguinte paradoxo: a expansão da Congregação no país foi bastante acelerada com a adesão de religiosas formadas nos noviciados locais. As

¹³¹ CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. New York: Robert Appleton Company, 1913.

¹³² PIZANI, M. A. P. N. *op. cit.* p. 15.

¹³³ PIZANI, M. A. P. N. *op. cit.*, p. 68.

características originais de cultura francesa que serviam de atrativo à multiplicação das casas congregacionais perdiam força devido à própria extensão da rede assistencial e escolar mantida. Rapidamente o número de religiosas francesas tornou-se muito inferior às de nacionalidade brasileira, bem como descendentes de imigrantes italianos, poloneses e alemães. Embora comprometidas com a origem francesa da congregação, afirmava: “elas sentem que a influência francesa em torno delas está a ponto de se extinguir em meio a este povo que cultua nosso país”.¹³⁴ A partir disso, o religioso preocupou-se em fazer em seu livro a apologia da Congregação para ouvidos franceses, querendo animar jovens daquele país a tomarem o véu e partir ao Brasil, para, ao mesmo tempo, trabalhar pelo engrandecimento da Igreja e da influência francesa no exterior.

As atividades da Congregação das Irmãs de São José de Moûtiers no Paraná deram-se tanto na área da educação, como na da assistência social e à saúde. Num primeiro levantamento, pudemos identificar os seguintes estabelecimentos escolares: Colégio São José de Curitiba (1902), Colégio São José de Paranaguá (1902-1979); Colégio São José de Morretes (1903-1913); Colégio São José de Castro (1905-1993); Colégio São José da Lapa (1906-1980); Pensionato Nossa Senhora de Lourdes (1904-1965); Colégio São Francisco, em Curitiba (1918-1940); Juvenato São José, Curitiba (1924-1967); Colégio Santo Antonio de Colombo (1935-1947).¹³⁵

Quanto à assistência social e a saúde, no Paraná, as principais entidades fundadas ou dirigidas pelas Irmãs de Moûtiers foram: Santas Casas de Curitiba (1896), Paranaguá (1897) e Ponta Grossa (1912); Hospitais dos Trabalhadores na Estrada de Ferro (Hospital do Cajuru), em Curitiba (1898-1909) e Ponta Grossa (1906); Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, Curitiba (1903); Asilo de Velhos da Lapa (1906);

¹³⁴ “elles sentent que l’influence française autour d’elles, est sur le point de s’êteindre au milieu de ce peuple qui a un culte pour notre pays”.
in TRÉSAL, J. **Les Soeurs de Saint-Joseph de Moûtiers (Savoie) en France et au Brésil (1828-1928)**. Paris: J. Gabalda et Fils, 1929, p. 9.

¹³⁵ No Anexo 3 apresentamos mapa indicativo dos Municípios do sul do Brasil que contam/contaram com a atuação das Irmãs e São José de Moûtiers.

Hospital Hipólito Araújo, na Lapa (1925); Orfanato São Luis, Curitiba (1919).

No Rio Grande do Sul, as Irmãs de Moûtiers chegaram dois anos depois que no Paraná, em 1898, dirigindo-se à colônia Conde d’Eu, depois rebatizada como Garibaldi. Nesta cidade, em 1900, foi inaugurada a Casa Provincial, da qual se irradiaram escolas e hospitais naquele estado, cabendo indicar: Antonio Prado (1900), Caxias (1900), Nova Trento (1901), Vacaria (1902), São Lourenço (1905), São João de Montenegro (1906), Nova Pompéia (1906), Bento Gonçalves (1906), Colégio Sevigné, de Porto Alegre (1910), Asilo de Loucos de Porto Alegre (1910), Pelotas (1916), Alfredo Chaves (1917), Sananduva (1917), Rio Grande (1918), Lagoa Vermelha (1920), Carlos Barbosa (1920), Hospital de Caxias (1920), São Marcos (1923), Hospital de Rio Grande (1924), Asilo dos Pobres de Rio Grande (1926).

Posteriormente à década de 1930, a Congregação manteve algumas escolas no Estado de Santa Catarina. A cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, contou com estabelecimentos das Irmãs de Moûtiers. Além do Instituto São José, dedicado ao ensino e em funcionamento até a presente data, mantiveram o Asilo Sant’Ana (1915-1994), onde também eram acolhidos órfãos. Em menor escala, estiveram presentes na capital fluminense com a Casa da Criança (1931-1955) e o Sodalício São José (1932).

Bois informa os seguintes números referentes a 1948: na Província do Paraná contava-se 300 religiosas, 14 escolas, 8 hospitais, 5 orfanatos, 1 casa para operários; no Rio Grande do Sul, eram 620 religiosas, 31 escolas, uma vintena de hospitais e 3 creches. O autor indica como maiores colégios o do Cajuru, com 800 alunos, o de Porto Alegre, com 1700, e o de Pelotas, com 1000.¹³⁶ Conforme resume Trésal, a obra das irmãs de Moûtiers que lhes garantiu o renome entre a sociedade brasileira, foi “ a formação de gerações de mães de família cristãs, nos internatos ou nas escolas livres, onde ensinarão, com ou sem o hábito religioso”.¹³⁷

¹³⁶ BOIS, A. *op. cit.*, pp. 276-277.

¹³⁷ «la formation de générations de mères de famille chrétiennes, dans des pensionnats ou des écoles libres où elles enseigneront, avec ou sans l’habit religieux». in TRÉSAL, J. *op. cit.*, p. 208.

2.2. Política de expansão da Igreja Católica: ultramontanismo e missionarismo.

O ultramontanismo constituiu-se no movimento católico que buscava consolidar na Santa Sé o centro orientador da Igreja, o qual, através da hierarquia eclesiástica garantiria a autoridade do Papa. Azzi explica que:

“Um dos pontos chaves da orientação ultramontana é enfatizar a subordinação da razão humana à fé, da filosofia à teologia, da ordem natural à ordem sobrenatural. É a partir, portanto, de uma perspectiva sobrenatural que o mundo devia ser organizado. À vontade divina caberia submeter o mundo dos homens. Assim sendo, não bastava apenas separar o mundo em duas sociedades distintas, a eclesiástica e a civil, conforme a mentalidade tridentina, mas era necessário que a sociedade civil tivesse como seus árbitros supremos os representantes da vontade divina, ou seja, a hierarquia católica.”¹³⁸

Os ultramontanos igualmente preocupavam-se em combater as idéias liberais. O termo ultramontano, anteriormente utilizado para indicar os papas oriundos do norte da Europa, passou a ser usado na França do século XVIII para referir-se aos sacerdotes fiéis ao pontificado romano, em oposição ao clero francês, dito galicano, que aderira às ideologias liberais. No contexto francês, o movimento ultramontano afirmava que a Revolução Francesa causara a anarquia republicana seguida da tirania napoleônica. Era preciso, então, recatolicizar a França. Em resumo, os ultramontanos pregavam a supremacia do poder espiritual sobre as autoridades políticas, a precedência da fé ante a ciência e a incompatibilidade do catolicismo com os rumos que a sociedade moderna tomava. A ação do ultramontanismo em toda a esfera dos países católicos propugnou pela romanização das práticas eclesiásticas, num sentido de uniformização dos rituais e

¹³⁸ AZZI, RIOLANDO. O Altar Unido ao Trono. História do Pensamento Católico no Brasil III. São Paulo, Paulinas, 1992. p. 116.

dos conteúdos pregados. Neste aspecto, informa Marchi:

“a Igreja Universal vive esse fenômeno como resultado da adesão massiva do clero europeu ao processo centralizador e aos propósitos de Pio IX de consolidar o ultramontanismo, que iria alcançar o ponto culminante com a publicação do Syllabus errorum, a proclamação do dogma da Imaculada Conceição e a realização do Concílio Vaticano I, onde se aceitou o dogma da infalibilidade do papa”.¹³⁹

O movimento ultramontano no catolicismo europeu, afirma De Groot, não se constituiu somente num exemplo de sucesso de ideologização religiosa, mas serviu de modelo para os reformadores brasileiros em sua atuação, enquanto resposta do Catolicismo às mudanças culturais ocorridas no século XIX, porque:

“O Ultramontanismo foi algo mais que simplesmente uma resistência à modernidade, foi ele mesmo fruto da modernidade e promoveu a modernidade, ao menos até certo ponto. Foi uma tentativa de adaptar o Catolicismo e os Católicos a uma sociedade na qual as comunidades e os recursos locais estavam sendo rapidamente integrados em redes nacionais e até globais, e isto num quadro muito mais competitivo do que antes. No interior deste mundo dinâmico e aparentemente desorganizado, várias ideologias tentaram criar novas comunidades, incluindo os movimentos nacionalistas ou socialistas. O Catolicismo Ultramontano tentou fazer exatamente isso.”¹⁴⁰

Para De Groot, não resta dúvida de que o catolicismo brasileiro foi bastante modificado por conta da atuação de bispos ultramontanos. Estes clérigos, embora em

¹³⁹ MARCHI, Euclides. A Igreja e a Questão Social. O Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915). Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1989.

¹⁴⁰ “Ultramontanism was more than just defiance of modernity, it was itself created by modernity and it promoted modernity, at least to a certain extent. It was an attempt to adapt Catholicism and Catholics to a society where local communities and resources were rapidly being integrated into national and even global networks, and this in a much more competitive framework than ever before. Within this dynamic and seemingly formless world, several ideologies tried to create new communities, including the nationalist movements or the socialists. Ultramontane Catholicism tried to do the very same thing.” in DE GROOT, C. F. G. Brazilian Catholicism and the Ultramontane Reform, 1850-1930. Amsterdam: Centro de Estudos e Documentação Latino-Americanos, 1996, p. 6.

pequeno número, a partir da segunda metade do século XIX, preocupados com os perigos que ameaçavam o catolicismo pela introdução de novas ideologias de cunho religioso, filosófico ou social, percebiam que em sua atuação como reformadores residiam as chances de sucesso institucional da Igreja. Explica o pesquisador: “Os bispos brasileiros tentaram em primeiro lugar restaurar a condição exemplar da Igreja. (...) A reforma, nesta área, teve mesmo que começar com o aspecto físico dos locais onde as missas eram celebradas: igrejas e capelas deveriam tornar-se lugares de distinção, sagrados. Mais difícil, mas absolutamente indispensável, era a reforma dos padres”.¹⁴¹

A atividade dos bispos ultramontanos brasileiros pôde ser intensificada após a separação da Igreja e do Estado, decretada pelo governo republicano em 1890. Propiciou-se, então, certa unificação institucional com os bispos reunindo-se em concílios e conferências, bem como, pelo crescimento numérico das dioceses, “uma necessidade básica num país onde o poder político gravitava em torno de capitais regionais”.¹⁴² De Groot informa que no contexto brasileiro o ultramontanismo teve uma tônica menos acentuada que em determinados países europeus, por não encontrar no estado republicano ou na sociedade em geral inimigos ideológicos muito firmes. A cúpula eclesiástica logo teria percebido que, ao invés de posicionar-se em franca oposição, mais valia colocar-se ao lado da República, buscando cristianizar aos poucos o Estado. Assim, a partir do início do século XX, levantou bandeiras contra o divórcio e o casamento civil e a favor da educação religiosa na escola pública, mas sempre deixando ver que combatia a legislação e não o governo, apresentando-se no mais das vezes como legitimadora da autoridade constituída na maior parte das questões de

¹⁴¹ The Brazilian bishops tried in the first place to restore the exemplariness of the Church. (...) Reform in this area even had to begin with the physical places where masses were celebrated: churches and chapels had to become distinctive, holy places. More difficult, but absolutely indispensable was the reform of the priests”. in DE GROOT, C. F. G., *op. cit.* p. 64.

¹⁴² “a basic necessity in a nation where political power gravitated around the regional capitals”. in DE GROOT, C. F. G., *op. cit.* p. 80.

interesse político.¹⁴³

O missionarismo teria sido a outra faceta da atuação da Igreja Católica que se confundiu com as iniciativas ultramontanas no período em questão. Muitas congregações, masculinas e femininas, foram instituídas com a finalidade de promover a conversão de povos não-cristãos. O envio de missionários a todas as partes do globo foi grandemente incentivado pelos Papas. Bois explica que o termo **país de missões** referir-se-ia àquelas regiões do globo em que a maior parte da população fosse “herética ou pagã”, aonde não existissem dioceses, mas vicariatos ou prefeituras apostólicas.¹⁴⁴ No caso da América do Sul, não se tratava de uma conversão ao catolicismo, mas de um redirecionamento de suas práticas. Para isso, o ardor missionário dos religiosos que se dispunham a emigrar era aproveitado no âmbito do projeto neoconservador que visava eliminar os erros do catolicismo popular e obstar o avanço de outras ideologias, como o liberalismo, o protestantismo, o espiritismo e a franco-maçonaria. Na interpretação de Marchi, o esforço missionário no final do século XIX coincidiu com as novas disposições de caráter social que tomava o catolicismo, no sentido de contrapor-se à ideologia socialista que arrebatava setores crescentes das populações urbanas. Assim,

“a emigração das ordens e congregações religiosas levou para as mais distantes e diferentes regiões as experiências do catolicismo social e as novas teses de romanização e centralização da Igreja. Observa-se uma coincidência entre a obra colonizadora e a obra missionária, ambas transmitindo a civilização por elas considerada como a única válida: a européia. A participação da Igreja torna-se fundamental na europeização do mundo. Os atritos entre Igreja e Estado, que ocorrem na Europa, não impedem que se reconstitua uma aliança nas Terras de Missão.”¹⁴⁵

Durante o período de 1880 a 1930, afirma De Groot, 36 ordens religiosas européias masculinas entraram no Brasil. Tal transferência maciça refletia políticas

¹⁴³ Cfe. DE GROOT, C. F. G., *op. cit.* p. 133 e segs.

¹⁴⁴ BOIS, A. *op. cit.* p. 284.

¹⁴⁵ MARCHI, E. *op. cit.* pp. 23-24.

anti-clericais que aconteciam em certos países europeus – como o *Kulturkampf* alemão¹⁴⁶, a separação Igreja-Estado na França, em 1905, e a Revolução Portuguesa de 1910. Mais impressionante ainda teria sido o volume de transposição das ordens missionárias européias femininas ao país: “Entre 1880 e 1930, 109 delas estabeleceram-se no Brasil. (...) O sucesso das ordens femininas pode ser explicado pelo fato de que ofereciam às jovens mulheres a possibilidade de uma vida ativa não resumida às tarefas domésticas.”¹⁴⁷ Tal afluxo de religiosos era rapidamente absorvido pela sociedade brasileira pois no Brasil republicano a Igreja separada do Estado foi levada a atuar em todos os extratos sociais para garantir seu protagonismo. Conforme explica Marchi: “a marca dessas novas ordens e congregações, além da substituição do modelo conventual das antigas ordens existentes, representava a opção por um projeto de atuação religiosa e social, onde, além da oração, a vida ativa seria intensa nas paróquias, colégios, hospitais e asilos”. Detalha Azzi quanto à população alcançada pelo movimento reformista:

“A Igreja passa a investir seus recursos humanos e seu poder político tanto nas áreas de imigração européia como junto à burguesia emergente nas classes médias em formação. (...) Especificamente, a Igreja luta para que seus valores éticos continuem sendo assimilados tanto na esfera familiar como na área escolar. As paróquias, os colégios católicos e as novas associações religiosas têm um papel significativo nesta atuação eclesial. Os institutos religiosos da Europa, a maioria dos quais imbuídos de mentalidade ultramontana, constituem a principal ponta de lança da Igreja para penetração nas classes médias urbanas. Desse modo, progressivamente as novas populações urbanas de classe média e alta passam a constituir a

¹⁴⁶ *Kulturkampf* ou luta pela cultura foi um movimento anticlerical alemão do século XIX, iniciado por Otto von Bismarck, Chanceler do Império Alemão em 1872. Pretendia eliminar inteiramente qualquer capacidade de influência da Igreja Católica na vida pública da Alemanha, promulgou entre 1872 e 1875 uma série de leis e decretos incluindo a expulsão do país da Companhia de Jesus, colocando todos os seminários católicos sob o controle do Estado e autorizando o governo a regular a nomeação de bispos e padres. *Cfe.* Enciclopédia Mirador, vol. 2, p. 315. São Paulo: Britânica do Brasil, 1986.

¹⁴⁷ “Between 1880 and 1930, as much as 109 of them established themselves in Brazil. (...) The success of the female orders may be explained by the fact that they offered young women the possibility of an active life not confined to domestic duties”. in DE GROOT, C. F. G., *op. cit.*, p. 77.

principal base de sustentação econômica da Igreja.”¹⁴⁸

O projeto ultramontano e romanizador foi desenvolvido pela Igreja Católica no Brasil com o espírito de uma segunda evangelização e coincidiu com o afluxo da imigração européia destinada a garantir o povoamento e o desenvolvimento econômico do centro-sul do país. As ordens religiosas vindas da Europa transferiam sua experiência em escolarização tal como a praticavam em seus países de origem, estabelecendo-se preferencialmente em centros urbanos. Isto significou uma orientação europeizante na formação das elites brasileiras, com viés conservador e ênfase na ordem e disciplina. Quanto ao trabalho conjunto das congregações e bispos reformistas, assevera Azzi:

“Quando se implantou no Brasil a Reforma Católica, os bispos que estavam à frente do movimento procuraram obter a colaboração de religiosos europeus para incrementar a obra iniciada. A partir de então, a presença de religiosos estrangeiros tornou-se marcante na vida católica do país. (...) Multiplicou-se o número de institutos religiosos masculinos e femininos instalados. Os masculinos deram duas colaborações precípuas: a colaboração nas paróquias e a fundação de colégios. As congregações femininas passaram a atuar principalmente na área da educação e saúde.”¹⁴⁹

A criação de novas dioceses no sul do Brasil, multiplicando os focos de atuação da hierarquia eclesiástica era outra forma de garantir a extensão dos poderes papais, pois com a laicização promovida pela República os bispos passaram a ser escolhidos diretamente pela Santa Sé. Em 1892, por exemplo, o Papa Leão XIII dividiu o Brasil

¹⁴⁸ AZZI, RIOLANDO. O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano. História do Pensamento Católico no Brasil IV. São Paulo: Paulus, 1994, p. 134.

¹⁴⁹ AZZI, RIOLANDO. A Neocrístandade, um Projeto Restaurador. História do Pensamento Católico no Brasil V. São Paulo: Paulus, 1994, pp. 26-27.

em duas províncias eclesiásticas, a do Norte, sediada em Salvador, e a do Sul, no Rio de Janeiro. Na mesma data, foram criadas as dioceses do Amazonas, Curitiba, Niterói e Paraíba. No intervalo entre 1900, quando se contava com doze dioceses no país, e 1920, passou-se ao número de cinquenta e oito.

Os bispos intervinham nas questões sociais através de cartas pastorais, tentando influenciar a sociedade a adequar-se aos pontos de vista da Igreja. Realizavam também visitas pastorais às paróquias sob sua orientação, supervisionando os trabalhos dos padres no reforço do projeto conservador. Visitas a Roma, com audiências especiais do Papa e a reunião dos bispos latino-americanos em plenários mantinham os prelados brasileiros atualizados quanto à forma de atuar e na propagação das idéias do catolicismo romanizado. Também ao nível do clero sentiu-se o redirecionamento a Roma, fosse na formação dos padres, muitos dos quais completavam estudos no Colégio Pio-Brasileiro, na capital italiana; fosse pelo afluxo dos religiosos e religiosas europeus, a maioria deles considerando o Brasil como atrasado culturalmente. Nesta direção resume Marchi:

“Quando os bispos reformadores buscaram as congregações no exterior, além de reformar e revitalizar o clero, através dos seminários, e de reorientar as práticas religiosas dos católicos brasileiros, tinham como preocupação o controle da juventude através da educação. Assim, a maior parte das congregações religiosas passou a atuar conforme as perspectivas do episcopado, estimuladas pela própria Santa Sé, voltando-se para o provimento das paróquias e para a fundação de escolas católicas”.¹⁵⁰

Dessa forma, houve a implementação de uma mentalidade europeizante que colocava restrições sistemáticas às devoções populares, influenciando também nas escolhas arquitetônicas dos templos e escolas e dando precedência a devoções euro-centradas, tudo com o intuito de firmar o espaço ideológico da Igreja Romana. Nesta direção, D. José de Camargo Barros, o primeiro Bispo do Paraná, enfatizou, na carta de saudação

¹⁵⁰ MARCHI, E. *op. cit.*, pp. 150-151.

pastoral que fez publicar em 1894, o recurso à prática dos sacramentos de forma a que se alcançasse a salvação das almas, sempre preocupado em garantir a submissão dos fiéis à autoridade da Igreja:

“Acaba de nascer? A toda pressa corre ela para ele e antes mesmo que tenha aberto os olhos à luz, o purifica (...) Chega a adolescência, idade das tempestades (...) Voa a Igreja em seu auxílio e lhe comunica um incremento de vida (...) Suas forças estão exauridas ou enfraquecidas ? (...) A Igreja o convida a vir sentar-se em um banquete celeste (...) Teve o cristão a desgraça de fraquejar na luta ? (...) a Igreja o recolhe sanguinolento (...), o mergulha em um banho que o lava e cura. Chega à sua última hora ?(...) Corre a Igreja para junto de seu leito. (...) Tem ele necessidade de mediadores que se ocupem, de uma maneira especial, das cousas divinas? (...) A Igreja lhe prepara, em seus sacerdotes, íntegros monitores, guias esclarecidos, pais cheios de ternura e devotamento”¹⁵¹

Percebe-se, neste pequeno exemplo, como também no Paraná o movimento ultramontano marcou sua presença, o que se verá retomado e repetido pela atuação das Irmãs de São José.

¹⁵¹ BARROS, José Camargo de. D. **Carta Pastoral de D. José de Camargo Barros – saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração**. Curitiba: Typographia da Impressora Paranaense, 1900, pp. 24-25.

2.3. A França da Terceira República: a questão do ensino laico.

A educação na França durante os séculos XVII e XVIII, ensina Foulquié, dividia-se em três categorias – universidades, colégios e pequenas escolas. Nestas, ensinava-se a leitura, a caligrafia, o cálculo e o catecismo. Relegadas ao controle das províncias, as pequenas escolas por vezes ficavam a cargo das paróquias, sendo que o professor servia também como sacristão. O autor explica:

“O professor, efetivamente, é ainda em parte homem da Igreja. Mesmo quando nomeado pela assembleia dos pais, ele deve ser aprovado pela autoridade eclesiástica que, depois, o submete a exame. A instrução religiosa constitui, com efeito, parte importante de seu programa, para não dizer a mais importante, aos olhos do rei e dos pais, assim como aos olhos da Igreja. Compreende-se, nestas condições, que o professor rural seja uma espécie de coadjutor leigo do pároco.”¹⁵²

A partir do século XVII, multiplicaram-se na França as congregações femininas dedicadas ao ensino de crianças e jovens, passando a lecionar nas pequenas escolas das aldeias, por solicitação dos pais e párocos. Segundo Perrot, “paga ou gratuita, rural ou urbana, a escola elementar abrange a maior parte dos alunos. (...) As escolas rurais femininas estão de facto quase exclusivamente a cargo de congregações com implantação nacional ou regional. Congregações dedicadas ao ensino abrem em sua casa-mãe um seminário destinado a formar mestras de escola para os meios rurais.”¹⁵³

O século XIX foi o século da escola, por excelência, na França. Não se via na família ou no meio ambiente cultural uma função como a que se consagrava à instrução como possibilidade de progresso pessoal e coletivo. Tal entendimento do

¹⁵² FOULQUIÉ, Paul. Igreja e a Educação. Trad. Maria das Dores Ribeiro de Figueiredo e Castro. Rio de Janeiro: Agir, 1957, p. 49.

¹⁵³ DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (orgs) História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1994, p. 162,

papel da escola incluiu tanto as disposições das classes dirigentes, como de grupos sociais cada vez mais extensos, de que somente no interior da casa escolar a instrução pudesse acontecer com ordem e eficácia. Uma instituição de tamanha importância e centralidade não poderia deixar de colocar-se como foco de disputas quanto a seu controle. Passou-se rapidamente da paixão pela escola à luta escolar, conforme explicita Françoise Mayeur,

“onde o Estado pretendia afirmar prerrogativas, novas em suma para ele, face à Igreja que considerava o ensino como uma de suas missões tradicionais. O sentido mesmo da instrução modificou-se. Ela deixa de ser desde o início do período a obra de caridade que justificou e justificaria ainda ao longo do século o mundo católico na fundação de escolas paroquiais e das congregações escolares. Ela torna-se um dever ao mesmo tempo que um direito do Estado que a transforma em serviço público.”¹⁵⁴

Após a derrota francesa frente à Prússia em 1871, com a conseqüente substituição do governo imperial de Napoleão III pela República, as circunstâncias históricas contribuíram para colocar a questão escolar em primeiro plano. A superioridade das tropas alemãs era citada pela imprensa francesa como conseqüência da densidade da rede escolar no país germânico e pelos bons salários dos professores, cujo trabalho resultava numa população convicta de seu patriotismo e acostumada a regimes de disciplina. Neste contexto, o tipo de educação oferecido, argumentava-se, tinha influência no robustecimento da nação. Para uma França republicana homogênea e fortalecida, a escola deveria ser uniforme, gratuita, laica e obrigatória: “a escola laica, para os republicanos, não era separável de sua causa, ao fundá-la, ao defendê-la,

¹⁵⁴ «où l'État entend affirmer des prérogatives, nouvelles en somme pour lui, face à l'Église qui considérait l'enseignement comme une de ses missions traditionnelles. Le sens même de l'instruction s'en trouve modifié. Elle cesse dès les débuts de la période d'être l'oeuvre de charité qui avait justifié et justifie encore au long du siècle le monde catholique dans la fondation d'écoles paroissiales et de congrégations enseignantes. Elle devient un devoir autant qu'un droit de l'État qui la transforme en service publique.»

in MAYER, Françoise. Histoire de l'Enseignement et de l'Éducation. 1789-1930. Tomo III, Paris: Perrin, 1981, p. 9.

a República tinha o sentimento de lutar por sua existência”.¹⁵⁵ A hierarquia eclesiástica e as demais organizações católicas, acusadas de alinhar-se aos partidários de uma pretendida restauração monárquica, foi paulatinamente afastada das atividades educacionais no território francês.

A década de 1880 viu o aparecimento de diversos diplomas legais que promoviam a laicização da escola primária elementar, embora a Igreja ainda pudesse manter estabelecimentos próprios e mesmo o ensino superior. No início da década foi decretada a dispersão dos jesuítas e determinado prazo para que as congregações não autorizadas requeressem seu registro perante o governo. A escola primária tornou-se gratuita (1881) e o programa, laico (1882), o que implicava na retirada de quaisquer símbolos religiosos do recinto escolar. Também os ministros de quaisquer cultos ficaram impedidos de pregar nas escolas. Em 1886 o processo foi acentuado com a decretação da laicização também do pessoal, com a previsão da substituição dos professores religiosos de meninos no prazo de cinco anos, e progressivamente nas escolas para meninas. A administração do ensino foi centralizada, emancipando o professor das autoridades comunais, vale dizer, da influência do cura de aldeia.

A partir de 1890 deu-se uma acomodação das partes em conflito. A hierarquia eclesiástica, alertada por seguidos insucessos dos conservadores nas eleições, manifestou-se positivamente quanto à aceitação dos governos legitimamente eleitos. O Papa Leão XIII, na encíclica *Inter Sollicitudines*, pregou a aceitação da república, devendo-se não mais combater o governo, mas opor resistência buscando a revogação das leis anticristãs, aí incluídas as do ensino laico. A ligação dos republicanos moderados a uma política da ordem permitiu aos confessionais não autorizados a reabertura discreta de suas escolas.¹⁵⁶

O começo do século XX veria o recrudescimento da disputa em torno de a

¹⁵⁵ «l'école laïque, pour les républicains, n'est pas separable de leur cause; en la fondant, en la défendant, la République a le sentiment de lutter pour son existence». in OZOUF, Mona. L'École, L'Église et la République. Paris: Cana/Jean Offredo, 1982, p. 17.

¹⁵⁶ OZOUF, M. *op. cit.*, p. 166.

quem cabia a formação das mentes juvenis. Isto equivale dizer, do controle dos conteúdos que comporiam o programa escolar. O governo de Waldeck Rousseau, logo seguido pelo de Combes, promoveu em 1900 nova carga contra as associações não autorizadas. Lei promulgada em 1º de julho de 1901, reconheceu pela primeira vez na França a liberdade de associação, mas, instaurou um regime de exceção para as congregações religiosas, colocadas assim, de certa forma arbitrariamente, fora do direito comum.¹⁵⁷ A exigência do pedido de autorização foi seguida pela negativa em bloco para o funcionamento das ordens religiosas, com exceção de cinco congregações hospitalares. O total de pedidos que haviam sido encaminhados segundo a exigência legal havia sido de 615 congregações, sendo que outras 215 tinham se recusado a fazê-lo.¹⁵⁸ Qualquer pessoa que tivesse pertencido a uma dessas organizações ficou proibida de lecionar. A partir do verão de 1902, mais de 2.500 escolas foram fechadas, chegando a 10.000 em 1903. Cerca de 5.800 dessas escolas reabriram logo depois sob a direção de leigos católicos.¹⁵⁹ Em 1904 houve a interdição plena aos religiosos de lecionarem, pertencessem a ordens autorizadas ou não.¹⁶⁰

O fechamento das escolas confessionais deu lugar a incidentes de grande impacto emocional em todo o país. Os bens das Congregações dispersas foram inventariados e liquidados, chegando o confisco de bens da Igreja à soma de 260 milhões de francos. Também no ano de 1904, houve o rompimento das relações diplomáticas com o Vaticano. Pela nova legislação, o Estado não reconhecia nem pagaria salários a nenhum culto. Cerca de 160.000 religiosos sofreram restrições no

¹⁵⁷ *Cfe.* DUCHET-SUCHAUX, Gaston. Les Ordres Religieux. Guide Historique. Paris: Flammarion, 2000, pp. 268-269.

¹⁵⁸ *Cfe.* GEORGEL, Jacques; THOREL, Anne-Marie. L'Enseignement privé en France du VIIIe au XXe Siècle. Paris: Dalloz, 1995, p. 33.

¹⁵⁹ *Cfe.* BAUBÉROT, Jean. Histoire de la laïcité en France. Paris: Presses Universitaires de France, 2000, p. 70.

¹⁶⁰ «Enfin les Chambres, en juillet 1904, interdiront l'enseignement à tous les congréganistes, quel que soit le passé de leur ordre.»
in OZOUF, M. *op. cit.*, p. 178.

exercício de suas atividades pedagógicas. Mais de 60.000 exilaram-se. Assim resume Lanfrey o quadro existente em França no início do século XX: “no momento em que as congregações vítimas da recusa de autorização emergiam lentamente de uma crise aguda, as congregações autorizadas, vítimas da lei de 7 de Julho de 1904, sofriam a interdição de ensinar e encontravam-se confrontadas por sua vez com a secularização.”¹⁶¹

Embora as Irmãs de São José, com suas bases em Chambéry, Moûtiers, Maurienne e outras localidades da Savóia alegassem estar autorizadas a funcionar por cartas-patentes dos Reis da Sardenha, emitidas anteriormente à anexação daquela província pela França, e, portanto, válidas segundo cláusulas do tratado de anexação, não foi esta a interpretação do governo francês. As escolas da Congregação nas cidades maiores tiveram que fechar e as religiosas que lecionavam nas pequenas vilas em escolas comunais mantidas pelos prefeitos foram enviadas de volta às sedes da Congregação. Dessa forma, houve um excesso de pessoal disponível, religiosas que, se não quisessem tornar-se enfermeiras (no campo da saúde não havia obstáculos legais à sua atuação), a outra opção seria deixar o país. Uma outra possibilidade seria abandonar o hábito religioso, secularizar-se, e atuar nas novas escolas dirigidas por leigos, na condição de professora leiga. No caso da Congregação das Irmãs de São José, segundo Sorrel, a diminuição do número de religiosas atuando em França foi bastante acentuada. Na diocese de Moûtiers, que contava com 215 religiosas em 1901, dez anos depois, em 1911, o número teria caído a 103, ou 150, se contadas as que optaram pela secularização. Na diocese de Chambéry, a diminuição foi de cerca de 38% dos efetivos, passando de 484 em 1901, a 298 religiosas em 1902. Tal diminuição, informa o autor,

¹⁶¹ «Au moment où les congrégations victimes des refus d'autorisation émergeaient lentement d'une crise aiguë, les congrégations autorisées, victimes de la loi du 7 juillet 1904, subissaient l'interdiction d'enseigner et se trouvaient donc confrontées à leur tour à la sécularisation». in LANFREY, ANDRÉ. Les Catholiques français et l'École. (1902-1914). Paris: Éditions du CERF, 1990, p. 78.

“era acompanhada por vezes de uma modificação do equilíbrio interno, como entre as Irmãs de São José de Moûtiers, onde as conversas ficaram mais comumente nas paróquias (30% dos efetivos em 1901, 47% em 1911), enquanto que as professoras de votos perpétuos partiam ao exílio, sobretudo se possuíam o *brevet* de professoras e pertenciam ao grupo das de idade mediana”.¹⁶²

Assim, a expansão das escolas confessionais mantidas por ordens religiosas francesas nas Américas, tão oportuna como reforço ao movimento ultramontano encetado pelo clero latino-americano, pode ser explicada, entre outros fatos, pela chamada questão escolar, que opôs, em França, o princípio republicano e o princípio monárquico, a escola laica e a escola congregacional, processo que se desenvolveu ao longo de várias décadas. No início do século XX, a marcada presença das congregações francesas em várias regiões do globo, em decorrência dos desenvolvimentos políticos que vimos descrevendo, se antes era majoritária, foi então consideravelmente reforçada, a ponto de levantar resistências locais por parte de movimentos anti-clericais.

As congregações francesas que já tinham ramificações em funcionamento mundo afora tiveram a possibilidade de menos traumáticamente redistribuir o excesso de pessoal, ainda dignificado pela aura da perseguição sofrida e a partida na condição de missionários. Dessa forma, as Irmãs de São José puderam intensificar sua expansão na Europa, Ásia e Américas. A casa de Moûtiers, por exemplo, somente para os dois estados brasileiros do Sul, Paraná e Rio Grande, enviou no intervalo de 1896 a 1908, oitenta religiosas. A presença de freiras com treinamento professoral permitia a rápida abertura de escolas, cujos rendimentos possibilitavam a manutenção de noviciados para formação de novas religiosas, recrutadas entre a população urbana que se

¹⁶² «Ce repli s’accompagne parfois d’une modification de l’équilibre interne, comme chez les Soeurs de Saint Joseph de Moûtiers où les converses restent plus facilement dans les paroisses (30% des effectifs en 1901, 47% en 1911), alors que les professes voilées partent en exil, surtout s’elles possèdent le brevet d’enseignement et appartiennent au ‘moyen âge’.»
in SORREL, Christian. La République contre les Congrégations. Histoire d’une passion française. (1899-1914). Paris: Les éditions du CERF, 2003, p. 173.

adensava como resultado da imigração européia de classes trabalhadoras e nas colônias de agricultores de religião católica. De maneira que a política laicista do governo republicano francês, no intuito de enfraquecer o poder ideológico da Igreja Católica, acabou por propiciar um crescimento acelerado das ordens, as quais, detentoras das chaves de entendimento da cultura francesa, ambicionada como modelo civilizatório, eram recebidas com bastante simpatia nos locais de suas novas implantações. Paradoxalmente, o êxodo massivo dos religiosos franceses após 1901, contribuiu ao apogeu da cultura francesa no mundo na primeira metade do século XX.

2.4. A interplexão com protagonistas masculinos.

Uma característica da Congregação de São José que pode parecer de menor importância, mas que talvez tenha também seu condão explicativo em alguns desdobramentos na trajetória do Colégio de Castro é a interplexão com figuras masculinas na condução de suas atividades.

Como já descrito acima, a implantação da Congregação no século XVII deveu-se à articulação de dois religiosos – o Padre Médaille, que forneceu a inspiração e a base doutrinária, e o Bispo Henri de Maupas, que se preocupou com a institucionalização perante a hierarquia católica e proveu materialmente as primeiras necessidades de instalação.

Comentando a maneira de atuar do padre Médaille, direcionada às populações mais simples, despida dos ornamentos retóricos que teria aprendido a manejar durante sua educação nos colégios jesuíticos, informa o cônego Bois que:

“nenhum discurso de efeito; Jean-Pierre Médaille não guardará dos seus Preceitos de retórica senão a arte de expor claramente as coisas sublimes. Sua palavra simples, familiar, cheia de imagens, alimentada por substancial doutrina, sabia extrair do amor que ardia em seu coração por Deus e pelas almas, o dom de esclarecer e de tocar”.¹⁶³

Quanto ao Bispo do Puy, Henri de Maupas du Tour, as qualidades que o descrevem são em tudo opostas às do Padre Médaille, a começar por sua origem aristocrática, tendo como padrinho de batismo o Rei Henrique IV de França. Logo após sua ordenação como padre foi empossado vigário geral de Reims e, mais tarde, tornou-se o confessor da Rainha Ana. Nomeado Bispo do Puy em 1641, ocupou a sede

¹⁶³ «pas de discours d'apparat; Jean-Pierre Médaille ne gardera de ses Préceptes de rhétorique que l'art d'exposer clairement de sublimes choses. Sa parole simple, familière, imagée, nourrie de substantielle doctrine, saura puiser dans l'amour qui brûle son coeur pour Dieu et pour les âmes le don d'éclairer et de toucher»”.

in BOIS, A. *op. cit.*, p. 45.

episcopal por dezessete anos. Foi o primeiro biógrafo e grande admirador de Francisco de Sales, cujas premissas de serviço cristão quis ver realizadas pelo Padre Médaille em sua diocese. Por sua história pessoal, sentia-se, por certo, à vontade para organizar a nova instituição da forma que julgasse conveniente e dar-lhe o impulso inicial com as características que já anotamos acima. Assim, em

“15 de outubro de 1650, festa de Santa Teresa, Monsenhor de Maupas reuniu as novas religiosas no Hospital de Órfãos do Puy que foram confiadas a seus cuidados. Fez uma exortação perpassada pelo espírito de Deus, determinou a forma do hábito, o impôs solenemente e deu às Irmãs as Regras de conduta para sua vida. Terminou a cerimônia colocando sob a proteção do Chefe da Santa Família o modesto Instituto, ao qual batizou definitivamente Congregação das Irmãs de São José. Em 10 de Março de 1651, autenticou-lhe a autorização de funcionamento.”¹⁶⁴

Autorizações subscritas por um clérigo tão bem relacionado com a coroa francesa não seriam facilmente questionadas. Tornou-se possível, então, que a nova maneira de atuar de religiosas católicas tivesse seu impulso inicial. Como se depreende do trecho citado acima, o patronato de São José foi uma escolha de Maupas. A indicação de uma figura masculina para referenciar o instituto deu vitalidade à característica proposta de presencialidade no mundo, através de São José, símbolo de trabalho e serviço à vontade divina, a ser imitado por aquelas mulheres que não teriam de início a proteção das paredes conventuais.

Ao longo da trajetória européia da Congregação citamos, por ocasião de sua reorganização no século XIX, outro prelado de alta inserção, o Cardeal Fech, como indutor e protetor das novas casas. Após a chegada das Irmãs ao Brasil, nota-se a persistência do mesmo modelo de interplexão com os clérigos, de duas maneiras: em

¹⁶⁴ «Le 15 octobre 1650, fête de sainte Thérèse, Mgr de Maupas assemble les nouvelles religieuses dans l'Hôpital des orphelins du Puy qui furent confiées à leurs soins. Il fit une exhortation pénétrée de l'esprit de Dieu, détermina la forme de l'habit, l'imposa solennellement et donna aux Soeurs des Règles pour la conduite de leur vie. Il termina la cérémonie en mettant sous la protection du Chef de la sainte Famille le modeste Institut, qu'il nomma définitivement Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph. Le 10 mars 1651, il l'autorisait d'une manière authentique.»
in **Congrégation des Soeurs ... op. cit.**, p. 10.

primeiro lugar pela substituição das figuras dos bispos franceses, pelos seus correspondentes locais, os Bispos de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre; em outro aspecto, quanto à função de diretor espiritual ou padre-confessor, o acompanhamento de sacerdotes franceses aos grupos de religiosas emigradas. Trésal informa a vinda de quatro deles: os abades Anxionnaz, cura de Bourg-Saint-Maurice¹⁶⁵, e antigo missionário na Martinica, e Lassiaz, cura de Celliers, em 1896; o abade Michel, em 1898, que sabemos ter estado em Castro em 1904 para escolha do local do Colégio; e o abade Bérout, em 1903.¹⁶⁶ Cabe lembrar também o Padre Maurice Dunnand, que acompanhou as religiosas a Castro em 1905, à época, vigário de Morretes, onde as Irmãs de São José manteriam escola por alguns anos. Quanto ao Padre Jean Michel, informa Pizani: “foi um dos auxiliares do Bispo Dom José e passa a ser importante personagem para a conquista do Noviciado. A ele foram confiadas as Paróquias de Piraquara e de Campina Grande, e como capelão do Hospital da Estrada de Ferro, lhe era permitido viajar às expensas da Companhia para realizar o trabalho de apostolado”.¹⁶⁷

No caso do Colégio de Castro, a figura que nos parece de maior interesse na explicação de sua implantação é a do Bispo de Curitiba, D. José Camargo de Barros. Por Trésal sabemos que foi por sua iniciativa pessoal que as religiosas de São José de Moûtiers chegaram ao Paraná. Mas, quando da instalação do Colégio em Castro, já fora nomeado para assumir a Diocese de São Paulo, em 1904. Seria por demais duvidoso, portanto, atribuir-lhe uma participação ativa na transferência da Congregação de Curitiba a Castro? Para chegarmos a alguma conclusão, é necessário conhecer um pouco mais sobre esse prelado que foi o primeiro bispo paranaense. Nascido em Indaiatuba, Comarca de Itu, em 1858, foi educado no Colégio dos Jesuítas e mais tarde no Seminário Episcopal de São Paulo. Foi pároco de Santa Ifigênia na capital paulista e Bispo de Curitiba a partir de 1894. Promoveu a transferência de ordens de padres europeus – Missionários de São Carlos, Lazaristas, do Verbo Divino, Franciscanos; e freiras – de São José, da Divina Providência, Zeladoras Missionárias e

¹⁶⁵ Cidade natal de Madre Léonie, durante muitos anos superiora geral no Paraná.

¹⁶⁶ Cfe. TRÉSAL, J. *op.cit.*, pp. 210-213.

¹⁶⁷ PIZANI, M. A. P. N. *op. cit.*, pp. 110-111.

do Sagrado Coração de Jesus. Fundou associações pias e órgãos de imprensa católica. Fez visitas pastorais, inclusive à Santa Catarina, então parte da diocese, e editou Cartas Pastorais e outros documentos de orientação ao clero. Conforme resume Fedalto: “a tudo presidia o olhar apostólico do Bispo. Grandes obras planejava realizar, quando, a 9 de novembro de 1903, foi transferido por Leão XIII para o Sólido Episcopal de São Paulo”.¹⁶⁸ Pouco tempo, entretanto, D. José ocupou o Bispado de São Paulo, pois ao retornar de Roma em agosto de 1906, pereceu em naufrágio na costa da Espanha.

D. José realizou duas visitas pastorais à Cidade de Castro – em 1897 e 1903, das quais, de próprio punho, escreveu provimento geral no livro tombo da paróquia de Sant’Anna. Nestes relatos, a preocupação central do prelado foi de descrever a organização da paróquia do ponto de vista do clero ultramontano: limpeza do templo; boas condições dos paramentos e demais objetos de culto; ordem dos livros de registro do arquivo episcopal, “o qual encontramos em muito boa ordem e asseio”, anotou.¹⁶⁹ A primeira visita teve a duração de oito dias, e a segunda, em 1903, de apenas cinco. Em ambas as ocasiões houve especial atenção ao ministrar dos sacramentos, com a realização diária de missas e novenas, totalizando, na segunda visita, cerca de quatrocentas primeiras-comunhões, oito casamentos, e a crisma de setecentas e noventa pessoas.¹⁷⁰

O Bispo D. José prescreveu ao final de seu relato, após noticiar as ornamentações festivas da Igreja e as manifestações de apreço de que foi alvo, um provimento especial destinado a regular o funcionamento da paróquia ao longo do tempo. Entre outras medidas recomendou a utilização da batina pelos padres sempre que se apresentassem em público, como “honra e distintivo em meio dos outros homens”.¹⁷¹ Outra determinação, condizente com a Igreja que se reformava aos moldes da Cúria Romana, era a da recitação junto com o povo das orações ordenadas pela Pastoral Coletiva dos Bispos Brasileiros, “em voz alta e pausada, de modo que todo o povo possa ouvir e acompanhar; devem também insistir com o mesmo povo que vá

¹⁶⁸ FEDALTO, Pedro (Arcebispo) **A Arquidiocese de Curitiba na sua História**. 5ª ed. Curitiba: (s.n.), 1956, p. 22.

¹⁶⁹ **Livro Tombo nº 3 da Paróquia de Sant’Anna de Castro**, p. 176.

¹⁷⁰ **Livro Tombo...** *op. cit.*, p. 179.

¹⁷¹ **Livro Tombo...** *op. cit.*, p. 181.

repetindo, em seu seguimento, as mesmas orações”.¹⁷² Seguiram-se instruções para a missa dominical; a explicação do catecismo às crianças; a necessidade de penitência prévia aos noivos; a conservação das alfaias e paramentos; a renovação periódica da água batismal e das partículas destinadas à comunhão, “para as quais só devem empregar pura farinha de trigo; muito cuidado e exigência com o vinho para a missa, dando sempre preferência ao vinho nacional.”¹⁷³

É pouco crível que D. José, observador atento de tantos detalhes no funcionamento da paróquia não tivesse considerado a questão da educação católica, que fazia parte, como sabemos, das preocupações dos bispos reformadores e que tinha sido objeto de recomendação em sua carta pastoral datada de 2 de março de 1900.¹⁷⁴ Na estadia de 1903, teria visitado em Castro uma escola dirigida pelo pároco. Ao contrário de outros itens, que descreveu em minúcias no livro tomo, ao estabelecimento escolar dedicou apenas duas linhas. Seriam as condições da escola mais dignas de silêncio do que comentário? – “não foi menor o nosso contentamento pelo bom andamento da Escola paroquial, que, depois de criada, o Rvmo., aqui vai sustentando e dirigindo pessoalmente a custa de inauditos sacrifícios”¹⁷⁵ – foi o que se limitou a relatar.

A descrição da visita pastoral de 1903 nos traz, porém, outra pista para ligarmos Dom José à vinda do Colégio a Castro. Nesta ocasião foi recepcionado pelo Coronel Olegário de Macedo na condição de Prefeito Municipal. À chegada do trem à estação, Olegário discursou em nome do povo, “depois que cessaram as harmonias da música e interrompeu-se a chuva de flores, que sobre nós aspergiam um grupo de meninas e moças”, comenta o prelado.¹⁷⁶ Também em 1897 a chegada do Bispo fora saudada por banda de música, foguetório, badalada de sinos e discurso, desta feita, de Sallustio Lamenha Lins, Juiz de Direito. Recepções em tudo semelhantes à que foi oferecida às Irmãs em 1905.

Durante a visita de 1903, o Coronel Olegário e o Bispo D. José tiveram ocasião

¹⁷² **Livro Tombo...** *op. cit.*, p. 181.

¹⁷³ **Livro Tombo...** *op. cit.*, p. 181, verso.

¹⁷⁴ *Cfe. Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba*. Anno, I, n° 3, p. 1.

¹⁷⁵ **Livro Tombo...** *op. cit.*, p. 179.

¹⁷⁶ **Livro Tombo...** *op. cit.*, p. 177, verso.

de tratar de assuntos de interesse comum. Segundo o Jornal A Estrela, “estava ainda o sr. Bispo jantando, em companhia do Dr. Dantas, (...) do sr. Coronel Olegário e algumas pessoas mais”, quando foram interrompidos por grupo de jovens que vieram fazer-lhe uma ovação e beijar-lhe o anel.¹⁷⁷ Ora, o Dr. Dantas Ribeiro, além de genro de Olegário, era o inspetor escolar, e é de se presumir que a questão da qualidade das escolas castrenses tenha sido colocada. Também pel’A Estrela sabemos que outras autoridades castrenses faziam parte da comissão de recepção do bispo, cidadãos como o Dr. Gastão Sengés e o camarista Indalécio de Macedo, que depois iríamos encontrar compondo o grupo de provedores do Colégio no ano seguinte. Não nos esqueçamos, igualmente, que o governador Xavier da Silva, também do grupo de provedores, mantinha relacionamento amigável com o Bispo, favorecendo, por exemplo, a instalação do Seminário Diocesano com cotas nas loterias oficiais, conforme a lei 122, de 12 de Dezembro de 1894. É provável, assim, que os primeiros entendimentos para a criação do Colégio em Castro tenham-se dado entre o Bispo e os dirigentes locais já no ano de 1903.

Ao longo dos quase noventa anos de funcionamento do São José em Castro, muitas outras figuras masculinas teriam seu espaço de atuação, como noticiaremos nos próximos capítulos, quais sejam: párcos, médicos, professores, paraninfos, inspetores de ensino e os jornalistas, que se ocupavam de dar a conhecer a seus leitores as qualidades do empreendimento escolar.

¹⁷⁷ **Jornal A Estrela**, nº 12. Curitiba: 28/06/1903, p. 1.

2.5. Reflexos na Cidade de Castro.

Os jornais editados em Castro no final do século XIX e no início do XX, trazem-nos alguns indícios de como as discussões de ultramontanos *versus* anticlericais alcançavam a comunidade castrense. A ocorrência de artigos sobre tal temática é pouco freqüente, talvez pelo pouco espaço que dispunham os jornais, hebdomadários ou quinzenais; talvez pela pouca identificação da população local com o embate ideológico que se colocava em outros centros maiores. Há maior ocorrência de debates via imprensa nos órgãos do século XIX. Vejamos:

No âmbito d’A Campanha, a discussão girava em torno da filiação dos católicos à maçonaria. De um lado, o editor da folha Pedro Machado de Souza Galvão fazia a defesa da sociedade dos pedreiros-livres; de outro, o pároco belga Vanesse, acenava com a condenação eterna, conforme as determinações papais. Em seus editoriais, Souza Galvão afirmava ser a maçonaria a verdadeira fé cristã, despida de cegueira e estupidez, levando, não ao temor, mas ao amor a Deus. E lamentava as atuais diretivas romanas que teriam separado de causas comuns de interesse da nação, civis e religiosos: “depois de por longos anos vivermos na Santa paz do Senhor, abençoados pelo Clero Brasileiro, pelos nossos virtuosos prelados, coadjuvados por inteligentes e preclaros sacerdotes, que foram nossos Irmãos, eis que se nos move encarniçada guerra a título de parvoíces só dignas de homens despidos de senso comum”.¹⁷⁸ E prosseguia o articulista, com fina ironia, antepondo o Evangelho ao *Syllabus* de Pio IX, como modelo das condutas cristãs: “digam o que quiserem, escrevam o que lhe aprouver, preguem e ensinem o erro e a calúnia, a Maçonaria trilhará com passo firme a senda da virtude, seguirá o Evangelho, e não o *Syllabus*, e cumprirá sua missão que é socorrer o infeliz e instruir o ignorante – Deus, Pátria e Caridade – , eis sua divisa”.¹⁷⁹

O debate nas páginas d’A Campanha devia refletir outros que se davam

¹⁷⁸ A Campanha, nº 22, 14/06/1896, p. 2.

¹⁷⁹ A Campanha, nº 22, 14/06/1896, p. 2.

oralmente, tendo como ponto focal o púlpito da Igreja, pois a resposta do pároco a Souza Galvão foi publicada no mesmo número do jornal, fazendo crer que a Loja Maçônica teria encaminhado ao Padre carta com suas considerações. A fala do sacerdote não veio despida de polidez, convidando os que tivessem dúvidas a folhear livros que teria em seu poder, com o fim de esclarecê-los, pois seria “certo que sobre cem maçons há mais de noventa que não sabem o que é realmente a maçonaria”. Afirmava que oito papas já a teriam condenado e atacava os padres que chamou de rebeldes, que defendiam tal sociedade, contra o interesse da hierarquia católica: “esta confusão de idéias sobre a obediência devida aos chefes da nossa religião em matéria de doutrina e de disciplina eclesiástica pode pairar simplesmente no espírito daqueles que possuem tão somente uma dose homeopática da religião católica”¹⁸⁰. E terminava o Padre Vanesse a sua carta propondo a união dos cidadãos locais em direcionamentos comuns, pois em Castro “não precisamos de três pontos, mas de gente armada de bons braços para trabalhar em paz e concórdia para o progresso e o bem-estar comum”.¹⁸¹

Os editores d’A Campanha, porém, ex-alunos oriundos de Faculdades de Direito e outros institutos laicos de formação, não estavam dispostos a silenciar sobre o que consideravam os pontos de interesse para o progresso social. Assim, voltaram sua atenção à questão do ensino confessional. Em artigos provavelmente transcritos de outros órgãos, condenariam as escolas jesuíticas e a prática da confissão. Como nos anos da edição do hebdomadário, 1895 e 1896, não havia em Castro, e nem mesmo no Paraná, colégios da Companhia de Jesus, não atinamos a quem buscavam a atingir. Quanto aos “nefastos sectários de Loyola”, acusavam-nos de que os meninos sob seus cuidados “magros, pálidos, com o aspecto doentio, nota-se logo neles a ausência dessa ruidosa alegria peculiar a todas as crianças”.¹⁸² E aconselhavam às famílias preferirem sempre a matrícula em escolas públicas, e, dirigindo-se às mães (sempre as mães!), opinavam: “não descuideis a educação moral de vossos filhos, cedendo a outrem o que

¹⁸⁰ **A Campanha**, nº 22, 14/06/1896, p. 2.

¹⁸¹ **A Campanha**, nº 22, 14/06/1896, p. 2.

¹⁸² **A Campanha**, nº 34, 13/09/1896, p. 1.

de direito e por dever vos pertence. (...) Acautelai-vos daqueles que lhes possam perverter o coração, e para isso afastai-os de toda doutrina jesuítica, como nos afastamos do réptil venenoso cuja mordedura pode ocasionar-nos a morte física”.¹⁸³

Outro dos temas anti-clericais de tratativa d’A Campanha, no ano de 1896, era o ataque à prática da confissão, em vários editoriais subsequentes. Em um deles, que abordava especificamente a confissão nos colégios, classificavam-na como uma obra deliberada de domínio da alma humana, cujo resultado seria a destruição da pureza das almas juvenis e a perda da alegria natural da infância. Tais qualidades seriam substituídas por uma atmosfera de cinismo, mentira e hipocrisia que acabaria por separar as crianças de suas famílias.¹⁸⁴

No último ano do século XIX, o novo pároco de Castro, Padre Casimiro Andrejewski, não dispoñdo de órgão de imprensa próprio para colocar os pontos de vista da Igreja Católica, tinha que conviver com as críticas que o órgão mensal da Igreja Presbiteriana, A Aurora do Evangelho, publicava. Além das comparações sobre interpretações de textos bíblicos pelas duas religiões e de notícias de conversões massivas às igrejas reformadas, por vezes A Aurora trazia críticas mais diretas à hierarquia católica. Sob o título “Importação de frades”, previa para o Brasil, que erroneamente permitia tal acontecimento, uma sorte igual à da Espanha, que vinha perdendo suas últimas colônias para os Estados Unidos: “O Brasil é o país das importações; importa até os gêneros de primeira necessidade, e como se isso não bastasse deu agora em importar sotainas negras, portadores da ignorância, hipocrisia e superstição”¹⁸⁵.

Em outro editorial d’A Aurora, Brado de Alarma, comparava-se a situação nacional com a francesa, elogiando as medidas anti-clericais que lá tomava o governo de Waldeck Rousseau. No Brasil, o que estaria acontecendo, ao contrário, seria a subvenção à Igreja Católica com verbas públicas, em afronta à Constituição: “mesmo

¹⁸³ **A Campanha**, nº 34, 13/09/1896, p. 2.

¹⁸⁴ **A Campanha**, nº 38, 11/10/1896, p. 1.

¹⁸⁵ **A Aurora do Evangelho**, nº 3, 14/03/1899, p. 4.

aqui no Paraná explora-se em benefício do Seminário, com o nome de – Loteria Agave Paranaense – o indecente *jogo dos bichos*, proibido em toda a parte.”¹⁸⁶ Após listar iniciativas semelhantes de outros governadores que à exemplo do castrense Xavier da Silva estariam favorecendo os católicos, perguntava o articulista: “digam se é verdade que a igreja está separada do estado”, e vaticinava – “de braços com o clericalismo a República só pode caminhar para o abismo”.¹⁸⁷

O hebdomadário *A Evolução*, cujos redatores eram ligados ao centro espírita local, também no ano de 1899, adotava um tom mais filosófico e preferia abordar questões como a do ensino religioso nas escolas, que defendiam. O raciocínio dos articulistas, entre eles Lamenha Lins, que recebera o Bispo D. José dois anos antes na condição de Juiz de Direito, era o seguinte:

“a civilização pertence ao Estado, a religião às famílias. O Estado, por suas escolas normais, suas escolas primárias, seus colégios, seus museus, suas academias, seus estabelecimentos de ensino profissional, sua universidade, doutrina a civilização aos seus cidadãos. A religião, pelo ministério sacerdotal, incute a fé no ânimo da juventude, ainda abrigada sob o teto paterno”¹⁸⁸.

Tal dicotomia entre as esferas pública e privada seria naturalmente resolvida porque, ainda que os diversos cultos e a razão humana devessem gozar de independência, os princípios morais e a sua sanção estariam “na idéia de Deus, em cujo nome todas as religiões seguem a mesma moral, que é a base da civilização. Conseqüentemente, neste ponto preciso do ensino, a civilização e a religião se encontram com um mesmo e só pensamento: ensinar de harmonia uma mesma moral aos filhos do povo”¹⁸⁹. O ensino seria assim, religioso, na medida em que o professor respeitasse, em nome do Estado, a religião que a família anteriormente colocasse na consciência dos alunos.

¹⁸⁶ *A Aurora do Evangelho*, nº 10, 15/02/1900, p. 3.

¹⁸⁷ *A Aurora do Evangelho*, nº 10, 15/02/1900, p. 3.

¹⁸⁸ *A Evolução*, nº 18, 20/08/1899, p. 1.

¹⁸⁹ *A Evolução*, nº 18, 20/08/1899, p. 1.

Outro articulista d’A Evolução, sob a epígrafe Religião Laical, comenta o artigo anterior, opinando que dogmas e o encerramento nos templos, com a conseqüente monopolização em mãos que dela fazem ofício e mercancia, é que tornariam a religião incompatível com uma humanidade viril, soberana e racional. E apresentava sua fórmula do que seria a tal religião laical, essa sim digna do ensino nas escolas:

“A religião não consiste em observações vãs, em fórmulas de orações ou cerimônias tradicionais mais ou menos simbólicas; não se identifica com dogmas e formas de culto, mas, inerente à alma humana, acha-se onde esta se dilata e sente-se viver na harmonia dos seres e dos mundos. Está em toda aspiração do ideal divino, em todo esforço do ser moral para a realização do verdadeiro, do bom e do belo. Está em toda obra de sinceridade, de trabalho, do progresso, de amor ao próximo e de sacrifício útil à família, ao país, à humanidade. Está em toda vitória conseguida pelo espírito de caridade, de generosidade, de solidariedade contra o espírito de ódio, de desunião, de egoísmo. Está, enfim, em todo ato humano que, universalizando-se, revela o seu acordo perfeito com a obra e o pensamento Divinos.¹⁹⁰”

Anos depois, em 1905, não encontramos na imprensa castrense textos de questionamento religioso tão bem fundamentados como antes. A Gazeta de Castro, então dirigida pelo professor Alfredo Dias, ligado à Igreja Presbiteriana, por exemplo, comentava o domingo de Páscoa elogiando o cristianismo como uma religião unívoca, a qual seria a única que “manda missionários a civilizar os gentios, é a que constrói grandes edifícios para aliviar as dores dos que sofrem e através de vinte séculos tem civilizado a parte bruta da humanidade pela palavra”¹⁹¹. Neste baú em que cabiam todos os cristãos, só não eram acolhidos os positivistas, os materialistas e os ateus.

A partir da chegada das Irmãs de São José, a imprensa local colocou-as numa posição em que jamais eram questionadas, mas sempre elogiadas. Se havia restrições ideológicas ao reformismo católico isso não parecia ter ligação com o Colégio, cujo fim, insistimos, era de atuar na esfera privada das sociabilidades, portanto, fora dos

¹⁹⁰ **A Evolução**, nº 26, 15/10/1899, p. 1.

¹⁹¹ **Gazeta de Castro**, nº 57, 23/04/1905, p. 1.

debates públicos sobre a escola laica e o ensino republicano.

Como último exemplo, trazemos o editorial do semanário *O Município*, dirigido por maçons castrenses, que lamentava, em agosto de 1906, nas seguintes palavras, o naufrágio e conseqüente morte do Bispo D. José:

“Sua morte veio abrir um vácuo imenso no clero, não só pela sua robusta inteligência e verdadeiro amor aos seus pastorianos, como também pela grande força de vontade em fazer prosperar e bem firmar a religião cristã, da qual deu as mais evidentes provas de carinhoso e zeloso apóstolo. Esse progresso crescente que hoje notamos na religião cristã de nosso Estado, nasceu dos seus incansáveis esforços durante a sua administração episcopal, como seu primeiro bispo que foi, deixando a sua diocese colocada em verdadeiro pé de honra e dignidade plausíveis. (...) E nós que tivemos a ventura de conhecê-lo e apreciar a nobreza de suas virtudes, nascidas de um espírito culto, puramente caridoso e amável, não podemos deixar de protestar nestas humildes colunas, como penhor de gratas e saudosas recordações, as expressões do nosso mais sincero pesar por esse infausto e doloroso acontecimento que vem de surpreender-nos tão rudemente”.¹⁹²

Portanto, muitos pesos e muitas medidas eram utilizados nas escolhas individuais das ideologias religiosas dos castrenses, compartilhadas em seus órgãos de imprensa, sem que vissem grande problema em ignorá-las temporariamente no estabelecimento de relações cordiais com o prelado visitante ou as recém-chegadas Irmãs de São José.

Retornando no âmbito do próximo capítulo à elucidação da trajetória do Colégio de Castro, focalizaremos os diferentes cursos que ofereceu ao longo dos quase noventa anos de funcionamento, a clientela estudantil atendida, os conteúdos e as práticas pedagógicas e demais aspectos de interesse educacional.

¹⁹² *O Município*, n° 15, 19/08/1906, p.1.

CAPÍTULO 3. O estabelecimento escolar.

O presente capítulo terá como ponto focal a descrição das atividades de ensino do Colégio São José. Considerando que a atuação da instituição estendeu-se por nove décadas, houve variações nos tipos de cursos oferecidos e na clientela de alunos atendida. Dessa forma, é preciso analisar e explicar, identificando no conjunto de especializações oferecidas, os cursos que ali funcionaram, como e quando compuseram o rol de práticas pedagógicas da escola.

Ao serem observadas as diversas variantes formativas – cursos primário, ginásial, comercial, normal, complementares e fundamental, encontram-se alguns traços comuns, que nos revelam o perfil da instituição aos olhos da cidade de Castro: entre esses, a existência do Colégio veio ao encontro do anseio que havia entre os castrenses de contarem com um estabelecimento escolar bem estruturado e de funcionamento perene ao longo do tempo. A partir da concretude de sua implementação, pôde-se querer mais: estender os ciclos formativos a graus mais elevados. De forma que a atuação das Irmãs de São José alimentou a percepção da população de Castro quanto à efetividade de seu progresso material.

A expansão dos cursos no Colégio não se deu, como se verá neste capítulo, sem dificuldades, fosse pelos escolhos burocráticos e legais a suplantar, fosse pelo difícil equilíbrio a ser mantido entre o dispêndio de recursos necessário a equipar novas modalidades educacionais e o retorno na forma de um número razoável de alunos pagantes nos respectivos cursos. O que também se intentará descrever e interpretar, portanto, nesta seção da Tese, são os movimentos de expansão e retraimento, acontecidos na forma de cursos específicos, por parte do Colégio São José, em resposta às demandas que lhe colocava a população de Castro e região.

3.1. As três primeiras décadas do Colégio São José.

As primeiras décadas de funcionamento do Colégio São José em Castro foram caracterizadas pelo oferecimento dos cursos primário e secundário, num ciclo que alcançava até oito anos. Os alunos matriculavam-se conforme o adiantamento e não necessariamente segundo faixas etárias. Nos anos iniciais aceitavam-se meninos. Nas classes finais, restringia-se o ensino às estudantes do sexo feminino. Conforme já discutimos acima (1.5.3), havia predominância do ensino das línguas, português e francês, perante as disciplinas técnicas ou científicas. A forma de ensinar, baseada em textos obtidos a partir de livros didáticos ou não, acentuava a abordagem dos assuntos mediada pela linguagem. Da mesma forma, a expressão oral dos alunos, em ocasiões diversas, era considerada importante. Vejamos o que nos indicam sobre este período algumas fontes que logramos coligir:

O Colégio São José, ao colocar-se como instituição de ensino que se tornava sólida ao longo dos anos, vinha ao encontro aos anseios da população castrense, que tinha por benéfica a existência de instituições de ensino, com vistas ao progresso social. É o que revelou o editorial d'O Correio de Castro, em Maio de 1916, ao afirmar:

“A instrução é um alimento, a escola – uma oficina. A infância precisa de ar, de luz, de nutrição, dêem-lhe tudo isso, mas também o ensino. A mocidade é bela, mas falta-lhe a instrução; seja ela obrigada a entrar para essa grande oficina – a escola – e teremos perfeitos obreiros do progresso e da civilização universais. Distribua-se a instrução; distribua-se a sã moral e teremos uma sociedade melhor constituída que a atual. Quando a infância tiver diante de si – o livro – esse tesouro de superabundantes riquezas, veremos estirpada a ociosidade; o vício não medrará, os crimes diminuirão e a probidade será o característico da humanidade.”¹⁹³

O que o articulista d'O Correio, J. Albuquerque preconizava em sua fala, poucos anos depois, o visitante U. Vianna, de passagem por Castro, indicou em outro

¹⁹³ O Correio de Castro, n° 4, 14/05/1916, p. 1.

semanário castrense, *O Estylete*, ter encontrado no Grupo Escolar local e no Colégio São José, os quais qualificou como adiantamentos estimáveis. Quanto ao Colégio, as impressões deste articulista, que para nós surge como um anônimo, mas que se interessou em fazer registrar suas idéias, denotando o que lhe havia impactado na cidade, foram as seguintes:

“Faz bem e consola ver um estabelecimento da ordem do que nós visitamos, dirigido com o zelo mais entranhado e o cuidado meticoloso de quem se preocupa na formação do caráter pelo hábito de boas e sãs virtudes, tanto mais elogiáveis quanto mais se vão tornando raras. Impulsionados pela ânsia de conhecermos o estabelecimento de que vimos falando resolvemos bater à porta do Colégio sem prévia recomendação, e não foi sem alguma surpresa que tivemos, na ampla franquia de suas portas, ensejo de ver e observar tudo que ali admiramos, desde a Capela em cuidadoso reparo, até a rouparia de asseio verdadeiramente holandês, passando pelo dormitório que nada deixa a desejar. Fomos ao recreio e as crianças alegres e gárrulas, satisfeitas e a ressumarem saúde vieram sorridentes cercar a Madre Diretora que era mais uma mãe carinhosa que preceptora. (...) É um estabelecimento que se esquece dos lucros materiais para somente encarar os resultados morais, mais legítimos e verdadeiros que aqueles”.¹⁹⁴

Segundo Vianna, a atividade educacional do Colégio contribuía à construção de um futuro em que o progresso e suas conquistas viriam sem que se comprometesse o papel da mulher, “célula viva do organismo social que possui na Família a sua mais elevada e grandiloqua expressão.”¹⁹⁵ Desta forma, o articulista antecipava a visão de mundo do professor de português e inglês do Colégio, nos anos 1930, Luiz Rangel, que desenvolvia seu raciocínio numa série de artigos intitulados “Princípios de educação”, sempre concluindo pela necessidade da educação feminina:

“Qual o caminho que devemos seguir para que se acabe o mal e só se pratique o bem? (...) Essa força poderosíssima está, incontestavelmente, compreendida nestas duas palavras: educar e instruir. (...) Devemos ter sempre na memória que a criança é como o

¹⁹⁴ *O Estylete*, nº 12, 06/06/1920, p. 1.

¹⁹⁵ *Idem*.

arbusto, que para crescer a direito, precisa de vara que lhe sirva de tutor: entregue às suas tendências, cresce de través para a direita e para a esquerda, porque de um ponto, só se pode tirar uma perpendicular, mas irradiam milhares de oblíquas. Instruir é enriquecer o espírito, é ornamentar a alma, é dar os meios necessários para enfrentar lutas contra todos os inimigos. À mulher, sem dúvida, é que está reservada a glória da regeneração do mundo (...) É a mãe a quem compete a educação do menino. Ela é quem deve inspirar-lhe desde o princípio, sentimentos cristãos e dirigir o tenro infante para Deus. (...) Competindo à mãe a educação do filho, e, se a educação é a formação do caráter, é natural que a mulher precisa ser bem educada, para bem educar”.¹⁹⁶

Outro articulista, Brigada Fortes, em carta dirigida aos estudantes castrenses, fez residir no coletivo escolar o local de aquisição das boas práticas e sentimentos:

“A escola é uma grande família. Aí deve existir, para o bem estar de todos, a cordialidade e o respeito mútuo, que ligam os membros de uma mesma família. Os alunos maiores prestarão auxílio aos menores, tratando-os e guiando-os com o carinho de irmãos mais velhos. Devem ser o espelho da amabilidade no trato, do respeito afetuoso para com os professores, das atenções para com todos, da assiduidade, da pontualidade no cumprimento do dever, da decência na linguagem e no trajar”.¹⁹⁷

Como vimos, deveria haver uma constante interplexão de funções entre escola e família, no sentido em que ambas seriam responsáveis pela formação de jovens e crianças e, em conseqüência, pelo progresso social. Indaguemos, então, como o Colégio São José, à época, encaminhava sua prática pedagógica de forma a corresponder aos anseios das famílias e dos cronistas da imprensa, que se colocavam como vozes da coletividade:

O boletim do mês de julho de 1927 da aluna Judith Carneiro de Mello,¹⁹⁸ que freqüentava o segundo ano do curso elementar, um pequeno cartão alaranjado, continha notas quanto a cinco avaliações: comportamento, aplicação, ordem, exatidão

¹⁹⁶ **O Estudante**, nº 1, 19/03/1931, p.1.

¹⁹⁷ **Castro Jornal**, nº 154, 12/04/1931, p. 3.

¹⁹⁸ **Boletim mensal da aluna Judith Carneiro de Mello**, Julho de 1927. Acervo do Colégio São José, Castro.

e média dos exames. Não são indicadas as matérias que foram objeto de ensino e provas. Este modelo de boletim parece indicar que interessaria mais aos pais conhecer a conduta escolar dos filhos do que seu grau de aquisição de conteúdos.

Outro boletim, do início da década de 1930, traz as notas da *mademoiselle* Idalina Bueno, no curso médio. Na parte superior, em destaque, acham-se os itens comportamento e ordem. Abaixo, separadas por um traço duplo, são listadas as matérias e respectivas notas – Instrução Religiosa, Leitura Explicada, Caligrafia, Aritmética, Português, Geografia, História Pátria, Ciências, História Natural, Trabalho Manual, Desenho, Français (*sic*), e Piano. Para a disciplina Pintura não constou nota, evidenciando talvez seu caráter optativo.¹⁹⁹

Ao final da década, em dezembro de 1939, a aluna Maria Zélia Fonseca, no curso de admissão ao ginásio, recebeu notas pelas seguintes avaliações²⁰⁰: sempre em destaque, comportamento, aplicação e ordem. Mais abaixo, foi avaliada em Instrução Religiosa, Aritmética, Português, Geografia, História Pátria e Ciências Naturais. As disciplinas Leitura, Caligrafia, Trabalho Manual, Desenho, Francês, Música e Pintura, constantes do impresso, não tiveram pontuação anotada. Ou pertenciam a anos menos adiantados, ou não faziam parte dos conteúdos exigidos no exame da admissão que prestara. Os boletins analisados demonstram-nos que os aspectos comportamentais eram bastante valorizados, até mesmo como forma de se garantir o comprometimento dos estudantes na aquisição de conhecimentos.

Segundo a entrevistada Clari Lopes dos Santos, no Colégio desde 1923, lá “ensinavam tudo, ensinavam Geografia, História do Brasil, Francês, tudo isso, desenho, pintura, bordado; olha, eu não aprendi o que eu não quis – piano. Bater à máquina, canto (...). Até vinho aprendi a fazer, tinha lá um parreiral, a Irmã Zita me chamava para ajudar a moer a uva”.²⁰¹

Já a depoente Maria Zélia Fonseca, no Colégio desde 1934, revela-nos aspectos da disciplina em sala de aula:

¹⁹⁹ **Boletim de Idalina Bueno.** Acervo da aluna. Década de 1930.

²⁰⁰ **Boletim de Maria Zélia Fonseca.** Acervo da aluna. 1939.

²⁰¹ **Entrevista com Clari Lopes dos Santos,** em Novembro de 2006, p. 3.

“A gente aprendeu muito lá no colégio. A mamãe até achava que foi defeito, excesso de responsabilidade e de disciplina. Era disciplina, responsabilidade, tinha que fazer, tinha que fazer, gostasse ou não gostasse, era para ser feito, e eu até hoje sou assim. Eu acho que marcou na educação que tive, (...) aquela responsabilidade, tinha que estudar, tinha que estudar; tinha que passar, tinha que passar. Tanto que a mamãe nem ia no colégio para saber se a gente tinha passado, se não tinha passado, a gente não... nem se importavam. Chegava no começo do ano, mamãe ia lá só para matricular. Não se importava... negócio de boletim, de coisa assim, a mamãe não tinha preocupação, nem o papai, de saber se estava indo bem ou não, que lá tinha que ir bem. Não tinha opção, ou ia bem... ou ia bem (risos) não tinha problema. Pelo menos, todas as minhas colegas, todas estudavam, sabe, vai ver que dentro daquilo que elas davam lá a gente era, a disciplina era bem assim... ..forte, sabe, e muita responsabilidade que elas obrigavam a gente a ter. Quer dizer que aquilo marca para a vida, eu vejo, entrei com quatro anos. O tanto que eu sofri quando eu entrei no Regente Feijó,²⁰² sabe o que é você sair de um colégio de freiras e cair num colégio de, que é misto, que era masculino e feminino, eu com aquela disciplina das freiras, você veja aquilo: eu levei a maior da caçoadá no Regente Feijó, porque no primeiro dia de aula que entrei na sala, arisca que eu estava né, a primeira coisa que entrou professor na sala de aula, eu imediatamente levantei, porque o professor entrou na sala. As outras diziam: ‘Ué, por que tá de pé, fique, sente, não sei o quê...’ Eu digo: ‘Olha aí o professor aí, fiquem quietas, né, o professor tá entrando’, não estavam nem aí para o professor, entrou, não entrou, continuavam conversando, sabe, sentavam, não levantavam e eu estranhei porque lá quando entrava freira na sala de aula para dar aula pra gente, eram só freiras que davam aula, a gente levantava, levantava em silêncio, elas sentavam, daí sempre faziam ‘em nome do pai’ ou rezavam um Pai-nosso, daí a freira dava a aula dela. Quer dizer que essa disciplina eu vi no Regente que não tinha nada disto, eu estranhei... Sofri muito naquele ano lá, no Regente.”²⁰³

O depoimento de Zoé Rolim apontou as dificuldades iniciais da aluna, em 1929, bem como as reações dos pais e o relacionamento com outras colegas:

“Eu era externa, entrei com seis anos e não foi aquilo que eu imaginava, porque naquele tempo não existia o jardim como hoje e depois eu não, eu não queria mais ir pra lá, não queria mais ir, empaquei como se diz, mas como tios meus que encheram a minha cabeça que era bom, que eu devia ir, então mamãe fazia com que eles

²⁰² Regente Feijó, tradicional ginásio estadual no centro da Cidade de Ponta Grossa, distante cerca de cinquenta quilômetros de Castro, inaugurado em 01/04/1927, em funcionamento até a presente data.

²⁰³ **Entrevista com Maria Zélia Fonseca**, em Outubro de 2006, pp. 3-4.

todos os dias viessem me buscar e levar; eu ia chorando desde casa até o colégio. Lá eu parava, lá eu não chorava mais. Depois do primeiro ano, adorei o colégio, então, depois foi, é, acostumei. E numa dessas ocasiões eu trouxe pra casa um exercício e eu não sabia fazer e o papai era muito ajeitado para ensinar, ele tinha paciência, mamãe não, então ele foi me ensinar mas depois ele disse não, não vou ensinar, você vai ficar mal acostumada, escreveu um bilhete que era para eu entregar, que eu era muito nova e que não podia aprender aquilo mesmo, que era muito nova. Eu não entreguei, mas tratei de prestar atenção, mas prestar atenção, porque eu tinha que aprender, eu tinha que conseguir aquilo e prestei tanta atenção, assim aprendi mesmo e depois as Irmãs, então elas tinham esse costume, se uma pequena que aprendia ela ia ensinar as grandes, ensinar o quê? O que é que eu havia de ensinar? Eu fazia né, a gente fazia, não ensinava, mas adorava o colégio, apesar que as Irmãs eram bem severas, eram severas mesmo, não admitiam nada, nada, nada, nada, aquele rigor, mas ensinavam bem, ensinavam. Cobravam, né, as tarefas, passavam bastante...²⁰⁴

Outra questão que nos cabe indagar é em que proporção as diversas matérias eram distribuídas ao longo do tempo escolar. Como vimos em relação aos cadernos de Dulvina Ribas, no início do século, no capítulo um (1.5.3), havia predominância do trabalho com textos. Esta característica parece ter perdurado ao longo do período que analisamos. Um outro caderno localizado no Colégio, pertencente à aluna Antonieta Rolim datado de Janeiro e Fevereiro de 1933, é composto por 45 exercícios subseqüentes, de diversas espécies e conteúdos de diferentes matérias, predominando aqueles que trabalham a língua (portuguesa e francesa), em seus diversos aspectos. Os exercícios que possuem temas de ciências naturais e exatas somam 13; dois de História; dois são desenhos; e 28 destinam-se a práticas da língua. Entre estes, sete são ditados, duas cartas, seis exercícios de caligrafia, oito exercícios de análise lexical e de interpretação e cinco composições. Dos 28, vinte e um contém preceitos morais claramente expostos, servindo portanto a duplo objetivo – o ensino da linguagem, e o de prover a formação moral das alunas. Pode-se notar também a preocupação em dotar as estudantes das necessárias fórmulas de polidez: nas duas cartas que compõem o caderno, o estilo utilizado é formal embora as destinatárias sejam pessoas íntimas (a mãe, uma colega), e a par do relato que se fez sobre o cotidiano da escola, Antonieta

²⁰⁴ **Entrevista com Zoé Rolim**, em Novembro de 2006, p. 2.

não se esqueceu de apresentar seus votos de amor e saudades aos familiares.²⁰⁵ A aluna em questão, autora do caderno, contava com 16 anos de idade em 1933, aparecendo nos livros de registro de matrícula do Colégio de Castro desde 1924, do que se conclui que o documento analisado representa parcialmente conteúdos abordados nos anos finais do aprendizado à época.

Não nos foi possível identificar com certeza quais os livros didáticos eram adotados no Colégio nos primeiros anos, nem saber se eram utilizados no dia a dia das aulas ou consultados esporadicamente. Referiremos, entretanto, dois exemplos, como forma de nos aproximar um pouco da prática pedagógica da escola nas primeiras décadas. O pequeno volume em francês, intitulado *Histoire abrégée des Littératures anciennes et modernes*, publicado pela Alliance des Maisons d'Éducation Chrétienne, pertencente à aluna Maria de Macedo, indica ser componente da 53ª edição desta obra. Em suas 480 páginas traz comentários, biografias e excertos das literaturas francesa, sagrada, grega, latina, espanhola, italiana e alemã, todas em versão para a língua francesa. Anotações a lápis, feitas pela aluna, com a tradução de inúmeras palavras, indicam-nos quais os textos teriam sido efetivamente trabalhados na década de 1910: o capítulo História e Memórias, com referências a Mézeray, ao Cardeal de Retz e a Saint-Simon; obras e biografias do naturalista Buffon, do poeta Chateaubriand, do orador religioso Lacordaire, do poeta Lamartine e do escritor Victor Hugo. Entre os gregos, estudou-se a Odisséia de Homero, Sófocles, Eurípidas, Aristófanes, Heródoto, Xenofonte, Políbio, Plutarco, Esquino, Demóstenes, Sócrates e Platão. No rol dos Pais da Igreja, foram glosados São Justino, Clemente de Alexandria e Orígenes. Autores latinos abordados teriam sido Plauto, Virgílio, Cícero, Júlio César, Tácito e Tertuliano. Parece-nos claro que os breves capítulos de referência a cada um dos autores não dariam conta das obras dos mesmos, para o que não haveria tempo escolar suficiente. Antes, tais leituras, deveriam servir a um acréscimo de cultura geral, e, no que se refere ao propósito didático da utilização de tal livro-texto, à aquisição da língua francesa.

²⁰⁵ **Caderno de Antonieta Rolim.** Manuscrito. Janeiro e Fevereiro de 1933. Acervo do Colégio São José, Castro.

Outro volume, editado em 1918, também pertencente à aluna Maria de Macedo, é a História do Brasil, de Rocha Pombo. Este livro é fartamente ilustrado com 129 gravuras, 43 reproduções de telas pintadas, fotos de monumentos e mais treze mapas de páginas duplas, desdobráveis, encartados ao longo dos 54 capítulos. Anotações de datas no início de alguns capítulos indicam que a obra foi utilizada no ano letivo de 1920, quando Mariinha concluía seus estudos no São José. Na última página, a aluna listou, a lápis, os dez presidentes da República que haviam governado o Brasil até então.

A aquisição de livros didáticos e outros materiais necessários à execução das tarefas escolares importava no dispêndio de recursos por parte das famílias. Quem eram os alunos que freqüentavam o Colégio nas primeiras décadas de seu funcionamento, que podiam arcar com tais despesas? Primeiramente, os filhos dos mantenedores, conforme se explicitou acima (1.2). Certamente, também aqueles oriundos de outras famílias castrenses que podiam pagar os custos de uma escola particular. Em terceiro lugar, alunas de outras localidades que faziam uso do internato do Colégio, aí residindo em tempo integral. Não pudemos localizar o primeiro livro de matrículas entre a documentação existente no escritório da Secretaria de Educação do Paraná em Castro. Dispomos de dados apenas a partir de 1919. Os livros de matrícula, a partir do segundo, cobrindo o período de 1919 a 1948,²⁰⁶ indicam-nos, ora sob o nominativo nacionalidade, ora sob naturalidade, a origem dos alunos. Não resta, por vezes, bem claro se se trata do local de nascimento ou o de residência da família na ocasião da matrícula. Em alguns anos (1926 a 1932; e 1943), a coluna específica nem ao menos foi preenchida. Ao todo, no período, foram indicadas cento e doze diferentes localidades de origem, as quais referem-se a países (Espanha, Itália, França, Turquia, Argentina), estados brasileiros, municípios paranaenses e de outros estados, bairros

²⁰⁶ **Livro de Registro de Matrículas nº 2, do Colégio São José, 1919-1926, 50 fls.; Livro de Matrículas nº 3, do Colégio São José, 1927-1932, 36 fls.; Livro de Matrículas nº 4, do Colégio São José, 1933-1939, 50 fls.; Livro de Matrículas nº 5, do Colégio São José, 1939-1948, 87 fls.** Doc. Escolar da SEED, Castro.

rurais de municípios, e, como não poderia deixar de ser, em grande número, provenientes de Castro.²⁰⁷

Os livros de matrícula ocasionalmente indicavam o nome do responsável pelo aluno, sem, entretanto, detalhar a profissão do pai. Eventualmente, anotou-se tratar de um doutor, médico ou jurista, supomos; ou militares: capitão, tenente ou major. A par das famílias castrenses de inserção tradicional na localidade e dos filhos de tais funcionários públicos de carreira, de passagem pela cidade, como promotores, juízes e oficiais, aparecem sobrenomes de imigrantes, cuja presença na cidade aumentava rapidamente no início do século XX, como no restante do Paraná. Entre estes, poderemos indicar, pelo menos, conforme matrículas de 1919 a 1929, imigrantes alemães, italianos, franceses, árabes, poloneses, espanhóis e suecos: Arrechea, Bendix, Bernardo, Biassio, Bonneville, Boussas, Brunetti, Buffaro, Buske, Caggiano, Cahano, Carnasciali, Ceffi, Coquerel, Dellé, Durski, Fiorillo, Fiúza, Gallet, Geisler, Gelbeke, Haj Mussi, Hullmann, Iuski, Kossling, Koste, Laroqua, Lebdiedzinska, Lievora, Lobato, Lucca, Maluf, Mayer, Motsko, Mouski, Müller, Nami, Namur, Neijm, Niece, Nigro, Nitske, Paessle, Picone, Proknow, Pusch, Sawenberg, Schmoll, Seabra, Sensalva, Shendrak, Signorelli, Singillo, Volacco, Weigert, Wendling, Woiciechowska, Zayvan, Ziarski.

Quanto ao número de alunos atendidos pelo São José em Castro, aumentava ano a ano, com algumas oscilações. Segundo Idalina Bueno de Magalhães, em 1905, “figuraram 57 nomes, entre os quais seis alunos, no livro de matrícula, rubricado, em

²⁰⁷ As localidades listadas são, com eventuais variantes de grafias para um mesmo lugar: Água Branca, Alemanha, Antonina, Apucarana, Aracaju, Araíporanga, Artur Bernardes, Bahia, Barra Bonita, Belém, Belo Horizonte, Berlin, Bocaina, Cachoeira, Cachoeirinha, Caetê, Cambará, Campo Comprido, Cândido de Abreu, Carambeí, Castro, Christina, Clevelândia, Colônia Iapó, Colônia Mineira, Cornélio Procópio, Cruzeiro, Curitiba, Espalha-Brazas, Espanha, Fernandes Pinheiro, Florianópolis, França, Getúlio Vargas, Guaíba, Guarapuava, Guaraúna, Imbituva, Irati, Itália, Itararé, Ivaí, Jacarezinho, Jaguarão, Jaguariaíva, Jandaia do Sul, Joaquim Murtinho, Joaquim Távora, Júlio de Castilhos, Lapa, Laranjeiras, Lavrinhas, Londrina, Mairinque, Marechal Mallet, Mato Grosso, Minas Gerais, Monte Alegre, Nova Galícia, Palmas, Palmeira, Parahyba, Paraíba do Norte, Paraná, Passo Fundo, Paulo Frontin, Pedras, Petrópolis, Pinhalão, Piracicaba, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porta da União, Porto Alegre, Porto União, Posadas, Prudentópolis, Quatiguá, Queimados, Reserva, Ribeirão Vermelho, Rio de Janeiro, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Rio Pardo, Rolândia, São Jerônimo, São José do Parapanema, Santa Catarina, Santa Leopoldina, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Antonio, Santo Antonio da Platina, São João da Boavista, São Paulo, Sengés, Sergipe, Serrado, Serrinha, Siqueira Campos, Socavão, Sorocaba, Teixeira Soares, Teófilo Othoni, Tomasina, Tibagi, Turquia, União da Vitória, Uruguaiana, Veinety, Wenceslau Braz.

30/11/1905, pelo Inspetor Joaquim Dantas Ribeiro. Em 1906, elevou-se a matrícula para 75 alunas e 19 alunos”.²⁰⁸ Nos dados que levantamos, em 1919 o número de matriculados já havia superado a primeira centena, chegando em 1948 a 341 alunos. Veja-se tabela e gráfico que nos ilustram a evolução do número de alunos neste período. As meninas eram, por certo, a maioria do corpo discente, mas a quantidade de meninos variava entre dez e vinte por cento do total:

ano	masc	fem	ano	masc	fem	ano	masc	fem
1919	25	102	1929	21	200	1939	24	206
1920	30	118	1930	15	144	1940	27	177
1921	30	133	1931	16	139	1941	28	222
1922	45	150	1932	19	155	1942	19	244
1923	29	150	1933	28	156	1943	14	202
1924	30	155	1934	26	168	1944	17	205
1925	33	162	1935	19	187	1945	30	271
1926	11	166	1936	12	160	1946	32	270
1927	17	145	1937	17	174	1947	42	284
1928	13	157	1938	16	185	1948	49	292

Tabela nº. 3 – número de matriculados conforme o sexo. 1919-1948.

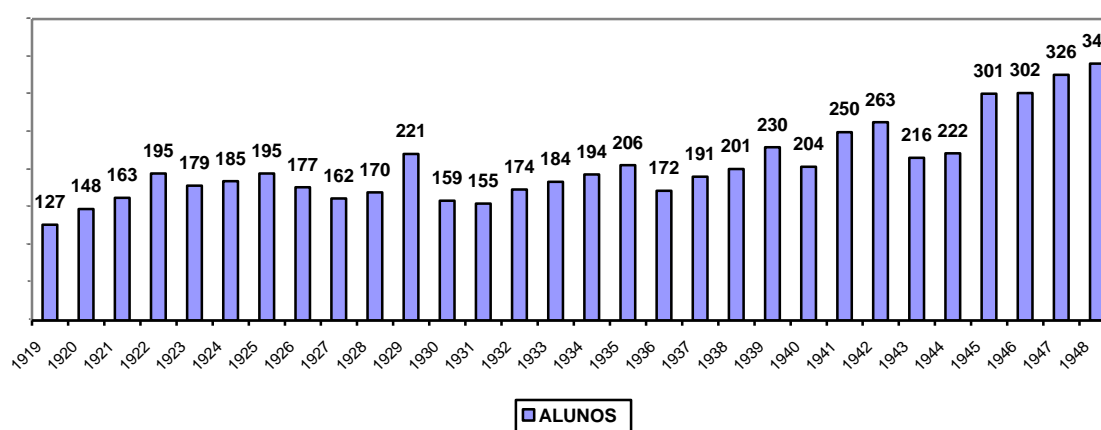


Gráfico nº. 1: evolução da matrícula 1919-1948.

²⁰⁸ MAGALHAES, I. B. Narrativas. Castro: Gabriel Indústria Gráfica, 1999, p. 22.

Comparativamente, os anos de queda de matrícula não implicaram em diminuição proporcional dos dois sexos. Ocasionalmente houve inversão de aumentos e diminuição de alunos e alunas, como nos deixa entrever o seguinte gráfico:

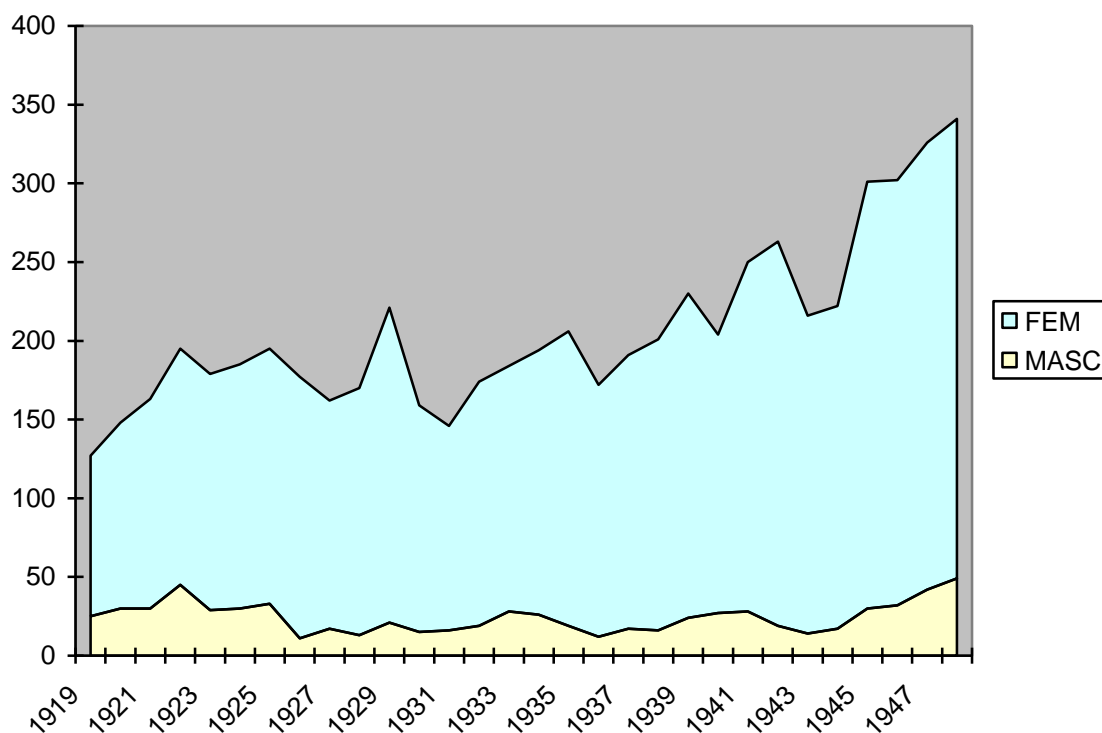


Gráfico nº. 2: Variações da matrícula. 1919-1948, masculino e feminino.

O ano letivo tinha início já nas primeiras semanas de Janeiro e findava em Novembro. Em consequência, os meses de maior afluxo de matrículas, segundo os documentos consultados eram Janeiro e Fevereiro. Retardatários começavam seus estudos em Março e Abril. Mais raramente, houve matrículas esporádicas nos outros meses do ano, com exceção de Novembro, em que não identificamos nenhum caso nos trinta anos pesquisados.

Os livros de matrícula revelaram-nos esta interessante faceta do Colégio São José de Castro, qual seja, a da aceitação de meninos desde os seus primeiros anos de funcionamento. Certamente, isto se deveu pelo menos a dois fatores: não havia, na

cidade, colégio confessional católico para o sexo masculino. Em segundo lugar, conforme identificamos pelos sobrenomes de alunos e nomes dos responsáveis, na maioria dos casos tratava-se de irmãos de alunas que também freqüentavam o Colégio. Assim, as Irmãs procuravam bem atender às famílias, antes que preocupar-se com um ensino por demais dirigido ao sexo feminino. Queriam ser o Colégio de Castro.

3.2. O curso ginásial.

A cidade de Castro, contando com pelo menos três estabelecimentos de formação básica que funcionavam regularmente – o Grupo Escolar, o Colégio São José e o Instituto Cristão, introduzido em 1915 por missionários protestantes de confissão presbiteriana, ressentia-se de cursos de graduação mais avançada. Assim é que, na década de 1930, iniciativas foram encetadas com o objetivo de suprir tal lacuna.

Entre 1930 e 1932, Luiz Rangel fez funcionar um curso ginásial sob sua direção. Cleto Seabra Velloso,²⁰⁹ médico ligado ao regimento militar e professor do estabelecimento, saudou os alunos no início de 1931 com as seguintes palavras:

“Neste dia de hoje em que reencetais as vossas lides ginásiais sob as mais lisonjeiras esperanças de dias sempre melhores e sempre mais plenos de conhecimentos de vossa parte, - quero deixar aqui sob estas linhas toscas e desataviadas um justíssimo preito de honra ao esforço, à tenacidade e ao amor com que se tem havido o professor Luiz Rangel, vosso Diretor, para a organização e manutenção desta nobre casa de ensino.”²¹⁰

A iniciativa de Rangel, entretanto, não teve longevidade. Em seis de Março de 1932 ele despedia-se do povo castrense, culpando as exigências legais como impeditivo do prosseguimento de sua escola:

“Com a alma cheia de mágoa, venho trazer ao povo de Castro as minhas despedidas, bem como manifestar, de público, a todos os meus amigos, aqueles que me honraram com sua amizade, o meu agradecimento por tudo quanto fizeram pelo ginásio que dirigi e mantive com a máxima soma de sacrifícios e dedicação. As enormes dificuldades que trouxe ao ensino particular, nas pequenas cidades do interior, a reforma do ministro Francisco de Campo, são a razão da

²⁰⁹ Quando residente no Rio de Janeiro, Velloso publicaria os estudos “O Problema da Alimentação encarado do ponto de vista fisiológico, higiênico, dietético e social” (1940) e “A Gastrotécnica na alimentação brasileira: breve ensaio de história social, antropologia e sociologia” (1941). Nos anos 1970, lançaria “ABC do Colesterol e outras gorduras animais”, que alcançaria várias edições.

²¹⁰ **O Estudante**, nº. 3, 12/04/1931, p. 1.

minha retirada, visto não ser possível, dadas as imensas dificuldades, conseguir em Castro um ginásio equiparado, como era de meu desejo”.²¹¹

A cidade deveria esperar até o ano de 1935 para que se instalasse outro curso ginásial. Conforme o Castro Jornal esta iniciativa organizava-se já em Dezembro de 1934:

“As necessidades de Castro não são somente materiais. São principalmente espirituais. Ao lado da falta de água, falta de luz, etc., lutamos com a falta de um ginásio onde a mocidade encontre a instrução pelo menos acima da primária. Fazem jus, pois, ao apoio incondicional das autoridades e toda a população as demarches neste sentido levadas a efeito nesta semana pelos snrs. Waldemar Iucksch, Alfeu de Azambuja, Deodoro Quintiliano e Francisco Fiorillo que se constituíram em comissão para tornar realidade esta aspiração máxima dos castrenses”.²¹²

Anúncio publicado no mês de Janeiro de 1935 no Castro Jornal indica terem sido abertas as matrículas para o novo curso, que recebeu o nome de Gymnasio Santa Cruz, dirigido que seria por padres seculares.²¹³ Dias após, o mesmo hebdomadário afirmava que “dar mão forte ao Ginásio Santa Cruz, fundado recentemente nesta cidade, é assegurar de modo eficaz a educação de nossos filhos”.²¹⁴ Para as alunas oriundas do São José, que até então deveriam deslocar-se a Curitiba para prosseguimento dos seus estudos, a existência do Santa Cruz foi acolhida com interesse. Assim é que as primeiras turmas do Ginásio foram mistas. O São José, já bem implantado, passou a patronizar a nova escola. Doavam-se materiais didáticos e mobiliário e contribuía-se à implementação do Santa Cruz com recursos obtidos em festivais artísticos protagonizados pelas alunas, como aquele ocorrido em Maio de 1935: “Haverá amanhã no Colégio São José, com início às 17 horas, um festival em

²¹¹ **Castro Jornal**, nº 46, 06/03/1932, p. 1.

²¹² **Castro Jornal**, nº 188, 08/12/1934, p. 1.

²¹³ **Castro Jornal**, nº 192, 19/01/1934, p. 4.

²¹⁴ **Castro Jornal**, nº 193, 26/01/1935, p. 1.

benefício do Ginásio Santa Cruz. Os festivais que o nosso acreditado colégio realiza, agradam sempre. Não há necessidade, portanto, de fazer reclame. Aliás, grande é a procura das entradas”.²¹⁵

Em fevereiro de 1935, o *Castro Jornal* informava estarem matriculados no Santa Cruz cerca de uma centena de alunos.²¹⁶ Em Junho do mesmo ano, o jornal anunciou a compra de propriedade para instalação do novo edifício do Ginásio. Coincidentemente ou não, a uma quadra de distância do São José.²¹⁷ Em 20 de Outubro as alunas do São José realizaram outro festival de arte em benefício do Ginásio Santa Cruz.²¹⁸ Estabelecia-se assim um relacionamento estreito entre as duas escolas, que deveria ser benéfico para ambas as partes. No caso do São José, não se contava com pessoal habilitado para a implantação do curso ginásial, entre as religiosas. Quanto ao Santa Cruz, a precariedade das instalações iniciais inibia um maior desenvolvimento da escola, então, o apoio ocasional do São José, inclusive no empréstimo de salas, era bem-vindo. Criou-se uma sistemática de auxílio mútuo que as fontes não permitem esclarecer em detalhes. O que se intui é que alunas do São José freqüentavam aulas do Santa Cruz e eram por este diplomadas. Isto implicava na ida das estudantes às salas de aula do Ginásio, dividindo o espaço com meninos, acompanhadas de uma das freiras que ficava sentada ao fundo da sala, para garantia da ordem. Ou, optava-se pela ida dos professores do Ginásio ao São José, para as aulas. As fontes orais divergem bastante nestes detalhes. Dos sessenta aprovados no exame de admissão ao Santa Cruz no segundo ano de funcionamento, vinte e sete eram alunas que haviam concluído o ensino básico oferecido pelo São José.²¹⁹

Dois anos depois, em 1938, o *Castro Jornal* convocava a solidariedade necessária dos castrenses para que o Santa Cruz não viesse a fechar.²²⁰ As dificuldades, entre as quais a presença de imigrantes alemães no corpo docente do estabelecimento em meio à tensão política que prenunciava a II Guerra Mundial,

²¹⁵ *Castro Jornal*, nº 208, 11/05/1935, p. 4.

²¹⁶ *Castro Jornal*, nº 196, 16/02/1935, p. 1.

²¹⁷ *Castro Jornal*, nº 215, 29/06/1935, p. 1.

²¹⁸ *Castro Jornal*, nº 230, 12/10/1935, p. 1.

²¹⁹ *Castro Jornal*, nº 250, 19/02/1936, p. 1.

²²⁰ *Castro Jornal*, nº 377, 13/08/1938, p. 1.

parecem ter sido contornadas com a transferência do estabelecimento à Mitra Diocesana no ano seguinte,²²¹ e pela oficialização do Ginásio, obtida neste mesmo ano, no mês de Dezembro.²²² Anteriormente, no mês de Setembro desse ano de 1939, quando se completava o aniversário do Santa Cruz, houve sessão comemorativa, com presença de autoridades civis e militares e com a execução de “números de música e recitativos pelas alunas ginasistas do Colégio São José e estudantes do novo Ginásio, sendo todos muito aplaudidos pela correição com que se apresentaram”.²²³ Os primeiros bacharelados do Santa Cruz receberiam seus diplomas em 30 de Novembro de 1934, “no salão nobre do Colégio São José”, das mãos do bispo diocesano D. Antonio Mazzarotto.²²⁴

Nossas dúvidas persistem: embora o reconhecimento do Ginásio referiu-se ao Santa Cruz, o São José é igualmente citado pela imprensa castrense como oferecendo o curso ginasial. Vejamos trecho da longa “reportagem em visita” que o Castro Jornal fez ao estabelecimento no início de 1941:

“No afã de proporcionar aos nossos leitores, algo que possa demonstrar o progresso que temos alcançado no setor educacional, foi que ontem fizemos demorada visita às instalações do Colégio São José, um educandário que muito honra os foros de civilidade de nossa terra. Pudemos ali observar *de visu*, uma verdadeira jóia de ensino, criada pelo dinamismo ímpar das abnegadas irmãs de São José. O edifício, que passou por reconstrução completa, recentemente, está aparelhado com os mais modernos requisitos que exige a técnica pedagógica. Salas amplas e confortáveis que proporcionam às alunas, completo bem estar, e que conseqüentemente, reverte em produção maior. Em relação ao material sanitário, é o que há de mais completo possível, pois conta com grande número de banheiros, pias, etc., tudo na melhor ordem. Além de pátios interiores para recreação, existem salas para a prática da Educação Física. Tivemos também a oportunidade de visitar o refeitório, copa, e cozinha, que, como as demais dependências, apresentam um aspecto agradável, sob a mais rigorosa higiene. Funcionam no Colégio São José, os cursos: preliminar, primário e ginasial, todos com elevado número de alunos, que, dado o conceito que aquele educandário desfruta no interior do

²²¹ **Castro Jornal**, nº 400, 21/01/1939, p. 1.

²²² **Castro Jornal**, nº 446, 16/12/1939, p. 1.

²²³ **Castro Jornal**, nº 433, 16/09/1939, p. 4.

²²⁴ **Castro Jornal**, nº 496, 30/11/1940, p. 4.

Estado, aumenta anualmente, principalmente na seção de internato.²²⁵

Ao final de 1942, pela primeira vez, surge na imprensa castrense anúncio convocando alunas ao exame de admissão do Ginásio de São José, lado a lado com idêntico chamado para o Santa Cruz. Ambos os anúncios vinham exatamente com os mesmos preços de inscrição e mensalidades, a mesma data de exames e período de matrículas, do que concluímos que o São José dessa forma utilizava a experiência adquirida do Santa Cruz para implantar seu próprio Ginásio.²²⁶ Em 1944, lemos a primeira notícia quanto a solenidades de graduação de ginásianas do São José, ocasião em que foi formada “mesa de honra presidida pelo rev. Padre Waldomiro Haneiko, diretor do Ginásio Santa Cruz.”²²⁷ Se o curso ginásial era composto de quatro séries, como, em tão pouco tempo, o São José estaria formando uma turma? Conforme detalharemos abaixo, os livros de matrícula e pastas individuais das alunas do Ginásio São José existentes nos arquivos da Secretaria de Estado da Educação em Castro iniciam no ano de 1942. Já no final deste mesmo ano, encontramos Ata de Colação de Grau das graduandas de 1942, do Ginásio de São José, lavrada em 08 de Dezembro daquele ano, paraninfadas, na ocasião, pelo bispo diocesano D. Antonio Mazzarotto.²²⁸ Neste ensejo, foram diplomadas dezesseis ginásianas. Ora, como se poderia ter concluintes do curso no mesmo ano de sua abertura? Consultado o conteúdo das pastas individuais das alunas, percebemos que muitas delas vieram transferidas do Santa Cruz, segundo as respectivas guias, onde teriam feito as primeiras séries do curso ginásial. De forma que se confirma o que vínhamos expondo quanto à aliança de interesses que unia as duas escolas, sobrepondo-se às barreiras burocráticas, em especial em relação aos trâmites de reconhecimento dos respectivos cursos e à emissão de certificados de promoção de uma série a outra e de conclusão de curso.

²²⁵ **Castro Jornal**, nº 511, 15/03/1941, p. 1.

²²⁶ **Castro Jornal**, nº 587, 14/11/1942, p. 4.

²²⁷ **Castro Jornal**, nº 676, 09/12/1944, p. 1.

²²⁸ **Livro de Atas de Colação de Grau. Ginásio de São José**. 1942. Documentação Escolar da SEED, Castro.

Em 1945, Luiz Rangel, então lecionando em São Paulo, visitou Castro e aproveitou para instituir prêmio anual à melhor aluna do Ginásio São José, “sob o julgamento democrático de indicação da vencedora pelas próprias alunas do Ginásio”.²²⁹ Ao prêmio foi dado o nome de “Olegário de Macedo”, e ainda era conferido no Colégio na década de 1970.

O reconhecimento oficial do Ginásio de São José deu-se, afinal, pelo Decreto nº 22.397, de 31 de Dezembro de 1946, subscrito pelo presidente da República, Eurico Gaspar Dutra.²³⁰ Houve, portanto, um longo caminho percorrido entre o compartilhamento de espaço e professores com o Santa Cruz a partir de 1935 e a oficialização do Ginásio de São José em 1946. Sob esta ou outras denominações, este grau de ensino permaneceria oferecido pelo São José até o encerramento de suas atividades em 1994.

O livro de matrículas de novas alunas na primeira série do Curso Ginásial do São José,²³¹ contém em suas cinquenta folhas devidamente rubricadas por inspetores federais de ensino matrículas das primeiras séries abertas de 1942 a 1964, segundo o quantitativo de alunas abaixo:

Ano letivo	Alunas na primeira série	Ano letivo	Alunas na primeira série	Ano letivo	Alunas na primeira série
1942	38	1950	46	1958	69
1943	39	1951	58	1959	52
1944	39	1952	46	1960	56
1945	55	1953	45	1961	45
1946	48	1954	39	1962	54
1947	48	1955	43	1963	55
1948	55	1956	41	1964	57
1949	52	1957	44		
Média anual	48,87			Total	1124

Tabela nº 4: Alunas matriculadas na primeira série do Ginásio São José. 1942-1964

²²⁹ **Castro Jornal**, nº 728, 15/12/1945, p. 4.

²³⁰ **Castro Jornal**, nº 782, 18/01/1947, p. 1.

²³¹ **Livro nº. 01 de Matrícula da 1ª Série do Curso Ginásial**, aberto em 1º de Março de 1942. Documentação Escolar da SEED, Castro.

Vemos que, embora com variações pontuais, o número de alunas que acediam ao curso ginásial do São José permanecia mais ou menos constante ao longo dos anos. De 1942 a 1945, o livro refere-se a matrículas na primeira série do curso fundamental. De 1946 em diante, anota-se curso ginásial. A partir deste ano, os dados são mais completos, passando a constar o nome da mãe das alunas, além do nome do pai, bem como a nacionalidade de ambos os progenitores. Neste item veremos ainda a ocorrência de algumas famílias de imigrantes recentes, tendo por gentílicos – italianos, poloneses, portugueses, alemães, sírios, holandeses, e até uma ocorrência de uma mãe australiana!

O livro de matrícula refere-se apenas à primeira série e finda em 1964. Outros documentos revelam-nos o número de alunos que o São José recebeu para o curso ginásial de 1942 a 1973. Referimo-nos às pastas individuais, em número de 1901, que contêm históricos escolares e outros itens relativos aos alunos do Ginásio. Depositadas na Documentação Escolar da Secretaria de Estado da Educação em Castro, tais pastas vão numeradas de 01 a 1897. Há portanto três ou quatro repetições numéricas. Destas, 1852 pertencem a alunas do sexo feminino e 49 a meninos, estes, matriculados entre 1970 e 1973. As informações contidas nas pastas são fontes de uma grande quantidade de dados que poderiam ser trabalhados à exaustão para outras ilações, o que não se pode fazer nos limites desta Tese. Listaremos, entretanto, alguns documentos existentes nestas pastas, como indicativo a outros pesquisadores. Nas seiscentas pastas mais antigas, existem fichas anuais de educação física, com detalhados dados biomédicos das alunas. Nelas, há também a anotação quanto à nacionalidade de pais e avós, no que se chamava dados etnológicos, e que nos permitem identificar casamentos entre imigrantes e elementos locais. Outros documentos encontrados no acervo são certificados quanto a exames práticos de educação física, exames clínicos, guias de transferência de outras escolas, certificados de licença do curso ginásial, mapas de notas e médias, carteiras de saúde e vacinação, certidões do registro de nascimento das alunas, pedidos de exames de segunda época, certificados de aprovação no exame de admissão ao ginásio, diplomas de curso primário, declarações de vaga, atestados de saúde e certificados de integralização de

empréstimo, na categoria de mútuo, para pagamento das taxas escolares. Destes documentos, referentes aos cerca de 1900 ginásianos, até 1973, pudemos identificar 290 localidades de origem, as quais listamos no Anexo 4. Como no início das atividades do São José, aos alunos castrenses somaram-se estudantes nascidos no estrangeiro, em outros estados, em outros municípios paranaenses e em localidades rurais de Castro.

O Ginásio de São José contava em 1945, em seu corpo docente, com onze professores com registro profissional, para as disciplinas Português, Latim, Inglês, Matemática, Ciências, História do Brasil, História Geral, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Desenho e Canto Orfeônico. Destes, seis eram religiosas, três professoras leigas, e dois professores do sexo masculino, oriundos do Santa Cruz.²³² Na década de 1940, as disciplinas eram distribuídas da seguinte maneira: em todas as séries estudava-se Português, Latim, Francês, Matemática, Desenho e Canto Orfeônico. Nos dois primeiros anos, História e Geografia gerais, e Trabalhos Manuais. Inglês, por três anos. Nas séries finais, História e Geografia do Brasil e Ciências Naturais.

Nos anos 1950, as matérias Português, Francês, Latim, Matemática, Desenho e Canto, permaneciam nas grades de todas as séries. Inglês, por três anos; Ciências por dois. História e Geografia, dois anos de cada especialidade – geral e brasileira. Trabalhos Manuais apenas no primeiro ano. Na década de 1960 houve mudanças na grade de disciplinas ministradas no Ginásio: Português, Francês e Matemática permaneceram presentes em todos os quatro anos. Latim e Canto Orfeônico deixaram de ser oferecidos. Ciências passaram a ser ensinadas por três anos. História e Geografia, presentes ao longo do curso, ainda obedeciam às divisões entre geral e brasileira. Trabalhos Manuais foi substituída pela denominação de Artes Femininas, e passou a ocupar espaço em dois, ao invés de um ano escolar. Os professores dessas disciplinas eram, predominantemente, as Irmãs de São José, secundadas por leigas, ex-alunas, como as irmãs Elsa e Mariinha Macedo, e ainda, para as matérias em que

²³² **Relatório de Inspeção Permanente do Curso Ginásial**, 1946. Documentação Escolar, SEED, Castro.

não se contava com profissionais habilitados, os lentes do Santa Cruz, por exemplo, Bernardo Litzinger e Carlos Decker.

O sistema de avaliação utilizava um cálculo complexo de médias ponderadas. Durante cinco meses as alunas eram avaliadas, de Março a Outubro. Da soma destas cinco notas, tirava-se uma média que era multiplicada pelo peso dois. Duas provas semestrais valiam, respectivamente, pesos dois e três. Uma prova final oral também tinha sua nota multiplicada por três. Da soma destas quatro avaliações ponderadas (vezes 2, 2, 3 e 3), poder-se-ia alcançar o total de cem pontos. Esta totalização, dividida por dez, dava a média final anual em cada disciplina. O sistema parece ter sido pensado de forma a conceder mais pontos à medida que a aluna deveria dar conta de uma maior quantidade ou complexidade de assuntos.

Como se depreende do que vimos expondo, o ensino no Colégio São José em Castro, ao mesmo tempo em que se expandia a um número maior de estudantes, aumentava também a variedade das disciplinas ministradas. Nas próximas seções deste capítulo, veremos esta tendência ainda mais se acentuar com a introdução das especialidades de ensino comercial e normal.

3.3. A Escola de Comércio.

A implantação no São José de um curso de habilitação técnica em comércio, formando contadores ou contabilistas, chamou menos atenção da imprensa que os sucessos anteriores. Ter-se-ia tratado de um desinteresse dos jornalistas com esta especialidade, ou os assuntos que dominavam as pautas eram então o rádio e o cinema, o futebol e a política? Parece que o tema da educação saiu um pouco da centralidade das preocupações da sociedade castrense. Ainda assim, as Irmãs de São José prosseguiram com seu projeto educacional. Havendo remodelado o prédio escolar e recém-implantado o curso ginásial, no início da década de 1940 dispuseram-se a novos investimentos para oferecer dois cursos profissionalizantes – o comercial e o normal. Numa escola predominantemente dirigida à formação do sexo feminino, seria compreensível que a escola normal fosse a primeira opção, uma vez que nenhuma das duas habilitações eram oferecidas em Castro. Entretanto, a expansão deu-se em primeiro lugar pelo curso de comércio. Vejamos o que nos informou a imprensa castrense sobre tais fatos. Em março de 1943, o Castro Jornal anunciava a instalação do novo curso, sob o nome de Instituto Comercial Fátima:

“Já se acha instalada, anexa ao nosso tradicional e conceituado Ginásio de São José, a escola destinada ao ensinamento das matérias comerciais, emitindo, ao final, diplomas de peritos-contadores. Tal escola recebeu a denominação de Instituto Comercial Fátima, tendo sido, recentemente, visitada pelo sr. Fiscal Federal, que de tudo teve a melhor impressão. Existe, pois, bem pertinho de nós, ao alcance de todos, um meio suave e adequado para se dar às moças uma profissão que lhes garantirá o futuro. Aos senhores pais cabe a grande responsabilidade, mesmo sob os mais rudes sacrifícios e esforços, de encaminhar suas filhas ao Instituto Comercial Fátima, correspondendo assim, não somente aos ditames de sagrado dever, mas à dedicação e empenho das abnegadas irmãs de São José de introduzir crescentes melhoramentos no nosso renomado estabelecimento de ensino secundário.”²³³

²³³ Castro Jornal, nº 601, 13/03/1943, p. 1.

Vemos, desta forma, que neste momento inaugural, a escola vinha pensada para atender ao público feminino. Talvez pela pequena procura de inscrições, imediatamente fez-se a abertura do curso também aos alunos do sexo masculino. As poucas referências que a imprensa dedicou à escola comercial não nos auxiliam a compreender esta questão. O que vemos nos jornais castrenses são notas de pequena extensão, limitadas, sem maiores comentários, a informar sobre datas de abertura dos anos letivos e formaturas. Em março de 1945, por exemplo, avisava-se que o início das aulas se daria no dia 15.²³⁴ Neste mesmo ano, informou-se sobre a cerimônia de colação de grau da primeira turma de contadores, tendo por paraninfo o Prof. Carlos Decker.²³⁵ Na semana seguinte, o jornal relatava sucintamente quanto à cerimônia, e aproveitava para convocar novamente os pais a matricularem seus filhos naquela especialidade, eis que, como veremos abaixo, o número de alunos nos anos iniciais era muito pequeno:

“Esteve empolgante a entrega de diplomas aos contadores da Escola Fátima, que obteve os primeiros frutos de sua valiosa organização em nossa cidade. Queremos fazer nosso, através destas linhas, o apelo formulado pelo orador Acelino Bueno, no sentido de que os srs. Pais matriculem seus filhos e filhas, quando em condições, na Escola de Comércio Fátima, visando assim o duplo benefício da continuação da Escola de Comércio entre nós e da formação de seus filhos em uma profissão prática e honrosa, que garante um futuro sossegado”.²³⁶

Um ano depois, em 1946, a formatura dos novos “contadorandos” teve como paraninfo o promotor de justiça Heráclio de Camargo.²³⁷ Nova atenção do jornal, a escola recebeu somente em 1949, ao anunciar a colação de grau da respectiva turma, desta vez sob o apadrinhamento do deputado estadual Pedro Kaled.²³⁸ Em 1951 formaram-se somente sete contabilistas, todas do sexo feminino, e o paraninfo foi o

²³⁴ **Castro Jornal**, nº 688, 08/03/1945, p. 7.

²³⁵ **Castro Jornal**, nº 727, 08/12/1945, p. 1.

²³⁶ **Castro Jornal**, nº 728, 15/12/1945, p. 4.

²³⁷ **Castro Jornal**, nº 776, 07/12/1946, p. 1.

²³⁸ **Castro Jornal**, nº 927, 26/11/1949, p. 1.

então prefeito municipal, o Dr. Libânio Cardoso.²³⁹ Finalmente em 1954, a escola de comércio foi tema de uma notícia, e não apenas de pequenos avisos, sob o título “uma escola que se destaca”:

“Desde há alguns anos, funciona anexa ao Colégio São José, a Escola Técnica de Comércio FÁTIMA, sob a direção das Irmãs desta congregação, e auxiliadas por competentes professores. Sem alarde, da citada Escola, saem anualmente pequenas turmas de moças e rapazes, formados em contabilidade, aptos a aplicarem na vida prática os conhecimentos ali adquiridos. Ainda agora, veio ao nosso conhecimento, que no fim do ano passado, num Torneio Cultural, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), no qual participaram todas as Escolas do Paraná, o Estabelecimento Fátima foi distinguido com um diploma de honra, conquistado pelos alunos do 3º ano, obtendo o 4º lugar. (...) Castro nada tem a perder frente aos grandes centros que possuem escolas afamadas, podemos orgulhar-nos de possuir um Estabelecimento de ensino como a Escola FÁTIMA.”²⁴⁰

Novas menções às formaturas de contabilistas, por vezes com a listagem dos nomes dos formandos, apareceriam no *Castro Jornal* em 1958,²⁴¹ 1960,²⁴² 1961,²⁴³ e 1963.²⁴⁴ Muito pouco para uma escola que profissionalizou, em vinte e cinco anos de funcionamento, cerca de quatrocentos estudantes de ambos os sexos e pela qual passaram futuros contabilistas e secretários de finanças do município, diretores de bancos, presidentes de cooperativas agrícolas, um prefeito municipal, um presidente estadual do SENAC, e, como não poderia deixar de ser, contadores, alguns ainda em atividade na cidade de Castro, com renomados escritórios contábeis. A última notícia significativa que encontramos sobre o funcionamento da Escola foi em dezembro de 1962, quando se relatou a inauguração de seu escritório modelo. Segundo o *Castro Jornal*, “graças ao esforço da Direção do Colégio Comercial Fátima, vemos nossa escola equipada com o 'Escritório Modelo', exigido pelo Ministério da Educação e

²³⁹ *Castro Jornal*, nº 1014, 24/11/1951, p. 1.

²⁴⁰ *Castro Jornal*, nº 1131, 01/05/1954, p. 4.

²⁴¹ *Castro Jornal*, nº 1363, 13/12/1958, p. 1.

²⁴² *Castro Jornal*, nº 1462, 03/12/1960, p. 6.

²⁴³ *Castro Jornal*, nº 1511, 02/12/1961, p. 1.

²⁴⁴ *Castro Jornal*, nº 1612, 07/12/1963, p. 1.

Cultura, podendo a mesma ser classificada entre uma das melhores do Estado (...) não só pelo seu equipamento moderno como também pela atuação que exerce.”²⁴⁵

Se pouco nos revelou a imprensa castrense, deveremos nos socorrer com o histórico da Escola Técnica de Comércio São José, que a mesma congregação fez funcionar em Curitiba, também a partir de 1943, e que foi descrita em dissertação de mestrado por Erica Piovam de Ulhôa Cintra.²⁴⁶ É singular que as aulas tenham começado nos dois Colégios de São José, de Castro e Curitiba, em Março de 1943. Não se tratou, portanto, de um desenvolvimento da escola da capital, reproduzido, posteriormente, no interior. Mas de uma iniciativa proposital da Congregação em expandir o leque de cursos oferecidos em seus estabelecimentos. Isto implicou em investimentos em materiais didáticos e instalações concomitantemente nas duas escolas. Segundo Cintra,²⁴⁷ na capital foram oferecidos inicialmente os cursos propedêutico e contador, correspondendo o primeiro à idade de acesso mínima de 12 anos, isto é, a ser cursado em lugar do curso ginásial, sendo como este, renunciado por um exame de admissão. Para freqüentar o curso de contador, exigia-se a conclusão da 4ª ou 5ª séries do secundário ou ser portador de diploma de qualquer curso superior. Em Castro, a Congregação preferiu investir somente na variante mais adiantada: o Instituto Comercial Fátima ofereceria somente o Curso de Contador.

Ao final de 1943, ambos os Institutos foram pegos de surpresa pela edição de Decretos-Leis pelo governo federal, na chamada reforma educacional Capanema, que obrigaram os cursos a serem reorganizados, com a inclusão de matérias ditas de “cultura geral”. Mudou-se a denominação para curso técnico em contabilidade. Seriam formados, a partir de então, contabilistas e não mais contadores. Cintra resume, para o caso curitibano, identicamente ao que aconteceu em Castro:

“Inicialmente denominado Instituto Comercial São José, a instituição escolar cumpriria até o final do primeiro ano letivo (1943) os preceitos do Decreto nº. 20.158, de 30 de Junho de 1931, da organização do ensino comercial e as demais regulações

²⁴⁵ **Castro Jornal**, nº 1562, 15/12/1962, p. 1.

²⁴⁶ CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. Ensino Profissional Feminino em Curitiba. A Escola Técnica de Comércio São José. (1942-1955). Curitiba: UFPR, 2005.

²⁴⁷ CINTRA, E. P. U. *op. cit.*, p. 115.

complementares na gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde. Tendo organizado, na legislação do ensino comercial, o currículo dos cursos, as disciplinas escolares, os programas das disciplinas, bem como o regime escolar, muita coisa viria a mudar com a gestão do posterior proeminente ministro da pasta: Gustavo Capanema. Ele imprimiria um novo ritmo e estabeleceria uma nova organização para as escolas de comércio, bem como de outros ramos do ensino profissional, com as Leis Orgânicas do Ensino.²⁴⁸

O novo decreto-lei que passou a regular o ensino comercial, publicado em 28 de Dezembro de 1943, preconizava já em seu art. 1º, que “os estabelecimentos reconhecidos pelo Governo Federal, deverão, até o início do ano escolar de 1944, adaptar-se, quanto à organização e ao regime, aos preceitos normativos fixados pela lei orgânica do ensino comercial”.²⁴⁹ Restaram às Irmãs, portanto, exíguos dois meses para promoverem as readequações no curso que acabara de começar, inclusive providenciando professores para novas disciplinas, obrigando-se, ao mesmo tempo, a dar continuidade no currículo antigo para a turma que iniciara em 1943. Assim, em ambas as escolas, em Castro e Curitiba, no ano de 1944, a segunda série referia-se ao curso de Contador, enquanto que os novos matriculados iniciaram o curso comercial de Técnico em Contabilidade. Na capital, além disso, o curso propedêutico foi substituído pelo equivalente na nova legislação, curso comercial básico. Em Castro, como já anotamos, nunca foi oferecida a modalidade de primeiro grau dos cursos comerciais.

Os requisitos para a matrícula no Instituto Comercial Fátima, e na sua sucessora Escola Técnica de Comércio, eram a comprovação da conclusão do grau de ensino básico, mais as certificações quanto às boas condições de saúde. Não encontramos nas fontes restrições expressas quanto à matrícula de alunos do sexo masculino. Nos anos de 1949, 1950, 1953, 1956 e 1966, entretanto, as primeiras séries receberam somente alunas. Não logramos esclarecer se tratou-se de uma coincidência, ou se houve uma ação manifesta por parte da escola no sentido de restringir a matrícula às alunas.

²⁴⁸ CINTRA, E. P. U. *op. cit.*, pp. 125-126.

²⁴⁹ BRASIL. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, 28/12/1943.

Vejamos a tabela abaixo, que nos indica, ano a ano, o número de novos alunos ingressantes na primeira série, segundo cada um dos sexos e o percentual que representaram os alunos do sexo masculino, segundo os dados constantes nos livros de matrículas:

Ano letivo	Alunos sexo masc.	Alunas sexo fem.	Percentual masculino
1943	5	6	45,45%
1944	3	3	50%
1945	3	3	50%
1946	5	8	38,46%
1947	12	11	52,17%
1948	6	4	60%
1949	0	7	-
1950	0	9	-
1951	10	14	41,67%
1952	12	15	44,44%
1953	0	23	-
1954	16	15	51,61%
1955	21	17	55,26%
1956	0	16	-
1957	11	16	40,74%
1958	13	21	38,23%
1959	19	16	54,28%
1960	25	15	62,5%
1961	12	19	38,7%
1962	11	23	32,35%
1963	16	18	47,05%
1964	23	30	43,39%
1965	8	14	57,14%
1966	0	20	-
1967	0	0	-
1968	0	0	-
TOTAL	231	343	40,24%

Tabela nº. 05: Alunos matriculados na 1ª série da Escola Comercial Fátima. 1943-1968.²⁵⁰

²⁵⁰ Cfe. **Livro de Matrícula Cronológica do Instituto Comercial Fátima**. 11/03/1943-30/03/1963. 25 fls.; **Livro de Matrícula do Instituto Comercial Fátima**. 01/03/1943-10/03/1957. 47 fls.; **Livro de Matrícula do Curso Técnico da Escola Técnica de Comércio Fátima**. 01/03/1958-10/03/1965. 49 fls.; **Livro de Matrícula do Colégio Comercial Fátima**. 01/03/1966-10/03/1968. 12 fls. Documentação Escolar da SEED, Castro

Os estudantes do sexo masculino, matriculados nas primeiras séries da Escola Técnica de Comércio Fátima, totalizaram, assim, 40,24% em média do total de alunos. Número expressivo se levarmos em conta que a Escola correspondente em Curitiba atendeu somente moças. Não foi portanto, um acontecimento ocasional, mas típico de toda a jornada do curso técnico em Castro. Em alguns anos-letivos, inclusive, os rapazes foram a maioria (1947, 1948, 1954, 1955, 1959, 1960 e 1965).

Note-se que nos anos de 1967 e 1968 não funcionaram primeiras séries, e foram oferecidos segundo e terceiro anos apenas às alunas que haviam iniciado em 1966. Evidencia-se destarte que já havia a decisão de encerrar as atividades da Escola. As estudantes que compuseram essas últimas turmas foram, na maior parte, alunas da Escola Normal do São José, muitas das quais internas. Coincidentemente, ao final de 1968, também o internato deixaria de funcionar no Colégio de Castro. Ao mesmo tempo, o antigo Ginásio Santa Cruz, desativado que fora pela Mitra Diocesana, foi substituído por uma nova escola comercial sob a direção do Professor Carlos Decker. Os candidatos à profissão de contabilista contariam então com um novo endereço a freqüentar.

Quanto ao número total de alunos freqüentando a Escola, segundo os mesmos livros de matrícula, a evolução foi a seguinte:

ano	alunos	ano	alunos	ano	alunos	ano	alunos	ano	alunos
1943	11	1949	29	1955	87	1961	78	1967	33
1944	14	1950	23	1956	77	1962	88	1968	10
1945	18	1951	41	1957	69	1963	87		
1946	25	1952	56	1958	73	1964	112		
1947	50	1953	62	1959	79	1965	91		
1948	33	1954	66	1960	89	1966	77		

Tabela nº. 6: total de alunos na Escola Comercial Fátima, 1943-1968.

Conforme nos demonstra a tabela, a Escola de Comércio precisou de uma década para afirmar-se e conseguir congregar, a cada ano, mais de cinquenta alunos.

Entre 1952 e 1964 houve certa regularidade com pequeno incremento no número de estudantes. Nos anos finais, de 1965 a 1968, o decréscimo rápido e acentuado foi inevitável com a cessação das matrículas na Escola, que, aliás, nestes anos, portou a denominação de Colégio Comercial Fátima, em virtude de outra reviravolta nas prescrições legais.

As disciplinas oferecidas no curso comercial variaram conforme se tratou da especialidade contador ou contabilista, e incluíam, para a primeira, Contabilidade, Matemática Comercial, Noções de Direito Constitucional e Civil, Legislação Fiscal, Estenografia e Mecanografia, no primeiro ano; Contabilidade Mercantil, Matemática Financeira, Noções de Direito Comercial e Terrestre, Merceologia e Tecnologia Merceológica, e Técnica Comercial e Processos de Propaganda, no segundo ano; Contabilidade Industrial e Agrícola, Contabilidade Bancária, História do Comércio, Indústria e Agricultura, Prática do Processo Civil e Comercial, Seminário Econômico e Estatística, no ano de conclusão. Quanto ao Curso de Técnico em Contabilidade, segundo a reforma Capanema, as disciplinas constavam de: Português, em todas as séries; Francês ou Inglês e Matemática, nos dois primeiros anos; Prática Jurídica Geral e Comercial no 2º e 3º anos; na primeira série: Física e Química, Contabilidade Geral, Mecanografia e Elementos de Economia. No segundo ano, ensinava-se Biologia, Organização e Técnica Comercial, Contabilidade Comercial e Merceologia. Na terceira série, as disciplinas incluíam Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil, Elementos de Estatística, Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária e Contabilidade Pública.²⁵¹

Segundo pudemos identificar nos canhotos de certificados de promoção anual expedidos pelo Instituto e Escola Técnica Fátima, tais disciplinas foram efetivamente aplicadas na escola de Castro, com conteúdo verificado em exames escritos e orais.²⁵²

Uma outra fonte que nos ajuda a desvelar alguns aspectos do funcionamento da Escola Técnica são os livros de Termos de Visitas, utilizados pelos inspetores

²⁵¹ VIEIRA, Francisco de Assis. (org) Legislação do Ensino Comercial. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957, pp. 76, 336-337; 340-341.

²⁵² **Livro de Certificados de Promoção. Instituto Comercial Fátima**. 2º ano. Aberto em 20/12/1944. Documentação Escolar, SEED, Castro.

federais, e que contêm anotações de 1943 a 1968.²⁵³ O primeiro inspetor, Ovídio Ribas, que necessitava deslocar-se desde seu posto em Ponta Grossa, ao fazer sua primeira visita de inspeção prévia, registrou “a ótima impressão causada pela direção modelar com que a Sra. Diretora impulsiona a vida deste estabelecimento de ensino, justo orgulho desta progressista cidade”.²⁵⁴ O inspetor Ovídio nos dá poucos detalhes concretos sobre o cotidiano escolar. Afirma estar tudo em ordem. E alonga-se em queixas sobre os custos de suas viagens a Castro e Irati, com os quais estaria arcando pessoalmente para acompanhar o andamento das escolas comerciais:

“Somos de parecer que essa Divisão devia fornecer pelo menos as passagens para essas visitas de fiscalização, realizadas nesta escola de Comércio, especialmente no período de provas, visto que nossa estadia fora da sede, além de nos acarretar prejuízos, tem ocorrido por nossa conta, fato esse que julgamos não ser de Justiça, uma vez que o colégio contribui aos cofres públicos para a manutenção dos trabalhos que vimos realizando”.²⁵⁵

Em Outubro do mesmo ano, Ovídio voltou a consignar suas reclamações, dizendo:

“No termo de visita de 14/6/43, tivemos oportunidade de pedir providências sobre as despesas originadas com os trabalhos fora da sede. Como até o momento não obtivéssemos solução alguma sobre o assunto, pedimos que, para a fiscalização do exame, nos seja fornecido o passe ferroviário com o devido ‘empenho’ exigido pela Rede Viação Paraná Sta. Catarina, sem o que não apresenta-nos utilidade alguma. Seria interessante essa Divisão fornecer as instruções necessárias para que esta Inspetoria possa perceber as diárias a que tem direito pelos serviços extraordinários que vem prestando, fora de sua sede: pois, há 8 meses que vimos realizando essas visitas de inspeção, com as despesas exclusivamente por nossa conta, o que nos parece um ato de injustiça.”²⁵⁶

²⁵³ **Livro nº. 1, de Termos de Visitas da Escola Técnica de Comércio Fátima.** 01/03/1943-19/12/1957. 49 fls.; **Livro nº. 2, de Termos de Visitas do Escola Técnica de Comércio Fátima.** 22/02/1958-28/01/1969. 51 fls. Documentação Escolar da SEED, Castro.

²⁵⁴ **Livro de Visitas nº. 1...**, 01/03/1943, p. 1.

²⁵⁵ **Livro de Visitas nº. 1...**, 14/06/1943, p. 2, verso.

²⁵⁶ **Livro de Visitas nº. 1...**, 23/10/1943, p. 4.

As anotações do fiscal federal revelam uma faceta comum à organização do ensino no Brasil, em quase todas as épocas: excesso de regulamentação perante escassez de recursos materiais para a implementação das diretrizes decretadas. Imagine-se a posição da escola, que ficava na dependência da presença do fiscal para aplicar exames e referendar as matrículas e outros documentos escolares, tendo que contar com a boa vontade daquele em deslocar-se da cidade vizinha em demorada viagem de trem. Ao final do ano de 1943, não atendidos seus pleitos, o fiscal Ovídio tratou de desobrigar-se das visitas a Castro, despedindo-se em 22 de Dezembro, ocasião em que presidiu os exames de Direito Constitucional e Civil, e Legislação Fiscal: “Estando perfeitamente encaminhada a vida escolar deste Estabelecimento e considerando a gratuidade dos serviços que vimos prestando, julgamos oportuno solicitar dessa Divisão a designação de um Inspetor ficando assim desobrigados para o próximo ano da fiscalização deste Educandário.”²⁵⁷

O Diretor da Divisão de Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde, por telegrama, designaria então, a partir de 1944, para assumir as funções de fiscalização da Escola Comercial os agentes coletores de renda. Em 1944 o encargo coube a José Wendling, que permaneceria até outubro de 1946. De certa forma deslocado de suas funções profissionais, o inspetor designado presidiria a aplicação de provas, assistiria algumas aulas, visaria os programas das disciplinas, faria constar seus elogios à escola, mas anotaria também suas queixas perante a Divisão que representava:

“Estive, hoje, nesta Escola de Comércio, percorrendo todas as salas e assistindo aulas do 1º, 2º e 3º anos – Professores e alunos estavam a postos. Só posso gabar a assiduidade de todos. Achei tudo em perfeita ordem. As turmas nesta Escola são pequenas, não havendo sala inferior à capacidade relativa ao número de alunos. A limpeza é perfeita, a aparelhagem completa. Parabéns a D. D. Diretora pelo trabalho que presta à juventude castrense. Há um ano e meio, esforço-me a bem dirigir esta Escola, sem, até agora, ter percebido qualquer remuneração pelo serviço que estou prestando. Achava de justiça esse Departamento consignar qualquer verba para as despesas que tenho

²⁵⁷ Livro de Visitas nº 1..., 22/12/1943, p. 5.

com o desempenho de minhas funções. É com pesar que não assisto com maior frequência às aulas desta Escola, porém minhas funções de Coletor Federal, bem como de Inspetor de dois ginásios – curso fundamental, pelos quais também nada percebo, impedem-me a isto.”²⁵⁸

Um ano depois, Wendling seria substituído como inspetor designado por outro coletor, José Alfredo de Macedo, o qual, ao longo dos anos em que teve tal encargo, de 1947 a 1957, tampouco consignou qualquer reprimenda ao funcionamento da Escola. Em 1954, deu-se a visita de Oscar de Sampaio Quentel, Fiscal Geral do Ministério, que anotou suas impressões: “De passagem por essa futura cidade, tive oportunidade e satisfação de fazer uma visita a este notável estabelecimento de ensino, inspecionando especialmente a parte que se entende como o setor de ensino comercial. Qualifiquei de 'notável' esta grande instituição e fi-lo sem favor, com certa justiça. Na realidade, tudo aqui é ordem, disciplina, asseio e além disso, a sua organização excede às nossas expectativas.”²⁵⁹

Ovídio Ribas retornou à Inspetoria em fevereiro de 1958, sempre queixando-se que o acúmulo de serviços que já teria em Ponta Grossa o impedia de fazer visitas mais frequentes. Em consequência, autorizava a diretora do estabelecimento a realizar provas sem a sua presença. Anotava reprovações, entregas de prêmios, exposições cívicas e o festejo referente à mudança da Capital do Brasil para Brasília, com “a projeção de dois belos filmes educativos” no auditório da escola.²⁶⁰ No ano de 1968, fez referências lamentando a “breve extinção do curso técnico de comércio no tradicional colégio”,²⁶¹ cujo cancelamento atribuiu à direção geral²⁶² – ignoramos se pensava na direção da Congregação ou de um órgão do governo. Em Janeiro de 1969, a última intervenção de Ribas referiu-se à extinção do Curso Comercial em Castro:

²⁵⁸ Livro de Visitas nº 1..., 10/04/1945, p. 8, verso.

²⁵⁹ Livro de Visitas nº 1..., 16/02/1954, p. 35.

²⁶⁰ Livro de Visitas nº 2..., 10/04/1960, p. 10.

²⁶¹ Livro de Visitas nº 2..., 04/03/1968, p. 47.

²⁶² Livro de Visitas nº 2..., 02/05/1968, p. 48.

“Comparecemos a fim de procedermos ao levantamento do arquivo escolar deste Colégio que teve as suas atividades suspensas a partir do corrente ano. Em companhia da diretora Irmã Thereza Luca e da secretária Irmã Filhotéia Sedor relacionamos tudo em cinco folhas datilografadas que, juntamente com uma cópia da 'ata de suspensão' lavrada no livro próprio, serão remetidas à Inspeção Regional em Curitiba. Esse arquivo ficará agora sob a responsabilidade desta Inspeção e guarda da Diretora deste Colégio para atendimento de documentações dos alunos interessados, até sua transferência definitiva para a cidade de Paranaguá, onde, após novo processo de 'verificação prévia', o referido curso terá prosseguimento sob a responsabilidade da mesma entidade mantenedora.”²⁶³

Através dos livros de Atas de Colação de Grau²⁶⁴ e de Termos de Expedição de Diplomas,²⁶⁵ somamos entre 1945 e 1968, um total de 399 formandos na Escola de Comércio do São José de Castro, assim divididos temporalmente:

Ano letivo	formandos	Ano letivo	formandos	Ano letivo	formandos
1945	7	1953	21	1961	20
1946	6	1954	13	1962	21
1947	6	1955	20	1963	25
1948	7	1956	29	1964	29
1949	14	1957	25	1965	24
1950	6	1958	14	1966	36
1951	7	1959	18	1967	19
1952	0	1960	23	1968	9

Tabela nº. 7: Formandos na Escola Comercial Fátima, 1945-1968.

²⁶³ Livro de Visitas nº. 2..., 28/01/1969, pp. 50-51.

²⁶⁴ Livro de Atas de Colação de Grau da Escola Técnica Comercial Fátima. 08/12/1945-30/11-1968. 33 fls. Documentação Escolar, SEED, Castro.

²⁶⁵ Livro nº. 1 de Expedição de Diplomas de Técnico em Contabilidade, da Escola Técnica Comercial Fátima. 22/04/1956-27/04-1965. 100 fls.; Livro nº. 2 de Expedição de Diplomas de Técnico em Contabilidade, da Escola Técnica Comercial Fátima. 05/12/1964-20/11/1968. Documentação Escolar, SEED, Castro.

Pelo exposto, vemos que a trajetória da escola de comércio em Castro, dadas as dificuldades que uma instituição privada enfrentava para manter-se atualizada, inclusive frente às flutuações da legislação, foram bastante exitosas. Impactaram, assim, as Irmãs de São José, por muitas décadas a cidade de Castro e região, na geração de renda e empregos, através de seu curso profissionalizante.

3.4. O Curso Normal.

Com a implantação de um Curso Normal para formação de professoras, o Colégio São José de Castro teve pela primeira vez uma especialização voltada exclusivamente ao sexo feminino, durante todo o tempo de funcionamento do curso, de 1946 a 1973. A primeira alusão da imprensa sobre a Escola Normal informou-nos, com os tradicionais elogios ao Colégio, que:

“A notícia mais alviçareira que hoje podemos dar aos nossos leitores é sobre a Escola Normal que vai funcionar nesta cidade sob a esclarecida direção das Irmãs de São José. A partir da próxima segunda-feira, quem desejar dedicar-se ao magistério público poderá dirigir-se ao Colégio de São José, sito à Praça Getúlio Vargas e tratar de sua matrícula, satisfeitas as formalidades exigidas. Pois não é então uma das mais belas notícias que estamos a registrar? Não mais será necessário de agora em diante demandar outros centros de ensino para se conseguir o diploma de professorado. Nossas entusiásticas congratulações à dedicada diretora do Colégio São José, por mais esta valiosíssima conquista para a nossa querida cidade de Castro.”²⁶⁶

Segundo o que se anotou no livro “Histórico da Escola Normal de São José”, elaborado em 1957 em atenção a uma circular da Diretoria de Educação do Paraná como parte dos documentos obrigatórios da instituição, a Escola Normal teria sido:

“fundada em 30 de Abril de 1946, atendendo a um apelo formulado àquela Congregação por numerosas famílias desta cidade. Instalada desde o princípio em prédio próprio, mantém anexo o curso primário e Jardim de Infância. Conta ainda com modelar instalação de internato para suas educandas. Após minuciosa fiscalização feita pelas Professoras Helena Kolody²⁶⁷ e Eny Caldeira²⁶⁸, designadas para esta fim pelo Exmo. Sr. Dr. Homero Batista de Barros, Diretor

²⁶⁶ **Castro Jornal**, nº 746, 27/04/1946, p. 1.

²⁶⁷ Professora do Instituto de Educação do Paraná por 23 anos, Kolody notabilizar-se-ia como poetisa, com livros publicados a partir de 1941.

²⁶⁸ Professora do Instituto de Educação e do Curso de Pedagogia da UFPR, Caldeira teria introduzido no Paraná, na década de 1950, o método Montessori.

Geral de Educação, foi oficialmente reconhecida a Escola Normal de São José, criada pelo decreto nº 2.333”.²⁶⁹

O ato legal de reconhecimento do curso foi subscrito por Brasil Pinheiro Machado²⁷⁰ e Oscar Borges de Macedo, em data de 25 de Junho de 1946. A menção, no Histórico, a Homero de Barros, então Diretor Geral de Educação no Paraná, revela-nos outra coincidência com as atividades da Congregação de São José em Curitiba. Volume publicado por ocasião do cinquentenário do Colégio Cajuru, em 1956, atribui a abertura da escola normal da Congregação na capital, exatamente aos esforços de Homero de Barros e também no ano de 1946.²⁷¹ Repetiu-se, portanto, o sucesso ocorrido quanto à Escola de Comércio: as Irmãs de São José inauguraram suas Escolas Normais em Castro e Curitiba concomitantemente. Em Maio de 1946 o curso já funcionava com onze alunas,²⁷² as quais tomaram parte na missa em comemoração à Festa do Divino Espírito Santo, representando o Colégio.²⁷³

Em 1947 teria início uma série de atividades que, ao longo dos anos, as normalistas protagonizariam frente à sociedade castrense. Numa primeira apresentação pública, no Salão Nobre do Colégio, juntamente com um afamado conjunto musical que animava os bailes em Castro, os Irmãos Meira, as alunas cantaram algumas músicas, como Boneca de Piche, de Ary Barroso e Luiz Iglesias, então um sucesso de Carmen Miranda; declamaram poesias, como a tradicional Velhas Árvores, de Bilac; e encenaram uma pequena comédia – Patroa declamadora, e um drama em dois atos – Coração de Cigana.²⁷⁴ Se tivéssemos encontrado os textos de tais encenações, poderíamos julgar com maior exatidão como as Irmãs de São José estariam encarando,

²⁶⁹ **Livro de Histórico Escolar da Escola Normal de São José.** Iniciado em 01/05/1957, p. 1. Documentação Escolar, SEED, Castro.

²⁷⁰ Natural de Ponta Grossa, com formação em Direito, Pinheiro Machado foi professor de História do Brasil na UFPR, e interventor federal no Paraná de 25/02 a 06/10/1946.

²⁷¹ **A Congregação das Irmãs de São José no Cinquentenário do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes.** Curitiba: Papelaria Requião, 1956, p. 34.

²⁷² **Livro de julgamentos das provas parciais e finais da Escola Normal São José.** Iniciado em 07/12/1948, com resultados transcritos a partir de 1946, fls. sem numeração. Documentação Escolar, SEED, Castro.

²⁷³ **Castro Jornal**, nº 750, 25/05/1946, p. 1.

²⁷⁴ **Castro Jornal**, nº 801, 07/06/1947, p. 1.

à época, o papel das moças no mundo em que viviam, pois o conteúdo de tais festivais, com certeza, sofria o crivo prévio da direção da escola e apresentava-se somente o que era aceitável à sociedade de então. Muito provavelmente o coração de cigana referia-se a um comportamento não desejável às moças. De qualquer forma, podemos, nesta direção, imaginar que a formação das futuras professoras repercutia idéias vigentes, consignadas num movimento que se acentuou ao longo de todo o século XX, qual seja, o da feminização do magistério primário, com a profissionalização da mulher. Em relação a esta tendência, ensina Jane Soares de Almeida que,

“O grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelos dirigentes do sistema escolar. Mas o imbricamento dos atributos de missão, vocação ou sacerdócio com o desempenho da docência não se referia apenas às mulheres, mas ao professorado de um modo geral. Professores e professoras estavam imbuídos do *dever sagrado* de conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, as quais, por sua vez, levariam ao progresso da nação. O magistério alicerçou-se como trabalho feminino em definitivo e manteve as prerrogativas conquistadas. A sociedade masculina aceitou sem mais protestos, com exceção de uma ou outra voz isolada, a profissão de professora. Ao longo das décadas e com cada vez maior inserção das mulheres no campo profissional, o poder público regulamentou as horas de trabalho em meio período diurno, para que a professora também pudesse cuidar da casa.”²⁷⁵

A mulher professora era assunto de debates e reflexão em Castro. Moacyr Silva, um ex-aluno do Colégio Santa Cruz, escrevendo do norte do Paraná, publicava eventualmente crônicas no Castro Jornal. Em 1953, preocupou-se em definir o “Papel das Professoras”, que devia combinar desinteresse pessoal, amor de mãe e patriotismo. Vejamos sua mensagem às moças castrenses:

“Que maravilha seria a glória do Brasil se todas as professoras seguissem a norma de instruir com amor e carinho e deixassem o

²⁷⁵ ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. in SAVIANI, Dermeval, e. a., O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004, pp. 80-81.

interesse pecuniário e volvessem os olhos para esta assomada missão de salvar alunos das trevas da ignorância. É das mãos das professoras que saem plasmados e com diretrizes formadas em todo o prisma moral, intelectual da vida, esse complexo social vinculado pelos mesmos sentimentos uniformes, animados pelos mesmos ideais, crenças, religião, numa comunidade de pensamentos altaneiros e sãos, procurando chegar a um escopo social e político. O dever de uma professora é como de uma mãe para com seu filho, é sublime; e a responsabilidade que pesa em seus ombros é desmedida. É o elo de união inquebrável que formará a corrente dos grandes brasileiros de amanhã. Na voz das professoras está o futuro das crianças, para que se tornem cidadãos fortes, disciplinados e orgulho do Brasil futuro. Há professoras que ocupam o magistério como figuras decorativas. A criança é um galinho tenro que dia a dia é mister escorar, molhar, cuidar para que cresça forte e robusto. Ser professora não é ser um auxiliar vulgar, é ter a bandeira do ideal que vai ser hasteado para farfalhar sobre o céu brasileiro, elevando, dignificando o nome dos indivíduos de uma cidade, de um Estado, de um país.”²⁷⁶

Este discurso, que não é novo, presente, com pequenas variações, desde o início do século na imprensa castrense, de colocar a educação numa posição algo sacralizada, só inovou no sentido de que tratou somente de professoras. Reconheceu-se, assim, que o magistério havia se tornado predominantemente feminino. É o que Jane Almeida indica como uma tendência que se verificou de forma generalizada à época no país:

“O discurso da exaltação do magistério para ambos os sexos e sua conotação com dever sagrado impregnava as mentalidades acerca da profissão de professora, havendo uma real demanda pela Escola Normal. Esse discurso, que se manteve durante muito tempo, detinha o poder de impregnar as mentes das jovens normalistas e professoras pela idéia de sacralidade vocacionada atribuída à profissão. E, paulatinamente, o trabalho feminino deixou de ser contingencial e ditado apenas pelos atributos de vocação e missão, tornando-se, no cenário econômico do século XX, uma exigência ante os tempos que corriam, não somente pela profissão em si, como em relação ao ingresso financeiro.”²⁷⁷

²⁷⁶ **Castro Jornal**, nº 1079, 11/04/1953, p. 1.

²⁷⁷ ALMEIDA, J. *op. cit.*, pp. 82-83.

A Escola Normal do São José já teria iniciado suas atividades em 1946, sob a égide da Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de Janeiro de 1946, e inscrevia-se como atividade escolar de segundo ciclo, isto é, formando professoras primárias num prazo de três anos, em oposição ao curso de quatro anos de duração, de regentes do ensino primário, previsto pela mesma lei, destinado a escolarizar a faixa etária equivalente à do ginásio. No final da década de 1940, segundo Almeida, começaram a interpor-se ao entendimento de que o principal papel da mulher seria o de mãe de família, outras considerações, ganhando força a idéia de que sua profissionalização poderia transcender os limites do magistério primário, ainda que tivesse ingressado através dele:

“No final da década, o processo de industrialização, mesmo dependente, era irreversível, e o setor agrário-exportador tinha dificuldades em sustentar o mito da vocação agrária do país. Expandia-se o capitalismo e, com a urbanização, aumentava a importância das classes sociais emergentes, como a burguesia industrial e financeira, o proletariado urbano e as camadas médias ligadas à burocracia do Estado, as empresas privadas e o setor de serviços. Na década de 1950 seria possível completar a integração da Escola Normal, que, juntamente com a equivalência de todos os cursos médios, passou a dar direito de acesso ao ensino superior, descaracterizando-se assim como curso profissionalizante para o magistério primário, equiparando-se aos outros cursos médios e proporcionando também uma educação de caráter preparatório, voltada às oportunidades que se abriam de continuação de estudos em nível superior aos normalistas, além da habilitação em magistério.”²⁷⁸

As normalistas, vistas assim nestes desenvolvimentos com uma função profissional diferenciada da futura mãe de família, chamavam a atenção da comunidade castrense em tudo o que se propunham a fazer, muito mais que os colegas de sua equivalente Escola Técnica de Comércio. Pelo menos é o que nos deixa entrever o constante noticiar da Escola Normal na imprensa castrense. Além das

²⁷⁸ ALMEIDA, J. *op. cit.*, pp. 89.

solenidades de formatura, sempre prestigiadas por autoridades,²⁷⁹ uma série de outros eventos, ao longo dos anos, punha em contato normalistas e coletividade. Uma das apresentações teatrais que realizaram, por exemplo, foi assim descrita pelo cronista do *Castro Jornal*, Neomil Portella, tenente do Regimento do Exército brasileiro em Castro:

“Exuberante de juvenilidade, com as faces rosadas pelo pincel do constrangimento que a idade proporciona, aparece, encantador, o espetáculo que as moças do Colégio São José ofereceram ao deslumbre dos olhos de cada assistente. Apresenta-se com todas as facetas de um espetáculo de amadores: o vaso derrubado pelo encontrão que lhe dá uma das artistas em suas reverências de agradecimento; a imprevista água que molha os feltros do piano, emudecendo-o; a cortina que enguiça nas horas mais angustiosas; patinadora, que quase beija o solo pátrio; o azáfama atrás dos bastidores, e muitas coisinhas mais, que deram ao espetáculo uma cor tão especial, tão alegre que, mesmo aparentemente mau, foi um acontecimento que alegrou a todos indistintamente.”²⁸⁰

Visitantes ilustres compareciam ao Curso Normal. Bento Munhoz da Rocha Neto²⁸¹ visitou o São José em duas ocasiões. Em 1952, no cargo de Governador do Paraná, acompanhou missa solene das graduandas daquele ano.²⁸² Seis anos após, na condição de professor universitário, falou sobre cultura: “As normalistas de nossa escola tiveram a oportunidade de ouvir do insigne sociólogo importante discurso. O ilustre visitante veio a pedido da sociedade Lions Club de Castro. Fez um estudo aprofundado sobre o indivíduo na sociedade, relevando, em particular, o auxílio mútuo para o bem geral. Acentuou o papel da cultura no sentido da adaptação ao meio ambiente”.²⁸³ Bento não seria nem o último governador a visitar a Escola Normal, nem

²⁷⁹ Sobre as formaturas, veja-se: *Castro Jornal*, nºs: 927, 26/11/1949, p. 1; 1014, 24/11/1951, p. 1; 1112, 05/12/1953, p. 1; 1161, 27/11/1954, p. 1; 1211, 03/12/1955, p. 1; 1261, 08/12/1956, p. 1; 1363, 13/12/1958, p. 1; 1462, 03/12/1960, p. 6; 1511, 02/12/1961, p. 1; 1562, 15/12/1962, p. 1; 1612, 07/12/1963, p. 1; 1665, 28/11/1964, p. 1.

²⁸⁰ *Castro Jornal*, nº. 1014, 24/11/1951, p. 4.

²⁸¹ Governador do Paraná de 1951 a 1955, ensaísta e sociólogo, Bento publicou 14 obras acadêmicas.

²⁸² *Castro Jornal*, nº. 1063, 06/12/1952, p. 1.

²⁸³ *Livro de Histórico Escolar da Escola Normal de São José*. Agosto de 1958, p. 4. Documentação Escolar, SEED, Castro.

o único palestrante. Em 1959, foi a vez do Governador Moisés Lupion²⁸⁴ percorrer a exposição de trabalhos executados pelas alunas de Economia Doméstica.²⁸⁵ Oradores como o mexicano Carlos Rodrigues Pando e o advogado castrense Lourival Leite de Carvalho palestraram em Maio de 1960. O conferencista mexicano “discorreu de maneira bastante expressiva e agradável sobre países Sul-Americanos, inclusive o 'Brasil', tornando o auditório conhecedor de seus costumes, modos de vida, suas características”.²⁸⁶ Carvalho, por seu turno, falou sobre a igualdade de todos os homens quaisquer que fossem suas origens raciais e crenças religiosas. Tal preleção teria sido solicitada por Gildásio Amado, diretor do ensino secundário no Paraná.²⁸⁷

Aos palestrantes convidados equiparavam-se professores, a quem cabia, por vezes, proferir aulas inaugurais ou discursos de formatura. Vejamos o que Zélia Bittencourt, então diretora do Grupo Escolar Vicente Machado, onde as normalistas faziam seus estágios de docência, buscou transmitir-lhes ao início do ano letivo de 1957, sob o título “A Educação da Infância”:

“Nenhum pai deixa de educar, quando menos à sua maneira, os seus filhos. Tem-se, mesmo, a educação como o problema por excelência dos povos cultos: sem ela os homens não passariam de lobos e famintos. É o dilema do mundo. Educar. Educar é edificar, é aprimorar contornos morais defeituosos, desfazer as arestas da incompreensão. Educar é iluminar, arrancar o ser das profundezas da ignorância e elevá-lo às alturas do sol, substituindo as trevas por uma luz própria. Educar é força que faz de um fraco um forte, de um celerado um crente, de um pária um cidadão. É, em suma, a integração do homem na humanidade, em pleno gozo dos seus direitos. Educar é preparar o ser para o convívio ameno, suave e distinto da humanidade. É preparar o cidadão para a pátria, é colocar o homem no seu devido lugar. É entendimento, é aproximação, é humanização do ser.”²⁸⁸

²⁸⁴ Moisés Wille Lupion de Tróia, nascido em município vizinho a Castro, foi Governador do Paraná de 12/03/1947 a 31/01/1951 e de 31/01/1956 a 31/01/1961.

²⁸⁵ **Livro nº 2 de Termos de Visitas da Escola Normal São José.** 26/09/1959, p. 29, verso.

²⁸⁶ **Livro de Ocorrências do Colégio de São José.** 10/05/1960, p. 6.

²⁸⁷ **Livro nº 2 de Termos de Visitas...**, 19/05/1960, p. 35.

²⁸⁸ **Castro Jornal**, nº 1276, 30/03/1957, p. 4.

Em 1956, o festival das alunas, sempre recheado de declamações e cantos, além de saudação às professoras e epílogo com uma canção em homenagem à Nossa Senhora, teve como foco o Dia das Mães.²⁸⁹ No mesmo ano, “associando-se às brilhantes festividades com que, em todo o território nacional se vêm homenageando o grande vulto da aviação, realiza o Colégio de São José, na próxima semana, uma exposição comemorativa ao Cinquentenário do 1º vôo do notável brasileiro, que deu asas ao homem.” Este evento, de realce à figura de Santos Dumont, foi completado por discursos das alunas na abertura da mostra.²⁹⁰

Em 1957, as homenagens foram ao presidente português Craveiro Lopes, que visitava o Brasil, ocasião em que, no Colégio, “usou da palavra o Exmo. Sr. Juiz de Direito, Dr. Hamilton Portugal Soares Pereira, que brilhantemente discorreu sobre a personalidade do preclaro visitante, enaltecendo os sentimentos da união luso-brasileira.”²⁹¹; a Rui Barbosa, pela passagem do cinquentenário da Conferência de Haia, com a exposição de “artísticos quadros enaltecendo a atuação da 'Águia de Haia' caprichosamente confeccionados” pelas normalistas²⁹²; e a Rocha Pombo, com declamação, entre outros números, de seu poema *Deserto de Almas*, pela aluna Aracy Matias, “cujos magníficos dotes de expressão salientaram a beleza da poesia”.²⁹³

No início deste mesmo movimentado ano de 1957, por ocasião das comemorações do centenário da elevação de Castro à condição de Cidade, as normalistas apresentaram-se algumas vezes para enriquecimento das festividades. Vejamos o que registrou sobre isso o Livro de Ocorrências da escola:

“As alunas da Escola Normal no dia 28 de abril tomaram parte brilhante nos festejos do Centenário de nossa cidade – Castro. Como fora programado iniciaram-se os festejos com uma Missa campal, achando-se presente à mesma sua Excia. o governador Moisés Lupion. Nossa Escola, bem como todas as demais alunas tomaram parte neste ato religioso. A seguir, iniciou-se o grandioso desfile do Centenário. Nossa Escola Normal recebeu aplausos entusiásticos de

²⁸⁹ **Castro Jornal**, nº 1233, 12/05/1956, p. 1.

²⁹⁰ **Castro Jornal**, nº 1254, 13/10/1956, p. 1.

²⁹¹ **Castro Jornal**, nº 1287, 22/06/1957, p. 1.

²⁹² **Castro Jornal**, nº 1301, 28/09/1957, p. 1.

²⁹³ **Castro Jornal**, nº 1311, 07/12/1957, p. 1.

todos os assistentes bem como os cumprimentos especiais do Senhor Governador e componentes de sua comitiva. É que para esta magna data fora ensaiado um número todo especial com diferentes evoluções, executadas perfeitamente no ritmo cadenciado dos tambores da bateria de nossa Escola Normal. À tarde desse mesmo dia 28, as alunas visitaram a Exposição Agro-Pecuária, organizada especialmente para a festa do Centenário. No dia 29, recebeu a Escola convite especial para cantar o 'Hino do Centenário'²⁹⁴ no mesmo local da Exposição antes de iniciar o desfile dos animais premiados. Foi com júbilo e entusiasmo que diante de todas as autoridades e numeroso povo reunido para presenciar a distribuição de prêmios, as alunas entoaram em coro maravilhoso o lindo Hino”²⁹⁵.

Mas não seria somente em eventos de caráter cívico que as normalistas desfilariam pelas ruas castrenses. Participariam também em procissões religiosas do calendário católico, e em outras ocasiões de cunho religioso, como o fizeram em saudação ao Congresso Eucarístico Internacional, programado para o Rio de Janeiro, denotando, em todos estes ensejos, a intenção da Escola em mostrar-se conectada com o que se passava na cidade, no país, no mundo:

“Como preparativo das solenidades do Congresso Eucarístico Internacional, a realizar-se no Rio de Janeiro, em Julho próximo, atendendo ao apelo do Secretário Geral do Congresso, S. Excia. D. Helder Câmara, e com o apoio oficial do Governo no setor do ensino, tanto primário como secundário e superior, realizar-se-ão em todo o Brasil, na data de hoje, que marca no calendário da Igreja a festividade de S. José, grandes concentrações da mocidade. Também a juventude de Castro, dará hoje às 19 hs. uma demonstração do seu espírito idealista e cristão na grande concentração que realizará na Praça Dr. Getúlio Vargas, e no desfile luminoso através da cidade, (...) um belo espetáculo de fé e civismo”²⁹⁶.

O apoio das normalistas às iniciativas do clero católico não era ocasional, mas constante. Assim é que, por exemplo, receberam em 1962, das mãos do bispo diocesano D. Geraldo Pellanda, uma bandeira comemorativa “pela magnífica

²⁹⁴ Composição de Bento Mossurunga para a ocasião do Centenário.

²⁹⁵ **Livro de Ocorrências do Colégio de São José**. 30/04/1957, p. 2. verso.

²⁹⁶ **Castro Jornal**, nº 1176, 19/03/1955, p. 1.

campanha encetada em prol das vocações sacerdotais, entre as paróquias da Diocese”, obtendo o primeiro lugar na arrecadação pró-seminários. Na mesma ocasião as alunas expuseram cartazes com temática alusiva ao tema do sacerdócio.²⁹⁷

A movimentada vida discente das normalistas do São José de Castro não se resumia às festividades ocasionais em que se contatavam os demais setores da sociedade castrense. Também havia, por certo, uma grande carga de trabalho escolar a ser empreendido, em seis manhãs da semana, de segunda-feira a sábado. A grade de disciplinas do Curso Normal variou muito nos vinte e oito anos de funcionamento da especialidade magisterial. O que se pode notar, no geral, é a ênfase em matérias específicas, direcionadas à prática profissional, diferentemente do ensino que houvera até então no Colégio, com predominância nas atividades relacionadas à linguagem. Um currículo formativo, no lugar das antigas disciplinas informativas. Ainda que isto tenha acontecido em atendimento a prescrições legais²⁹⁸, é notável que no currículo não existisse qualquer ensino de língua estrangeira, antes tão prestigiado, e que mesmo as aulas de Português, por muitos anos, ficassem restritas à primeira série. Tentemos acompanhar a variação das disciplinas ao longo dos anos:

Em 1946, quando da implantação do Normal, a primeira série contava com as matérias Português, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia, Desenho e Música.²⁹⁹ Para as alunas que passaram à segunda série, em 1947, as disciplinas eram Biologia, Psicologia, Higiene, Metodologia, Desenho e Artes Aplicadas, e Música e Canto.³⁰⁰ A terceira série, no formato que vigia em 1951, teve nove disciplinas, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Higiene e Puericultura, Metodologia, Prática do Ensino, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, e Educação Física.³⁰¹ Esta última, aliás, embora nos documentos referentes aos primeiros anos do curso não apareça nos relatórios de notas, deve ter estado presente em todas as séries, com outro tipo de avaliação. Em 1953, surgia nas

²⁹⁷ **Castro Jornal**, nº 1176, 19/03/1955, p. 1.

²⁹⁸ **Decreto-Lei 8.530**, de 02/01/1946, art. 8º.

²⁹⁹ **Relatório de 1946**, p. 1. Documentação Escolar, SEED, Castro.

³⁰⁰ **Relatório de 1947**, p. 7. Documentação Escolar, SEED, Castro.

³⁰¹ **Livro de julgamentos das provas parciais e finais da Escola Normal São José**. Iniciado em 07/12/1948, p. 5. Documentação Escolar, SEED, Castro.

duas primeiras séries a matéria Ciências Sociais.³⁰² Em 1955, seria a vez da introdução no primeiro ano dos Estudos Brasileiros e a extensão da Prática de Ensino às três séries. A disciplina de Biologia passou ao 3º ano, mas daí desapareceu no ano seguinte.³⁰³ Em 1956, estrearam as cadeiras de Estatística, na primeira série, Língua e Literatura, na segunda, e Didática nas duas últimas.³⁰⁴ Em 1957, seria a vez da inclusão de Religião, nas três séries, como matéria sujeita à avaliação.³⁰⁵ Em 1958, o Português seria finalmente ensinado nos três anos e Matemática nos dois primeiros.³⁰⁶ Em 1959, promoveram-se fusões, quatro disciplinas tornaram-se duas: Matemática e Estatística; e Didática e Prática do Ensino, agora também na terceira série, no lugar do Português, que voltou a constar somente em dois anos letivos.³⁰⁷

Na década de 1960 prosseguiu a rotina de modificações constantes na grade curricular da Escola Normal. Em 1960, a disciplina Estudos Brasileiros passou a denominar-se Estudos Paranaenses.³⁰⁸ Em 1961, na segunda série constou a Biologia Educacional.³⁰⁹ Em 1962, incluía-se Desenho e Artes Femininas no primeiro ano; e, Ciências Físicas e Biológicas, Organização Social e Política, e ainda Educação Doméstica como novidades na segunda série.³¹⁰ Em 1963 e 1964, houve certa acomodação, mas a partir de 1965 não veríamos mais Música e Canto, Educação Doméstica e Desenho, além do surgimento de Moral e Pedagogia no lugar de Religião.³¹¹ Em 1966, apareceriam as cadeiras de Fundamentos de Educação, nos dois primeiros anos, e de Teoria e Prática da Educação Primária, nas três séries, no que se igualou à Matemática. Também, com denominação conjunta, retornaria a Educação Moral, Cívica e Religiosa.³¹² Em 1967, teríamos Ciências nas duas primeiras séries, Geografia na primeira e História na segunda. A disciplina que permaneceu estável em

³⁰² Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 6, verso;-7, verso. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁰³ Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 10, verso-16. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁰⁴ Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 13, verso-16. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁰⁵ Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 16, verso-18. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁰⁶ Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 18, verso-21. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁰⁷ Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 21, verso-22, verso. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁰⁸ Livro de julgamentos das provas parciais..., p. 23. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁰⁹ Livro de julgamentos das provas parciais..., p. 26. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³¹⁰ Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 27, verso-29. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³¹¹ Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 30-37. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³¹² Livro de julgamentos das provas parciais..., pp. 38-40. Doc. Escolar, SEED, Castro.

todos estes anos foi Higiene e Puericultura.³¹³ Em 1968, Psicologia estender-se-ia às duas primeiras séries.³¹⁴ Em 1971, reapareceria a Biologia Educacional no segundo ano, substituindo Ciências.³¹⁵ Finalmente, em 1973, ano em que funcionou a última terceira série, nela introduziu-se a disciplina Inglês.³¹⁶

Apesar das constantes variações da grade curricular, a Escola Normal do São José de Castro conseguiu afirmar-se através dos anos e atrair alunas de diversas localidades. Segundo nos revelam os livros de emissão de diplomas,³¹⁷ as professorandas do São José, formadas entre 1957 e 1973, eram paranaenses originárias de Antonina, Apucarana, Arapoti, Assaí, Barra Bonita, Caetê, Cambará, Campo Largo, Campo Magro, Castro, Colombo, Congonhinhas, Curitiba, Curiúva, Foz do Iguaçu, Ibaití, Ipiranga, Irati, Itaiópolis, Jaboti, Jacarezinho, Jaguariaíva, Joaquim Távora, Mallet, Monte Alegre, Ortigueira, Palmas, Paranaguá, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Quatiguá, Reserva, Ribeirão Claro, Rio Azul, Rio Negro, Santa Felicidade, Santo Antonio da Platina, Sapopema, Sertanópolis, Siqueira Campos, Tibagi, Tomasina, Uvaia, Varzeão, Ventania e Wenceslau Braz.

Em menor número tivemos gaúchas (de Dois Lajeados, Lagoa Vermelha, Livramento, Nova Prata e Vacaria), catarinenses (de Blumenau, Canelinha, Caçador, Criciúma, Mattos Costa, Meleiro, Rio do Sul e Siderópolis), paulistas (de Bela Vista, Botucatu, Buri, Cambuci, Cananéia, Dois Córregos, Itararé, Marília, Oscar Bressane, Palmital e São Paulo), mineiras (de Carmo do Parnaíba, Conselheiro Motta e São José do Alegre), uma carioca (de São Gonçalo), uma baiana (de Feira de Santana), uma paraibana (de Piauí) e duas holandesas.

Essas normalistas, originárias de tão díspares localidades, fizeram parte do total de 529 formandas que a Escola Normal do São José de Castro diplomou entre 1948 e

³¹³ **Livro de julgamentos das provas parciais...**, pp. 40-42. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³¹⁴ **Livro de julgamentos das provas parciais...**, pp. 42, verso-44. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³¹⁵ **Livro de julgamentos das provas parciais...**, pp. 48, verso. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³¹⁶ **Livro nº. 2 de apuração de notas finais da Escola Normal de São José.** 11/01/1974, p. 1. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³¹⁷ **Livro nº 1 de Termos de Expedição de Diplomas.** De 07-/12/1957 a 04/12/1965; **Livro nº 2 de Termos de Expedição de Diplomas.** De 04/12/1965 a 03/12/1973. Doc. Escolar, SEEC, Castro.

1973.³¹⁸ Vejamos a tabela abaixo, que resume o quantitativo de alunas freqüentando e deixando o Colégio, ano a ano:

Ano letivo	Alunas	formandas	Ano letivo	alunas	formandas	Ano letivo	alunas	formandas
1946	11	-	1956	79	29	1966	102	40
1947	25	-	1957	64	27	1967	84	25
1948	33	05	1958	57	16	1968	76	25
1949	41	15	1959	62	19	1969	76	23
1950	42	11	1960	65	20	1970	63	28
1951	46	15	1961	73	22	1971	47	20
1952	47	11	1962	69	19	1972	30	15
1953	65	15	1963	67	23	1973	17	17
1954	71	16	1964	97	26			
1955	89	26	1965	90	21			

Tabela nº. 08: Formandas da Escola Normal São José. 1946-1973.

Embora o número de normalistas tenha aumentado ano a ano, vemos que em quase todos eles o total de formandas foi inferior a um terço do número de alunas, com exceção de 1949, 1957, 1963, 1966, 1970 e 1971. Isto nos leva a considerar que havia certa evasão de estudantes durante o curso. Talvez simplesmente transferidas para outras instituições, de outras cidades. Ou talvez, desistentes, que não se coadunaram com os conteúdos e a profissão por adquirir, ainda que, a partir dos anos 1950, o curso não mais limitasse, como anteriormente, o acesso a outros estudos de grau superior. O fato é que a partir dos anos 1970, o São José decidiu extinguir a Escola Normal, como já o fizera com a Escola Técnica de Comércio, retornando a oferecer somente o ensino de primeiro ciclo. Isto se deveu, em parte, à implantação de uma Escola Normal pública, que passou a atender gratuitamente às futuras professoras, a Escola Normal

³¹⁸ Segundo os livros: **Livro de julgamentos das provas parciais e finais da Escola Normal São José**. Iniciado em 07/12/1948, com resultados transcritos a partir de 1946; e **Livro nº 2, de apuração de notas finais da Escola Normal de São José**. Iniciado em 11/01/1974. Doc. Escolar, SEED, Castro.

Amanda Carneiro de Mello, e sua anexa Escola de Aplicação, que funcionaram, a princípio, coincidentemente, próximas ao São José, nas antigas instalações do Ginásio Santa Cruz. Outra possível causa seriam as novas exigências para funcionamento de cursos médios trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1971, tais como a instalação de laboratórios e oficinas especializados conforme o curso a ser oferecido.

3.5. Formação complementar.

Além dos cursos regulares de formação escolar, o ambiente do Colégio servia igualmente ao oferecimento de outras atividades de profissionalização e de caráter artístico. Nesta categoria encontram-se os cursos de música, pintura, datilografia e corte-e-costura.

A formação musical dava-se através de aulas de dois instrumentos – violino e piano. Referências ao oferecimento destas classes estão presentes desde os primeiros anos do Colégio. Posteriormente, as aulas de violino desapareceram do rol das possibilidades. A formação pianística continuou pelo menos até os anos 1980, quando a freira responsável tratou de atualizar-se ao gosto dos alunos e passou a ensinar órgão eletrônico.

O repertório pianístico constava de peças de caráter romântico, que podiam ser executadas nos lares das alunas, para proveito das famílias, sem pretensões de aquisição de virtuosismo acentuado. Lembre-se que o tempo destinado ao aprendizado e à prática dos instrumentos era dividido com uma série de outras disciplinas. Não se tratava, portanto, de uma especialização rigorosa. Peças de musicalidade alegre e efeito sonoro notável eram as preferidas. Como, por exemplo, *Le Lac de Côme*, de Mme. De Gallos, e a *Prière d'une vierge*, de T. Badaczewska. Valsas ao estilo de Chopin e peças a quatro mãos, como O Galope do Diabo, de G. Ludovic, e a suíte de O Guarani, de Carlos Gomes, também compunham o repertório. Ao final do século, seriam incorporadas músicas de caráter mais popular, que os alunos eventualmente escolhiam em virtude de suas preferências adquiridas nos meios de comunicação.

O Colégio dispunha de seis pianos. Um deles, de fabricação francesa e muito antigo, de sonoridade sofrível, provavelmente ainda do século XIX, servia para o ensino das primeiras noções sobre o instrumento. Os demais, de fabricação alemã, datam das décadas de 1920 ou 1930, conforme revelam as séries de afinações anotadas no interior dos instrumentos. Destes, três ficavam junto ao mais antigo à disposição dos alunos, em saletas separadas, localizadas em setor com certo afastamento dos prédios principais, do outro lado do pátio interno, de forma a não interferir a prática

musical nas aulas regulares. Dessa maneira, podia-se ter quatro alunos estudando piano ao mesmo tempo. Os outros dois instrumentos ficavam à disposição nos salões onde se davam apresentações artísticas, ambos no andar superior. Um deles, no salão menor e outro no salão nobre, ambos dotados de palcos com entradas laterais e cortinas.

Nestes salões das apresentações artísticas eventuais, aconteciam as aulas de canto de todas as turmas, ao longo das décadas, por muito tempo designadas como “canto orfeônico”. Predominavam canções com algum apelo folclórico, como a Gralha Azul, de Inami Custódio Pinto, ou elogiosas à juventude, como a musicalização do poema Igualdade Ilusória, originalmente publicado em 1889 por Monteiro de Barros³¹⁹, que atravessaria o século cantado por alunos do São José. As músicas ensinadas, muitas provenientes do volume Juvenília,³²⁰ revezavam-se com o aprendizado obrigatório dos hinos cívicos – Nacional, da Bandeira, da Independência, e da República.

Em 1934, propaganda publicada³²¹ pelo Colégio anunciando o reinício das aulas, colocava os cursos que vimos descrevendo como componentes de esmero educativo e qualidade de instrução:

Colégio de São José
- Castro -
Externato e Internato
Reabre as aulas no dia primeiro de Fevereiro
Recebe alunas para o jardim da infância e para os cursos primário, complementar e secundário. Prepara para os exames de admissão ao ginásio e à escola normal.
O francês é ensinado em todos os cursos e o inglês no curso secundário.
Aceita-se alunas para aulas particulares de piano, violino, pintura, flores artificiais, datilografia, e escrituração mercantil.
Para mais informações, dirigir-se à diretora.

³¹⁹ MONTEIRO DE BARROS, Francisco de Paula. **Vozes Íntimas**, Rio de Janeiro: 1889.

³²⁰ **JUVENÍLIA. Canções para a vida do Colégio e do Lar**. Rio de Janeiro: Salesianas, 1949.

³²¹ **Castro Jornal**, nº 143, 20/01/1934, p. 3.

A mesma propaganda repetiu-se durante oito semanas no Castro Jornal. Como se vê, pintura e música eram equiparadas no plano pedagógico-formativo com escrituração mercantil e datilografia. Línguas estrangeiras também compunham o conjunto de matérias que diferenciava o Colégio no âmbito das possíveis opções de escolarização. Se o ensino de música podia variar entre o treinamento individual e a prática coletiva, em canto coral, o aprendizado da pintura tinha características mais pessoais. A par do necessário pendor para a atividade, o custo de aquisição dos materiais utilizados certamente implicava na diminuição do número de alunos freqüentando esta especialidade. Os temas abordados nos quadros dividiam-se entre paisagens, naturezas-mortas e iconografia cristã. Em geral devia-se tratar de cópias de ilustrações existentes em livros e revistas. Não havia a prática de pintura ao ar livre. Uma temática que alcançou grande sucesso nos alvares do Colégio foram as paisagens contendo garças em lagos. Para as residências castrenses até então sem decoração pictórica, estas imagens algo exóticas eram as preferidas. A capacidade de produzir quadros decorativos era qualidade apreciada para as futuras donas de casa.

Em 1916, o jornal O Echo de Castro detalhou os trabalhos de pintura e desenho expostos à visita pública ao final do ano letivo:

“(...) Logo ao chegarmos a este templo de educação, fomos recebidos gentilmente pelas dignas Irmãs de Caridade que dirigem o estabelecimento e introduzidos no recinto da exposição. (...) A impressão que recebemos foi a mais agradável possível, notando o bom gosto revelado pela professora de pintura no conjunto estético dos trabalhos expostos, somente visamos que os trabalhos de pintura pertencem quase todos à natureza morta. (...) Pelas senhorinhas abaixo foram expostos os seguintes belíssimos trabalhos: Esther Fonseca, ‘Flores d’Água’, ‘Lotus do Nilo’ e ‘Magnólia’; quadros a óleo; (...) Yvonnete Taques, 2 quadros de frutas, ‘Paisagem Marinha’, belo quadro a óleo. (...) Esther Barbosa, ‘Luar na Praia’ e ‘Pombas’, formosos quadros a óleo. (...) Candoca Novaes, ‘Peras e Uvas’, ‘Tulipas’ e ‘Andorinhas’, artísticos trabalhos a óleo; (...) Maria Chueiry, ‘Amor Perfeito’, quadro a óleo. Estella Fonseca, ‘Coração de Maria’, lindo trabalho a crayon. Odette Garcez, ‘Imaculada Conceição’, idem. (...)”³²²

³²² O Echo de Castro, nº 31, 19/11/1916, p. 2.

A enumeração prosseguiu com outras obras e ainda a descrição dos trabalhos de agulha das alunas. Quase todos os anos, ao longo das décadas, os jornais castrenses referiram tais exposições públicas de trabalhos escolares que congregavam a produção pictórica e amostras das aulas de costura e bordados. Constituíam-se assim um evento tradicional e uma forma de reafirmar perante a cidade as competências de ensino da instituição. Ao mesmo tempo, chamava-se as alunas à matrícula para o próximo ano. Exemplifiquemos. Em 27 de Novembro de 1948, anunciava-se a exposição de trabalhos no São José até o dia 9 de Dezembro daquele ano e aproveitava-se a matéria jornalística para reafirmar que os cursos oferecidos pelo Colégio gozavam do devido reconhecimento oficial, a despeito de quem afirmava o contrário:

“As Irmãs de São José são as propectas educadoras que todos conhecemos, em nosso meio, desde muitos anos. Aí estão essas respeitabilíssimas mestras a proporcionar a todos os pais, não só de Castro, como de outras localidades deste e de outros estados, uma oportunidade para ministrarem-se ensinamentos aos seus filhos, através dos cursos primário, ginásial, comercial e normal. Todos estes cursos são oficialmente reconhecidos, sujeitos à fiscalização do ensino e com direito a expedição de diplomas”.³²³

Da mesma forma, em outras ocasiões, a exposição de trabalhos seria o mote para a reafirmação dos elogios à escola, suas alunas e professoras, como foi noticiado no ano de 1956:

“Acha-se aberta, no Colégio São José, uma exposição dos trabalhos manuais, artes aplicadas e desenho das alunas da Escola Normal, cujos trabalhos evidenciam não só a aplicação das alunas, como o bom gosto das mestras Irmã Maria Celeste e Prof^a. Maria Carvalho de Macedo. Encontram-se, outrossim, expostos os trabalhos de pintura das alunas de Irmã Solange e Irmã Gema. Constitui esta mostra uma esplêndida afirmação da capacidade artística de mestras e alunas. Parabéns, portanto, ao Colégio São José”.³²⁴

³²³ **Castro Jornal**, nº 876, 27/11/1948, p. 1.

³²⁴ **Castro Jornal**, nº 1260, 01/12/1956, p. 1.

Após os anos 1960, as aulas de piano e pintura aceitavam também alunos do sexo masculino e estudantes que não fizessem parte do corpo discente da escola. Da mesma forma, os cursos de corte e costura e datilografia, que adquiriram uma feição mais profissionalizante e oficial, eram abertos a toda a comunidade. Em 18 de Abril de 1968, a diretora do Ginásio São José encaminhou à Secretaria de Estado da Educação os documentos necessários ao funcionamento da escola profissional, que poderia, a partir de seu registro, emitir diplomas oficialmente reconhecidos.³²⁵ Os cursos então propostos foram datilografia, arte culinária e corte e costura. Não encontramos nas fontes referências à especialização em arte culinária ter funcionado. Os documentos relativos ao curso de corte e costura são datados dos anos de 1969 e 1970. Aparentemente não houve interesse continuado pelo curso. Das cerca de 12 alunas matriculadas a cada ano, apenas cinco receberam diplomas. De forma que, a tentativa empreendida pelo Colégio de formalizar aulas que já constavam de alguma maneira de seu currículo, só teve maior sucesso em relação ao curso de Datilografia. Esta especialidade emitiu certificações por pelo menos duas décadas, até que a introdução dos computadores pessoais tornou obsoletas as máquinas de escrever.

O curso de Datilografia funcionava da seguinte forma: as aulas eram coletivas. Diariamente, na sala que contava com cerca de vinte e cinco máquinas, a professora indicava no quadro os exercícios que deveriam ser executados. Começava-se no início do ano com a prática da memorização do posicionamento das letras, pela seqüência mais conforme à colocação dos dedos sobre o teclado – asdfg, hjklç. Ao longo do tempo, adquiria-se o domínio das demais letras e sinais, sempre prestando-se atenção ao correto posicionar da mãos, pulsos, costas e pernas. Conjunto de considerações que digitadores dos modernos computadores não levam em conta. A certa altura do ano, para que se datilografasse sem olhar para o teclado, mas apenas para o documento que se copiava, as teclas eram cobertas, trabalhando-se sobre um teclado “cego”. Juntamente ao aumento da dificuldade dos exercícios executados, impunha-se aprender a datilografar com velocidade. Assim, certos exercícios eram cronometrados,

³²⁵ **Ofício sem número**, constante da pasta de correspondências expedidas da Escola Profissional São José, subscrito pela diretora Thereza Lucca. 18/04/1968. Documentação Escolar da SEED, Castro.

e, ao final das aulas diárias, propunha-se competição entre os alunos para verificar quem conseguia datilografar sem erros, em menor tempo, os textos propostos. Além da transcrição de documentos escritos, era necessário datilografar a partir de ditados e segundo modelos específicos de caráter comercial – cartas, memorandos, ofícios, recibos, etc. O aluno deveria, ademais, ao transcrever o que ouvia, preocupar-se com a adequação visual do documento, colocando parágrafos e espaços duplos quando necessários, e fazendo coincidir, à direita, a última palavra da linha com a margem do texto. Todos estes procedimentos – correção, velocidade e qualidade estética do documento eram considerados nos exames, ao final do ano, para concessão do diploma.

A sessão de exames dos cursos de Corte e Costura e Datilografia, com a presença, além da professora responsável, da diretora do Colégio e da Inspetora de Educação da Secretaria de Estado, ocorria em sessão pública. No caso da Datilografia, os examinandos entravam um a um, sorteavam um ponto específico – um modelo comercial, a ser datilografado no menor tempo possível, além de conteúdos comuns a todos os candidatos.³²⁶ Era, assim, preciso ter algumas cartas e ofícios sabidos de cor para não se perder tempo em elaborar mentalmente uma correspondência comercial. Segundo o regimento interno da Escola Profissional, suas finalidades eram:

- “a) continuar a formação da personalidade em prosseguimento à educação primária e secundária;
- b) orientar o adolescente na escolha de oportunidades de trabalho ou estudos ulteriores;
- c) proporcionar sólida formação cristã, moral e cívica”.³²⁷

Dessa forma, vemos que o aproveitamento das competências pedagógicas de algumas Irmãs, a ensinar artes e ofícios, e da própria estrutura do Colégio, ultrapassando as versões do ensino regular, eram pensadas de maneira a que as

³²⁶ Conforme **Livro de Atas de Exames da Escola Profissional São José**. Documentação Escolar, SEED, Castro.

³²⁷ **Regimento Interno da Escola Profissional São José**. 18/04/1968. Documentação Escolar, SEED, Castro.

modalidades oferecidas compusessem um todo, cuja concepção era conseqüente aos objetivos da Congregação na prática educativa. Se determinados conteúdos eram repassados aos alunos nas turmas regulares de forma menos aprofundada, e para alguns, individualmente, podiam ser acentuados em maior carga horária, isto era compreendido no sentido de que havia vocações específicas para determinadas áreas, que poderiam receber atenção à parte. Inclusive, para aqueles que não fossem alunos, mas que viessem ao Colégio buscar tais especializações, por julgarem ser aquele o local em que eram ministradas a contento.

Assim, o oferecimento de cursos diferenciados sempre esteve presente no conjunto de atividades do Colégio. Muitos os freqüentaram apenas como complementos à sua formação geral. Outros, deles lançaram mão como pontos de partida para aprofundamento e especialização em outros estabelecimentos de ensino, fora de Castro. É o caso, por exemplo, de alunas que prosseguiram na carreira pianística em faculdades existentes na capital do estado e mesmo no exterior.

3.6. O ensino Fundamental.

A década de 1970 veria muitas modificações no Colégio São José de Castro. Os cursos de segundo grau, ou segundo ciclo na nomenclatura anterior, Comercial e Normal, deixariam de ser oferecidos, conforme já descrevemos. Dessa forma, a instituição não poderia mais ostentar a denominação a que todos estavam acostumados – a de Colégio. Os cursos “colegiais” não mais faziam parte de seu currículo. Assim, veremos o São José identificar-se como Ginásio, ou Escola, conforme as modificações da legislação, até o encerramento definitivo das aulas em Dezembro de 1993. Ademais, era necessário adequar-se à nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, a Lei 5.692, de 11/08/1971.

Em Dezembro de 1972, a entidade mantenedora do Colégio, a Sociedade Brasileira Cultural e Caritativa São José, encaminhava à Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Paraná, o “Plano Projeto de Implantação da Reforma das 1ª, 2ª e 5ª séries do 1º Grau, de acordo com a Lei 5.692 e pareceres dos órgãos normativos”.³²⁸ Neste amplo conjunto de documentos, de várias centenas de páginas, a entidade mantenedora reprogramava as atividades da escola nos seguintes aspectos: objetivos; histórico; princípios filosóficos e fundamentos religiosos; princípios psicológicos e didático-pedagógicos; organização escolar; sistema de implantação; núcleo comum; parte diversificada; avaliação; e desenvolvimento de situações de aprendizagem. Resgatemos alguns pontos de maior interesse:

Entre os objetivos do novo ginásio de São José, estaria o de ser uma “Escola ativa, oferecendo às alunas, experiências ricas, variadas e amplas, que possam desenvolver harmoniosamente seus dotes físicos, morais e intelectuais, numa dimensão de responsabilidade, espiritualização, e entendimento de mudanças técnico-científicas”.³²⁹ Objetivos bastante gerais, e que parecem copiados de textos de discussão acadêmica sobre a educação. Ademais, falou-se em “alunas”, mas, como sabemos, os meninos sempre estiveram presentes, e, a partir desta reforma, acederiam

³²⁸ **Ofício** enviado em 21/12/1972. Plano Projeto de Implantação da Reforma da Lei 5.692. Mimeo. Documentação Escolar, SEED, Castro.

³²⁹ **Plano Projeto de Implantação da Reforma da Lei 5.692**. Mimeo. p. 6.

até a 8ª série no São José. De forma que a menção se deveu a que o mesmo plano de implantação foi utilizado pela entidade mantenedora para suas escolas em diferentes cidades, e o texto original, referente ao Cajuru, em Curitiba, proporia a exclusividade às alunas, o que passou despercebido quando reproduzido para o São José de Castro. O plano também indicava como objetivos do Ginásio ser uma escola comunitária onde se daria a interação de indivíduos e grupos e a adequação entre ocupações e capacidades; e ainda, trabalhar democraticamente, enfatizando o senso crítico dos alunos, que mais tarde poderiam atuar “como membros eficientes da família, da escola, da comunidade”.³³⁰

Na seção Histórico, o São José afirmava contar em 1972 com 308 alunos. Três anos depois, a imprensa castrense informava ter a escola 465 alunos matriculados, num universo de 7.926 estudantes que estariam freqüentando uma das dezessete escolas de primeiro ou segundo graus então em funcionamento no quadro urbano, além das escolas rurais, espalhadas pelo interior do município, em cerca de noventa localidades.³³¹ Neste início dos anos 1970, o São José respondia, portanto, por menos de seis por cento das matrículas em Castro. Sua centralidade como a escola de referência dos castrenses fora perdida, quer pela expansão demográfica, quer pelo retraimento da própria instituição ao abrir mão dos cursos colegiais. Restava, dessa forma, tratar de ser uma escola diferenciada. Para isso, o São José dispunha da vantagem da solidez de sua implantação física no centro da cidade. Com grande área construída, dispondo dos espaços necessários e até mesmo excedentes à prática pedagógica, com uma boa biblioteca, deveria a estes aspectos acrescer sua prática de disciplina escolar rígida e exigência de aplicação aos estudos, bem como, para as famílias católicas, de enfatizar a instrução religiosa dos alunos.

Voltando ao plano de implantação, vemos que afirmava, em “princípios filosóficos” que “respeitando-se a idéia de educação genética, adapta-se o processo formativo às características de cada um dos estágios do desenvolvimento intelectual (individual), com base na idéia de que a formação para o futuro é o pleno

³³⁰ **Plano Projeto de Implantação da Reforma da Lei 5.692.** Mimeo. p. 6.

³³¹ **Jornal O Bravo**, 2ª quinzena de Outubro de 1975, nº. 24, p. 3.

desenvolvimento das possibilidades do presente, sob princípios do dinamismo social e individual”.³³² Esta definição algo pragmática deveria coadunar-se com os também ali explicitados fundamentos religiosos da instituição, que consideravam quatro “sentidos” na visão do homem de então: a realização do que é temporal e do que é eterno na História; a plenitude da condição humana realizando-se tanto material como espiritualmente; a Criação sendo uma realização humana; tendo por Cristo o Senhor da História. Jesus Cristo seria o *Homo Revelatus*, o futuro antecipado dentro do presente, como incentivador, integrador, orientador e ponto-ímã. Nesta concepção cristocêntrica do universo, as religiosas, os professores e as famílias, todos valorizando mais ser do que ter, alcançariam, via currículo e metodologia, construir homens agentes de sua própria história e conscientes do valor da auto-educação permanente.³³³ Tais princípios religiosos têm, talvez involuntariamente, alguma ressonância de filosofia marxista ou teologia da libertação em suas referências ao tempo presente e ao papel histórico dos indivíduos. Parecem pouco conectadas com a realidade de uma escola que se recolocava, naquele ensejo, não como um ambiente de recebimento de classes menos favorecidas, mas, ao contrário, em sua condição de escola privada, de matricular predominantemente os filhos das faixas melhor posicionadas na sociedade castrense, ainda que se concedesse, em alguns casos, bolsas de estudo e que as mensalidades cobradas fossem inferiores aos das escolas particulares existentes em centros maiores.

Também os fundamentos psicológicos declarados nos parecem decalcados de fontes não conexas à realidade do São José. Neste aspecto, tratou-se de elaborar um fluxograma explicativo, ao gosto da psicologia behaviorista norte-americana, reportando-se a estímulos e informações que, uma vez recebidos e processados pelos alunos através de interpretações (solucionando problemas) e avaliações (por suas crenças e valores), resultariam em respostas comportamentais, aquelas previstas e desejadas no fazer pedagógico. Resumia o Plano, quanto a este aspecto: “a aprendizagem é a aquisição de experiências que leva a uma mudança de

³³² Plano Projeto de Implantação da Reforma da Lei 5.692. Mimeo. p. 10.

³³³ Plano Projeto de Implantação da Reforma da Lei 5.692. Mimeo. p. 12.

comportamento. A aprendizagem, como processo psicológico, é um processar de informações. Informação é um conjunto de estímulos que age sobre o organismo; o aprendiz usa, processa as informações, e possui um conjunto de respostas como resultantes desse processo”.³³⁴ Tal enunciado nos parece bastante conflitivo com os princípios religiosos antes colocados. A não ser que, em todos os estímulos que seriam enviados ao processamento pelos alunos, o conteúdo religioso fizesse parte desses pacotes de dados informativos, de forma a garantir a centralidade da figura crística.

Todo o plano de implantação analisado, dá a impressão de que foi delineado conforme deveria ser apreciado, ao gosto de quem o leria nos órgãos de controle ao nível do Governo do Estado. Enquanto isso, a prática pedagógica fluiria mais ou menos idêntica aos anos anteriores. Afinal, seriam ainda os mesmos professores, na maioria religiosas, algumas bastante idosas, e arraigadas aos modelos que vinham praticando há décadas. Difícil crer numa revolução pedagógica, acontecendo porque decretada pela nova lei. Aos poucos, com a renovação dos livros-textos utilizados, o formato da aplicação das lições e feitura de exercícios modificou-se, como, aliás, deveria estar ocorrendo na maioria das escolas brasileiras. Mas, nada que pudesse ser classificado como consequência do perfilhamento da escola a um paradigma ideológico de esquerda. Pelo contrário, caminhou-se na direção oposta, tecnicista ou funcionalista.

Vejamos, então, que disciplinas compunham o conjunto de ensinamentos oferecidos pelo São José nos anos 1970, em resposta à reforma do ensino de caráter tecnicista da Lei 5.692/71. Na escola primária tínhamos Português, Aritmética, Conhecimentos Gerais, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, e Religião. Também eram avaliados Comportamento, Atitudes e Aplicação.³³⁵ A partir de 1973, as cadernetas escolares apresentaram novo desenho, diferenciando três grupos de disciplinas: sob Comunicação e Expressão teríamos Língua Portuguesa, Educação Artística, Educação Física (pertencentes ao núcleo comum) e Inglês (da parte diversificada); Estudos Sociais, que englobavam, em doses diferentes conforme as

³³⁴ **Plano Projeto de Implantação da Reforma da Lei 5.692.** Mimeo. p. 16.

³³⁵ **Boletins de Ronie Cardoso Filho,** 2ª série (1970), 3ª série (1971), 4ª série (1972).

séries, Geografia, História, Organização Social e Política Brasileira e Ensino Religioso; e o ensino de Ciências que incluía a Matemática, as Ciências Físicas e Biológicas e Programas de Saúde, disciplinas pertencentes ao núcleo comum. Quanto à parte diversificada, que deveria prover nas quatro séries finais do ensino fundamental a formação especializada, estariam a ela reservadas de uma a duas horas semanais das vinte e cinco previstas, para matérias como Educação para o Lar, Enfermagem e Técnicas Comerciais. Neste período, as avaliações eram expressas através de conceitos: ótimo, significando “você está muito bem”; bom, “você está bem”; regular, “você precisa melhorar”; e insuficiente, “Cuidado! Você precisa estudar mais.”³³⁶

Em 1975, ao comemorarem-se os setenta anos do Colégio, a imprensa castrense anotava sobre o São José, evidenciando que as reformas havidas não comprometeram a imagem do Colégio:

“Sob este teto acolhedor, as mais tradicionais famílias castrenses vêm obtendo o aprimoramento intelectual, moral e religioso de seus filhos. Na trajetória de setenta anos de existência do Colégio São José, um número incontável de alunos que passou por este santuário de promoção humana, social e espiritual, marcam com sua responsabilidade e liderança notáveis, os mais variados setores da vida humana: político, social e religioso”.³³⁷

Poucos anos depois, a escola estaria novamente equilibrada, com as adaptações curriculares absorvidas ao cotidiano da instituição. Foi possível então, no ano de 1983, promover outra expansão. Uma nova ala foi inaugurada, destinada ao atendimento de crianças pequenas. Poderiam funcionar, dessa forma, várias turmas de jardim de infância e pré-escolar. Se o São José deixara de dar espaço ao ensino médio, com a conseqüente diminuição do número de alunos, pôde então expandir outra vez seu alunado, na direção etária oposta, da educação infantil. Eis a descrição que a imprensa registrou da festividade de inauguração, em 28 de fevereiro de 1983:

³³⁶ **Boletins de Ronie Cardoso Filho**, 5ª série (1973), 6ª série (1974), 7ª série (1975), 8ª série (1976).

³³⁷ **Jornal O Bravo**, nº 15, primeira quinzena de Janeiro de 1975, p. 1.

“O vigário de Castro, padre Nicolau Baltazar desatou a fita simbólica junto com o representante do Chefe do Executivo Municipal, e procedeu à benção das instalações inauguradas. (...) A nova ala compreende quatro salas de aula, onde funciona agora o pré-escolar, uma cantina, vinte sanitários, área coberta e pista de corrida. Foram realizados também trabalhos de reforma nas outras dependências das outras alas, pintura integral do colégio, completa revisão das instalações hidráulica e elétrica, reforma das janelas, colocação de colunas de aço, para sustentação do salão nobre, reforma da biblioteca e ampliação de seus recursos, com numerosas novas aquisições de livros. O Colégio São José, que tem participação na história e no desenvolvimento de Castro e toda a região dos Campos Gerais, desfruta de um notável conceito em todo o Estado. Embora o desativamento do sistema de internato tenha inibido a presença de alunos de outros municípios e, na época, diminuído o número de matriculados, conta hoje com 850 alunos, quase em sua totalidade castrenses.”³³⁸

Se a Congregação de São José estava disposta a tais investimentos no início da década de 1980 e contava novamente com um número considerável de alunos que permitiria a manutenção da escola, é intrigante saber que apenas dez anos após tais fatos o São José encerraria suas atividades em Castro. Daremos, então, para finalizar esta seção, um pequeno salto temporal, ao ano de 1993, procurando descobrir como isso se deu, pondo fim também aos cursos de primeiro grau.

A proposta pedagógica de 1993 indicava ser a educação o processo dinâmico pelo qual se instalaria uma nova sociedade: o Reino de Deus. Assim, como objetivo geral para aquele ano, trabalhar-se-ia “a pessoa do aluno, ser situado num mundo material, concreto, social, econômico, e ideologicamente determinado, o qual lhe cabe transformá-lo segundo a nossa filosofia cristã. Todo processo será portanto personalizante, criativo, libertador – para que com elevado senso crítico possa atingir a plenitude a que seu SER deve atingir.”³³⁹ Tendo como marco doutrinal a utopia da esperança, isto é, o reino de Deus na Terra, a escola agiria ante o marco situacional, onde “a ideologia dominante é a capitalista européia. Os mecanismos de controle

³³⁸ **Jornal do Iapó**, nº 463, 10/03/1983, p. 1.

³³⁹ **Proposta pedagógica de 1993**. Mimeo. Pasta de correspondências expedidas. Doc. Escolar, SEED, Castro.

mantém os sistemas econômicos, políticos e culturais nas mãos de poucos ricos enquanto a grande maioria não consegue uma condição humana de vida. Os valores que dominam são os acidentais: o diploma, os certificados, a nota, a competição comanda a única meta, o TER, é o reino do consumismo”.³⁴⁰ Por fim a proposta pedagógica chegava a seu marco operativo, em que o professor seria o elemento mediador entre “a prática social vivida pelo aluno e o saber socialmente significativo que ele deverá dominar, a fim de se tornar uma força ativa na transformação das estruturas sociais”.³⁴¹ Discurso ainda mais demarcadamente esquerdizante que o que vimos vinte anos antes.

Tal formação crítica e engajada da personalidade das crianças castrenses talvez não fosse exatamente o que os pais à época aspirassem, preocupados com o desenvolvimento das individualidades de seus filhos que, mais à frente, seriam desafiados a enfrentar vestibulares, formação superior e inserção no mercado de trabalho. Talvez advogassem uma formação mais similar à de outras escolas particulares que começavam a se firmar na cidade, com o modelo de importação de apostilas de grandes redes de ensino da capital. De qualquer forma, parece que o São José, apesar do discurso circulado nas reuniões de professores, também derivava aos poucos para este outro modelo de ensino, com ênfase em atividades especiais, através das quais as famílias podiam perceber algum protagonismo da criança, não necessariamente ligado à aquisição dos conteúdos curriculares, muito menos dirigido à atuação modificativa das estruturas sociais. É o que percebemos no comunicado enviado aos pais em Fevereiro de 1993, oferecendo aulas para a formação de uma fanfarra marcial; um ateliê de danças; e horários especiais de treinamento esportivo, voltado à representação da escola em competições municipais e estaduais.³⁴² Em Abril, confirmava-se a participação do São José nos Jogos Escolares do Paraná, em Julho, e nos Jogos da Primavera, em Setembro. Haveria também para os alunos das quartas a oitavas séries a oportunidade de participar de uma Feira de Ciências, com visitaçõ

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

³⁴² **Comunicado nº 02/93**, 12/02/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas. Doc. Escolar, SEED, Castro.

pública, no mês de Setembro. Quanto a este evento, afirmava a Diretora da escola: “o MAIOR PRÊMIO será a participação de cada um, com garbo e sabedoria, contudo, uma comissão julgadora haverá de apontar a equipe vencedora e para esta e para as outras equipes haverá surpresas!”³⁴³

Também em Abril de 1993, um comunicado anterior listava uma série de atividades extra-classes que aconteceriam ao longo do ano letivo: Feira do Livro; Jornal da Escola São José; visitas a indústrias e pontos turísticos; concurso de pipas; criação de frases para a agenda da escola de 1994; maratona cultural interna; dança rítmica; esportes no recreio; inglês; canto e música; expressão corporal; organização de uma textoteca, para pesquisas; biblioteca volante; e, para o pré-escolar, a confecção de uma toca do coelho da Páscoa, oficina de arte e pintura, e uma sala da fantasia. Falava-se inclusive na instalação do Museu São José, visando o 90º aniversário da instituição.³⁴⁴ É surpreendente que uma escola que estava acionando um conjunto de iniciativas tão diversificado, demonstrando interesse em cativar seu alunado, fosse abruptamente fechada.

O que se pôde levantar quanto a esses fatos, é que no mês de Setembro de 1993 deu-se a decisão unilateral dos órgãos superiores da Congregação, em Curitiba, de encerrar as atividades da escola e desfazer-se do prédio em Castro. A medida causou grande contrariedade aos pais de alunos e a professores, funcionários e mesmo às religiosas residentes no Colégio. Algo que se interpretou como uma traição, uma quebra de confiança num relacionamento que se construía ao longo de todo o século XX. Ato muito mais próprio, comentar-se-ia, a discípulos de Judas, do que a quem se inscrevia no rol dos seguidores de Jesus. Naquele mês de Setembro de 1993, houve a reunião com os pais de alunos em que as Irmãs representantes do governo provincial da Congregação informaram quanto à decisão de fechar, justificada pela diminuição do número de religiosas disponíveis e pela inadimplência de parte dos alunos, o que mantinha instituição em dificuldades financeiras. Na mesma ocasião, numa reunião em

³⁴³ **Comunicado nº 11/93**, 04/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁴⁴ **Comunicado nº 08/93**, 04/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas. Doc. Escolar, SEED, Castro.

separado, professores e funcionários foram cientificados quanto à iminente cessação dos contratos de trabalho. Tentativas de pais e professores de reverter o que fora decidido foram infrutíferas. A cúpula provincial da Congregação mostrou-se inflexível, e fechou o Colégio. Em Novembro, a Diretora, Irmã Páscoa, despedia-se dos pais com esta pequena nota:

“Neste último comunicado, em nome de minhas colegas, as Irmãs de minha comunidade, do Corpo Docente e Equipe Técnico-administrativa, deixo aqui um agradecimento sincero pelo apoio, compreensão e amizade que recebemos. Levaremos saudades destas famílias, deste povo acolhedor de Castro... E, confiamos nos alunos que partem para outras escolas, pois eles hão de honrar o saber que aqui construíram. E para agradecer a Deus por todos quantos nos ajudaram na História de 88 anos de nosso Colégio, será celebrada uma Missa no dia 28/11/93, às 18 hs na Igreja de Sant'Ana. Esperamos poder contar com a sua presença”.³⁴⁵

Entre as religiosas mais antigas, algumas em Castro há mais de quarenta anos, a decisão foi dolorosa, pois além do fechamento da escola foi preciso desmontar toda a estrutura conventual e mudar-se para outras cidades. Conforme nos relatou a Irmã Maria Teresa de Paula Xavier:

“Avisaram que iria fechar em noventa e três. Eu disse: o mundo me traiu pelas costas. Se tivessem conversado, a gente dava um jeito de não fechar, daria aulas de graça, só que não falaram nada, fecharam o Colégio meio na surdina. (...) Disseram que todas as irmãs estavam de acordo que fechassem o Colégio. (...) Eu não queria que fechassem. As novas freiras não querem assumir tantas responsabilidades. Não querem rotina. Querem trabalhar em outras coisas”.³⁴⁶

Acabou assim, com tintas trágicas e melancólicas, a trajetória do São José em Castro.

³⁴⁵ **Comunicado nº 18/93**, 17/11/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas. Doc. Escolar, SEED, Castro.

³⁴⁶ **Entrevista com a Irmã Maria Teresa de Paula Xavier**, em Novembro de 2006, p. 8.

No próximo capítulo cuidaremos de explorar outros aspectos além dos pedagógicos até aqui preferencialmente referenciados. Observaremos os papéis que os alunos do Colégio São José desempenhavam em variados aspectos das sociabilidades urbanas, fosse como demonstração da capacitação que vinham adquirindo na escola, fosse como partícipes destacados em atividades culturais, cívicas e religiosas, numa centralidade de posição que era conseqüente ao lugar protagônico que a cidade reservava à instituição de ensino que, dessa forma, dava-se a ver através de seus estudantes.

CAPÍTULO 4. São José, o Colégio de Castro: arquitetura, educação e sociabilidades.

A presença do Colégio São José em Castro é inegável. Até hoje o prédio escolar destaca-se à Praça da Matriz. Se nos anos iniciais começou modestamente, ao longo do século XX expandiu-se, delimitando um espaço significativo. Ao Colégio acedia-se por três portas: à esquerda, entrada de alunos. À direita, acesso de serviço. No centro, a porta com gradil trabalhado com as iniciais CSJ levava às salas de visita, diretoria e à Capela. Mas, o São José tinha também seus caminhos de saída. Para prosseguimento de estudos em outras escolas. E para que seus alunos viessem a público apresentar-se em cerimônias cívicas, tomar parte de celebrações religiosas e protagonizar eventos artísticos e culturais. No presente capítulo, resgataremos estes traços da atuação do Colégio, referentes à sua inserção em Castro, os quais transcendiam os muros escolares e o aprendizado regular, em resposta a demandas que lhe colocava a cidade por tê-lo na posição de liderança entre os estabelecimentos de ensino.

Os temas ora abordados – arquitetura escolar, sessões cívicas, formaturas, peças teatrais, religiosidade católica, e assim por diante, por certo não foram práticas exclusivas do São José de Castro. Variada coleção de textos historiográficos já relataram fazeres similares em outras escolas. Teria sido enriquecedor fazer o resgate dessas discussões e incorporá-las à Tese. Havendo, entretanto, limites a observar, a opção foi a de manter o foco sobre o objeto em estudo, deixando a outros pesquisadores, cujas preocupações sejam mais transversais, o estudo comparativo.

Nesta seção da Tese, como anteriormente, recorreremos às fontes jornalísticas em abundantes citações. Um questionamento que se pode colocar é que tais textos são sempre laudatórios ao Colégio. Não teria havido vozes contrárias? O São José parece ter estado imune às críticas. Os mesmos jornais, por vezes, questionavam fatos acontecidos no Grupo Escolar ou na Escola de Trabalhadores Rurais. Quanto ao Colégio, foram unânimes. Se isto debilita a função testemunhal dessas fontes, por um lado, por outro, reforça nosso entendimento de que o São José era o Colégio de Castro.

4.1. O Colégio São José em Castro: um marco arquitetônico.

A existência de prédios escolares em Castro era uma aspiração de sua população, expressa em órgãos de imprensa desde o século XIX. Como se o local bem estruturado para as aulas fosse o primeiro passo, senão o mais importante, para resolver o problema da precariedade da instrução dos jovens castrenses. O periódico *A Campanha*, em Março de 1896, comentava que as duas necessidades da cidade seriam um teatro e uma escola. Quanto ao estabelecimento escolar, afirmava:

“É ponto averiguado que no ensino tudo está dependente do professor; mas, no entanto, é justo dizermos que uma casa escolar, vantajosamente espaçosa, com cômodos especiais e preparados cautelosamente para o fim a que se destina, e provida de boa mobília, livros, mapas, quadros, biblioteca e todos os utensílios indispensáveis, muito auxiliará ao mestre e concorrerá também para a boa marcha, facilidade e desenvolvimento do ensino primário”.³⁴⁷

Além de facilitar o trabalho pedagógico, uma casa escolar teria outra função, a de demonstrar aos visitantes o progresso da cidade. Neste sentido, questionava o *hebdomadário*:

“Quem poderá por um só momento afirmar que somos adiantados, progressistas e patriotas, se não possuímos sequer um edifício dessa natureza, que possa atestar ao viajante o nosso adiantamento e progresso? Só poderá crer que progredimos, que o nosso progresso é visível, o viajante iletrado e inconsciente; mas um cidadão pensador não ousará afirmar, sem que lhe assome aos lábios um sorriso de tristeza”.³⁴⁸

A instalação do Colégio São José numa das praças centrais da cidade responderia a estas duas expectativas: a de contar-se com um estabelecimento de ensino a funcionar regularmente ao longo dos anos e, pela sua presença arquitetônica,

³⁴⁷ *A Campanha*, n.º. 30, 08/03/1896, p. 1.

³⁴⁸ *Idem*.

indicar o avanço civilizatório da cidade. Assim é que, além dos elogios consignados nas fontes impressas sobre o fazer pedagógico do Colégio, encontramos também referências constantes ao prédio escolar como marco arquitetônico. Vejamos alguns relatos que colocam em perspectiva o São José e o quadro urbano:

O abade Trésal, em seu livro sobre os estabelecimentos da Congregação de São José no Brasil, descreveu a tranqüilidade do local de implantação do Colégio, como o encontrou em 1928:

“O Colégio de Castro data de 1905. A pequena cidade situa-se no centro do Paraná, junto à linha férrea Rio de Janeiro – Montevideú, a 260 quilômetros de Curitiba. É uma cidade risonha, calma, repousando às margens de um rio tranqüilo, o Yapé; os pássaros, eles mesmos, parecem participar dessa sonolência; seu vôo é pesado e seu canto preguiçoso. Não é raro não se ver passar nenhuma alma que viva à Praça da Igreja até as dez horas da manhã. As ruas são largas, bem pavimentadas, separadas por grandes jardins e belas árvores. O colégio começou modestamente; atualmente encontra-se em plena prosperidade sobre a direção da Madre Joseph-Hermann, auxiliada por oito religiosas. Conta com 170 alunos, dos quais 80 internas. Constrói-se, neste momento, um terceiro andar a fim de abrigar as jovens que não se pôde receber por falta de espaço.”³⁴⁹

O cronista que se assinou Tiradentes no hebdomadário *O Liberal*, em 1923, reconhecia em Castro a presença de três templos, por sua arquitetura e função social, o Colégio, templo do saber, o Club União e Progresso, templo do esporte e da dança, necessários ao bom funcionamento do organismo, e a Igreja, templo da religião. Quanto ao São José, afirmou:

³⁴⁹ « Le collège de Castro date de 1905. La petite ville est au centre du Paraná, sur la ligne Rio de Janeiro – Montevideo, à 260 kilomètres de Curityba. C’est une cité riante, calme, endormie sur les rives d’un fleuve tranquille, le Yapé ; les oiseaux eux-mêmes paraissent participer à cette somnolence ; leur vol est lourd et leur chant paresseux. Il n’est pas rare de ne voir passer âme qui vive, sur la place de l’église, jusqu’à 10 heures du matin. Les rues sont larges, bien pavées, séparées par de grands jardins et de beaux arbres. Le collège comença modestement ; il est actuellement en pleine prospérité sous le gouvernement de mère Joseph-Hermann, aidée de huit religieuses. Il compte 170 élèves dont 80 pensionnaires. On élève, à ce moment, un troisième étage afin d’abriter les jeunes filles qu’on n’a pu recevoir faute de place ».

in TRÉSAL, J. *Les Soeurs de Saint-Joseph...*, *op. cit.* p. 175.

“Templo da instrução, onde a nossa infância recebe as luzes do saber; onde se preparam os futuros homens que serão o baluarte do nosso progresso e as futuras mães que serão o símbolo da virtude e da honra. Como nos sentimos ufanos, orgulhosos e possuídos, quando nos lembramos que a bela cidade de Castro, é dotada de uma jóia tão preciosa; de um templo de cultura intelectual na altura do nosso evoluir”.³⁵⁰

Em 1931, o periódico *O Estudante* elogiava o progresso material da *urbs*, com ajardinamento nas praças, “o piso das ruas sendo todo reformado, o serviço de água vai ser melhorado e o de esgoto será, em breve, uma realidade”.³⁵¹ Neste contexto de progresso material, o editorialista fazia notar que, entretanto, “o verdadeiro progresso está na grandeza moral do povo e que esta grandeza vem da educação e da instrução desse povo.”³⁵² Assim, a medida que consideraria um gesto nobre e digno por parte da administração municipal seria isentar de todos os impostos o Colégio São José, “a pérola mais formosa de Castro”.³⁵³

A interplexão entre ensino e a presença arquitetônica da escola foi também anotada pelo *Castro Jornal*, ao abordar a situação da instrução em Castro, em 1939: “No coração da cidade, em ótima situação topográfica, levantam-se os edifícios do Ginásio Santa Cruz, oficializado, e o Colégio São José. São dois estabelecimentos de ensino que muito se recomendam pela grande freqüência de alunos e pela reconhecida dedicação dos professores.”³⁵⁴

Um antigo morador de Castro, Altamirano Nunes Pereira, ao retornar à cidade, em 1941, após vinte e cinco anos de ausência, indicou, com certa poesia, os elementos urbanos demonstrativos do progresso da urbe que contrastavam com suas lembranças de moço:

“Muito grato é ao nosso espírito e a nossa sensibilidade rever, a meio da vida, os lugares onde embalamos os sonhos e as aspirações da

³⁵⁰ **O Liberal**, nº. 28, 18/11/1923, p. 1.

³⁵¹ **O Estudante**, nº. 4, 30/04/1931, p. 2.

³⁵² *Idem.*

³⁵³ *Idem.*

³⁵⁴ **Castro Jornal**, nº. 446, 16/12/1939, p. 1.

juventude. Há mesmo um mistério suave que enleva, que encanta e que vivifica aquele que se perde na contemplação dos passos perlustrados na fase feliz, em que vivemos da despreocupação. Foi o que senti e o que vou sentindo na suave evocação de meus dias de ‘guri’, que desfrutei nesta cidade boa e hospitaleira que é Castro. (...) Hoje, tudo se mudou, na fatal e necessária transformação para o progresso. Até mesmo as denominações das ruas de outrora, se renovaram e elas tomaram novo sentido. Surgiram, perlongando-se a cidade, ruas modernas de vivendas novas, de calçadas lisas, de luz e de beleza. Colégios e ginásios, casas bancárias, lojas standardizadas, automóveis, ônibus, hotéis confortáveis, imprensa, livrarias, clubes, hospitais, águas minerais – tudo que requinta a civilização!”³⁵⁵

O prédio do Colégio adquiria, dessa forma, mais uma função, a de inspirar pensamentos poéticos e nostálgicos. Neste sentido, veja-se o soneto “De Volta”, de João de Castro,³⁵⁶ em que o São José equipara-se a outros marcos urbanos:

“De novo em minha terra e, ao visitá-la,
Eu sinto que visito o meu passado...
Revejo tudo e ao coração me fala
Tudo o que eu revejo, emocionado.

A natureza, sob um sol doirado,
Cheia de vida, veste-se de gala...
E eu, sem querer sentir, sugestionado,
Vou sentindo o desejo de cantá-la.

“Cruz das Almas”, a praça da matriz,
A igreja, a “ronda”, o “porto”, o “chafariz”,
O “Bom Sucesso” e o rio sempre a correr...

O Campo, a mata, o ribeirão sereno...
E o “colégio das freiras”, tão pequeno,
Quando uma santa me ensinou a ler...”³⁵⁷

Uma das alunas internas da instituição, Therezinha Moura, relatou, em 1954, sua impressão inicial ao deparar-se com o Colégio, que nos indica que o conjunto arquitetônico da escola, à época, sobressaía na paisagem urbana: “Quando cheguei

³⁵⁵ **Castro Jornal**, nº. 503, 18/01/1941, p. 1.

³⁵⁶ Pseudônimo de João Carvalho de Macedo, ex-aluno do São José, então residente no Rio Grande do Sul.

³⁵⁷ **Castro Jornal**, nº. 830, 10/01/1948, p. 1.

aqui em Castro, como fazem todas as pessoas que visitam pela primeira vez um lugar, comecei a olhar curiosa para todos os lados, foi então que notei um prédio predominando sobre os demais, perguntei logo: ‘Que prédio é aquele?’ Alguém me respondeu: ‘É o Colégio São José’.’³⁵⁸ Nesta ocasião, perto de completar cinquenta anos de funcionamento, o Colégio era uma construção praticamente concluída. Com exceção do bloco da educação infantil, inaugurado em 1983, as demais instalações datam da primeira metade do século XX. Como se sabe, o Colégio iniciou em casa existente ao lado esquerdo da Praça da Igreja. Aos poucos, expandiu-se lateralmente e para os fundos, de forma que toda a quadra passou a ser ocupada pela escola, excetuado um lote de 600 m², onde residia a família Carvalho de Macedo. Olhando-se de frente para o Colégio, visto da Praça, tendo a Igreja à nossa direita, descreveremos a expansão do prédio escolar:

A primeira implantação deu-se à esquerda da casa originária, com o intuito de demarcar até a rua lateral abaixo a posição do Colégio. Esta é uma prática construtiva que a Congregação de São José utilizaria em todos os seus prédios e que talvez seja comum a outras escolas confessionais: a de fazer com que as paredes da escola fossem ao mesmo tempo seus limites arquitetônicos e de isolamento das ruas. Áreas livres, como pátios e bosques, ficavam circunscritas ao interior das construções. A primeira implantação em Castro foi feita em dois andares: no piso térreo havia cinco salas de aula, separadas das janelas que olhavam à rua por amplo corredor de acesso. Das salas, portas internas davam acesso ao pátio. Sobre as salas, no andar superior, sem paredes divisórias, instalou-se o dormitório das internas. Ao final do bloco, descendo-se um lance de escadas, acedia-se a um pátio coberto, o *préau*, ao final do qual localizavam-se as salas de música e pintura.

Uma segunda ala foi construída a partir da parte posterior da casa originária, colocando-se de forma perpendicular à primeira estrutura de dois andares. Considerando que o terreno não era plano, mas em declive, ao final deste o prédio do Colégio passou a contar com três andares. Nesta ala, organizou-se de melhor maneira a parte conventual, introduzindo-se espaços de convivência reservados às religiosas;

³⁵⁸ **Castro Jornal**, n.º. 1164, 18/12/1954, p. 1.

estruturou-se o serviço de atendimento das internas e semi-internas, com cozinha e refeitório; e, no subsolo, instalaram-se áreas de serviço tais como lavanderia, dispensa, padaria, depósito. O primeiro salão para apresentações foi aberto no andar superior, além de outras salas de aula.

Com as construções das duas alas concluídas, passou-se à demolição da casa originária e à implantação de uma terceira seção de dois andares que uniria as duas primeiras, além de estender-se à direita, dando a impressão, para quem olha do exterior, tratar-se de uma só estrutura. Neste setor acomodaram-se as salas de caráter administrativo – direção, secretaria, uma sala para recepção de visitantes – o Parlatório, e construiu-se a imponente capela, com uso de madeiras de lei e mármore. Sobre esta terceira ala havia mais salas de aula, que ocasionalmente foram destinadas a funções específicas ou esporádicas – como sala de ciências, ou de ensino de costura, além de um gabinete dentário. Ao fundo do prédio, no segundo pavimento, foi construído, na seqüência, o Salão Nobre, com capacidade para cerca de 450 espectadores.

Para desenvolver sua atividade construtiva, as Irmãs de São José lançavam mão de imigrantes cujos conhecimentos prévios possibilitaram o levantamento, com solidez, de um prédio de grandes dimensões para os padrões castrenses e utilizando técnicas diferenciadas do que se vira até então – em vez das paredes em taipa de pilão, tijolos. Conhecimentos de carpintaria eram também necessários para a estruturação dos segundos pavimentos e telhados, que comportavam sótão com espaço para guarda de objetos. Construiu-se constantemente, por algumas décadas, pelo menos entre os anos 1920 e 1950. Conforme página encontrada de uma caderneta de anotações do construtor Secondo Zan³⁵⁹, os pagamentos eram feitos mensalmente, conforme a disponibilidade do Colégio:

³⁵⁹ Imigrante italiano, nascido em 24 de Agosto de 1869, na povoação de Possagno, região de Treviso. Chegou ao Brasil em 21 de Março de 1891, e a Castro no ano seguinte. Tornou-se abastado cidadão trabalhando como construtor. Informações prestadas por sua neta Antonia Julia Sommer Van Mierlo.

“Cópia da Conta do colégio a 7 de Maio de 1930.
O Collégio fica me devendo

		16:272\$000
		(aa) Irm Josepha
24	Maio recebi	2:272\$000
2	Julho recebi	2:000\$000
12	Agosto recebi	2:000\$000
A meo favor 94 metro quadrado de calçada a		
	14\$000 cada metro son	1:316\$000
	Intrada do portão calçamento pedra	110\$000
	Pilia cimento coberta fossa	80\$000
	Soma	1:506\$000
27	Setembro recebi	2:000\$000
9	Dezembro recebi	1:000\$000
20	Dezembro recebi	3:000\$000
12	Jianeiro 1931 recebi	2:000\$000
4	Fevereiro 1931 recebi	3:500\$000
		<u>17:778\$000 17:772\$000.</u> ”

A Irmã Josepha comentava em Novembro de 1929 os trabalhos de construção no Colégio em carta dirigida a Mariinha Macedo:

“As irmãs Marie Rose e Maria da Luz já estão em Curitiba. As outras partirão ao final do mês. Quanto a mim, é preciso que eu me resigne a fazer meu retiro em Castro: com todos os operários é impossível deixar a casa. O abade Germain está sempre por aqui por causa da construção. O tempo chuvoso atrasou os trabalhos, apesar disto só temos que agradecer a Nosso Senhor as bênçãos que nos concedeu, nenhum acidente até o dia de hoje”.³⁶⁰

³⁶⁰ « Mes soeurs, Marie Rose et Maria da Luz, sont déjà à Curityba. Les autres partiront à la fin du mois. Pour mon compte il faut que je me résigne à faire ma retraite à Castro ; avec tous les ouvriers impossible de laisser la maison. Mr. L'Abbé Germain est toujours ici à cause de la construction. Le temps de pluie a retardé les travaux, malgré cela nous n'avons qu'a remercier N. S. des bienfaits qu'Il nous a accordé, point d'accident jusqu'à ce jour. »

Carta de Soeur Joseph Hermann a Mariinha Macedo, manuscrita, Castro, 23/11/1929. Acervo da Casa Emília Erichsen, Castro.

A movimentação de pedreiros e carpinteiros era, dessa forma, um assunto que fazia parte do cotidiano da escola e que, pela geração de empregos, adensava os laços da instituição com a comunidade. As obras eram também lugar de travessuras para as alunas e internas. Vejamos, quanto a este aspecto, o relato de Juracy Pusch, aluna a partir de 1928:

“Era muito bom, tempo bom, ri muito, toda a vida eu gostei muito de gente alegre, e nós passamos tanto tempo no Colégio, a gente tem saudades. Tem muita coisa: inventaram de fazer uma balança, na entrada tem um pátio, eu não sei por que apareceram dois troncos de árvore grandes no meio do pátio. Esse pátio era bem mais alto do que o segundo pátio. Então as Irmãs proibiam as meninas de brincarem no primeiro pátio, porque sempre alguém saía machucado. Acharam um arame, uma corda, não sei, as crianças são danadas, achavam as coisas, e fizeram dois balanços. Eu voei, tive sorte que não quebrei nada. Depois na construção, tinha aqueles alicerces, tinha um andaime, e nós gostávamos de apostar corrida encima do alicerce. Juracy voou do primeiro pro segundo. Lá foi meu joelho outra vez. As Irmãs me levaram pra dentro, para onde era a enfermagem, lá desinfetaram, passaram álcool. Eu gritei feito uma maluca, na ferida, passar álcool – coitadas, era o recurso, né...”³⁶¹

Maria Zélia Fonseca, aluna desde 1934, também relatou as peripécias das internas nas áreas da construção:

“Ficavam quatro freiras dormindo com as meninas. Não tinha dormitório separado, individual. Era tudo junto e quatro freiras ficavam dormindo também, só que elas dormiam com uma cortina que separava... E daí a gente fazia muita brincadeira. Quando estava em reforma o colégio, aquela parte nova, a gente aprontava muito, a gente saía do dormitório para fazer bagunça... O pedreiro colocou cal, bem no final da escada que eles estavam fazendo. Uma das meninas caiu naquele cal de noite, foi aquela gritaria, porque ela levantou suja de cal, pensaram que era um fantasma, saíram gritando, as freiras, tumultuaram tudo, as freiras não sabiam o que tinha acontecido. Brincadeiras assim, inocentes, digo assim porque perto de hoje são. Para a época foi uma bandidagem. As freiras pensando que já

³⁶¹ Entrevista com Juracy de Carvalho Pusch, em Novembro de 2006, p. 2.

estavam deitadas, elas saíam devagarinho para fazer bagunça, brincar de correr, de se esconder...”³⁶²

Quanto ao aspecto da Capela, após a conclusão das obras, informava o Castro Jornal:

“É uma fina obra de arte, digna portanto de um educandário que honra a cidade, como o é o Colégio São José. O recinto da Capela, de uma suntuosidade sem par, comporta o número de 200 alunas. Nela, lembramo-nos de pedir ao Altíssimo para que conserve e abençoe aquele pugilo de incansáveis batalhadoras que, sem medir sacrifícios, proporcionou à cidade não só um edifício magnífico, como também se empenha no nobre mister de iluminar o caminho de centenas e centenas de crianças que naqueles bancos, recebem instrução para amanhã se tornarem úteis ao próximo.”³⁶³

Também uma das alunas, Nelma Kffouri, cuidou de descrever a Capela, em 1955:

“Seu mais precioso recinto é a Capela, onde se encontra a todo o instante o Sagrado Corpo de Jesus. Deve-se em particular o máximo respeito e veneração a este lugar. O altar tão bem ornado dá a impressão de estarmos, não em uma simples capela, mas em um céu, repleto de alguns coros harmoniosos. O que é também belo neste santuário são os quadros a alto relevo, representando as quatorze estações da Via Sacra e que nos aparecem como cenas verdadeiras.”³⁶⁴

O texto acima transcrito da aluna da Escola Normal revela-nos esta faceta da vida escolar: muitas vezes são os detalhes arquitetônicos e não as práticas pedagógicas que mais chamam a atenção dos alunos, como característicos da instituição que freqüentam. O espaço escolar, com tudo o que representou de diferente das residências dos alunos, com a distribuição do tempo dos alunos em locais diversos no prédio do

³⁶² **Entrevista com Maria Zélia Fonseca**, em Outubro de 2006, p. 6.

³⁶³ **Castro Jornal**, nº. 511, 15/03/1941, p. 1.

³⁶⁴ **Castro Jornal**, nº. 1182, 07/05/1955, p. 1.

Colégio, concedeu a cada um uma imagem, uma lembrança diferenciada. Para Ivone Martins, outra normalista, as atividades escolares dividiam-se entre as classes e a sombra das árvores no pátio:

“Quedemo-nos a olhar por um momento o majestoso edifício que se ergue, imponente, junto à Praça Getúlio Vargas. Só mesmo quem faz parte desta grande família que ali vive, poderia dizer, com exatidão o que se passa no seu interior. Ao viajante que passa, rapidamente, talvez não ocorra a idéia do que é realmente o Colégio. Acha a fachada até um tanto triste com sua parede cinza e janelas verde-escuro. Sim, só mesmo uma aluna dali poderá descrever a vida intensa, a atividade febril que contagia a todos quantos ali penetram. Nas bem instaladas classes, o saber se infiltra como a luz do sol que doura, pela manhã, o Colégio São José. E nas horas de folga, os grandes pátios se povoam da garrulice palpitante de centenas de alunas, mesclando-se ao pipilar alegre dos passarinhos que habitam as velhas árvores. Ah! Quanto nos são úteis estas boas amigas, as árvores. Que fazemos ao sentirmo-nos cansadas ou se, às vezes, o desânimo nos abate o ardor juvenil? Vezes sem número corremos à procura da sombra hospitaleira dessas mudas conselheiras que tão bem se fazem entender. Recobramos ânimo, então, e nos lançamos, de novo à luta, de corpo e alma, de coração aberto para receber as lições tão sabiamente ministradas pelas boas Religiosas. E essas Irmãs? Um caderno inteiro não chegaria se fossemos falar delas como e quanto elas merecem. Que seria do Colégio sem tais pessoas? Por certo já nem existiria, ou talvez vivesse, mas desprovido desta sensação de harmonia que emana de todos os cantos deste querido lar.”³⁶⁵

Ludy Mary Torres Pereira, outra normalista, relembrava o horizonte, “panorama que descortina quando olhamos do andar superior”³⁶⁶ e que “provoca pincéis de artistas”. Maria José Busse, ex-aluna então radicada no Distrito Federal (Rio de Janeiro), enviou ao *Castro Jornal* carta por ocasião do cinquentenário do Colégio, listando suas lembranças, das aulas aos pátios, e também em relação ao dormitório das alunas:

“Vimos recordar neste cinquentenário o mundo de nossa meninice; um muito de nós mesmas que o Colégio guarda. Não deixaremos

³⁶⁵ *Castro Jornal*, nº. 1179, 16/04/1955, p. 1.

³⁶⁶ *Castro Jornal*, nº. 1188, 18/06/1966, p. 4.

nunca de lembrar aquelas salas de aula onde o catecismo e a tabuada eram trazidos na ponta da língua; o francês e o português eram exigidos com capricho. O recolhimento da capela; o refeitório de mesas brancas; o pátio imenso que nos esperava após as aulas, para as conversas, as briguinhas, e as pazes, trocando santinhos que marcavam uma reconciliação ou uma lembrança de despedida para as férias. E os dormitórios? Ah! Eu não queria lembrar aquele *Benedicamus Domine* que no melhor do sono, nas manhãs frias nos tirava da cama. Mas tudo a gente lembra quando fala no Colégio”.³⁶⁷

É claro que as impressões de ex-alunos e visitantes não se devem exclusivamente à estrutura arquitetônica do Colégio, mas também a toda a série de atividades que ali se davam, propiciando formas variadas de convivência entre alunos, professores e funcionárias. Mas, perguntemos, não existisse a estrutura física, tais experiências de socialização poderiam ter acontecido? De um prédio menos agradável ao convívio, talvez as lembranças seriam menos nostálgicas. Encerremos, portanto, a seção, com mais dois poemas, compostos sob inspiração do Colégio São José. Um visitante, José Soares Cardoso, cujo nome nada nos revela de sua procedência, talvez um pai que lá estivera a matricular uma filha, fez publicar sua impressão, em forma de versos:

“No Colégio São José
 Há um clima de poesia
 Dentro de cuja harmonia
 Sentimos mais viva a Fé.
 Aqui nós vemos que é
 Sublime fazer o Bem.
 Aqui sentimos também
 A beleza da Bondade,
 Que possui a claridade
 Que as cousas de Deus contêm.

À nobre Irmã Diretora
 E a toda a Congregação
 Deixo a minha gratidão
 Pela forma acolhedora,
 Distinta e comovedora
 Com que fomos recebidos

³⁶⁷ Castro Jornal, nº. 1202, 24/09/1955, p. 1.

Pelo que, mui comovidos
 A todas, sinceramente,
 Ficamos, eternamente,
 Bastante reconhecidos.³⁶⁸

Eno Teodoro Wanke, ponta-grossense e ex-aluno interno do Colégio Santa Cruz, ao tempo em que residia no Rio de Janeiro, trabalhando como engenheiro da Petrobrás, publicou diversos volumes em prosa e verso. Entre suas poesias, dedicou soneto “A Castro”, no qual as imagens poéticas giram em torno do Colégio:

“Ai, Castro, este soneto que hoje faço
 é todo teu, pois tenho a alma saudosa
 da minha juventude cor-de-rosa
 que adormeceu sonhando em teu regaço...

Agora, que as recordações repasso
 ai, vejo-te, pacata e silenciosa,
 beijada pelo rio, luminosa,
 e os vidros dos meus óculos embaço.

Ai, Castro, dos sorvetes do Pascoal,
 das casas de aparência meio rota,
 da velha e veneranda Catedral,

das missas, onde, ungido em verde fé,
 flertava, de soslaio, uma garota
 interna do Colégio São José!...”³⁶⁹

O Colégio interpôs-se, assim, na paisagem urbana como um monumento arquitetônico, e na alma de ex-alunos e visitantes, como um lugar de memória. Como resumiu a normalista Maria Noronha Corrêa, aos 50 anos do São José: “O seu cinquentenário completa-se com todo o brilho e entusiasmo das mestras e alunas. Que faremos neste Ano ao Colégio São José? Nada poderemos fazer além desta simples homenagem e dizer-lhe como Shakespeare: Para que um monumento ao Colégio São José, ‘se ele já é o monumento e seus alunos o pedestal’?”³⁷⁰

³⁶⁸ **Castro Jornal**, n.º. 1440, 02/07/1960, p. 4.

³⁶⁹ WANKE, Eno Teodoro. A Santa Cruz do Internato. Memórias. Rio de Janeiro: Plaquette, 1993, p. 35.

³⁷⁰ **Castro Jornal**, n.º. 1179, 16/04/1955, p. 1.

4.2. O Colégio São José em Castro: um marco educacional.

Um dos discursos que circularam na imprensa castrense ao longo de algumas décadas, era o de que a cidade, por uma série de fatores concorrentes, seria especialmente favorecida para a prática do ensino. Além da presença dos prédios escolares (São José, Santa Cruz, Instituto Cristão, Escola de Trabalhadores Rurais, todos com internatos, mais o Grupo Escolar) havia outros motivos para preferir Castro como o destino de envio dos estudantes por suas famílias. Vejamos que idéias ou fatos estavam na base desse entendimento, e, a seguir, como o São José inseria-se nesse contexto de cidade vocacionada para o ensino.

Sebastião Paraná, intelectual radicado em Curitiba, autor de inúmeras obras, inclusive livros didáticos, entendia que as características favoráveis a Castro seriam: a fertilidade da terra, o clima salutar e a laboriosidade de seu povo. Vejamos trechos do longo artigo que publicou no *Castro Jornal*, em 1932, explanando como tais condições concorriam a diferenciar a cidade de outros locais no Paraná. Quanto à terra, que recebia imigrantes europeus e que teria por futuro matar a fome daquele continente, afirmou:

“É uma das comunas mais opulentas, mais pingues, mais promitentes, mais dadivosas do Paraná, que é, indubitavelmente, a terra de Canaan. Há, na ampla região castrense, notáveis possibilidades, numerosos elementos de progredimento, dádivas surpreendentes acumuladas pela Natureza. Terras ubertosas para todas as culturas tropicais e intertropicais. Terras que exibem, no húmus poderoso, tesouros intérminos, capazes de promoverem o bem estar, a ventura, a abastança dos proletários, dos infelizes, dos famintos europeus que padecem à míngua de pão e trabalho. Lá, na velha civilização ocidental, a luta porfiada pela vida, a oficina fechada, o desespero dos braços que se cruzam por falta de movimento das tendas que desaparecem dia a dia! Aqui, o sossego, a liberdade, a amplidão das selvas e das campinas em relevo alto no amplexo da esperança com a mais completa fraternidade. (...) A certeza de um porvir promissor, a garantia do futuro da prole, à sombra de prescrições jurídicas forjadas de acordo com as vitórias do Direito moderno. É isto, é tudo isto que o estrangeiro válido e operoso encontra neste recanto augusto do Paraná”.³⁷¹

³⁷¹ *Castro Jornal*, nº. 46, 06/03/1932, p. 1.

Certo exagero das conclusões do geógrafo quanto à produtividade da terra castrense baseava-se em sua análise quanto ao tipo de clima a que a cidade estava sujeita. Quanto a este aspecto, Castro também estaria, para Sebastião Paraná, em posição vantajosa:

“O clima de Castro é salutífero. As quatro estações são perfeitamente regulares. Está a comuna sob a ação do clima temperado, que é o mais favorável à raça humana. Não é o homem aqui escaldado pelo sol equatorial e nem martirizado pela temperatura polar. Não há aqui insolações e nem congelamento. A brandura do meio ambiente garante o sossego individual na labuta cotidiana. Saúde e alegria. ‘Mens sana in corpore sano’.”³⁷²

Tais condições naturais favoráveis de nada serviriam sem que a população castrense delas estivesse disposta a tirar proveito, pelo trabalho constante e bem organizado, o qual resultaria nas boas condições de saúde de seus habitantes:

“Ordeiro e laborioso. Ordeiro por índole. Laborioso porque compreende que o exercício é necessário na vida pública e na privada e entretém o organismo em bom estado, favorece o funcionamento das vísceras e em particular do tubo digestivo, previne a obesidade e descansa o cérebro. Não se registram crimes alarmantes, atentados ao pudor e à virgindade. Instala-se, no tempo determinado, o tribunal popular, sendo em seguida encerrado por falta de processo preparado! Isto é muito significativo e sinal característico dos apreciáveis instintos da coletividade castrense”.³⁷³

Um povo assim trabalhador, segundo esse intelectual, e dispondo de condições geográficas tão favoráveis não poderia deixar de ter escolas em perfeito funcionamento, as quais, como os recursos naturais disponíveis, serviriam também para disseminar a outras partes do país os bons frutos da atividade pedagógica – moças e rapazes destinados a vencer na vida e a colaborar para a grandeza do Brasil:

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

“O serviço de ensino, quer público, quer particular, é satisfatoriamente executado. Escolas boas em todos os ângulos da cidade. Grupo escolar excelente, estabelecimentos ótimos de ensino católico e protestante, que vão forcejando na peleja contra o obscurantismo da infância – grave mal que ainda existe no país e que deve ser atacado sem vacilações e sem tréguas, a bem da perfectibilidade da raça, da dignidade da Pátria e da República.”³⁷⁴

As idéias expressas por Sebastião Paraná seriam, em várias ocasiões, retomadas por outros analistas das condições de vida em Castro, pondo em relevo as condições climáticas em perspectiva à prática de ensino. Se o clima era saudável, e os estudantes residentes estavam aqui a salvo de epidemias e distantes de um excesso de calor que atrapalharia os trabalhos escolares, poucas cidades poderiam oferecer condições semelhantes. A estas considerações acresciam seu posicionamento geográfico, próxima o suficiente de centros maiores para que a viagem de trem não fosse por demais cansativa e acessível também aos povoamentos menos desenvolvidos, ao norte e oeste do Paraná, estes desprovidos de estabelecimentos escolares.

O jornalista Pedro Kaled, paraninfo da turma de ginásianas do São José em 1936, retomou a temática da propriedade de Castro para o ensino nas seguintes palavras:

“Se os meus nobres ouvintes mais exigentes fossem, eu pediria que por mim falassem as grandezas do nosso território, do formoso Vale do Iapó, as quais são um rosário infindável de grandezas materiais e morais. Em primeiro lugar falaria o clima da terra, num eterno aceno convidativo, a confirmar a excelência em que é tido, qualidade, ou condição esta que é primacial para que numa região vinguem e prosperem empreendimentos e atividades humanos. Falariam as belezas naturais da terra, situada em altitude invejável, banhada pelos caprichosos ribeiros e pelo atraente Iapó, incansáveis no seu brando murmúrio, duradoira prece de agradecimento ao Criador, que foi generoso, muito generoso, à vista de tantos benefícios derramados neste recanto privilegiado de nosso Paraná. (...) Falaria a instrução disseminada pela terra em casas de ensino que são para nós motivos de justificado orgulho. E a vossa escola, o Colégio São José, que além de vos ter ministrado os ensinamentos que tendes, deu-vos uma educação que vos servirá ao mesmo tempo de escudo e de lança nos

³⁷⁴ Idem.

embates que ides ter além, transformando-vos em baluartes irreduzíveis das vossas convicções espirituais. O Colégio de São José é *leader* dos nossos Colégios, pela sua antiguidade, pela freqüência de maior número de alunos, pela formosa educação espiritual que inclui na alma e no cérebro das futuras gerações.”³⁷⁵

Em Dezembro de 1940, o *Castro Jornal* propunha em seu editorial apelidar-se a cidade com o cognome de Atenas Paranaense³⁷⁶, tendo em vista a excelência de seus estabelecimentos de ensino. Vejamos a justificativa do hebdomadário:

“Quem se dá ao trabalho de examinar a situação em que se encontra a Cidade e o Município com relação ao palpitante assunto do ensino, tem logo a sensação do desafogo e da confiança. Realmente, não são para menos os sucessos constatados entre nós, no vasto e importantíssimo campo da instrução neste fim de ano. Quem assistiu à empolgante cena da colação de grau dos bacharelados do Ginásio de Santa Cruz nas dependências do renomado Colégio de São José; (...) quem excursionou pelo Município e *de visu* verificou o grande número de escolas primárias espalhadas pela região a dentro e o aproveitamento admirável das nossas crianças caboclas; (...) quem teve ocasião de ver a lufa-lufa entre a garotada da Escola Rural ‘Olegário Macedo’, tem a grata impressão de que Castro já vai merecendo a alcunha de ‘Atenas Paranaense’. Muito mais valioso este apelido do que o de ‘Rainha do Iapó’. Se por um lado a ‘Rainha do Iapó’ tem a adornar-lhe a majestade não somente a fertilidade espantosa da terra como também o admirável clima que se desfruta, o que é de muita valia; a ‘Atenas Paranaense’ tem, por outro lado, a justificar o título, esse movimento sadio e patriótico, intenso e grandioso, que se nota na ampla esfera das conquistas do espírito, o que lhe dá mais alto valor. Maior será ainda a confiança nos destinos de Castro quando se transformarem em vivificadoras realidades os grandes projetos da instalação, nesta cidade, em dias bem próximos, da Escola Normal e do Seminário Diocesano.”³⁷⁷

³⁷⁵ *Castro Jornal*, n.º. 291, 12/12/1936, pp.1-4.

³⁷⁶ Interessante notar que na primeira metade do século XX, a cidade de Juiz de Fora ganharia a alcunha pela imprensa local de Atenas Mineira. *Cfe.* BRAGA, Marina Fernandes. Arquitetura e Espaço Escolar na “Atenas Mineira”: os Grupos Escolares de Juiz de Fora (1907-1927). Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: UFPR, 2008.

³⁷⁷ *Castro Jornal*, n.º. 497, 07/12/1940, p. 1.

Em 1952, o discurso conectando salubridade e ensino retornaria mais uma vez nas palavras do ex-aluno do Santa Cruz, Moacyr Silva, que escrevia de sua cidade ao norte do Paraná, Siqueira Campos:

“Alguns que lerem esta modesta reportagem vão julgá-la um tanto pitoresca; mas ela traduz uma sincera homenagem a esta cidade inefável. Castro pode ser considerada uma grande cidade, abençoada por Deus, verdadeira dádiva dos céus, clima salutar, podendo apresentar o conforto de uma metrópole e atender às contingências mais urgentes. Não vamos nesta modesta apoteose, generalizar suas grandes ramificações da atividade humana nem descrever o que o cenário pode oferecer de bem estar a seus habitantes. (...) Ponto peculiar a se fazer menção é o Colégio Diocesano Santa Cruz e o Colégio de São José, onde seguem anos após anos chusmas de alunos para estudar nestes estabelecimentos de ensino, usufruir daquelas fontes inesgotáveis do saber.”³⁷⁸

Pedro Kaled retomaria as mesmas idéias, em 1955, ao comentar os cinquenta anos de atividades do colégio:

“Que o Colégio de São José, de Castro, é uma afirmação completa, com relação a estabelecimentos de ensino e educacionais de primeira grandeza, não só em nossa cidade, como no Paraná, ninguém pode contestar. Seus cinquenta anos de profícuas atividades entre nós o atestam cabalmente. Servindo ao centro, ao norte e ao sul do Estado, tem sido este educandário forte alavanca a aluir o nosso grande obstáculo: o analfabetismo, injetando no organismo de nossa juventude a mais sadia educação. Instalado neste exuberante recanto da Pátria, que está sempre a oferecer excelente clima, esta prerrogativa é mais um irrecusável convite aos pais no sentido de encaminhamento dos filhos na vida estudantil.”³⁷⁹

Dentro deste entendimento pacífico de que a cidade seria apropriada para a prática docente, caberia a suas escolas, em geral, e ao São José, em particular, na condição de estabelecimento mais antigo e com maior número de alunos, atuar de

³⁷⁸ **Castro Jornal**, nº. 1025, 23/02/1952, p. 1.

³⁷⁹ **Castro Jornal**, nº. 1200, 10/09/1955, p. 1.

forma a confirmar este entendimento. Isto acontecia em pelo menos quatro frentes: pelo anúncio dos sucessos de seus alunos em outras instituições escolares, de grau mais avançado, em cidades diversas; pela formalidade com que se revestiam as solenidades anuais de formaturas no São José, presididas por autoridades civis, militares e eclesiásticas; pelo cuidado na manutenção da escola quanto à sua organização e higiene, o que incluía o funcionamento do internato, o qual capacitava o Colégio a receber alunas de outras localidades; e pela disciplina escolar extremada sob a qual os trabalhos pedagógicos eram desenvolvidos. Estes aspectos ocasionalmente surgiam nos relatos de imprensa juntamente aos encômios às condições da cidade que influíam positivamente no bom andamento do ensino. Vejamos alguns exemplos. Quanto à eficiência do ensino do Colégio, resultando em sucessos posteriores de suas ex-alunas, o Castro Jornal informava em Abril de 1939:

“Para corroborar o notável conceito de que goza o Colégio São José, desta cidade, estabelecimento que constitui, para nós, motivo de justo orgulho, bastaria a preferência a ele dispensada pelo avultado número de alunos que dispõe. Dirigido pela Irmandade de São José, há muitos anos que a população infantil de Castro e de outras localidades paranaenses vem usufruindo as vantagens decorrentes de um ensino metódico, eficiente e ministrado a capricho. Para colocar em alto relevo a ação das educadoras do Colégio São José, basta citar o fato por demais expressivo e eloqüente nos exames prestados em Curitiba, no Ginásio Paranaense. Mais de 400 alunos deste e de outros Estados foram submetidos a exame, sendo aprovados, apenas, o reduzido número de 45. O Colégio São José se fez representar por três alunas que terminaram o curso, sendo todas aprovadas com calorosos elogios da banca examinadora. Foram estas as senhorinhas Idalina Bueno, Odilair Casella e Lucrecia Signorelli.”³⁸⁰

Em relação ao aspecto do sucesso nos estudos posteriores, relatou-nos Adelina Casella, aluna do Colégio a partir de 1929, sobre ela e suas irmãs, Maria da Glória, Maria Zélia e Teresina: “O ensino que elas davam era uma base muito boa, tanto que nós entramos na faculdade com muita facilidade. Eu e minhas irmãs fomos as primeiras mulheres castrenses formadas em curso superior. Eu e a Teresina fomos as

³⁸⁰ **Castro Jornal**, n.º. 411, 12/04/1939, p. 4.

primeira dentistas; a Maria da Glória, a primeira farmacêutica-laboratorista; e a Maria Zélia foi a primeira médica”.³⁸¹

Quanto ao avanço cultural da cidade, propiciado pelo São José, o qual se deixava entrever nas festas de formatura, observemos o relato da colação de grau de 1931. Neste evento, que contou com a presença do Bispo Diocesano, a menção à coroação das alunas não se tratou de mera figura de linguagem utilizada pelo jornal, mas da imposição de coroas de papel em forma de folhas de louro. Houve discurso de José Mansur Guérios³⁸², e números musicais executados pelas alunas, sem esquecer-se da execução do Hino Nacional:

“Realizou-se no dia 12 do corrente a festa de encerramento das aulas no Colégio São José, modelar estabelecimento de educação e ensino, superiormente dirigido pelas virtuosas Irmãs de São José, bem como a entrega dos diplomas e solene coroação das alunas que concluíram o curso. Não cabe nos estreitos moldes de uma notícia, dizer o que foi esta festa encantadora, que a todos deixou viva saudade, e que nos deu, mais uma vez, o ensejo de verificar que Castro não é somente a cidade poética e sorridente que todos proclamam como a mais formosa e de clima invejável do Estado, mas também a cidade culta, a cidade civilizada, que conta com elementos intelectuais e de arte, não muito comuns”.³⁸³

João Carvalho de Macedo, aluno na década de 1920, por ocasião do cinquentenário do Colégio, cuidou de sublinhar o aspecto da qualidade do trabalho das Irmãs, que teria propiciado o desenvolvimento da instituição:

“Examinando a atuação das dirigentes do Colégio São José – sábia e eficiente – ninguém se admira de que ao festejar o seu 50º aniversário tenha o grande estabelecimento de ensino atingido o grau de desenvolvimento que alcançou. É uma verdadeira consagração a que assistimos. Ali, no ‘São José’, há um grande exemplo de operosidade

³⁸¹ **Entrevista de Adelina Casella Mora**, em Novembro de 2006, p. 3.

³⁸² José Farani Mansur Guérios, natural da cidade de Curitiba, Paraná, onde nasceu em 7 de novembro de 1905. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná em 1930. Literato, foi um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes, em Curitiba, de orientação católica.

³⁸³ **Castro Jornal**, nº. 31, 15/11/1931, pp. 3-4.

e de trabalho. Contrastando com a apatia de uma cidade pequena, a sua administração realizou milagres. Fez prosperar, expandir-se de tal forma o Colégio, que hoje a cidade inteira se orgulha do ‘Colégio das Irmãs’. Não é só a cidade; é todo o Estado, especialmente, o Norte, que reconhece a extraordinária eficiência da educação e da cultura ministradas sob o teto amigo da grande instituição que possuímos. E, por isso, o seu nome se projeta, fazendo crescer e dilatar-se o merecido conceito que desfruta na coletividade paranaense”.³⁸⁴

O ex-aluno Fioravante Flores, no Colégio desde 1933, em depoimento prestado, afirmou quanto ao comportamento escolar imposta pelas Irmãs: “Meu pai sempre deu prioridade para o Colégio São José, por causa da conduta, da disciplina, do respeito que os que estudavam lá tinham, dizia, por causa das freiras. (...) No São José sempre houve muita disciplina, por causa do respeito para com as freiras, então, a disciplina era um tanto rigorosa. Tínhamos inclusive aulas de polidez”.³⁸⁵ O aspecto de disciplinamento dos alunos para a vida não poderia deixar de ter ressonâncias também quanto à idéia de que, bem formados, os estudantes retribuiriam com suas ações concretas para a grandeza da pátria. É o que Ibê, articulista do *Castro Jornal*, por exemplo, afirmou em 1934, após assistir as solenidades de formatura:

“Ao retirarmo-nos levamos indelevelmente gravados na memória não somente os agradáveis instantes de prazer proporcionados à alma, mas, e acima de tudo, o espírito de abnegação, a capacidade de educar e instruir, o esforço imenso dessas beneméritas da Pátria, as religiosas de São José. Artistas sublimes, elas, as Irmãs de São José – formando almas para os embates do futuro, incutindo no espírito de suas educandas os ensinamentos de uma moral sã e de um patriotismo elevado, se tornam merecedoras da gratidão de todo castrense e do apoio de quantos se interessam pela grandeza, pelo progresso do Brasil.”³⁸⁶

Avançava assim o Colégio São José, ao longo do século XX, interpondo seu modelo de ensino, construído no século anterior na França, de forma a corresponder

³⁸⁴ *Castro Jornal*, nº. 1198, 27/08/1955, p. 1.

³⁸⁵ *Entrevista de Fioravante Flores*, em Novembro de 2006, p. 3.

³⁸⁶ *Castro Jornal*, nº. 188, 08/12/1934, p. 1.

aos anseios da população castrense, adensando uma reputação que ultrapassava as fronteiras do município e contribuía para o bom conceito que este eventualmente gozava no Estado do Paraná. Como, neste exemplo, em que sobre o Colégio referiu-se o Anuário A Voz do Paraná, publicado em Curitiba, em 1939:

“Este estabelecimento dirigido com proficiência absoluta pelas Irmãs da Congregação de São José, há mais de 30 anos vem prestando à população infantil do Estado do Paraná os mais relevantes serviços. (...) Com internato, externato, e semi-internato, o Colégio São José de Castro, pela sua orientação criteriosa, pela ordem e pela disciplina reinantes, pelo ensino metódico e eficiente que ministra, está fadado a colocar-se entre os primeiros estabelecimentos congêneres do nosso Estado”.³⁸⁷

Destarte, mais que qualquer outra escola existente no município, ao longo do século XX, o São José soube encarnar as qualidades propaladas pelos cronistas castrenses como desejadas por sua população e sinalizadoras do progresso e desenvolvimento da cidade, mostrando-se como uma escola de ótimo desempenho, instalada na localização geográfica mais favorável para sua atuação.

³⁸⁷ **A Voz do Paraná**, número especial sobre Castro, 1939. Curitiba: sem indicação de gráfica e páginas.

4.3. O Colégio São José e as práticas religiosas e caritativas.

O Colégio São José de Castro era uma escola confessional católica. Isto implicou em que, paralelamente à prática do ensino nos diversos cursos que ministrou, houvesse, a todo o tempo, o ensinamento dos dogmas da religião católica, nos moldes em que a Igreja Católica o prescrevia, ao longo do século XX. Para isso, o Colégio contava com sua própria Capela e localizava-se a poucos metros da Igreja Matriz de Castro, locais onde seus alunos participavam de toda espécie de cerimônias católicas, algumas vezes por semana, e, mormente nas datas religiosas festivas. Em seu diário de memórias, Eno Teodoro Wanke anotou as impressões dos alunos do Santa Cruz quanto à missa matinal na Matriz, no frios meses de inverno, cerimônia compartilhada pelas alunas do São José:

“Duas vezes por semana, às quartas e sextas-feiras, havia missa. Aí, a hora de acordar era seis da manhã. Na primeira sexta-feira do mês, havia comunhão. Como era difícil levantar no frio do inverno! (...) Íamos para a missa em fila, ainda sonolentos, pela hoje rua Carlos Decker, até à Catedral, a dois quarteirões dali. A cidade ainda estava escura e silenciosa naquela hora. De um lado da igreja, ficávamos nós, bocejando. Do outro lado, as meninas internas do Ginásio São José, também caíndo de sono, coitadas. A missa, na época, era uma coisa muito aborrecida e triste. Rezada em latim, consistia, em resumo, em ficar espiando o padre se movendo em frente ao altar, de costas para o público, resmungando coisas ininteligíveis, enquanto o coroinha, de vez em quando, agitava a sineta para que mudássemos de posição: ajoelhados, de pé ou sentados. Aquilo em jejum era quase intolerável. Eu me sentia mal, às vezes quase desmaiava. Fiquei tão revoltado e marcado por aquela missa que, ao sair do internato, prometi a mim mesmo jamais voltar a assistir uma...”³⁸⁸

A presença dos alunos do São José e do Santa Cruz com regularidade nas cerimônias da Igreja local servia ao projeto normatizador do clero de romanizar as práticas católicas, distanciando-as de feições populares menos acordes à ritualística então proposta pela Cúria Romana. Por um lado, dava-se ênfase à dispensação regular

³⁸⁸ WANKE, E. T. *op. cit.*, pp. 34-35.

dos sacramentos, pelos sacerdotes: a comunhão, na Missa, precedida pela confissão dos pecados; batizados; casamentos; crisma, quando da visita do Bispo. Por outro lado, procurava-se redirecionar os festejos do calendário católico, diminuindo o papel dos “festeiros”, antigos patrocinadores e organizadores das festas, de forma a possibilitar à própria Igreja, através de seus agentes, o controle do que se passava nas comemorações, eliminando aspectos não-religiosos e excessos que costumavam ocorrer.

Com a frequência às missas semanais, o sacramento que estava mais próximo ao cotidiano escolar era a comunhão ou eucaristia. Para se poder participar deste momento ao final das missas, era preciso passar por um curso prévio, denominado catequese, confessar-se, livrando-se dos pecados e culpas, e estar em jejum. A Primeira Comunhão, ocasião solene que dava acesso às crianças ao sacramento, era realizada na idade de mais ou menos dez anos. Neste ensejo, usavam-se vestimentas especiais, festivas, o que incluía por vezes, para as meninas, grinaldas, véus e túnicas brancas. Vejamos o que Vitor Grein, o pai de uma das alunas, escreveu em 1934, ao ver sua filha adentrar a Igreja para a primeira comunhão, e que o *Castro Jornal* publicou em 1961, na coluna *Velhas Páginas*:

“Ao ver vocês entrarem (e eram quase cem) com seus véus e suas grinaldas, os vestidos de neve longos até os pés, dir-se-ia que uma revoada de anjos, entre lírios e palmas, luzes e cantos, descera dos céus e invadira a nave. Enquanto no altar-mor o sacerdote celebrava a missa, o coro daquelas cem vozes enchia o espaço, ora congregadas em preces a Jesus, ora renovando as promessas já feitas quando daquele outro sacramento por igual augusto – o batismo. Que pediam vocês, cândidas alminhas em botão, naquelas orações? Certamente que Jesus fosse sempre o mesmo de hoje. Porque Jesus tem sempre a nossa idade... Ou melhor: representamo-lo segundo o nosso estado de alma. O de vocês é o Jesus menino, loiro, rosado, nos braços de sua santa mãe, a fazer-lhe carícias.”³⁸⁹

A imagem de um grupo de crianças em tenra idade, vestidas de branco, sinceramente concentradas na cerimônia que se desenrolava tendo-os como figuras

³⁸⁹ *Castro Jornal*, n.º. 1671, 22/05/1961, p. 2.

centrais, era ocasião propícia para que os operadores locais da fé católica, padres e Irmãos de São José, tratassem de engrossar as fileiras de freqüentadores das prédicas religiosas. O Colégio sempre esteve envolvido nos preparativos da Primeira Comunhão. Nas salas de aula da instituição, aos sábados à tarde, eram ministradas as aulas de catequese. Por muitos anos, após a cerimônia, o desjejum, um farto lanche após a missa solene, era servido no São José. Vejamos mais um relato da primeira eucaristia, este referente ao ano de 1949, em que o articulista, sob o pseudônimo de Taumaturgo, relacionou a freqüência das crianças à Igreja a um bom comportamento escolar e perante suas famílias:

“Realizou-se na *Dominga in albis*, em nossa majestosa Matriz de Sant’Ana, a Primeira Comunhão das crianças desta cidade e arredores, neste ano. Com o devido carinho que o nosso incansável Vigário dispensou a este soleníssimo ato, 80 crianças, meninos e meninas, receberam pela primeira vez em seus coraçõezinhos a Jesus Hóstia. A Santa Missa desta Primeira Comunhão ficará em nossa memória, inapagável, por ter sido um Ofício Divino grandioso, cheio de fé e onde aqueles coraçõezinhos inocentes e puros, acercaram-se com todo o fervor da Sagrada Mesa Eucarística, o que edificou a todos e encheu de júbilo os seus venturosos pais que os acompanharam neste primeiro soleníssimo ato de consciência de seus queridos filhinhos. (...) Cabe agora aos pais dessas felizes crianças, que a boa semente das virtudes plantadas com tanto zelo e carinho pelas dedicadas catequistas nesses corações e pela posse de Jesus dessas inocentes almas brancas, jamais sejam arrancadas pelo abandono das práticas religiosas, ou pisoteadas pelo indiferentismo à religião, ou desvirtuadas pelas más companhias e pela péssima literatura infantil, os quais tornam os filhos perversos, desobedientes aos pais e professores, e surdos ao eco das amorosas palavras de Jesus: - ‘deixai que as criancinhas venham a mim’...”³⁹⁰

A realização de cerimônias solenes destinava-se a preencher o tempo dos fiéis, evitando que as festas religiosas servissem de ocasião a condutas não sancionadas pela Igreja. Aos poucos, ao longo do século XX, dar-se-ia o deslocamento da organização de tais festividades da responsabilidade dos “festeiros” em suas residências, para o recinto da Igreja, com participação dos alunos dos colégios confessionais. Embora o

³⁹⁰ Castro Jornal, n.º. 897, 30/04/1949, p. 1.

propósito fosse o mesmo, de arrecadação de fundos para a manutenção do templo, o caráter laico das festas deveria dar lugar a formulações mais clericizadas. Mesmo com ampla participação popular, isto deveria passar a acontecer via associações pias e estudantes católicos. Vejamos o que os párocos castrenses cuidavam de combater. Sob o pseudônimo Juquinha Pimpão, o teatrólogo Francisco de Assis Andrade descreveu-nos a Festa do Divino Espírito Santo, no ano de 1905, coincidentemente o da chegada das Irmãs a Castro, como evento de caráter popular, e o fez imitando o dialeto caipira, do interior do município:

“Há bem ano que não venho na cidade. Des que o dotô Xavié foi anomeado pela segunda veis o governadô do estado. Quanta coisa se tem dado. Agora co as notícia que D. Marianna e nho Otto ião fasê um festão de arromba, me apinchei no lombo da biriva e saí do mato e vim porque sô muito devoto do Divino. Puxa, que fiquei de boca abrida quando intrei na igreja. Vi tanta fror, tanto santo, tanta moça, tanta vela, e tudo tão infeitado que parecia um céu aberto. Eu bem disse que os festero fasião uma coisa boa. Nhá Dona Marianna tem visto muita igreja bonita, muita festa, e por isso sabe o que fais. Nho Otto nem se fala, tem visto barburidade por esse mundo do Christo. A igreja tava apinhada de moça com cada chapéu infeitado que parecia um andô. Mas o que me inlevô foi a cantiga das moça. Agora sim a gente tem prasê de ouvi cantá, não é como dantes que era só voz de fruta rachada. Nho Taviano, o fio do compadre chefe, é um descoronado no órgo e feis aquela orquestra que é um gosto. Saí no meio do povaréu pra levá a bandera e a coroa. Fiquei invorvido no meio de tanta moça de colarinho, que puxava o vestido pra diante que era uma judiaria. Espiavão pra os moço e davão risada que até eu fiquei co coração batendo. Comi doce na casa dos festero e me arregalei de bebê vinho e licô que fiqui meio no ganço. Apreciei muito a banda de nho Beditinho. Tudo fardado e tocando moda que fais a gente chorá. Até dancei na frente dando viva pra tudo. Depois me arrecolhi pro mercado, onde durmi sozinho.”³⁹¹

Numa Castro de poucos eventos públicos, ao início do século XX, as quermesses religiosas – Semana Santa, do Divino Espírito Santo e da padroeira Sant’Ana –, eram ocasiões de movimentação popular em que os moradores da zona rural aproveitavam para afluir à cidade e apreciar não só o que era canônico e

³⁹¹ **O Teatro**, n.º. 03, 30/07/1905, pp. 1-2.

religioso. Assim é que, terminadas as festas, a cidade ressentia-se do bulício e agitação. É o que nos relata outro cronista, que assinou Euqreuqubla, em 1916, também sobre a festa do Divino:

“Acabou-se a festa. É a frase desconsolada e lamentosa que se tem repetido esta semana. Acabou-se! Toda aquela agitação brilhante que se apercebia na cidade – um como que tumulto de tanta gente que sorria, porque todos sorriam – uma magnificência fictícia que, depois de passada, perdura ainda festivamente na imaginação sonolenta de todos os festantes. Tudo isso se perdeu no confuso turbilhão das cousas... que vão ficando atrás... O espírito de cada um, que volta à monotonia do viver quotidiano, assemelha-se à flecha do foguete que subiu..., subiu entre fogos e cores e vem caindo... caindo... leviana e vagarosamente a assentar-se na humildade do solo. Agora, tudo é tranqüilo. Quem viu a cidade em rumorosa alegria; as crianças aguardando o começo dos festejos; os rapazes combinando para se apresentarem mui *chics* e dengosos; os velhos, atormentados atrozmente, uns, pelas filhas, outros, pelos afilhados, outros, pelos netos; as moças – esse corpo coletivo, que só vive e respira distrações – falando, questionando, zangando-se, dando enormes *tesouradas* umas nas outras, tornando-se loucas de prazeres, acalentando no coração um desejo veemente, exigindo dos pais, irmãos, maridos, mais um vestido *pschut*, umas botinas a duas cores, ou a Luiz XV, fitas, rendas, enfeites, e até... aqui para que ninguém nos ouça... as solterinhas, indicando, por um meio de todos conhecido, aos enamorados, o ponto em que deviam se encontrar para melhor trocarem um olhar, um apertozinho de mão, enrubescerem, fazerem novos protestos... a *morderem os lábios, piscarem um dente*. Quem viu a cidade em rumorosa alegria, que ainda há pouco volitava animada e a observa já restituída à serenidade de seus hábitos mais duradouros, imagina-se diante da vivenda espaçosa onde por ventura pernitoou uma comitiva ruidosa de folgazões viandantes, que encheu de música e de luz, de cantos e de riso, para deixá-la depois entregue ao silêncio e às aranhas. As ruas têm um aspecto fatigado: parece que as casas bocejam pelas janelas e cobertas de pó e vestidas com uns restos de ornamentos, estão pendentes e tristes como os que voltam de uma madrugada de orgia...”³⁹²

É compreensível que as Irmãs de São José, uma vez feitas responsáveis por dezenas de alunas confiadas à sua guarda pelos pais, não franqueariam seu acesso a festas em que algum acontecimento pudesse comprometer moralmente as meninas ou

³⁹² **Echo de Castro**, n.º. 09, 18/16/1916, pp. 1-2.

a imagem do Colégio. Em consequência, toda sorte de interdições eram estabelecidas, visando a pureza moral das alunas, em especial das internas. Já em 1906, a imprensa castrense protestava quanto à proibição das estudantes de freqüentarem bailes. Sob o pseudônimo Faustino, um cronista do Jornal O Município, relatava diálogo, talvez fictício, com uma das alunas do São José, à saída de um dia de aulas:

“As interessantes meninas e simpáticas senhoritas, alunas do colégio de São José saiam deste, em borbotões, cabisbaixas, pensativas... De longe, pus minha calva à mostra, e, respeitoso, cumprimentei-as... Nem a harmonia de um riso, nem a sonoridade de uma voz!... Tão silenciosas!... Haveria castigo no colégio? Duvidei. – Por que vão assim tristes, Excelentíssimas? Então uma menina alta e baixa, morena, bem clara, de olhos azuis, cabelos louros, ondulados e pretos, contou-me baixinho, chorosa, pedindo segredo, quase tremendo... Oh!!!?... Abri a boca, e caí das nuvens, de olhos estanhados!.. quase chorei também de dó das pequenas. Querem saber o motivo de tal tristeza? Eu prometi segredo, mas peço aos leitores desta palestra não dizerem nada a ninguém. O caso foi esse: as Irmãs de Caridade, professoras do colégio, fizeram as alunas prestar um juramento de não irem mais a bailes e nem a espetáculo!.. Homem essa!?!.. Ora isto não pode ser! É um abuso de poder insensato, uma arbitrariedade cometida em nome da religião!.. Rogo, portanto, às excelentíssimas Irmãs, que façam as alunas desjurar, por que tal compromisso elas não podem tomar. Eu tenho uma neta que freqüenta o colégio, mas o meu gosto, o meu maior prazer, a minha vontade, é vê-la dançar no ‘Cassino’ com tanta graça, a valsa americana. (...) Havia de ter graça. Eu arrastando asa na sala à minha Genoveva, às donas Perpétuas dançando, e as coitadas das moças, em casa, na solidão do quarto, desfiando o rosário!.. Bem dizia a defunta minha avó que quanto mais se aprende mais asneiras se faz.”³⁹³

Outro articulista, João Frade de Azambuja, na mesma folha, adotando a posição de um pai de aluna, talvez falsamente, insistia no assunto dos bailes proibidos:

“O fato é que chegou-me, cá em casa, muito em reserva, a notícia de que as exmas. caridosas irmãs, fizeram suas alunas prestar um juramento ante elas para não freqüentarem bailes, teatros, etc. A ser verdade acho isso um exagero de zelo pelo recatamento e penso que o preparo de qualquer moça não consiste em negar-lhe a

³⁹³ O Município, n.º. 20, 23/09/1906, p. 2.

expansibilidade de seu espírito, própria da idade, privando-a de reuniões íntimas e familiares. Ora, sr. Redator, eu que tenho minha filha, que é meu ídolo, a minha felicidade, sendo convidado a ir a um baile ou a assistir um espetáculo, em cumprimento ao tal juramento, terei de deixá-la em casa, com a criada ouvindo histórias de *lobis-home* ou recolhida a seus aposentos contando e sempre contando os *capiás* do seu extenso rosário? Penso que ninguém terá mais amor e zelo pela minha filha do que eu como pai, e por isso mesmo, mais cuidado e respeito pela sua pureza e nobreza de seus sentimentos. Hão de desculpar-me as exmas. Irmãs: esse juramento importa uma das maiores bobices de sua parte; concordo que sejam boas professoras, não lh'as nego a competência, porém, isso de querer tomar a si o que depende exclusivamente da família – o amor, isso nunca, porque talvez o ignorem. Que elas inutilizem o tal juramento irrisório, é o meu desejo e fiquem certas de que nenhum mal advirá às suas alunas porque possuem quem mais se interesse pelas suas honras e seu futuro – são os seus extremosos pais.”³⁹⁴

As proibições, cuja justificativa era evitar que as alunas tivessem contato com influências que pudessem desviar-lhes ou distrai-lhes do estudo e das práticas religiosas, ainda que descontentassem alguns, e, por certo, as próprias alunas, continuariam. Vejamos o que nos relatou a aluna Aracy Pianowski, no São José a partir de 1956, quanto a uma ida ao cinema local, sem a devida autorização, ao final da década de 1950:

“A gente podia sair um domingo por mês na casa de uma família, mas tínhamos que voltar às seis da tarde. E num desses domingos, estava passando no cinema o filme, Adeus às Armas, e era com o Rock Hudson, que era o máximo na época, nós todas combinamos de ficar para ir ao cinema, as da Escola Normal, acho que do terceiro ano podiam ficar, receberam ordem de poder ficar, mas eu ainda não estava no terceiro ano, não me lembro se eu estava na oitava série ainda ou se eu estava no primeiro ou segundo ano da Escola Normal, sei que eu não estava autorizada a ficar. Mas aí eu disse: - eu vou ficar, elas nem vão perceber. Estou lá vendo o filme, de repente interromperam a apresentação e anunciaram em alta voz, - pedimos a presença da senhorita Aracy Matias à sala de espera. Meu Deus, foi um pavor, porque eu estava sentada com o namorado, que hoje é meu marido há 45 anos, e que quis assumir ali o ato, eu disse, não por favor, você fique aqui escondidinho, que eu vou lá conversar com as

³⁹⁴ O Município, n.º. 20, 23/09/1906, p. 3.

Irmãs. Quando eu saí, ali, no hall da entrada do cinema, no Plaza, então quando eu saí estavam ali a Irmã Gema e a Irmã Solange me esperando, me disseram: - O quê que você está fazendo aqui, que não está no Colégio, vamos já embora. E eu saí caladinha, nem aceitei desculpas. Daí no outro dia é que eu fui explicar, inventar uma história, mas não colou, ganhei vinte dias de castigos nos corredores, em todos os recreios, quando houvesse recreio, ao invés de eu ficar no recreio, eu deveria ficar no corredor estudando alguma lição, fazendo alguma tarefa, fiquei assim muito marcada, foi uma coisa, uma infração gravíssima. Meu pai apareceu no colégio e eu fui pro Parlatório, eles chamavam Parlatório a sala onde a gente recebia os parentes, e veio a Irmã Superiora e contou pra ele que eu era um horror, que eu fui uma indisciplinada e pá pá pá, quando ela se virou, ele olhou pra mim e disse: - Não ligue. Aquilo me deu muita força, um ânimo, puxa, eu estava me sentindo arrasada, né, e ele foi a Ponta Grossa resolver alguns negócios e à noitinha eu já tinha ido até deitar de tão desolada, e à noitinha ele voltou e pediu pra Madre se eu podia ir dormir no hotel com ele. Quando os pais vinham visitar, mesmo que não fosse dia de saída a gente podia sair, com os pais podia sempre, então ela permitiu que eu saísse, e daí o que é que meu pai fez, ele inventou de ficar posando em Castro só pra me levar ao cinema, daí eu fui no cinema e ainda depois fui no Paschoal tomar uma bela Margarida.³⁹⁵ Me senti muito feliz aquele dia, um educador podia dizer que meu pai errou, que ele não podia tirar a autoridade da Irmã, mas pra mim foi maravilhoso porque em nenhum momento ele disse, as Irmãs estão erradas, você é boazinha, você devia ter feito isso mesmo. Ele não falou isso, mas ele mostrou assim, uma compreensão, uma generosidade que não me deixou querer ser ruim por conta disso, ao contrário me fez ver que o mundo era bom, que eu tinha um amigo, que eu era amada, foi muito bom pra mim.”³⁹⁶

Se por um lado se proibia, por outro se tratava de criar atividades que envolvessem alunas e ex-alunas na vida paroquial. Para as solteiras, tomar parte na Associação das Filhas de Maria era o mais apropriado. Para as senhoras casadas, a sociedade pia preferida era o Apostolado da Oração. Para os homens, organizou-se, a partir de 1927, a Congregação Mariana. Mais ao final do século XX, a Legião de Maria combinava membros de ambos os sexos. Todas essas agremiações ecoavam a

³⁹⁵ O Bar Paschoal era o principal ponto de encontro em Castro durante décadas. Entre as especialidades que servia eram afamados os sorvetes de fabricação própria. A taça Margarida continha bolas de sorvetes de três sabores, salada de frutas e cobertura de nata. Sobre esta, desenhava-se uma margarida, cujas pétalas era formada por pêssegos em calda cortados longitudinalmente.

³⁹⁶ **Entrevista de Aracy Matias Pianowski**, em Novembro de 2006, pp. 7-8.

tônica romanizante da Igreja Católica, sempre dirigidas por um padre ou freira, e enfatizando os seguintes aspectos: freqüência à Igreja, prática de orações e de ações caritativas. Em 1939, *A Voz do Paraná*, em seu número especial dedicado a Castro, relatava sobre a Associação das Filhas de Maria de Castro:

“Esta agremiação vem de ano para ano aumentando o seu coeficiente cooperando grandemente pela vida espiritual de Castro. Conta atualmente com 108 associadas. A sua diretoria está assim organizada: Diretora: Irmã Antonieta; Presidente: Josephina Wendling; Vice-Presidente: Francisca Ribas; 1ª Secretária: Mariinha C. Macedo; 2ª Secretária: Oscarlina Martins; 1ª Tesoureira: Antonieta Rolim; 2ª Tesoureira: Amanda Mello; Mestra de Aspirantes: Ondina Bueno; Bibliotecária: Dejail Quadros; Conselheiras: Mathilde Baer, Dalila Ayres, Ondina Fontes, Corinta Quadros; Sacristina: Maria da Luz Pereira.”³⁹⁷

Como se vê na enumeração das dirigentes da Associação, no cargo supremo estava a também diretora do Colégio, a Irmã Antonieta. Nos demais postos surgiram nomes de ex-alunas e professoras da instituição. Quanto aos marianos, que também contavam entre seus associados com rapazes que na infância foram alfabetizados no São José, a mesma publicação informava:

“A Congregação Mariana da paróquia de Santana do Iapó é uma associação religiosa que foi fundada em 1927 pelo padre João Lona, de saudosa memória. Ultimamente, sob a orientação do infatigável vigário Padre Ladislau Maibuk, a congregação dos marianos tem tomado grande incremento, aumentando dia a dia o número de filiados. Associação religiosa de grande alcance moral, a congregação não se descuida, no entanto, do preparo físico dos jovens que a integram. Assim é que possui a mesma um aguerrido time de futebol e bem adestrada equipe de ping-pong, os quais frequentemente excursionam pelas cidades vizinhas. O número de congregados hoje é de 142, com probabilidade de ser aumentado.”³⁹⁸

³⁹⁷ *A Voz do Paraná*, número especial sobre Castro, 1939. Curitiba: sem indicação de gráfica e páginas.

³⁹⁸ *Idem*.

A variante feminina de associação pia, com componentes arregimentadas entre as alunas do São José, não dispunha dos exercícios esportivos, como os rapazes. Suas energias eram canalizadas para a prática da caridade, uma das virtudes centrais do cristianismo. Assim é que veremos as alunas do Colégio, sob a bandeira das Filhas de Maria, mas utilizando-se do local da escola, a promoverem eventos caritativos. Um dos acontecimentos tradicionais que faziam acontecer anualmente era o Natal das crianças pobres. Vejamos o que nos relatou o Castro Jornal quanto à festa que promoveram em 1938:

“A Congregação das Filhas de Maria, por intermédio de uma comissão composta das senhorinhas Fifi Wendling, Francisca Ribas, Antonieta Rolim, Mathilde Baer, Mariinha Macedo e Dejalil Quadros, organizou o Natal das Criancinhas Pobres, distribuindo em presentes, a importância arrecadada entre o comércio local e particulares. A distribuição foi feita no Colégio São José, onde a petizada foi buscar o presente do ‘Papá Noel’, sendo contempladas cerca de 400 crianças. Uma verdadeira romaria de gente pobre compareceu à hora marcada para a entrega. Além daquelas que eram portadoras de cartões previamente distribuídos, compareceu grande número de crianças que desejavam, também, o seu presentinho. E todas saíram sobraçando o seu pacote.”³⁹⁹

Na segunda metade do século XX, a atuação das Filhas de Maria concentrou-se na obtenção de recursos para a conclusão das obras de reforma da Igreja Matriz, que se arrastavam há anos e que culminaram com a construção da segunda torre do templo na década de 1960. Eis o relato do Castro Jornal sobre um evento com essa finalidade realizado em 1957:

“O Salão Nobre do Colégio de São José superlotou-se segunda-feira, quando da realização do festival pró-reforma da Matriz. Muito boa a caracterização do drama ‘A vingança da cigana’, desempenhando-se muito bem a srta. Cacilda Arpelau. O ato variado contou com ótimos números em que a ‘estrelíssima’ foi a srta. Ivone Martins, aliás com grandes pendores para a dança, canto e poesia. Bonita a voz da meiga Beverly D’Andréa cantando Ave-Maria, acompanhada

³⁹⁹ Castro Jornal, n.º. 397, 31/12/1938, p. 1.

magistralmente por Sara Zanini. (...) Durante os intervalos, alguns bem prolongados, a assistência deleitou-se com o ritmo dos Irmãos Meira.(...) O desempenho das jovens artistas – alunas do São José e Filhas de Maria – agradou plenamente, e, coroando os esforços, a platéia mostrou-se pródiga em merecidos aplausos.”⁴⁰⁰

Neste aspecto, a atuação das Filhas de Maria somava-se aos esforços do próprio Colégio e de sua diretora para auxiliar na conclusão da reforma do templo católico, obra que se estendeu por, pelo menos, quatro décadas:

“Da reverendíssima Superiora Madre Olímpia, recebeu a Comissão de Reforma da Matriz a valiosa doação de vinte e cinco mil cruzeiros, destinados à aquisição de vitral para a Matriz. É-nos sumamente grato noticiar tão generoso donativo, que coloca o notável educandário como benfeitor da Matriz de Sant’Ana. Em mais de 50 anos de atividades tem o Colégio de São José desenvolvido extraordinário trabalho em benefício da instrução e da educação da mocidade paranaense e as bondosas Irmãs de São José encontram em cada lar castrense um coração agradecido.”⁴⁰¹

A reunião de religiosas, professoras e alunas nas associações pias, servia também a prolongar os laços de amizade existentes entre elas quando encerrada a convivência no recinto escolar, como nos revela esta carta da Irmã Antonieta, de 1959, então residente no Colégio São José da Lapa, à ex-aluna e professora em Castro, Mariinha Macedo:

“Do fundo do coração agradeço o seu delicado telegrama do dia 27/4. Porém, querida Maricota, gostaria tanto de ter alguma notícia de você! E, você não me manda nem uma palavrinha; se soubesse como penso em você! Ah! Este nosso mês de maio!.. O nosso mês... que saudades daquelas novenas tão piedosas das queridas Filhas de Maria!.. Tudo passa neste velho mundo – ou antes, nós é que

⁴⁰⁰ **Castro Jornal**, nº. 1303, 12/10/1957, pp. 1-4.

⁴⁰¹ **Castro Jornal**, nº. 1341, 12/07/1958, p. 1.

passamos; resta-nos porém a saudade e... a esperança de, um dia, lá no céu, lembrarmos, juntinhas, as nossas festas cá da terra.”⁴⁰²

O intercâmbio entre religiosas e alunas, e entre estas, também se dava pela doação e troca de impressos de caráter religioso, como os abundantes santinhos – de conteúdo doutrinário, ou jubilar – estes últimos especialmente impressos para a comemoração de eventos – a primeira comunhão dos alunos; a inauguração da Capela do Colégio; a festividade dos 50 anos da escola; etc. Também eram comuns a distribuição de medalhas com efígies de santos, os crucifixos, terços, e imagens do Espírito Santo, em forma de pomba (os *agnus dei*), todos devidamente bentos em ocasiões solenes ou locais de peregrinação. A esses elementos de pequeno tamanho, acrescia-se, para a boa seqüência das solenidades litúrgicas durante o ano, a necessidade de dispor de um manual ou missário, com ampla coleção de textos. Entre estes, o mais cobiçado era aquele preparado pelo frade Leonardo Goffiné, editado a partir de 1690. A edição em português que consultamos, pertencente à ex-aluna e professora do São José, Elsa Macedo, datada de 1930, contém o seguinte intróito à obra: “Manual do Christão. Além de um copioso devocionário, contém uma explicação das epístolas e evangelhos dos Domingos e mais Dias Santos, do Advento, da Quaresma, etc., e um Curso Completo de instruções morais, litúrgicas e dogmáticas distribuídas em harmonia com os Evangelhos do Dia.”⁴⁰³

Um outro aspecto que conectava questões religiosas católicas ao Colégio São José, era a existência de um orfanato anexo à escola, por algumas décadas. Recebendo órfãs do sexo feminino, este instituto funcionou em casa existente na mesma quadra do Colégio, adquirido pelas irmãs para esse fim. Havia acesso aos prédios escolares pelo terreno posterior, sem a necessidade de se sair à rua. As internas no orfanato participavam das atividades didáticas e eram escolarizadas junto às demais alunas. A elas cabia, entretanto, auxiliar em algumas tarefas na manutenção do Colégio. Em

⁴⁰² **Carta de Irmã Antonieta a Mariinha Macedo.** Lapa, 07/05/1959. Acervo da Casa Emília Erichsen, Castro.

⁴⁰³ **GOFFINÉ: Manual do Christão.** Rio de Janeiro: Colégio da Imaculada Conceição, Botafogo. 1930, p. iii. 11ª edição.

consequência, ressentia-se certa diferenciação entre alunas pagantes e órfãs. Nesta situação estavam também algumas estudantes bolsistas, que, em troca do ensino gratuito, ajudavam na limpeza da escola. O orfanato dependia para seu funcionamento de doações de particulares e verbas governamentais. Em 1957, informava o *Castro Jornal*:

“Há vários lustros funciona o Orfanato ‘Lar Sagrado Coração de Jesus’, mantido pelas Irmãs do Colégio São José. Desnecessário se torna colocar em relevo o inestimável benefício que o Orfanato vem proporcionando a um elevado número de meninas, conquanto tenha contado apenas com os recursos próprios da Congregação. Às entidades que incluem em seu programa de ação as atividades assistenciais, consignamos o apelo para que colaborem com a Congregação das Irmãs de São José neste meritório trabalho de amparo às órfãs. Aos membros de nosso Executivo e de nosso Legislativo salientamos a necessidade de um decidido empenho junto à Secretaria de Assistência Social, a fim de que possa o referido Orfanato contar com o auxílio de verbas, já normalmente consignadas a tais empreendimentos.”⁴⁰⁴

O apelo parece ter surtido efeito. Em 1960, o Lar era declarado de utilidade pública pelo Governo do Estado.⁴⁰⁵ No projeto de orçamento de 1962 do executivo paranaense, foi consignado um auxílio no valor de Cr\$ 300.000,00.⁴⁰⁶ Com o fechamento do Internato das alunas, no final dos anos 1960, o São José, dispondo de menos recursos, desativou também o Orfanato, que acabava de inaugurar instalações modernas e amplas. O novo prédio passou então à Paróquia para as atividades ocasionais como cursos, encontros e quermesses.

Além das cerimônias de cunho religioso que se davam no recinto da Igreja Matriz e no recesso do Colégio, os alunos do São José também compunham os préstitos das procissões que percorriam as ruas de Castro, usando os uniformes escolares, de forma a demonstrar a ligação do estabelecimento com o universo da fé católica, ou, por vezes, envergando vestes simbólicas, de anjos e pajens, como se fazia,

⁴⁰⁴ *Castro Jornal*, n.º. 1311, 07/12/1957, p. 1.

⁴⁰⁵ *Castro Jornal*, n.º. 1462, 03/12/1960, p. 6.

⁴⁰⁶ *Castro Jornal*, n.º. 1506, 21/10/1961, p. 4.

até os anos 1980, na procissão do Corpo de Deus (*Corpus Christi*). Nesta ocasião, em que as ruas eram decoradas com motivos sacros, atapetando-se o trajeto do cortejo com serragem colorida, flores, e outros materiais, era no Colégio que tais elementos eram preparados, por alunos voluntários, nas semanas que antecediam a festa.

Eventos de impacto popular, como o da visita de imagens sacras à cidade, também contavam com a presença de alunos do São José:

“A Comissão pró vinda de Nossa Senhora do Rosário de Fátima a Castro, representada pelo DD. Prefeito Municipal, Dr. Libânio E. Cardoso, (...) Colégio São José, (...), Irmandade do Sagrado Coração, Membros da Adoração Noturna, Congregação das Filhas de Maria, (...) tem a honra de participar a todos a honrosa visita da peregrina imagem de Nossa Senhora do Rosário de Fátima a Castro, na madrugada do dia 10 de Agosto próximo. (...) A entrada de Nossa Senhora (na Igreja) será em Procissão Luminosa, que sairá do Grande Hotel até a Matriz”⁴⁰⁷.

Pelo exposto, entendemos ter demonstrado, através de alguns exemplos, a variedade e continuidade das atividades de caráter religioso católico no cotidiano dos alunos do São José de Castro. De maneira que, a presença das Irmãs contribuiu de forma acentuada ao projeto de romanização do catolicismo em Castro, ao longo do século XX, promovendo a hegemonia desta versão do culto católico, àquele tempo.

Na próxima seção, enfatizaremos outros aspectos do protagonismo dos alunos do São José, perante a comunidade castrense, que não os especificamente religiosos, mas, desde já fazendo notar, que mesmo neste outros eventos, o fundamento da fé católica pretendia fazer-se presente.

⁴⁰⁷ **Castro Jornal**, nº. 1093, 25/07/1953, p. 1.

4.4. O Colégio mostra-se na atuação de seus alunos.

No decorrer de seus quase noventa anos de funcionamento em Castro, com a expansão do número de alunos matriculados e o estreitamento dos laços que uniam as famílias castrenses ao Colégio, algumas das quais tiveram três ou quatro gerações estudando naquela escola, a presença do São José foi marcante em outros campos além do pedagógico e do religioso. Eventos artísticos, cívicos, comemorativos e militares, não dispensavam a participação dos alunos do Colégio, muitas vezes em posição proeminente. Vejamos alguns exemplos, de forma a demonstrar o protagonismo dos alunos do São José, que ao tomarem parte na rede de sociabilidades da cidade de Castro, o faziam em nome do Colégio. De forma que, aos olhos da comunidade castrense, o São José era não só uma escola, mas, uma peça a funcionar na engrenagem social, da qual não se poderia abrir mão sem comprometer o bom funcionamento daquela.

Começemos pelas concentrações cívicas e militares. Em 03 de Maio de 1931, visitava a cidade o Interventor Federal no Paraná, General Mário Tourinho.⁴⁰⁸ Presentes todas as autoridades locais e escolares, foi uma aluna do São José a quem coube saudar o governante, à chegada do trem na estação de Castro, por volta do meio-dia:

“S. Excia. descia, pouco depois, desacompanhado, sendo então cumprimentado pelas autoridades locais. Logo em seguida a inteligente e graciosa senhorinha Zezé Busse, aluna do Colégio São José, em breve saudação, ofereceu em nome da cidade um belo *bouquet* de flores naturais, que S. Excia. sobraçou, agradecendo comovido, abraçando depois, carinhosamente, a gentil oradora. (...) Tocou na Estação a banda do 5º Regimento”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁸ Mário Alves Monteiro Tourinho, natural de Antonina, Interventor Federal no Paraná de 05 de Outubro de 1930 a 29 de Dezembro de 1931. Autor de obras históricas e importantes relatórios sobre o Estado.

⁴⁰⁹ **Castro Jornal**, nº. 04, 03/05/1931, p. 2.

Em 1934, a sessão cívica comemorativa à Independência do Brasil foi realizada em frente ao Colégio, com a presença das alunas, além de escolares de outros estabelecimentos. Juntamente com os militares, prestou-se juramento à bandeira, com as palavras que a seguir transcrevemos e foi cantado o Hino Nacional pelos estudantes: “Bandeira de minha Pátria: prometo servir ao Brasil na hora da alegria e na hora do sofrimento; no dia da glória e no dia do sacrifício; prometo defender na sua integridade o patrimônio territorial que recebi de meus antepassados. Salve Bandeira do Brasil”.⁴¹⁰ As cerimônias que reuniam o quartel local e o São José repetiam-se através dos anos. Afinal, tinham objetivos em comum: a prática da disciplina a ser inculcada a seus respectivos soldados e alunos, e o cultivo do amor à pátria. Em 1958, por exemplo, foram homenageadas no recinto do Colégio as vítimas da Intentona Comunista de 1935:

“O Comando do 6º Grupo de Artilharia 75 de Dorso, fez realizar nos dias 26 de 27 de Novembro, solenidades em memória dos oficiais e praças que heroicamente tombaram em cumprimento do dever na rebelião comunista de 27 de Novembro de 1935. No dia 26 foi proferida uma conferência alusiva ao acontecimento pelo professor Dr. Lourival Leite de Carvalho, no Salão Nobre deste Estabelecimento. No dia seguinte – 27 – celebrou-se missa na matriz, rezada pelo revmo. Vigário, em memória dos que desapareceram em defesa da Pátria. Para este ato religioso compareceram todas as alunas de nossa Escola”.⁴¹¹

No Dia do Soldado, em 1964, na presença dos escolares, o Prefeito de Castro, Libânio Cardoso, discorreu sobre “o Papel das Forças Armadas na Formação do Caráter da Juventude e sua influência na vida castrense”. Seguiu-se o hasteamento da Bandeira Nacional pela Diretora do São José, Madre Luiza Josefina, “representando a mulher castrense”.⁴¹² Na mesma semana, o fiscal de ensino, Dr. Sérgio Bogado,

⁴¹⁰ **Castro Jornal**, nº. 176, 15/09/1934, p. 1.

⁴¹¹ **Livro de Ocorrências da Escola Normal**, Novembro de 1958, p. 5, verso.

⁴¹² **Castro Jornal**, nº. 1650, 15/08/1964, p. 1.

proferira no Colégio uma conferência tendo como tema, “O Exército forjador de caráter e patriotismo”.⁴¹³

A tradição de sediar eventos ligados ao governo federal no São José não era uma novidade introduzida pela ditadura militar. Nos anos da presidência de Getúlio Vargas, tal prática já se dava, sempre com a presença de médicos, conseqüentemente à organização daquele momento em que saúde e educação compunham uma só pasta ministerial. Em 1945, por exemplo, para comemorar a Semana da Criança, além de missa e desfile, o São José recebeu palestra sobre “o valor dos produtos agrícolas na alimentação”, após o que, suas alunas deslocaram-se em visita à Escola de Trabalhadores Rurais para observação das plantações mantidas pelos alunos.⁴¹⁴ No ano seguinte, a festa das crianças foi comemorada com a fala do médico Dr. Lineu Madureira Novaes, sobre temas de puericultura, conselhos que seriam também irradiados pela cidade em serviço de alto-falantes.⁴¹⁵

As solenidades de formatura também eram ocasiões de conagração com a cidade, em especial com os familiares dos alunos, e contavam com o prestigiamento das autoridades mais graduadas. Nestes ensejos, a imprensa denotava a atuação das estudantes, que, dessa forma, exteriorizavam o resultado da educação recebida no Colégio. Em 1933, o relato jornalístico sublinhou o seguinte:

“Às 13 horas teve início o bem elaborado programa, constituído de números escolhidos de música, canto e recitativos. Todo o programa, esplendidamente desempenhado pelas alunas, foi bastante aplaudido, convindo, entretanto, salientar o número ‘O Sonho do Nenê’, no qual tomaram parte encantadoras crianças de 4 a 10 anos que se houveram admiravelmente. (...) Falaram, nessa ocasião, a inteligente aluna Lourdes Pimentel, que em tocante oração despediu-se das suas mestras e colegas; o dr. José Mansur Guérios e o Rev. Padre Agostinho, que foram bastante aplaudidos. Terminou a encantadora festa com o Hino Nacional, executado magistralmente ao piano pelas alunas Lady e Aracy Abu Jamra.”⁴¹⁶

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ **Castro Jornal**, nº. 718, 06/10/1945, p. 2.

⁴¹⁵ **Castro Jornal**, nº. 770, 12/10/1946, p. 1.

⁴¹⁶ **Castro Jornal**, nº. 136, 02/12/1933, p. 1.

Dois anos depois, em 1935, repetiram-se na imprensa por ocasião da formatura os elogios às alunas que executaram números musicais, interpretaram peça teatral e declamaram poemas, e que, na seqüência, foram devidamente coroadas de louros de papel dourado:

“Precisamente às 14 horas teve início o formoso programa, dividido em duas partes e constituído de números delicados de música, poesias, cantos e bailados, tudo desempenhado impecavelmente pelas alunas do conceituado Colégio. Constou também do programa o drama em 3 atos ‘A Borboleta e a Abelha’, cujo desempenho pelas alunas do curso médio e secundário agradou sobremaneira à seleta assistência. Ao findar-se a execução do escolhido programa, procedeu-se à formalidade da coroação das alunas que terminaram o curso neste ano, tendo-lhes sido entregues os diplomas em meio de muitas e merecidas palmas. Usou da palavra nesta ocasião a inteligente senhorita Rosa Chueiri, cujo discurso foi bem uma tocante despedida às diligentes mestras, sendo muito aplaudida. A seguir falou o Rev. Padre Jerônimo Mazarotto⁴¹⁷, que em frases buriladas e com a costumeira eloqüência teve palavras de justo encarecimento à educação da juventude, uma vez que a base seja a moral cristã.”⁴¹⁸

Note-se que as cerimônias de formatura desenvolviam-se conformes ao esquema seguinte: números apresentados pelas alunas demonstrando o aprendizado; entrega de prêmios e diplomas; falas da oradora da turma e da autoridade eclesiástica e eventuais paraninfos; fechamento com o Hino Nacional. Formava-se assim um tríduo de apoios recíprocos – escola, Igreja e governo (civil e militar). Ainda que estas organizações sociais se fizessem representar, o protagonismo juvenil é o que mais interessava aos presentes conferir. Como realçou, sobre a formatura de 1951, o Tenente Neomil Portella, em sua semanal *Crônica da Cidade*:

“O rifão popular que diz mais se aprender quanto mais se vive é de uma realidade tão sólida que só se chega a essa conclusão quando já se viveu um pouco. Como prova disso está a faculdade que se vai tendo de observar os fenômenos sociais. Na formatura das alunas do

⁴¹⁷ Nascido em Curitiba, Mazarotto foi em 1957 elevado à condição de bispo auxiliar da Diocese de sua cidade natal. Foi também reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁴¹⁸ **Castro Jornal**, nº. 237, 30/11/1935, p. 1.

Colégio São José, ficou isto estabelecido, ao apreciar-se a emoção daquela juventude entusiástica, quando recebia o tão augurado diploma que aos outros parece ou poderia parecer insignificante, mas que, em verdade, não só para elas como para a cultura nacional é o mais vultoso e o mais importante. Ali admirou o desempenho brilhante que a oradora da turma, apesar de não ter ainda os dotes do perfeito orador, comoveu de maneira singular a todo o auditório. Ali se deliciou com a oração graciosa de uma gentil moça que, com palavras verdadeiramente conscientes e plenas de galhardia, deu uma espécie de esperanças à juventude tão mal falada.⁴¹⁹

As cerimônias de formatura serviam também como um momento de recapitulação de tudo o que se tentou imprimir no espírito dos alunos, subjacente à prática educativa. Ao reenviar os formandos às suas famílias e a novos ciclos de estudo ou trabalho, buscava-se realçar a tônica da proposta educacional do Colégio. Neste sentido, vejamos a fala da professora Elsa Macedo, que paraninhou as normalistas em 1958:

“Nada mais comovente para a Mestra que a estima de suas discípulas. E quando este afeto vem ornado de gratidão e esta gratidão se traduz na distinção mais eloqüente, qual seja de paraninfar uma cerimônia tão expressiva como a de hoje, o coração da professora e amiga se desfaz em lágrimas de ternura, de emoções as mais profundas e indizíveis. (...) Encerrando, entre nós, o meu papel de mestra, continuarei, acima de tudo, a amiga que tanto bem lhes quer. E em nome da amizade que cultivaremos através dos anos, dirijo a vocês esta mensagem, pedindo a cada uma em particular que a tomem como bandeira na nova carreira que hoje abraçam. Nela estão sintetizados todos os mandamentos do Educador, e, se escolhi para vocês esta citação, foi pela grandeza de seu conteúdo. ‘Educar a mente a pensar, o corpo a agir e o coração a sentir’. Educar a mente a pensar para que ela, elevando-se a alturas infinitas, encontre a Fortaleza Espiritual da Fé e da Esperança. Educar o corpo a agir, para que ele lute pelo Bem e pela Paz e repouse apenas na tranqüilidade do dever cumprido. Educar o coração a sentir, para que ele se fortaleça pela Bondade, se enriqueça de ternura e se prodigalize em Caridade! A fim de que se façam mais crianças felizes. Para que haja menos homens maus. Para que o mundo se torne melhor aos olhos de Deus!’⁴²⁰

⁴¹⁹ **Castro Jornal**, nº. 1017, 15/12/1951, p. 2.

⁴²⁰ **Castro Jornal**, nº. 1363, 13/12/1958, p. 1.

O protagonismo dos alunos do São José revelava-se também na inscrição de seus nomes em quadros de honra, existentes no Colégio, eventualmente reproduzidos na imprensa local.⁴²¹ Outra forma de realçar a trajetória de determinados estudantes era a concessão de prêmios ao final do ano letivo. Em 1961, por exemplo, foram conferidos os prêmios: ‘Olegário de Macedo’, por comportamento; ‘Paulinho Novaes Junior’, na matéria de Desenho; ‘Professora Elsa Macedo’, em Canto Orfeônico e Música; ‘Serapião Nascimento’, aos primeiros classificados nos diversos cursos; e ‘Centro Castrense de Curitiba’ e ‘Colégio São José’, aos que fizeram o curso completo no estabelecimento, desde o primário.⁴²²

Durante o ano letivo também havia o ensejo de assistir à atuação das alunas do São José. O costume de apresentarem peças teatrais era característico da instituição, e, muitas vezes, isso não se dava no Colégio, mas no Cine-Teatro Odeon, cedido por seu proprietário. Como nestes festivais eram cobrados ingressos para fins caritativos, talvez se pensasse mais adequado fazê-lo fora do recinto do Colégio. As pequenas peças poderiam provir da série Palco Juvenil, publicada pela Editora Vozes, cujos volumes existentes na biblioteca do São José contêm anotações de nomes de alunos sobre os dos personagens⁴²³; ou serem elaboradas pelas professoras, como foi o caso de texto cujo fragmento localizamos, e que tratava da vinda das primeira Irmãs de São José em 1905 para fundar o Colégio:

“Marilú – personagem C:

Sente-se, Vovozinha, por favor. Conte, conte, avozinha. Que bom, vamos ouvi-la. (Sou velha) Mais idosa que o colégio? (...) Ah, então, eu também quero ser Irmã Missionária, mas de São José, como a Irmã fundadora do nosso Colégio. (...) Mas, vovó, deverei também deixar a minha pátria, o Brasil tão grande e belo? (...) Que bom! Quero ser missionária em terras brasileiras. Quero dedicar minha vida na salvação de muitas vidas de brasileiros. Que ideal nobre! Para isso

⁴²¹ Por exemplo, em **O Estudante**, nº. 1, 19/03/1931, p. 2.

⁴²² **Castro Jornal**, nº. 1515, 30/12/1961, p. 1.

⁴²³ Os títulos existentes na Biblioteca que pertenceu ao São José, desta coleção, são os seguintes: A borboleta e a abelha (nº. 15); O cego de nascimento (nº. 41); O azar da mascote (nº. 47); Entre dois corações maternos (nº. 51); Dan, a pequena mártir de Cristo-Rei (nº. 61); O Triunfo da Cruz (nº. 63); O triunfo da educação cristã (nº. 83); As Duas Mamães (nº. 114); O espiritismo na berlinda (nº. 120).

vou aproveitar bem dos anos no colégio que serão a base de toda minha formação e de meus sucessos futuros.”⁴²⁴

A atuação cultural das alunas estendeu-se à Rádio Castro, onde, ocasionalmente, “apresentaram uma dramatização radiofônica, e organizaram uma semana de palestras.”⁴²⁵ Os alunos igualmente organizavam-se em grêmios e associações culturais. Em 1962, fundou-se o Grêmio Cultural Irmã Olímpia, sobre o qual anunciou o Castro Jornal: “Foi fundado dia 10 do Grêmio Cultural Irmã Olímpia, no Colégio São José, órgão que promoverá as atividades culturais, sociais e estudantis do curso comercial. (...) A posse da Diretoria e Conselho foi no mesmo dia 19, data consagrada a São José, comemorada todos os anos naquele estabelecimento com assistência à Santa Missa e reuniões culturais.”⁴²⁶ O Centro Cultural Elsa Macedo congregava as alunas do Curso Normal e foi instalado em 03 de setembro de 1964. Em suas reuniões, relatavam-se biografias de vultos castrenses, destinavam-se prêmios a alunas e declamavam-se poemas de autoria das estudantes.⁴²⁷

O incentivo à composição de poesias por parte das alunas parece ter sido duradouro. Em 1956, por exemplo, a aluna Cacilda Arpelau anotava em livro de recordações, o soneto *À Tua Lágrima*⁴²⁸, e outros poemas, dedicados à professora Irmã Maria Olívia:

“Para não ver no teu rosto os traços do sofrer
E apartar de ti a cruel dor imerecida,
Eu, meiga feiticeira, quisera um dia ser,
Para então, te fazer olvidar a pena sofrida...

Qual fada airosa eu iria apagando
Pouco a pouco ‘o quadro negro’ da tua alma
E as alegrias, estrelas novas, iriam voltando
A tua vida como em noite calma...

⁴²⁴ **Peça teatral. Folha esparsa.** Mimeo. Biblioteca do Colégio São José, Castro.

⁴²⁵ **Livro nº. 2 de Termos de Visitas da Escola Normal São José.** 14/05/1962, p. 52, verso.

⁴²⁶ **Castro Jornal**, nº. 1527, 31/03/1962, p. 6.

⁴²⁷ **Livro atas do Centro Cultural Elsa Macedo.** Acervo da Casa Emília Erichsen, Castro.

⁴²⁸ **Livro de Recordações da Professora Mariinha Macedo, 1944-1956.** Acervo da Casa Emília Erichsen, Castro, p. 20.

Mas nada posso senão muda te olhar
E na linguagem linda dos olhos murmurar
As palavras que meus lábios não dirão:

- Dá, meu anjo, uma das lágrimas que choras
Para que, genuflexa, eu permaneça horas,
Com tua lágrima, no âmago do coração...”

Todas estas formas de conagraçamento entre cidade e escola eram ainda mais acentuadas nas datas jubilares em que se comemoravam os aniversários do Colégio. Por ocasião do cinquentenário houve tríduo solene na Matriz, isto é, missas e conferências por três noites na Igreja. Em data de 29 de Outubro de 1955, as festividades estenderam-se por todo o dia. Alvorada festiva, seguida de missa em ação de graças. Mais uma missa às 10 da manhã. Às três da tarde, houve a entoação de um *Te Deum* na Igreja. Lanche no Colégio, na seqüência. À noite, sessão teatral em homenagem à data comemorativa.⁴²⁹ Note-se que o ponto culminante dos festejos foi exatamente a apresentação teatral protagonizada pelas alunas:

“Encerraram-se as festividades com magnífica sessão teatral, tornando-se o salão de festas pequeno para o numerosíssimo público. Os aplausos vibrantes e prolongados da platéia denotaram a excelente representação de todas as alunas, sendo impossível salientar artistas, porquanto o festival agradou plenamente. Para o seu brilhante sucesso muito concorreu a valiosa coadjuvação do conjunto musical dos Irmãos Meira. A exposição de pintura, aberta também sábado, apresentando quadros notáveis, pôs em evidência a capacidade artística de mestras e alunas”⁴³⁰.

Por ocasião dos 80 anos do Colégio, outro órgão de imprensa castrense, o Jornal O Cambuí, resumiu o que vimos pontuando ao longo deste capítulo:

⁴²⁹ **Convite do Jubileu Áureo do Colégio de São José.** Castro: Tipografia Kugler, Outubro de 1955. Acervo da Casa Emília Erichsen, Castro.

⁴³⁰ **Castro Jornal**, nº. 1207, 05/11/1955, p. 1.

“No próximo dia 21 do corrente, o Colégio São José (atualmente denominado Escola São José), estará completando o seu ‘80º Aniversário de Fundação’ com uma vasta programação, que contará com a presença de destacadas autoridades do Estado, de ex-alunos, ex-professores e o público em geral. Considerando: 1) a longa caminhada em prol do Ensino na cidade de Castro; 2) as sucessivas gerações que ali auferiram o saber e as lições de vida; 3) a presença da referida Congregação na formação do processo educativo na histórica cidade castrense; e finalmente, 4) os benefícios recíprocos que essa Escola concedeu e recebeu do povo de Castro, por tudo isto, a data de 21 de Setembro, se nos configura como das mais significativas. Não somente para nós, mas para todo o povo desta cidade.”⁴³¹

Pelo exposto, tentamos demonstrar a interação que se dava entre o Colégio e a comunidade castrense, em estímulo recíproco ao passar dos anos. De forma que não é exagerado considerar que, entre as diversas escolas existentes na cidade, o São José desempenhou um papel preponderante e referencial, e o fez, na maior parte das vezes, dando visibilidade a seus alunos. Foi, nos mais diversos aspectos, o Colégio de Castro.

⁴³¹ **O Cambuí**, nº 38, 15/09/1985, pp. 5-6.

CONCLUSÃO

O século XX. Uma cidade no interior do Paraná. Uma congregação religiosa católica. Uma escola. São José, o Colégio de Castro. 1904-1994. Ao pensarmos a estruturação das páginas conclusivas, decidimos retomar três aspectos que estiveram, a todo o tempo, entrelaçados em nosso texto: a escola, a congregação religiosa das Irmãs de São José e a cidade de Castro. Observar um deles leva-nos sempre aos outros dois. É preciso encetar um exercício interpretativo sobre cada um dos lados desse objeto de estudo multifacetado, ainda que correndo o risco de repetirmo-nos. Mas, repetindo-nos, não geraremos igualdades, mas adensaremos a explicação.

Iniciemos com o resumir do que se expôs ao longo da Tese. Vimos a chegada das Irmãs de São José a Castro em 1905. Sua transferência fora precedida de tratativas entre pessoas bem posicionadas em Castro, a direção da Congregação em Curitiba e talvez contando com a interferência do Bispo da Diocese. Receberam apoio para instalar-se de uma sociedade de mantenedores. Eram poucas religiosas, no início. Nos primeiros anos, o ensino era semelhante ao que praticavam nas escolas que mantinham no interior da França, com as devidas adequações que a legislação brasileira exigia. Maneira de ensinar que ecoava a organização escolar proposta muito antes pelos jesuítas. Outras semelhanças uniam as Irmãs de São José àquela ordem masculina: fundação por um padre jesuíta, exercícios espirituais ao longo da vida religiosa das Irmãs, forma de atuar da Congregação em contato diário com a população.

Estudamos as regras que dirigiam a organização ao tempo de sua transferência ao Brasil, ensejo em que passaram a formar novas freiras arregimentadas entre a

população local, em especial junto aos contingentes de imigrantes de religião católica. Através destes regramentos, aprendemos que as Irmãs de São José estariam destinadas a atender chamados de trabalho: fosse na área da saúde, da assistência social ou da educação. Sua especialidade era no atender. A forma de serviço era a consequência daquela disposição prévia. Assim, para Castro, o chamado foi por uma escola e destinaram-se Irmãs professoras. Vieram para ensinar, mas serviram de apoio aos padres que pregavam na Igreja Matriz, da qual eram vizinhas. Auxiliavam na manutenção do templo, e catequizavam.

Identificamos que as primeiras freiras vindas a Castro eram francesas, saídas da França num momento histórico em que as Congregações eram impedidas de lecionar naquele país. Do ponto de vista da Igreja Católica, eram missionárias. Do ponto de vista da circulação do trabalho, eram profissionais à busca de uma colocação. Foram recebidas com festa por cidades nas quais havia falta de tais “operárias”. Se, para o governo republicano francês, sua permanência em seu país de origem não era uma questão estratégica, para a Igreja à qual se filiavam significaram um interessante reforço ao projeto que a cúpula diretiva do catolicismo encetava à época de uniformização das práticas religiosas e fortalecimento do Papa e da Cúria Romana. Para o país que as recebia, e as cidades que passaram a contar com suas escolas e hospitais, sua presença era um acréscimo no aspecto de progresso material e intelectual, que permitia deixar inquestionado o conteúdo ideológico que eventualmente iriam defender.

Ao longo da Tese, a partir das fontes coligidas, pudemos recuperar aspectos das práticas educativas do Colégio. Vimos que o São José avançou de formulações pedagógicas focadas predominantemente em aspectos languageiros e informativos, a cursos mais especializados, de formação específica e profissionalizante, de contabilistas e professores. Descrevemos a arquitetura de seus prédios, até hoje utilizados como escola pela sociedade educacional que o adquiriu à ocasião da partida das freiras em 1994. Ouvimos os depoimentos de ex-alunos e professores, que trouxeram os matizes da memória do cotidiano escolar.

Através da rica coleção dos textos que a imprensa castrense consignou em suas páginas, conhecemos a interpretação daqueles que, além de se terem posicionado como observadores da atuação do Colégio, também se colocaram na função de seus comentaristas. Cronistas ocasionais, poetas, alunos, e os jornalistas, responsáveis pela redação dos órgãos de imprensa castrense, tiveram o São José permanentemente em sua pauta de assuntos. Mais que qualquer outro estabelecimento escolar do município. Tal centralidade pode ser explicada por diversas causas, entre elas: foram alunos do Colégio; ou seus filhos o foram; o Colégio atendia às classes dirigentes, a quem os jornais eram endereçados; o ensino era de qualidade. Talvez todas estas causas. Ou ainda outras que não percebamos convivessem nas mentes dos redatores dos jornais locais, levando-os à tomada de suas decisões. O que nos importa é o resultado dessa disposição, que nos concedeu amplo material a fundamentar a escritura da Tese.

Vimos que a educação oferecida pelo São José não se limitava à prática de ensino nos horários escolares. Os alunos também eram envolvidos em atividades extra-classes que interessavam tanto ao Colégio como à cidade de Castro. Festivais artísticos com finalidades beneficentes sucediam-se a manifestações cívicas e patrióticas. As portas, fechadas para que as internas não saíssem, abriam-se a autoridades e palestrantes de escol em suas visitas ao Colégio. O envergar do uniforme azul-marinho e branco, multiplicando o impacto visual do grupo de alunos, preenchia os espaços urbanos quando o São José desfilava ou ocupava os bancos laterais junto ao altar da Igreja Matriz que lhes eram reservados.

Passemos agora a algumas conclusões que são consequência do que se analisou, a partir das fontes, ao construir a Tese. O Colégio São José de Castro iniciou sob um signo de excelência por ser operado por freiras francesas. À época, havia a dominância dos códigos culturais advindos da França, e a língua franca de utilização mundial e símbolo de elegância e avanço intelectual era o francês. Não se teria, naquele ensejo, outra opção que impactasse de forma mais favorável a população local do que contar com um ensino afrancesado. Ademais, era um Colégio católico, religião da ampla maioria dos castrenses. Não havia motivos de rejeição, mas de aceitação festiva. Além disso, a demanda por escolas que funcionassem regularmente pela sua estrutura física

ou pela duração temporal, era uma preocupação dos castrenses que custava a ser resolvida. Tanto é que houve custos para possibilitar que tal sucesso acontecesse: custos que foram inicialmente absorvidos por habitantes locais.

Talvez os castrenses tivessem se afeiçoado de idêntica forma a outra escola confessional, de outra denominação religiosa, ou a um estabelecimento dirigido por leigos, tivessem eles chegado antes das Irmãs. Entretanto, foi a escola das freiras que logrou suprir a lacuna, e, em virtude disso, aceder à posição de Colégio de preferência da população local e regional. Operar uma escola como o Colégio São José significou às Irmãs daquela Congregação a oportunidade de concretizar o carisma de sua organização religiosa. Ao proferirem os votos solenes, retirando-se do mundo e passando a fazer parte da organização estudada, após anos de preparo e noviciado, as Irmãs de São José deveriam estar imbuídas dos propósitos vigentes nas regras que regulavam a Congregação. Assim, lecionar numa escola católica equivalia a dar cumprimento a uma proposta de vida que fora abraçada voluntariamente. Enquanto algumas religiosas dedicavam-se ao cuidado de doentes e órfãos, em outros estabelecimentos da Congregação, aquelas que residiam em Castro compunham o grupo das vocacionadas ao Magistério.

O Colégio era o campo de vivência da espiritualidade cristã que as religiosas ali sediadas elegeram como própria às suas vidas. Ao mesmo tempo, ao auxiliarem no funcionamento da Igreja Matriz, em tarefas simples como o preparo das hóstias utilizadas nas Missas, até as mais intelectualizadas, como a catequese da infância, reafirmaram sua adesão à organização maior da qual a Congregação era parte integrante – a Igreja Católica. A maneira de trabalhar das Irmãs, enquanto educadoras, correspondia ao modelo de Igreja Católica com que vizinhavam, local e temporalmente. Se o Colégio era um espaço fechado, com controles de acesso, internato e outros espaços sob vigilância constante, a Igreja também era pouco aberta à população, em especial no aspecto ideológico. Com as missas rezadas em latim, a participação dos fiéis era pouco crítica. Facetas de um mesmo catolicismo, a educacional e a litúrgica tinham seus traços de semelhança, permitindo a Paróquia e Colégio coexistir em mútuo reforço.

O movimento ultramontano que fez a Igreja Católica abrir seminários para melhor preparar seus sacerdotes e multiplicar o número de dioceses de forma a aproximar os bispos dos fiéis, coincidiu com a separação da Igreja e do Estado, no Brasil. Em virtude desses fatores, as Congregações confessionais puderam acorrer ao país em grande número. Com a abertura de noviciados, arregimentaram-se novas vocações, tanto ao sacerdócio, quanto aos institutos destinados à formação de freiras. Criaram-se novos espaços formativos que ofereciam a moças e rapazes provenientes de camadas populares, em especial das colônias de imigrantes, um papel a representar, que não aquele de pais e mães de famílias e agricultores. Assim é que veremos, na Paróquia de Castro, sucederem-se ao longo do século XX, os párocos de origem eslava – Ladislau Maibuk, Casimiro Adrzejewski, Nicolau Przbrzycien, secundados pelas Irmãs de São José. O Padre Nicolau, por exemplo, foi o vigário em Castro por 54 anos. Também no Colégio, as irmãs de origem eslava somavam-se às descendentes de italianos, após o desaparecimento das fundadoras francesas: Trezub, Kopacheski, Kobrack, Glawacki, Krasneck, Delauska, Nayrniak, Popowytch, eram os sobrenomes de família das novas religiosas que se uniam às Benato, De Lucca, Pellanda, Durigan, Gasperin, De Sávio, Moretti, Bortolini e Pichorin. De forma que os estabelecimentos da Congregação, escolares e hospitalares, serviam também à colocação das moças em patamares sociais diversos daqueles de sua origem nas colônias de imigrantes.

Ao elevar-se em meio ao quadro urbano de Castro, o São José passou a dar forma aos anseios da cidade em dispor de uma escola tangível, permanente, ao mesmo tempo em que provia o imaginário da cidade quanto a seu avanço material e intelectual. Sua presença não se fez sem alterar o equilíbrio das forças sociais vigentes. O Colégio influenciou nos aspectos culturais, trouxe novos temas à discussão ou à apreciação estética; estabeleceu proibições e controles, antes só de competência dos pais; causou uma reconfiguração nos costumes, nos horários – diários e sazonais, nas expectativas de formação da juventude, nas formas de polidez. Indiretamente, estendeu sua forma de ensinar, com a presença subjacente dos ideais que identificava como legítimos, através de ex-alunas que assumiram tanto a regência de classes em escolas públicas, quanto a direção de estabelecimentos de ensino, além de postos

administrativos em sistemas de educação municipais, na qualidade de gestoras. Tal influência indireta deu-se também a outras profissões, como, por exemplo, no caso dos jornalistas e redatores de jornais locais, ex-alunos sempre dispostos a enaltecer o Colégio. Paralelamente, ao mesmo tempo em que crescia o número de seus alunos, possibilitavam à Igreja Católica receber novos fiéis, por sua ação catequética.

Para as religiosas residentes em Castro, o Colégio era “a casa das Irmãs”, e era assim que a ele se referiam. O complexo de construções do São José era uma ilha bem ancorada no centro urbano, com seus limites bem demarcados, em cujo interior funcionava um arquipélago de espaços menores interconectados. O setor conventual pertencia somente às freiras e às aspirantes que ali eram formadas. Espaço com regras próprias que existia em função do Colégio, cujos ecos às vezes chegavam a este: como o som da sineta de chamada das Irmãs, que, uma vez acionada segundo códigos pessoais em combinações de batidas, era capaz de retirar da sala de aula uma professora a atender o chamado urgente; ou o odor de comida que fugia da cozinha conventual perto do horário da última aula das manhãs.

Na cidade de Castro, na condição de formadoras dos filhos das principais autoridades, o protagonismo das Irmãs era reconhecido pela maioria, em especial na figura das Madres Superiores, e o intercâmbio entre os personagens que chefiavam as organizações sociais era constante, como nas descritas formaturas. Embora outras congregações femininas tenham residido em Castro trabalhando em hospitais e orfanatos, talvez por não disporem de seu espaço arquitetônico próprio, não marcaram a memória dos castrenses como o fizeram as Irmãs de São José. Assim é que, ao se falar em freiras, todos se lembram logo de alguma professora do Colégio.

As longas paredes do São José, estendendo-se diante da Praça, funcionaram como um espelho, no qual a cidade mirava-se e percebia os traços que lhe interessava realçar. A solidez da arquitetura indicava o fim da deambulação. A cidade que surgira como pouso temporário de tropeiros, em que mesmo os residentes estavam de passagem, pois moravam em suas fazendas, então tinha algo de permanente. Urbano. Citadino. Algo que não vinha do campo, mas do centro da civilização – a França. Para que não mais se pusesse em dúvida que o progresso da cidade era real e palpável.

Tal ancoragem urbana do Colégio, que atraía alunas internas de outras localidades, alçando Castro a uma centralidade regional, contribuía a um outro nível de mitificação do quadro urbano castrense: cercado de terras férteis, e gozando de um clima em geral agradável, seria o local ideal para funcionamento de instituições de ensino. A expansão do Colégio corroborava esta classe de idéias. De forma que não se sabia, ou nem era importante saber, se o Colégio era bom porque estava em Castro. (Teria falhado se instalado alhures?) Ou, ao contrário, se estava em Castro porque era bom, e soubemos eleger e fazer vir a Congregação ideal. De qualquer maneira, a cidade atribuía-se os méritos de sua existência.

Além da novidade profissional de se contar com freiras interagindo no campo educacional, por certo houve também o impacto visual e emocional de sua presença, ora visíveis, ora não. Ao início do século XX, apresentando-se com seus hábitos negros, compridos até o chão, com a cabeça coberta com véu, a figura das Irmãs colocava, nas linhas retas de suas vestimentas em direção ao solo, mais uma indicação de estabilidade e arraigamento. A organização e o controle imprimidos ao Colégio, frutos das previsões das regras congregacionais, eram outra forma de dizer – ordem e progresso. Para os castrenses, a conduta das Irmãs era, por princípio, a correta. Jamais seriam questionadas pelos pais em relação a castigos e reprimendas. Nem os filhos queixar-se-iam em casa. Partia-se do pressuposto de que a formulação dos trabalhos escolares era a melhor possível. Ainda que, para olhos atuais, possam-se identificar inconsistências pedagógicas.

Para a cidade de Castro, que acabava de receber linha férrea e lia seus primeiros jornais, o Colégio foi uma conquista e uma novidade importante. Aberto ao mesmo tempo em que o grupo escolar, na virada dos anos 1904-1905, estas escolas significariam para os castrenses marcos de seu progresso social. Outros espaços de socialização, convivência ou disciplina, são posteriores. Como o Club União e os quartelamentos militares. Melhorias urbanas, só décadas depois: água encanada, luz elétrica, calçamento. Distrações à alma juvenil, ainda mais tarde: rádio e cinema. O Colégio teve tempo para imprimir sua visão de mundo.

O São José foi de Castro. Mais que de sua Congregação. Muitos, até hoje não sabem que freiras eram aquelas, só que eram do Colégio. Sua proposta enquanto instituição religiosa não se sobrepunha a sua função precípua para os castrenses – a de educar-lhes e instruir os filhos. Foi do Paraná, o Colégio, porque recebeu gente de tantos lugares. Assim, a cidade do interior exerceu, através dele, centralidade. Foi do século XX, aquele em que a Igreja Católica conseguiu reorganizar-se e, pela atuação de instituições como o São José, manter um papel hegemônico no campo religioso, ao mesmo tempo em que ainda lograva formar freiras e padres suficientes a operar tal esforço.

Com os desdobramentos da reforma eclesial trazida pelo Concílio Vaticano II, algo parece ter-se modificado irreversivelmente. O carisma da Congregação não mais se coadunava com as práticas da Igreja. As Irmãs de São José foram as primeiras a abandonar os hábitos, a secularizarem-se. Apresentaram-se sem véus. A escola tornou-se semelhante às outras existentes na cidade. Castro igualmente ficava cada vez mais parecido a outros locais. Espelhava-se, ao final do século, nos meios de comunicação e não mais nos muros do Colégio. Para a Igreja que começara a falar português, e para a cidade que assistia televisão, uma escola em que ainda as professoras cumprimentavam-se por *Ma Soeur*, e em que os alunos brincavam no *préau*, deixou de responder a todas as expectativas. Como um encanto que se perdeu, e um dia, a escola fechou.

Ao final do século XX, o poder público oferecia em Castro vagas suficientes a todos os que quisessem estudar. Isto conflitava com as antigas propostas das Irmãs de São José, de estarem presentes onde realmente fossem necessárias e insubstituíveis. As novas vocações religiosas eram dirigidas pela Congregação, dessa forma, a outras localidades, como por exemplo, reservas indígenas, e ao nordeste do Brasil. Menos religiosas disponíveis. O ensino ao encargo de leigos, na maioria das matérias. Tal o aspecto dos anos finais do Colégio.

Condicionantes históricas trouxeram o São José a Castro. Outras o levaram embora. Permanece residente na memória. Afinal, ele também não foi para sempre. Esteve em Castro. De passagem. Estadia longa e frutuosa. *Amém!*

REFERÊNCIAS

FONTES

1 – Do acervo da Documentação Escolar da Secretaria de Estado da Educação, em Castro.

1.1 - Do Colégio São José.

- Livro de Registro de Matrícula. 1919-1926. 51 fls.
- Livro nº. 02 de Matrículas. 1927-1932. 36 fls.
- Livro nº. 03 de Matrículas. 1933-1939. 49 fls.
- Livro nº. 04 de Matrículas. 1939-1948. 88 fls.
- Livro de Chamada dos 6º, 7º e 8º anos. 1931-1935. 50 fls.
- Livro de Atas dos exames finais do Curso Primário. 1963-1976. 51 fls.

1.2 - Do Ginásio de São José.

- Pastas individuais de documentação de alunos, de nºs 01 a 1897. 1942-1973.
- Livro nº. 01 de Matrículas da 1ª série. 1942-1964. 50 fls.
- Livro nº. 01 de Matrículas da 2ª série. 1942-1965. 49 fls.
- Livro nº. 01 de Matrículas da 3ª série. 1942-1967. 49 fls.
- Livro nº. 01 de Atas de colação de grau. 1942-1951. 17 fls.
- Livro das Atas de promoção das 1ª a 4ª séries. 1943-1961. 49 fls.
- Relatório de Inspeção Permanente das 1ª a 4ª séries do Curso Ginásial. 1946. 118 fls.

1.3 - Da Escola Técnica/Colégio Comercial Fátima.

- Pastas individuais de documentação de alunos. De nº.s 01 a 578. 1943-1967.
- Livro de Matrícula Cronológica do Instituto Comercial Fátima. 11/03/1943-30/03/1963. 25 fls.
- Livro de Matrículas (nº. 01), do Instituto Comercial Fátima. 01/03/1943-11/03/1957. 47 fls.
- Livro de Matrículas (nº. 2) da Escola Técnica de Comércio Fátima. 01/03/1958-10/03/1965. 49 fls.

- Livro de Matrículas (nº. 3) do Colégio Comercial Fátima. 01/03/1966-10/03/1968. 12 fls.
- Livro nº. 05, de Certificados de Promoção do Instituto Comercial Fátima, 1944. 60 fls.
- Livro nº. 06, dos Termos de Posse de Investidura dos Professores Estagiários. 1955-1958. 10 fls.
- Livro nº. 09, das atas de verificação dos trabalhos escolares dos professores. 1950-1967. 20 fls.
- Livro de Termos de Visitas nº. 1 da Escola Técnica de Comércio Fátima. 01/03/1943-19/12/1957. 49 fls.
- Livro de Termos de Visitas nº. 2 da Escola Técnica de Comércio Fátima. 22/02/1958-28/01/1969. 51 fls.
- Livro de Termos de Expedição de Diplomas de Técnico de Contabilidade nº. 1, da Escola Técnica Comercial Fátima. 22/04/1956-27/04/1965. 100 fls.
- Livro de Termos de Expedição de Diplomas de Técnico de Contabilidade nº. 2, da Escola Técnica Comercial Fátima. 05/12/1964-20/11/1968. 59 fls.
- Livro de Atas da colação de grau da Escola Técnica Comercial Fátima. 08/12/1945-30/11/1968. 33 fls.

1.4 - Da Escola Normal Colegial de São José.

- Pastas individuais de documentação de alunas. De nºs 01 a 674. 1946-1973.
- Livro nº. 1, de Matrículas da Escola Normal São José. 1946-1969. 49 fls.
- Livro nº. 2, de Registro de Matrículas da Escola Normal São José. 1970-1973. 09 fls.
- Livro de julgamentos das provas parciais e finais da Escola Normal São José. Iniciado em 07/12/1948, com resultados transcritos a partir de 1946, fls. sem numeração.
- Livro nº. 2, de apuração de notas finais da Escola Normal de São José. Iniciado em 11/01/1974. 4 fls.
- Livro de Atas de colação de grau da Escola Normal São José. 1948-1973. 34 fls.
- Livro de Histórico Escolar da Escola Normal de São José. Iniciado em 01/05/1957. 32 fls.
- Livro de Ocorrências do Colégio de São José. 1957-1973. 47 fls.
- Relatório de 1946 de Inspeção Permanente. 120 fls.
- Relatório de 1947 de Inspeção Permanente. 122 fls.
- Livro nº. 1, de Termos de Expedição de Diplomas. De 07/12/1957 a 04/12/1965. 98 fls.
- Livro nº. 2, de Termos de Expedição de Diplomas. De 04/12/1965 a 03/12/1973. 73 fls.
- Livro nº. 2, de Termos de Visitas da Escola Normal. 1957-1973. 78 fls.

1.5 - Da Escola Profissional São José (corte e costura, datilografia)

Pasta de correspondências expedidas da Escola Profissional São José,
Ofício sem número, constante da pasta de correspondências expedidas da Escola
Profissional São José.

Livro de Atas de Exames da Escola Profissional São José. 1968-1989.

Regimento Interno da Escola Profissional São José. 18/04/1968.

1.6 - Do Ginásio e Escola São José, após a reforma da Lei 5.692.

Plano Projeto de Implantação da Reforma da Lei 5.692. 21/12/1972. Mimeo. 144
+ 82 fls.

Ofício sem número enviado em 21/12/1972. Plano Projeto de Implantação da
Reforma da Lei 5.692. Mimeo.

Comunicado nº. 02/93, 12/02/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas.

Comunicado nº. 08/93, 04/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas.

Comunicado nº. 11/93, 04/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas.

Comunicado nº. 18/93, 17/11/1993, mimeo. Pasta de correspondências expedidas.

2 – Do acervo de Mariinha Macedo (Casa da Cultura Emília Erichsen, Castro).

Exames manuscritos de Maria (Mariinha) de Macedo. Castro, Colégio São José, 1916
a 1919.

Histoire abrégée des Littératures anciennes et modernes. Paris: Alliance des
Maisons d'Éducation Chrétienne, s.n., s. d.. 53^a ed.

ROCHA POMBO, **História do Brazil.** Rio de Janeiro, s. n., 1918.

Carta de Soeur Joseph Hermann a Mariinha Macedo, manuscrita, Castro,
23/11/1929.

Carta de Irmã Antonieta a Mariinha Macedo. Lapa, 07/05/1959.

GOFFINÉ, Leonardo. **Manual do Christão.** Rio de Janeiro: Colégio da Imaculada
Conceição, Botafogo. 1930. 11^a edição

3 – Do acervo da Paróquia de Sant’Ana, Castro.

A Estrela. Jornal católico. Curitiba. 1903.

Livro Tombo nº 3 da Paróquia de Sant’Anna de Castro. (15/05/1882 a 21/10/1923).

4 – Do acervo do Dr. Sidnei Joel Iucksch.

Cadernos manuscritos de Dulvina Ribas. Castro, Colégio São José, 1906-1908.

5 – Do acervo de Idalina Bueno de Magalhães.

Boletim de Idalina Bueno. Acervo da aluna. Década de 1930.

6 – Do acervo de Maria Zélia Fonseca.

Boletim de Maria Zélia Fonseca. Acervo da aluna. 1939.

7 – Do acervo do Colégio São José (sacristia da capela), Castro.

Boletim mensal da aluna Judith Carneiro de Mello, Julho de 1927.

Caderno de Antonieta Rolim. Manuscrito. Janeiro e Fevereiro de 1933.

Carta do Padre Médaille, 1650. *in* O Pequeno Projeto. Caxias do Sul: Tipografia da Pia Sociedade de São Paulo, 1965.

O Pequeno Projeto. Caxias do Sul: Tipografia da Pia Sociedade de São Paulo, 1965.

Títulos da Coleção Palco Juvenil. Petrópolis, Editora Vozes: **A borboleta e a abelha** (nº. 15); **O cego de nascimento** (nº. 41); **O azar da mascote** (nº. 47); **Entre dois corações maternos** (nº. 51); **Dan, a pequena mártir de Cristo-Rei** (nº. 61); **O Triunfo da Cruz** (nº. 63); **O triunfo da educação cristã** (nº. 83); **As Duas Mamães** (nº. 114); **O espiritismo na berlinda** (nº. 120).

Peça teatral. Folha esparsa. Mimeo.

8 – Do acervo da Gráfica Kugler, Castro. (jornais)

- A Aura.** Órgão dedicado à Intellectualidade Castrense. Reds. Almeida & Cia. 1916. (01 número)
- A Aurora do Evangelho.** Órgão de propaganda evangélica. 1898-1900. (10 números)
- A Campanha.** Órgão Imparcial. 1895-1896. (64 números)
- A Caridade.** Órgão do Centro Espírita Allan Kardec. 1899-1900. (6 números)
- A Democracia.** Hebdomadário crítico e noticioso. Dir. O. Leite. 1924-1929. (71 números)
- A Evolução.** Hebdomadário imparcial. Editor: Sérgio de Castro. Reds.: Salustio Lamenha Lins, Jeronymo Cabral, Moura Ferreira, Antonio Bley, Estanslau Cardoso. 1899-1900. (37 números)
- A Notícia.** Jornal noticioso, literário e científico, sem idéias partidárias. Prop.: J. Castro Lopes. 1914. (3 números).
- A Palavra.** Red.: F. Soares. 1912. (10 números)
- Castro Jornal.** Reds.: Jonas Borges Martins, Pedro Kaled. 1931-1965. (1700 números)
- Cruzada.** Revista Católica. Boletim do Comitê Católico de Castro – Por Deus e Pela Pátria. 1920. (13 números)
- Folha de Castro.** Editora: Idalina Bueno de Magalhães. 1967-1998. (56 números)
- Gazeta de Castro.** Ger.: Herculano Fonseca. 1904-1905. (59 números)
- Jornal do Iapó.** Eds.: Lourival Leite de Carvalho, Noeli Martins de Oliveira. 1967-1983. (466 números)
- O Amigo da Verdade.** Semanário Católico. Dir.: Padre João Lona. 1926-1927. (78 números)
- O Anzol.** Órgão crítico, literário e humorístico. Red.: Jonas Borges Martins. 1924. (06 números)
- O Bravo.** Reds.: Fidélis Franco Bueno; Ronie Cardoso Filho. 1974-1976; 1986-1992. (147 números)

- O Cambuí.** Dir. Fidélis Franco Bueno. 1983-1986. (52 números)
- O Coringa.** Jornal crítico, literário e humorístico. Red.: Luciano Araújo. 1915; 1918-1919. (9 + 14 números)
- O Correio de Castro.** Jornal Imparcial. Reds.: J. Albuquerque, Tiburcio Brazil, Pedro Novaes. 1916. (7 números).
- O Echo de Castro.** Jornal Imparcial. Reds.: J. Albuquerque, Tiburcio Brazil, Pedro Novaes. 1916. (25 números).
- O Estylete.** Semanário noticioso, literário e crítico. Reds.: Pedro Novaes, João Macedo. 1920. (24 números)
- O Estudante.** Órgão do Centro Literário Ruy Barbosa, anexo ao Ginásio Municipal de Castro. Dir.: Luiz Rangel. 1931. (14 números)
- O Faísca.** Ordem e Progresso. *Res non verba*. Red. Eng^o.: Francisco Wisniewski. 1915. (4 números)
- O Grito.** Semanário político e noticioso. 1922. (1 número)
- O Legionário.** Semanário Integralista – Doutrina, Crítica, Combate. Red.: João Toledo Mascarenhas. 1937. (16 números).
- O Liberal.** Semanário Independente. Red.: M. Camargo. 1923-1924. (61 números)
- O Meteoro.** Órgão imparcial. 1900. (1 número)
- O Município.** Semanário. 1906. (20 números)
- O Mysterio.** Redatora: Julieta Santos. 1927. (6 números)
- O Rebate.** Semanário dedicado aos interesses do município. Dir. José A. de Loyola. 1935 (11 números)
- O Testemunho.** Boletim de propaganda das igrejas presbiterianas de Castro, Sengés e Congregações. Red.: A. Mafra. 1928. (5 números)
- O Theatro.** Órgão crítico-jocoso do Grêmio Dramático 29 de Novembro. 1905-1906. (5 números)
- Odeon-Jornal.** Órgão de propaganda da Empresa Vespasiano Carneiro de Mello. 1925; 1929. (9 + 2 números).

9 – Do acervo da Casa Provincial de Chambéry, França.

Constitutions pour la Petite Congrégation des Soeurs de Saint Joseph établie dans la diocese de Belley. Lyon: J. B. Pélagaud, 1854.

Constitutions pour la Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph, approuvé par NN SS les évêques de Saint-Jean de Maurienne et de Tarentaise. Bar-le-Duc: Imprimerie de L'Ouvre de St-Paul, 1894.

Cours de 1875, álbum manuscrito. Saint-Jean de Maurienne: Pensionnat de Saint Joseph, 1875.

Cours de Première Classe, álbum manuscrito. Saint-Jean de Maurienne: Pensionnat de Saint Joseph, 1873.

Coutumier de la Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Tarentaise. Vanves: Imprimerie Franciscaine Missionnaire, 1935.

10 – Do acervo do pesquisador.

A Congregação das Irmãs de São José no Cincoentenário do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes. Curitiba: Papelaria Requião, 1956.

Boletins Escolares de Ronie Cardoso Filho. Colégio São José: 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976.

CAFFAREL, HENRI (org). **d'Ève à Marie. Ou le destin de la femme.** Revue Internationale de Spiritualité Familiale. N° 57-58, maio-agosto de 1954. Paris: Ed. Du Feu Nouveau.

DILLMONT, THÉRÉSE DE. **Encyclopédie des Ouvrages de Dames.** Dornach, Alsácia: da autora, s.d.

D. PEDRO II. **Diário da Visita à Província do Paraná. 1880.** in Petrópolis: Anuário do Museu Imperial, vol. XX, 1959.

KECKEISEN, BEDA (dom). **Missal Quotidiano.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1954.

Manual de Piedade para as Alunas das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo: 1946.

Mensageiro do Coração de Jesus. Orgam mensal do Apostolado da Oração. Itu, Typografia do Apostolado, 1916-1918.

ROCHA POMBO, JOSÉ FRANCISCO. **O Paraná no Centenário, (1500-1900).** Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

VICTOR, NESTOR. **A Terra do Futuro. Impressões do Paraná.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1912.

11 – Existentes em bibliotecas de acesso público.

A Arquidiocese de Curitiba na sua História. Curitiba: s.n., 1958.

BARROS, JOSÉ CAMARGO DE. (dom). **Carta Pastoral de D. José de Camargo Barros – saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração.** Curitiba: Typographia da Imprensa Paranaense, 1900.

BRAGA, JOÃO FRANCISCO (dom). **Carta Pastoral anunciando o constituir-se da Província Eclesiástica de Corityba no Brasil.** Curitiba: 24/05/1927.

BRASIL. **Diário Oficial.** Rio de Janeiro, **Decreto-Lei 6.141**, de 28/12/1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial.

BRASIL. **Diário Oficial.** Rio de Janeiro, **Decreto-Lei 8.530**, de 02/01/1946, Lei Orgânica do Ensino Normal.

Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba. Anno, I, nº 3.

Catholic Encycolpedia. New York: Robert Appleton Company, 1913.

CAVALCANTI, JOAQUIM ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE (dom). **Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis de suas Dioceses por ocasião do Centenário de Independência.** Rio de Janeiro: Typ. Marques, Araújo & C., 1922.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY. **Constituições das Religiosas de São José de Chambéry.** Roma, Casa Generalícias, 1951. Tradução: São Paulo: Editora Ave Maria, s.d.

_____. **Orientações de Vida. Capítulos Gerais Especiais de 1969 e 1973/74.** Brasil: mimeo, s.d.

- _____. **Constituições das Religiosas de São José de Chambéry. Conforme aprovadas pela Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares em 1984.** Tradutor não indicado. Sem indicações bibliográficas. 66 p.
- _____. **Constituições das Religiosas de São José de Chambéry.** Roma: 1980. Tradutor não indicado. São Paulo: Casa Provincial, mimeo, s.d.
- _____. **Textos Primitivos.** Curitiba, impressor não indicado, 1985. 284 p.
- _____. **Homenagem à Madre Maria Theodora Voiron.** São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus, 1919.
- Constituições para a Pequena Congregação das Filhas de São José.** *in*_TOIGO, J.; REIS, M. E.; GIONGO, M. C.; OLIVEIRA, I. J.; FONTMORIM, M. L. Irmãs de São José: Textos Primitivos. Curitiba: (s.n.), 1985. v. 1-2.
- Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Lyon.** Lyon: Imprimerie Veuve M. Paquet, 1918.
- FEDALTO, Pedro (Arcebispo) **A Arquidiocese de Curitiba na sua História.** 5ª ed. Curitiba: (s.n.), 1956.
- JÚLIO MARIA (Padre). (Júlio César de Moraes Carneiro.) **A Igreja e a República.** Brasília: Editora UNB, 1981.
- Juvenília. Canções para a vida do Colégio e do Lar.** Rio de Janeiro: Salesianas, 1949.
- MARTINS, ROMÁRIO. **História do Paraná.** Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.
- Madre Maria Teodora Voiron – Fundadora da Província Brasileira das Irmãs de São José (1835-1925).** São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1937.
- MÉDAILLE, JEAN PIERRE. (Padre) **Máximas de Perfeição para as almas que aspiram à caridade perfeita.** (segundo a edição de H. Jacquard, Clermont, 1672). Traduzidas da edição de Lyon, 1962, coligida pelo Padre Nepper. Tradutor não indicado. Sem indicação bibliográfica. 128 p.
- MONTEIRO DE BARROS, Francisco de Paula. **Vozes Íntimas,** Rio de Janeiro: 1889.
- MÜLLER, Estevão. **As Samaritanas de Chambéry.** Curitiba: Champagnat, 2005.
- ROUSSEAU, J. J. **Émile ou de l'Éducation. La profession de foi du vicaire savoyard.** Paris: Librairie Larousse, 1938.

SILVA, OLÍVIA SEBASTIANA. **Uma Alma de Fé: Maria Teodora Voiron, fundadora da Província Brasileira das Irmãs de São José de Chambéry.** São Paulo: Ave Maria, 1948.

TOIGO, J.; REIS, M. E.; GIONGO, M. C.; OLIVEIRA, I. J.; FONTMORIM, M. L. **Irmãs de São José: Textos Primitivos.** Curitiba: (s.n.), 1985. v. 1-2.

TRÉSAL, J. **L'Annexion de La Savoie à La France (1848-1860).** Paris: Plon-Nourrit, 1918.

_____. **Les Soeurs de Saint-Joseph de Moûtiers (Savoie) en France et au Brésil (1828-1928).** Paris: J. Gabalda, 1929.

VIEIRA, Francisco de Assis. (org) **Legislação do Ensino Comercial.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, MEC, 1957.

12 – Fontes orais. (Entrevistados em outubro e novembro de 2006 pelo autor da tese)

Nome do entrevistado	Residência	Ano de matrícula no Colégio
Aracy Matias Pianowski	Castro	1956
Adelina Casella Mora	Curitiba	1929
Clari Lopes dos Santos	Castro	1923
Diahir Santos	Curitiba	1928
Domitila Flores	Castro	1935
Fioravante Flores	Castro	1933
Idalina Bueno de Magalhães	Curitiba	1927
Irmã Maria Tereza Xavier	Ponta Grossa	Professora
Judith Carneiro de Mello	Castro	1926
Julietta Signorelli	Castro	1925
Juracy Pusch	Castro	1928
Lília Kiel Santos	Castro	1933
Maria Zélia Fonseca	Ponta Grossa	1934
Tereza Anunciata Flores Amato	Castro	1939
Zoé Rolim	Castro	1929

LIVROS E ARTIGOS

- ALBUQUERQUE, MÁRIO MARCONDES. Pelos Caminhos do Sul. Curitiba: Imprensa Oficial, 1978.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. in SAVIANI, Dermeval, e. a., O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ANTUNES DOS SANTOS, Carlos Roberto. Paraná: Vida Material, Vida Econômica. Curitiba: SEED/UFPR, 2001.
- ARON, JEAN-PAUL. (org) Miserable et Glorieuse. La Femme du XIXe Siécle. Bruxelas: Complexe, 1984.
- AZEVEDO, FERDINAND. Espiritualidade Ultramontanista no Nordeste (1866-1874): um ensaio. in Azzi, Riolando. (org.) A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1983.
- AZEVEDO, THALES. Igreja e Estado em Tensão e Crise. (A Conquista Espiritual e o Padroado na Bahia). São Paulo: Ática, 1978.
- AZZI, RIOLANDO. O Episcopado Brasileiro frente ao Catolicismo Popular. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. O Catolicismo Popular no Brasil. Aspectos Históricos. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. A Concepção da Ordem Social segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro. São Paulo: Loyola, 1980.
- _____. (org.) A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____. A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal. História do Pensamento Católico no Brasil II. São Paulo: Paulinas, 1992.
- _____. O Altar Unido ao Trono. História do Pensamento Católico no Brasil III. São Paulo, Paulinas, 1992.
- _____. Os Bispos Reformadores. A Segunda Evangelização do Brasil. Brasília: Serviço de Editoração Rumos, 1992.
- _____. O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano. História do Pensamento Católico no Brasil IV. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____. A Neocristandade, um Projeto Restaurador. História do Pensamento Católico no Brasil V. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____. História da Educação Católica no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas. Vol I. São Paulo: Serviço Interprovincial Marista, 1996.

- _____. História da Educação Católica no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas. Vol II. São Paulo: Serviço Interprovincial Marista, 1997.
- _____. História da Educação Católica no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas. Vol III. São Paulo: Serviço Interprovincial Marista, 1999.
- AZZI, RIOLANDO, e BEOZZO, JOSÉ OSCAR. (orgs). Os Religiosos no Brasil: Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BALHANA, ALTIVA PILATTI e PINHEIRO MACHADO, BRASIL. (orgs). Campos Gerais, Estruturas Agrárias. Curitiba: Universidade Federal, 1968.
- BAUBÉROT, JEAN. Histoire de la laïcité en France. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- BENCOSTTA, MARCUS LEVY. (org) Culturas escolares, saberes e práticas educativas. Itinerários históricos. São Paulo, Cortez, 2007.
- BOIS, A. Les Soeurs de Saint-Joseph. Filles du Petit Dessein. de 1648 à 1949. Lyon: Imprimeries du Sud-Est, 1950.
- BOLLIN, A., GASPARINI, F. A Catequese na Vida da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1998.
- BONI, LUIS ALBERTO DE. Catolicismo no Brasil – Início do Fim? Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1977.
- BORBA, ONEY BARBOSA. Os Iapoenses. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986.
- BUFFA, ESTER e PINTO, GELSON DE ALMEIDA. Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- BURKE, PETER. Uma História Social do Conhecimento. De Gutenberg a Diderot. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e A República, e outros ensaios. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003.
- BOSI, ECLÉA. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 3ª ed.
- CATANI, D. B.; BUENO, B.O.; SOUZA, C. P.; e SOUZA, M. C. C. C. Docência, Memória e Gênero. Estudos sobre Formação. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CHAIGNE, LOUIS. Guide Religieux de la France. Paris: Hachette, 1967.

- CHARTIER, ROGER. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAUÍ, MARILENA. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- CUNHA, MARIA TERESA SANTOS. No tom e no tema: Escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). in BENCOSTTA, MARCUS LEVY. (org) Culturas escolares, saberes e práticas educativas. Itinerários históricos. São Paulo, Cortez, 2007.
- Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná. Curitiba: Livraria do Chain, 1991.
- DE GROOT, C. F. G. Brazilian Catholicism and the Ultramontane Reform, 1850-1930. Amsterdam: Centro de Estudos e Documentação Latino-Americanos, 1996.
- DORFMUND, LUIZA PEREIRA. Exaltação à Professora Emília Erichsen, Fundadora do 1º Jardim de Infância no Brasil. São Paulo: FTD, 1966.
- DUBY, GEORGES; PERROT, MICHELLE. (orgs) História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1994.
- DUCHET-SUCHAUX, GASTON. Les Ordres Religieux. Guide Historique. Paris: Flammarion, 2000.
- DUFOURCQ, ELISABETH. Les Congrégations Religieuses Féminines Hors d'Europe. Paris: Librairie de l'Inde Éditeur, 1993.
- ELIAS, NORBERT. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.
- Enciclopédia Mirador. São Paulo: Britânica do Brasil, 1986.
- FARIA FILHO, LUCIANO MENDES DE. (org.) Educação, Modernidade, Civilização. Fontes e Perspectivas de Análises para a História da Educação Oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- FLECK, ELIANE CRISTINA DECKMANN. A Igreja e a Praça: Um Estudo das Relações entre Espaço e Imaginário. São Leopoldo: Revista Estudos Leopoldenses, Série História, 1997, vol. 1, nº 2.
- FORQUIN, JEAN-CLAUDE. Escola e Cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- FOULQUIÉ, PAUL. Igreja e a Educação. Trad. Maria das Dores Ribeiro de Figueiredo e Castro. Rio de Janeiro: Agir, 1957.
- FOYACA, MANUEL. As Encíclicas Sociais. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- FRANÇA, HEITOR STOCKLER DE. Palmeira: temas regionais. Palmeira: do autor, 1972.
- GEORGEL, JACQUES; THOREL, ANNE-MARIE. L'Enseignement privé en France du VIIIe au XXe Siècle. Paris: Dalloz, 1995.
- GAUDEFROY, Padre. O Espírito do Pequeno Projeto. Puy, 1950. (Conferência). in O Pequeno Projeto. Caxias do Sul: Tipografia da Pia Sociedade de São Paulo, 1965.
- GOYAU, GEORGES. Missions et Missionaires. Paris: Blond & Gery, 1931.
- HALBWACHS, MAURICE. Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- JOURNOUD, Padre. O Espírito do Pequeno Projeto. Lyon, 1943. (Conferência). in O Pequeno Projeto. Caxias do Sul: Tipografia da Pia Sociedade de São Paulo, 1965.
- JOUSSET, P. La France. Géographie Illustrée. Paris: Larousse, s.d.
- KOSELLECK, REINHARDT. Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.
- KULESZA, WOJCIECH ANDRZEJ. A Cultura Escolar Católica no Brasil Moderno. São Leopoldo: Revista Educação Unisinos, 2004, vol. 8, nº 14.
- HALBWACHS, MAURICE. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- LABRADOR, C.; BERTRÁN-QUERA, M; ESCANCIANO, A. DIEZ; e ESCALERA, J. MARTINEZ DE LA. La "Ratio Studiorum" de los Jesuitas. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1986.
- LACOMBE, AMÉRICO JACOBINA. A Igreja no início do século XX. in Brasil 1900-1910. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.
- LANFREY, ANDRÉ. Les Catholiques français et l'École. (1902-1914). Paris: Éditions du Cerf, 1990.

- LANGLOIS, CLAUDE. Le Catholicisme au féminin. Les congrégations françaises à supérieure générale au XIXe siècle, Paris: Les Éditions du Cerf, 1984.
- LAVALLE, AIDA MANSANI. Nos Tempos da Província. Emília Ericksen e o ensino em Castro. Castro: Prefeitura Municipal, 1992.
- LEANDRO, JOSÉ AUGUSTO. Palco e Tela em Castro. 1896-1929. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- LE GOFF, JACQUES. História e Memória. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992. 2ª ed.
- LEVI, G. e SCHMITT, J-C. História dos Jovens: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LLORCA, BERNARDINO. Cuadros Sincrónicos de História Eclesiástica, História de los Dogmas e História Literária de la Iglesia. Barcelona: Editorial Labor, 1950.
- LUSTOSA, OSCAR DE FIGUEIREDO. A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990.
- _____. A Igreja Católica no Brasil-República. Cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Paulinas, 1991.
- MAGALHÃES, IDALINA BUENO DE. Narrativas. Castro: Gabriel Indústria Gráfica, Castro, 1999.
- MAGALHÃES, MARION BREPOHL DE. Paraná: Política e Governo. Paraná: SEED, 2001.
- MANOEL, IVAN APARECIDO. Igreja e Educação Feminina (1859-1919) Uma Face do Conservadorismo. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- MARTINA, GIACOMO. História da Igreja. De Lutero a nossos dias. Vol. IV – a era contemporânea. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1997.
- MAYER, FRANÇOISE. Histoire de l'Enseignement et de l'Éducation. 1789-1930. Tomo III, Paris: Perrin, 1981.
- MENEZES, MARIA CRISTINA (org). Educação, Memória, História. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- MOURA, ODILÃO. As Idéias Católicas no Brasil. Direções do Pensamento Católico no Brasil no séc. XX. São Paulo: Convívio, 1978.

- NADALIN, SÉRGIO ODILON. Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações. Paraná: SEED, 2001.
- NEGROMONTE, ÁLVARO. História da Igreja. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.
- NICOLAS, MARIA. Vultos Paranaenses, volume 4. Curitiba: da autora, 1966.
_____. Pioneiras do Brasil – Estado do Paraná. Curitiba: da autora, 1977.
- NORA, PIERRE. (dir) Les Lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1984.
- NOVAES ROSAS, JOSÉ PEDRO. A Fundação da Cidade de Castro. Castro: Prefeitura Municipal, 1993, 2ª ed.
- NUNES, JOSÉ ROSADO. Prática político-religiosa das Congregações Femininas no Brasil – Uma Abordagem Histórico Social. In Azzi, R. BEOZZO, J.O. (orgs). Os Religiosos no Brasil: Enfoques Históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.
- OLIVEIRA, DENNISON DE. Urbanização e Industrialização no Paraná. Paraná: SEED, s.d.
- OZOUF, MONA. L'Ecole, L'Eglise et la République. Paris: Cane/Jean Offredo, 1982.
- PEREIRA, MAGNUS ROBERTO DE MELLO. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Curitiba: Universidade Federal, 1996.
- PETITAT, ANDRÉ. Produção da escola, produção da sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PINHEIRO MACHADO, BRASIL. Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná. Curitiba: UFPR, 1985.
- POLAZ, KAREN TERESA MARCOLINO. Porto Feliz: evolução demográfica, imigração e propriedade de terra nos séculos XIX E XX. Caxambu: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006.
- POLLACK, MICHAEL. Memória e Identidade Social. in: Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992.
- REGO, TERESA CRISTINA. Memórias de escola. Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ROGIER, L. J., AUBERT, R., KNOWLES, M. D. Nova História da Igreja. (Vol V.) A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno. Petrópolis: Vozes, 1976.

- SANTA CRUZ, AFONSO DE. As Religiosas sem Lei... (Pe. João Pedro Médaille, SJ). Curitiba: Edições Rosário, 1982.
- SANTOS, CARLOS ROBERTO ANTUNES. Arquivos da Cidade de Castro. Boletim da Universidade do Paraná, nº 16. Curitiba: UFPR, 1972.
- SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; e VALDEMARIN, V. T. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SCHELLING, J. W. J. Experiência e História. Madrid: Editorial Tecnos, 1990.
- SCHINDLER, NORBERT. Os Tutores da Desordem: Rituais da Cultura Juvenil nos primórdios da Era Moderna. in LEVI, G. e SCHMITT, J-C. História dos Jovens: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHMITZ, EGÍDIO FRANCISCO. Os Jesuítas e a Educação. Filosofia Educacional da Companhia de Jesus. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.
- SCHWAN, MARIE. Ignatian Spirituality: Roots of the Sisters of St. Joseph. Acessado em 20/04/2008, no endereço eletrônico:
http://www.sistersofstjoseph.org/publications/pathways/2001_summer.html
- SMITH, MORTON e HOFFMANN, JOSEPH. What the Bible really says. New York: Harper Collins, 1993.
- SORREL, CHRISTIAN. La République contre les Congrégations. Histoire d'une passion française. (1899-1914). Paris: Les éditions du CERF, 2003.
- STEPHANOU, MARIA e BASTOS, MARIA H. C. (orgs) Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III: Século XX. Petrópolis, Vozes, 2005.
- TORRES-LONDOÑO, FERNANDO. (org) Paróquia e Comunidade no Brasil. Perspectiva Histórica. São Paulo: Paulus, 1997.
- TRINDADE, ETELVINA MARIA DE CASTRO. Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- TRINDADE, ETELVINA MARIA DE CASTRO e ANDREAZZA, MARIA LUIZA. Cultura e Educação no Paraná. Paraná: SEED, 2001.
- TURIN, YVONNE. Femmes et Religieuses au XIXème Siècle. Le féminisme en religion. Paris: Nouvelle Cité, 1989.

- VASCONCELOS, MARIA LÚCIA MARCONDES CARVALHO. (org.) Educação e História da Cultura: Fronteiras. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.
- VEIGA, CYNTHIA G. e FONSECA, THAÍS, N. L. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VIDAL, D. G., FARIA FILHO, L. M. História da Educação no Brasil: A Constituição Histórica do Campo (1880-1970). São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 23, nº 45, 2003.
- VIÑAO, ANTONIO. Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio. Murcia: VIII Jornadas Estatales del Fórum Europeo de Administradores de la Educación de la Región de Murcia, 1996.
- WALDMANN, ISOLDE MARIA. Emília Braziliiana Fagundes Erichsen. in Academia de Letras dos Campos Gerais. Antologia, volume 2. Ponta Grossa: dos autores, 2002.
- WERNET, AUGUSTIN. A Igreja Paulista no século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.
- WANKE, Eno Teodoro. A Santa Cruz do Internato. Memórias. Rio de Janeiro: Plaquette, 1993

DISSERTAÇÕES E TESES

- BRAGA, Marina Fernandes. Arquitetura e Espaço Escolar na “Atenas Mineira”: os Grupos Escolares de Juiz de Fora (1907-1927). Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: UFPR, 2008.
- CARVALHO, FERMINA CASSEMIRA DE PAULA E SILVA. Igreja Católica e Educação Feminina: o Instituto de Educação do Colégio Sagrado Coração de Jesus. (Canoinhas-SC, 1936-1956). Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: UFPR, 2004.
- CHORNOBAI, GISELE QUADROS LADEIRA. Igreja Católica, Educação Feminina e Cultura Escolar em Ponta Grossa (Paraná): A Escola Normal de Sant’Ana (1947-1960). Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: UFPR, 2002.
- CINTRA, ÉRICA PIOVAM DE ULHÔA. Ensino Profissional Feminino em Curitiba: A Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955). Dissertação de Mestrado em História da Educação. Curitiba: UFPR, 2005.
- CUNHA, MARIA IZA GERTH. Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica – Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- JURKEVICS, VERA IRENE. Os Santos da Igreja e Os Santos do Povo: devoções e manifestações da religiosidade popular. Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2004.
- KERSTEN, MÁRCIA SCHOLZ de ANDRADE. Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990. Tese de doutoramento. Curitiba: UFPR, 1998.
- MANOEL, IVAN APARECIDO. Igreja e Educação Feminina: Os Colégios da Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919). Tese de Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.
- MARCHI, EUCLIDES. A Igreja e a Questão Social. O Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915). Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1989.
- NEGRÃO, ANA MARIA MELO. Infância, Educação e Direitos Sociais: “Asilo de Órfãs, (1870-1960). Tese de Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP, 2002.

PILLA, MARIA CECÍLIA BARRETO AMORIM. Escola de Virtudes. Sociabilidades no Colégio Cajuru – 1907-1942. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 1999.

PIZANI, MARIA ANGÉLICA PINTO NUNES. O Cuidar na Atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. (1896-1937). Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2005.

SANTOS, VERA LÚCIA DOS. A Revista do “Patrocínio”: textos e imagens de um período escolar dedicado à formação feminina (décadas 20 e 30 do séc. XX). Dissertação de Mestrado em História da Educação. São Paulo: FE/USP, 2004.

ANEXO 1**ESTATUTOS DO COLÉGIO SÃO JOSÉ⁴³²**

Comissão provedora do Colégio São José:

CONDIÇÕES

1^a

Com a denominação de Colégio “São José” fica fundado nesta cidade um estabelecimento de educação e instrução para meninas, dirigido por Irmãs de São José, sob a responsabilidade de uma comissão provedora.

2^a

O pessoal do Colégio se comporá a princípio de três irmãs, sendo duas professoras e uma encarregada dos serviços domésticos.

3^a

O programa dos estudos é o mesmo do Estado, decompondo-se em curso primário e secundário; ensinando-se além disso trabalhos de agulha e outros misteres domésticos, necessários à completa educação das meninas.

4^a

A Comissão obriga-se a pagar a cada irmã a importância anual de 500\$000, em quatro prestações trimestrais.

5^a

Além da contribuição anual, a comissão obriga-se a pagar o aluguel da casa e a adquirir a mobília necessária para a sala e dormitório, assim como os utensílios de cozinha, de acordo com o pedido da irmã superiora.

6^a

A cada irmã professora corresponderá o número máximo de trinta alunas; logo que haja número superior a esse, a Comissão providenciará sobre a vinda de outra irmã, nas mesmas condições.

7^a

Casa haja alunas em número suficiente para manter nas condições acima, Irmã professora de piano e desenho, a Comissão pedirá mais uma irmã, que possa ensinar essas artes.

8^a

Cada membro da Comissão terá direito a por no colégio uma menina, devendo pagar mais 5\$000 por aluna que exceder daquele número, mensalmente.

⁴³² Conforme: NOVAES ROSAS, J. P. *op. cit.* pp. 120-123.

9^a

As prestações trimestrais serão pagas adiantadamente, até quinze dias antes de começar o novo trimestre.

10^a

Para o pagamento da primeira prestação trimestral e das despesas de instalação, proceder-se-á a rateio entre os membros da Comissão, sendo excluído o membro que até o dia 15 de dezembro não tiver pago a sua quota.

11^a

Decorrido o primeiro mês subsequente a cada trimestre, o membro da Comissão, que não tiver pago a sua quota, será convidado pelo Tesoureiro a pagá-la no prazo de oito dias, sendo eliminado da comissão caso exceda ao prazo marcado.

12^a

As pessoas que não fizerem parte da Comissão pagarão mensalmente 8\$000 por menina matriculada no curso primário e 12\$000 no curso secundário.

13^a

O pagamento será efetuado adiantadamente e em prestações trimestrais não havendo restituição alguma, caso a aluna se retire do Colégio sem completar o trimestre.

14^a

Para o estudo de piano e desenho, cada aluna pagará mais 5\$000 ou 3\$000 mensais, conforme seja ou não, filha, sobrinha, ou tutelada de um dos membros da Comissão.

15^a

Para as alunas internas a pensão será combinada com a irmã Superiora e paga a mesma adiantada e trimestralmente.

16^a

Cada aluna interna, além da pensão, pagará uma jóia para cama e outros objetos indispensáveis, devendo trazer o enxoval que a Irmã Superiora julgar necessário.

17^a

Os parentes de alunas que não residirem nesta cidade deverão ter um procurador ou correspondente, que se possa entender com o Presidente ou Tesoureiro da Comissão provedora.

18^a

A Comissão provedora terá o direito de colocar no Colégio dez alunas pobres; o mesmo direito assiste às Irmãs.

19^a

As quantias arrecadadas, que excederem a importância de 1:500\$000, pela qual a Comissão provedora se considera responsável, serão rateadas entre os membros da mesma, de modo que cada um venha apenas a concorrer com uma quota igual a das pessoas estranhas à comissão, com dedução de 25%.

20^a

O saldo das quantias arrecadadas, feita a dedução a que se refere a condição 19^a, constituirá um fundo de reserva para ser aplicado em benefício do estabelecimento.

21^a

A Comissão elegerá entre seus membros um Presidente e um Tesoureiro, aos quais caberá a responsabilidade da administração devendo em caso de ausência ou impedimento temporário designar um outro membro que os substitua.

22^a

Ao Presidente incumbe: A) – Entender-se diretamente com a irmã Superiora sobre as providências a tomar quanto a administração, digo a admissão de alunas, necessidades do Colégio e medidas convenientes à boa ordem do estabelecimento. B) – Entender-se com os pais ou parentes das alunas sobre a sua admissão ou reclamação que tenham a fazer.

23^a

Ao Tesoureiro incumbe: A) – Providenciar sobre cobrança regular adiantada, conforme prescrevem as diversas condições referentes ao pagamento. B) – Pagar as contas que lhe forem apresentadas pelo Presidente, nos limites das despesas autorizadas pela Comissão provedora. C) – Levar ao conhecimento da Diretoria os membros ou outras pessoas que não tiverem satisfeito o pagamento no prazo marcado.

24^a

A Comissão se reunirá pelo menos uma vez por mês, a fim de tomar conhecimento das medidas propostas pelos encarregados da administração.

25^a

Farão parte da Comissão provedora as pessoas que assinarem as presentes condições e assumirem o compromisso de observá-las pelo prazo de um ano, a contar desta data.

Castro, 27 de novembro de 1904.

(aa)

Olegário Rodrigues Macedo. Affonso Marques de Souza. Octávio Novaes.
Maria Josepha de Madureira. Indalécio Rodrigues de Macedo.
Eugenio Gonçalves Martins. Aureliano Teixeira Baptista. Sérgio de Macedo.
Sisenando de Albuquerque. Alberto Gaston Sengés. Jonas Meira de Vasconcelos.
João Bonato. José da Cruz Machado. Antonio José de Oliveira.
João Anacleto da Fonseca. Manoel Antonio da Cunha. Joaquim de Souza Camargo.
Luciano Gonçalves Martins. Dr. Francisco Xavier da Silva.

ANEXO 2

Religiosas da Congregação das Irmãs de São José de Moûtiers emigradas ao Brasil.⁴³³

TRAJETO	NOME de RELIGIOSA	NOME de FAMÍLIA	LOCAL DE NASCIMENTO	NO BRASIL
Havre , 23 de junho de 1896	Marie-Joseph	Marie Aline Jacquier	Marthod	Santa Casa de Curitiba
Paranaguá , 28 de julho de 1896.	Cécile	Marie Françoise Mermoz	Bozel	Santa Casa de Curitiba
	Marie-Lucie	Jeanne Marie Rolland	Pralognan	Santa Casa de Curitiba
	Marie-Françoise	Victoire Michel	Pussy	Santa Casa de Curitiba
	Flavie	Anne Marie Virginie Borlet	Hautecour	Asilo N ^o Sr ^a da Luz
Bourdeaux , 22 de fevereiro de 1897	Euphrasie	Maire Octavie Bazin	Doucy	Santa Casa de Paranaguá
Rio de Janeiro, 14 de março de 1897	Bernadette	Victorine Girod	Grand-Naves	Santa Casa de Paranaguá
Paranaguá , 20 de março de 1897	Catherine de Jésus	Claudine Plassiardet	Albertville	Santa Casa de Paranaguá
	Thérese-Françoise	Marie Augustine Brun	Villargerel	Santa Casa de Paranaguá
	Marie-Pauline	Marie Philomène Miège	Tournon	Santa Casa de Paranaguá
	Faustine	Marie Clemence Gaidet	Monvalezan-sur-Seez	Santa Casa de Paranaguá
Bourdeaux , 22 de novembro de 1898	Marguerite-Marie	Marie Jourdan	Bellentre	Paraná
Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1898	Azélie	Benoite Diorcet	Conflans	Rio Grande do Sul

⁴³³ Fonte: TRÉSAL, J. Les Soeurs de Saint-Joseph de Moûtiers (Savoie) en France et au Brésil (1828-1928). Paris: J. Gabalda, 1929, pp. 210-213, complementado por informações da Irmã Benedicte de Vaublanc, de Chambéry.

	Marie-Paula	Marie Clotilde Dunand	Marthod	Rio Grande do Sul
	Clotilde	Marie Françoise Zaberer	Albertville	Rio Grande do Sul
	Marie-du-Rosaire	Catherine Cauley	Ballymena (Irlanda)	Paraná
	Ildefonse	Hélène MacMahon	Monaghams (Irlanda)	Paraná
	Dorothee	Marie Elisabeth Pachod	Saint-Bon	Rio Grande do Sul
	Geneviève	Marie Victoire Empereur	La Gurraz	Rio Grande do Sul
Gênova , 9 de outubro de 1899	Marguerite-de-Jésus	Léontine Ruaz	Bourg Saint Maurice	Rio Grande do Sul
Porto Alegre , 18 de novembro de 1899	Felicité	Marie Justine Duc	Saint Bon	Rio Grande do Sul
	Jeanne-Victoire	Marie Hortense Favre	Peisey	Rio Grande do Sul
	Joseph-Hermann	Virginie Rochat	Chevron	Rio Grande do Sul/Castro
	Marie-Baptiste	Cécile Romanet-Pérroux	Hauteville-Gondon	Rio Grande do Sul
Bordeaux , 12 de dezembro de 1900	Léonie	Catherine Blanchet	Bourg Saint Maurice	Curitiba - Cajuru
	Anselmine	Marie Lucie Pachod	Saint Bon	
	Marie-des-Anges	Marie Jeanne Rullier	Bourg Saint Maurice	Curitiba - Cajuru
	Louise-Octavie	Joséphine Colliard	Pussy	Curitiba - Cajuru
	Odile	Marie Léonie Gaymard	Bourg Saint Maurice	
	Cecília	Marguerite Trésal	Hauteville-Gondon	
	Marie-Alix	Zoé Rellier	Les Avanchers	
	Imelda	Philomène Arnollet	Granier	Curitiba - Cajuru
	Françoise-Caroline	Marie Louise Viallet	Arèches	Curitiba - Cajuru
	Victoire-Agathe	Joséphine Molliex	Queige	Curitiba - Cajuru

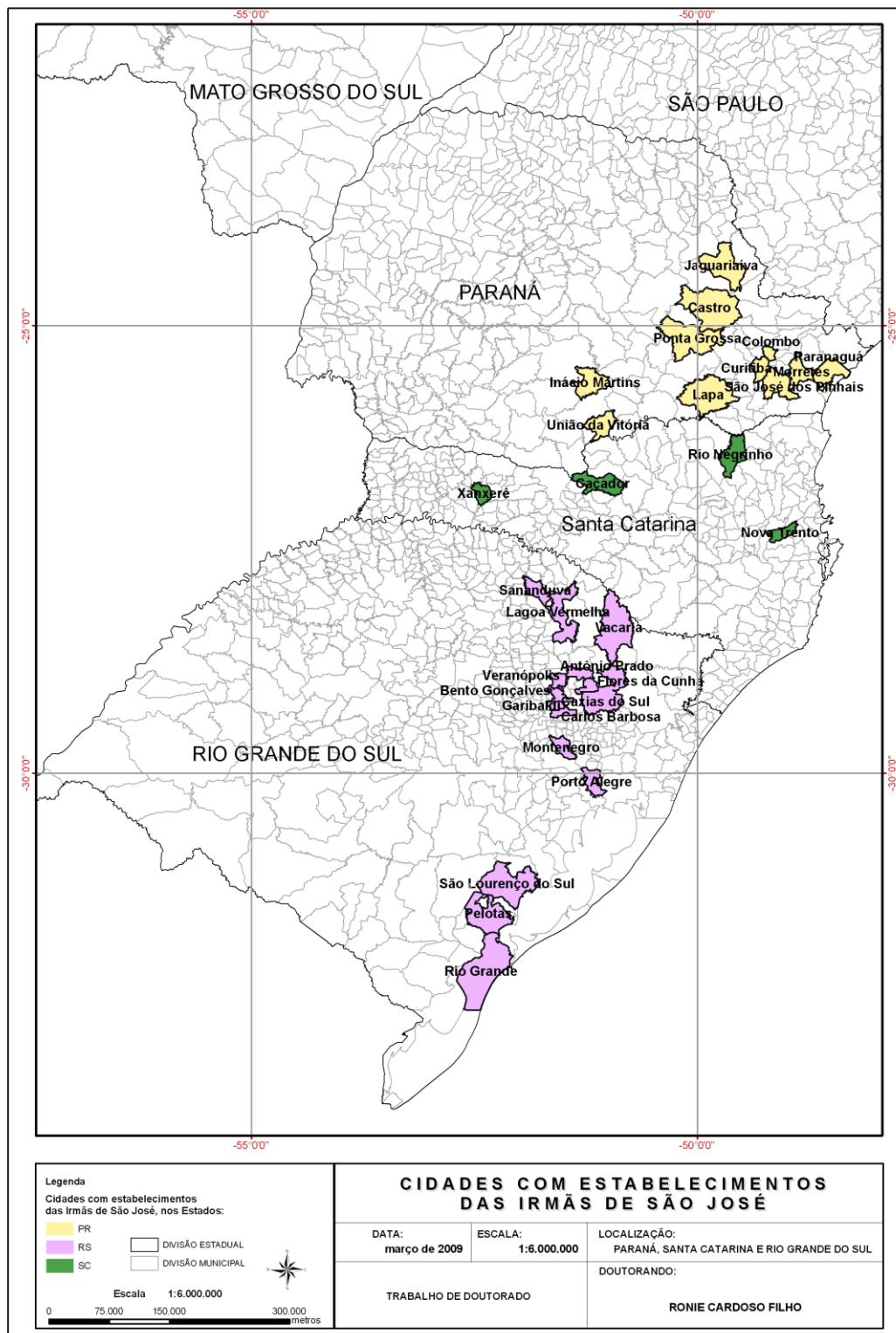
Bourdeaux , 28 de outubro de 1902	Joseph-Irénée	Célestine Facemaz	Bourg Saint Maurice	
	Joseph-Eugène	Marie Louise Miège	Tournon	
	Calixte	Péronne Duc	Granier	
	Rose-Philomène	Louise Uginet	Conflans	Castro
	Séraphine	Pélagie Girod	Naves-Fontaines	
	Anne-Thérèse	Charlotte Tharin	Arèches	
	Eléonore	Caroline Marie Gindrat	Venthon	
Bourdeaux , 24 de junho de 1903	Philothée	Marie-Françoise Pachoud	Pallud	
	Fébronie	Amélie Manon	Albertville	
	Aloysia	Marie Quoi	Albertville	
	Louise-Olympe	Jeanne-Marie Dunand	Les Chapelles	
	Anne-Félicité	Marie Louise Duc	Beaufort	Castro
	Joseph-Aimé	Marie Louise Collat	Chevron	
	Marie-Angèle	Philomène Thiaud	Fontaine-le-Puits	
	Aglaré	Léonie Brachet	Chevron	Castro
	Justine-Agnès	Henriette Deschamp	Saint-Marcel	
	Aurélie	Louise André	Barcelona (Espanha)	
Havre , 15 de fevereiro de 1904	Saint-Bernard	Marie Louise Granier	Sééz	
	Marie-de-la-Salette	Agnès Marie Julie Duraz	Bozel	
	Stanislas	Marie Catherine Pachod	Montpellier	
	Saint-Maurice	Jeanne Richermoz	Peisey	
	Marie-Athanase	Marie Louise Gerfaux	Moûtiers	
	Gabrielle	Jeanne Schauber	Auxonne (Cote-d'Or)	
	Ida-Marie	Marguerite Millon	Fournéaux	

	Alexandrine	Marie Victorine Claudet	Cevins	
	Pélagie	Séraphine Plottet	Vilette	
	Laurence	Marie Salomon	Montgirod	
Antuérpia, 16 de abril de 1905.	Marie- Antoinette	Elisa Marie Perrot	Moûtiers	
	Madeleine-de- Jésus	Marie Victorine Revet	Chevron	
	Anne- Françoise	Marie Joseph Schaller	Albertville	
	Marguerite du Sacré-Coeur	Léontine Jacquemard	Doucy	
	Saint-Jean	Batistine Ract Marquis	Chevron	
	Louise- Amédée	Antoine Hodoyer	Moûtiers	
	Anne- Philomène	Marie Noélie Garin	Albertville	
	Félicie	Marie Brachet	Chevron	
Bourdeaux, 1905	Philomène	Marie Jeanne Bublens	Moûtiers	
	Emérancie	Marie Georgine Bublens	Moûtiers	
	Julia	Eugénie Jarre	Les Chapelles	Curitiba - Cajuru
Marselha, 25 de setembro de 1906	Augusta	Marie Antoinette Hudry	Saint-Martin	
	Catherine-des- Ange	Marie Dugit	Queige	
	Joseph- Ambroise	Mathilde Maitral	Villard de Beaufort	
Cherbourg, outubro de 1907	Louise-Elodie	Marie Cerruti	Aime	
	Joséphine	Marie Bourgeois	Val d'Isère	
	Marie-Eustelle	Philomène Arnaud	Chevron	
Bourdeaux, agosto de 1908	François-de- Sales	Philomène Duc	Granier	
	Simplicienne	Virginie Ract Marquis	Chevron	

Bourdeaux, 27 de novembro de 1914	Saint-Maxime	Marie- Antoinette Bouchage	Beaufort	
	Louise- Henriette	Marie Joséphine Blanc	Beaufort	
Bourdeaux, 15 de novembro de 1926	Louise-Aimée	Elisabeth Ract Marquis	Chevron	
	Marie-Aimée	Joséphine Guillot	Rogneux	
	Suzanne	Jeanne Chevillat	Lyon	
Bourdeaux, 27 de outubro de 1928	Sainte-Odile	Thérèse Arnaud	Albertville	
	Stéphanie	Victorine Pétex	Saint Jean de Belleville	
1935	Louise Françoise	Arnollet	Granier	
	Léontine	Fontmorin	Césarche	
1949	Marie Joseph	Plassiard	Cote d'Aime	
	Fernande	Duc	Queige	

ANEXO 3

Irmãs de São José de Moûtiers no sul do Brasil – municípios conforme nomeados em 2009.



ANEXO 4

Listagem dos locais de origem dos ginásios do Colégio São José: 1942-1973.

Abapã/PR; Abatiá, PR; Água Branca, PR; Alexandra, PR; Alto do Amparo, PR; Amsterdam, Holanda; Amt Hardenberg, Holanda; Andirá, PR; Andradas, MG; Antonina, PR; Aparecida do Sul, PR; Aparição, PR; Apucarana, PR; Araiporanga, PR; Arapoti, PR; Araucária, PR; Arroio do Meio, RS; Assaí, PR; Avereest, Holanda.

Balsa Nova, PR; Bananal, SC; Bandeirantes, PR; Barra Bonita, PR; Barreirinha, PR; Bela Vista, SP; Belenzinho, SP; Bernardino de Campos, SP; Bertanholi, PR; Bitu-Mirim, PR; Boa Vista, PR; Bocaiúva, PR; Boqueirão, PR; Botucatu, SP; Buri, SP.

Caçador, SC; Cachoeira do Sul, RS; Cachoeira, RS; Cachoeiras, BA; Cachoeirinha, PR; Caeté, PR; Cafeilândia, MT; Cajazeira, PB; Calógeras, PR; Camanducaia, MG; Cambará, PR; Campo Grande, MT; Campo Largo, PR; Campo Mourão, PR; Campos Novos, SC; Canoinhas, SC; Capão Alto, PR; Carajoata, SC; Carambeí, PR; Carlópolis, PR; Carvalhópolis, PR; Cascavel, PR; Castro, PR; Catanduva de Fora, PR; Catanduvas, PR; Caviúna, PR; Caxambu, PR; Cidade Nova, PR; Colombo, PR; Colônia Caxambu, PR; Colônia Iapó, PR; Colônia Monte Alegre, PR; Colônia Santa Clara, PR; Colônia Santa Leopoldina, PR; Colônia Santo Antonio, PR; Colônia Terra Nova, PR; Congoinhas, PR; Conselheiro Mota, MG; Cornélio Procópio, PR; Coronel Macedo, SP; Cotia, SP; Cuayambé, SP; Curitiba, PR; Curiúva, PR.

Dedemsvaart, Holanda; Descalvado, PR; Diamantina, MG; Dois Lagedos, RS, Dom Pedrito, RS; Duque de Caxias, RJ.

Ede, Holanda; Emmen, Holanda; Entre Rios, PR.

Faxina, SP; Faxinal, PR; Feira de Santana, BA; Fernandes Pinheiro, PR; Florianópolis, SC; Fluvópolis, SC; Foz do Iguaçu, PR; Francisco Beltrão, PR; Fundão, PR.

Goiânia, GO; Guaporé, RS; Guaragi, PR; Guarapuava, PR; Guarapuavinha, PR; Guararema, PR; Guaraúna, PR; Guaxupé, SC.

Hansa, SC; Herval de Baixo, PR; Herval, PR.

Ibaití, PR; Imbituba, SC; Imbituva, PR; Indaial, SC; Ipaçu, SP; Ipiranga, PR; Iponéia, SC; Irati, PR; Itaberá, SP; Itajaí, SC; Itajubá, MG; Itapeva, SP; Itapira, SP; Itararé, SP; Itatinga, SP; Ivaí, SP.

Jaboti, PR; Jacarezinho, PR; Jaciaba, PR; Jaguapitã, PR; Jaguariaíva, PR; Jaguariúna, SP; Jandaia do Sul, PR; Jaraguá do Sul, SC; Jardim, MT; Jataí, PR; Jataisinho, PR; Java, Holanda; Joaçaba, SC; João Eugênio, PR; Joaquim Távora, PR; Joinville, SC; Juazeiro, BA; Jundiá do Sul, PR, Jundiá, SP.

Lageado Bonito, PR; Lageado Liso, PR; Lapa, PR; Laranjeiras do Sul, PR; Lisboa, Portugal; Londrina, PR.

Marechal Malet, PR; Manaus, AM; Mandaguari, ES; Mandaguari, PR; Maracanã, PR; Maraú, RS; Maria, RS; Marília, SP; Massaranduba, SC; Medan, Indonésia; Meleiro, SC; Mendes, RJ; Menil Vicomte, França; Mirandópolis, SP, Monte Alegre, PR; Morretes, PR; Morros, PR.

Novo Hamburgo, RS.

Opava, Tchecoslováquia; Ortigueira, PR; Oscar Bressane, SP; Ourinhos, SP; Ouro Fino, MG.

Palmas, PR; Palmeira, PR; Paranaguá, PR; Passo Fundo, RS; Patos Velhos, PR; Paulo Jacinto, AL; Paz de Coronel Macedo, SP; Pinaré, PR; Pinhalão, PR; Pinhão, PR; Piracicaba, SP; Piraí do Sul, PR; Piraí, PR; Piraí-Mirim, PR; Pirajá, SP; Piraquara, PR; Pirassununga, SP; Pompéia, SP; Ponta Grossa, PR; Ponta-Porã, MT; Porto Alegre, RS; Porto de Cima, PR; Porto União, SC; Presidente Bernardes; Promissão, SP; Prudentópolis, PR.

Quatiguá, PR; Queimadas, PR; Quinta do Sol, PR.

Rafard, SP; Rebouças, PR; Recife, PE; Remédios, MG; Reserva, PR; Ribeirão do Bugio, RS; Ribeirão Claro, PR; Ribeirão do Pinhal, PR; Rio Azul, PR; Rio Bonito, SC; Rio Claro, PR; Rio de Janeiro, RJ; Rio do Sul, SC; Rio Negrinho, SC; Rio Negro, PR; Rio Pardo, RS, Riosinho, PR; Rouno, Ucrânia.

Salto do Itararé, PR; Salto, Uruguai; Santa Cecília, SP; Santa Felicidade, PR; Santa Maria, RS; Santa Mariana, PR; Santa Rosa, RS; Santo Antonio da Platina, PR; Santo Cristo, RS; São Bento do Sul, SC; São Braz do Sassuí, MG; São Casemiro do Taboão, PR; São Jerônimo da Serra, PR; São João do Triunfo, PR; São José da Boa Vista, PR; São José do Rio Preto, SP; São José dos Campos, SP; São José dos Pinhais, PR; São José das Laranjeiras, PR; São Mateus do Sul, PR; São Paulo, SP; São Pedro de Mallet, PR; São Sebastião, PR; São Valentim, RS; Sapopema, PR; Sengés, PR; Senhora dos Remédios, MG; Sertanópolis, PR; Siderópolis, SC; Siqueira Campos, PR; Socavão, PR; Sorocaba, SP; Sousa, PB; Stedum, Holanda.

Tamandaré, PR; Tangará, SC; Taquarituba, SP; Tarumã, SP; Tatuapé, SP; Teixeira Soares, PR; Teresina, PI; Tibagi, PR; Tiros, MG; Tomaszowka, Polônia; Tomazina, PR; Tremembé, SP.

Uberlândia, MG; União da Vitória, PR; Uru, SP.

Vacaria, RS; Valença, RJ; Valões, SC; Varzeão, PR; Ventania, PR; Viena, Áustria; Vila Charrua, RS; Votorantim, SP; Votuverava, PR.

Wenceslau Braz, PR.

Zgurowce, Rússia.

Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 1



Levantamento da Bandeira do Divino, Largo da Matriz em Castro ao final do século XIX. Atrás da palmeira, a casa onde funcionaria o Colégio São José a partir de 1905. (Acervo de Kugler Artes Gráficas)



DEBRET, Jean-Baptiste. (1768-1848)
Cidade de Castro (Iapó). 1827. Aquarela, 11,5 x 22 cm.
Fonte: Coleção Marquesses de Bonneval (pertenceu a Antônio Almeida Correia)

Pouso do Iapó, Largo da Matriz, em 1827, em gravura de Jean Baptiste Debret. Primeira imagem conhecida da posteriormente denominada Cidade de Castro. (<http://www.castro.pr.gov.br/html/e107>)



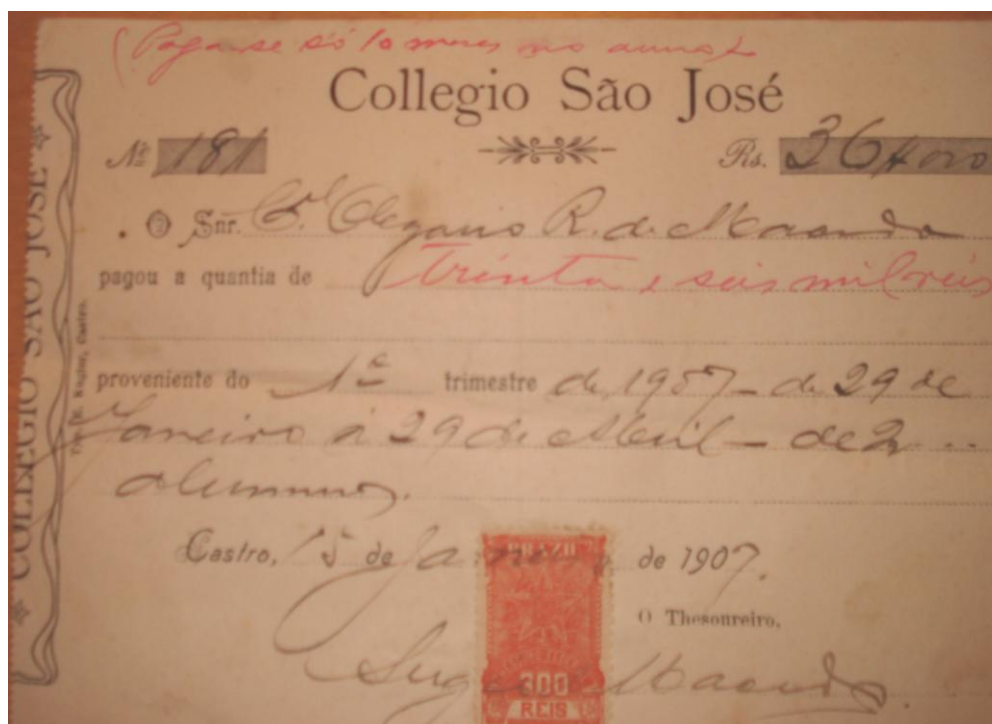
O Coronel Olegário Macedo (ao centro, em pé), filhos e netos, ex-alunos do Colégio São José, na década 1920. Mariinha Macedo (cabelo longo, ao centro), futura professora da instituição nas disciplinas Português e Desenho.

(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro)

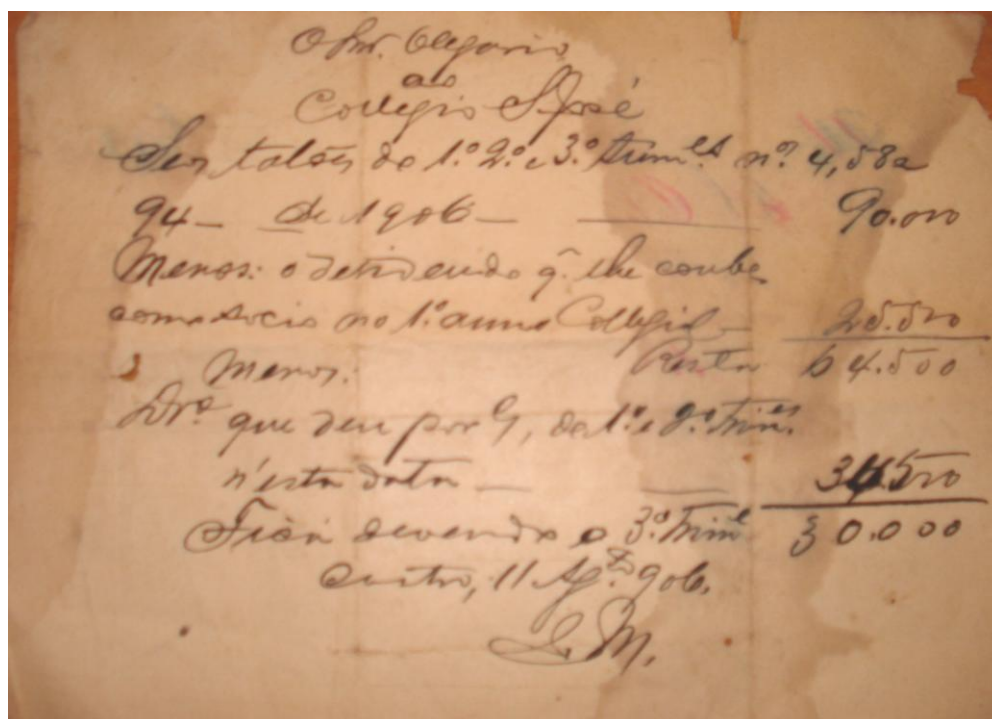


Recibo nº 11, 23 de Novembro de 1904.

(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro)



Recibo nº 181, de 15 de Janeiro de 1907.
(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro)



Verso do recibo nº 94, de 15 de Julho de 1906, com anotação em 11 de Agosto.
(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro)



Emília Erichsen, professora em Castro na segunda metade do século XIX. Óleo de Alfredo Andersen. Acervo do Museu Alfredo Andersen. Curitiba. (http://www.pr.gov.br/maa/homenagem_mulheres/sum_velha_prof.shtml)



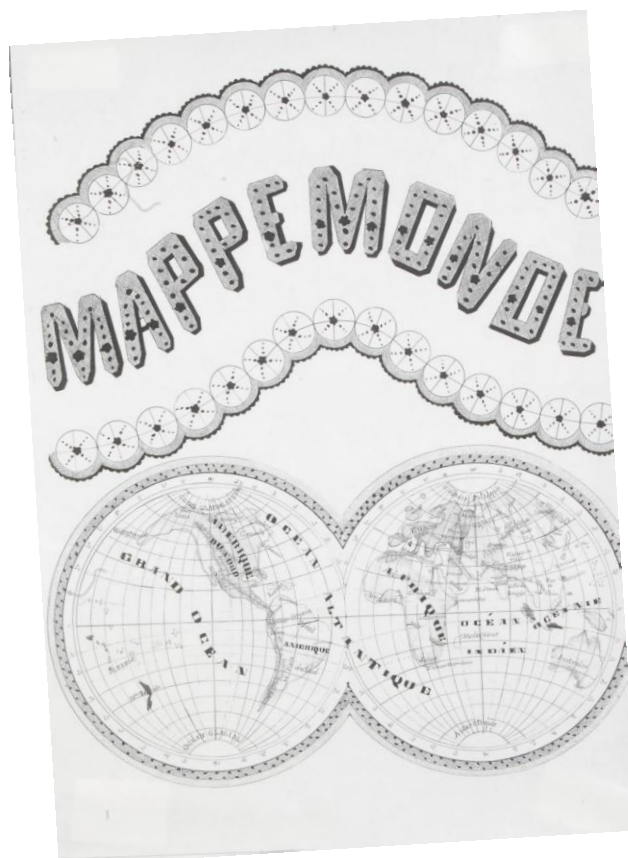
Madre Anne Felicité Duc, primeira superiora do Colégio de Castro. (Acervo do Colégio São José de Castro).



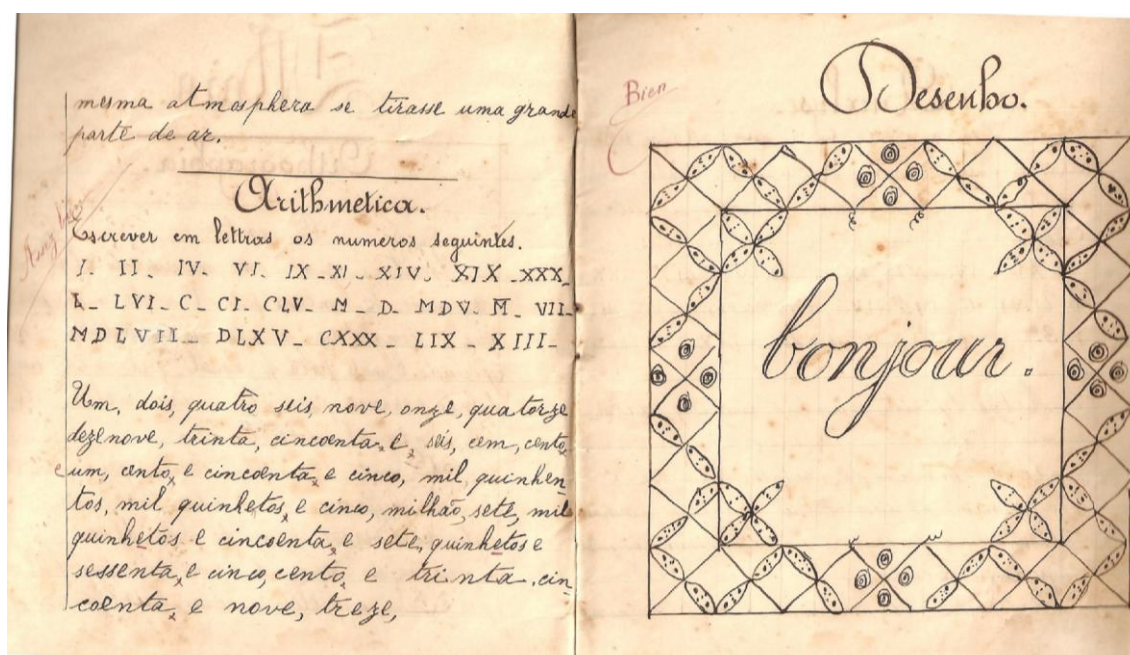
Madre Joseph-Hermann Rochat, terceira superiora do Colégio de Castro. Foto Bianchi, Ponta Grossa. (Acervo do Colégio São José de Castro).



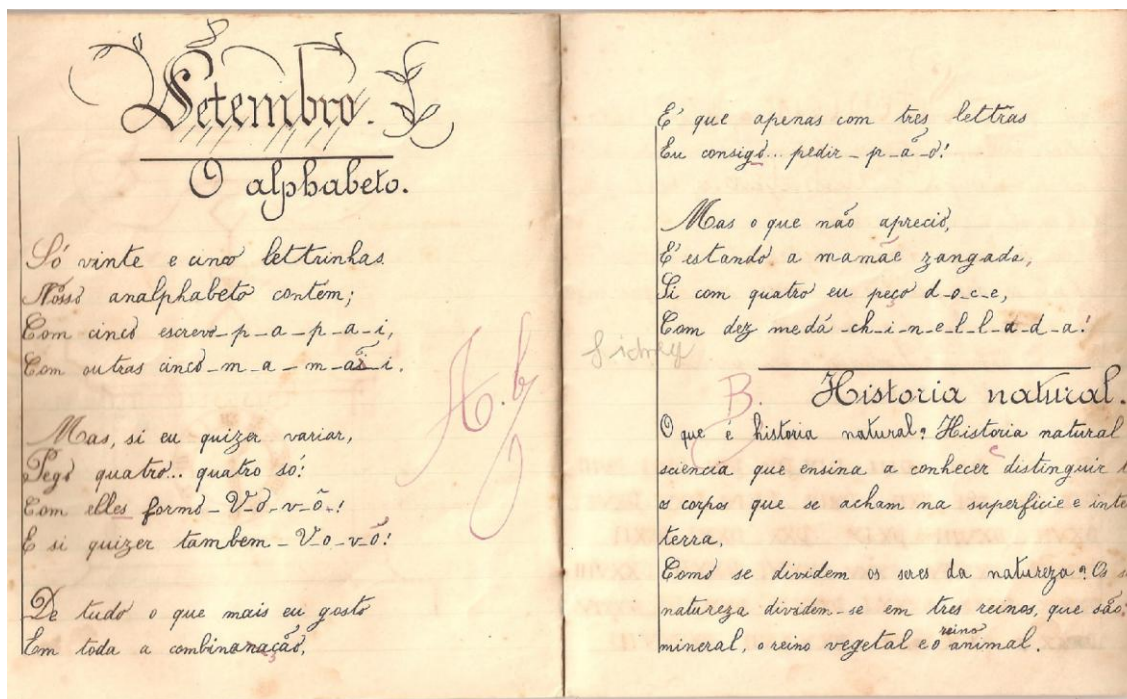
Página inicial do álbum de Saint-Jean de Maurienne, 1875, apresentando diversos tipos de letras escritas à pena. (Acervo da Casa Provincial de Chambéry, França)



Mapa mundi constante do álbum de Saint-Jean de Maurienne, 1873. Original colorido a aquarela.
(Acervo da Casa Provincial de Chambéry, França)



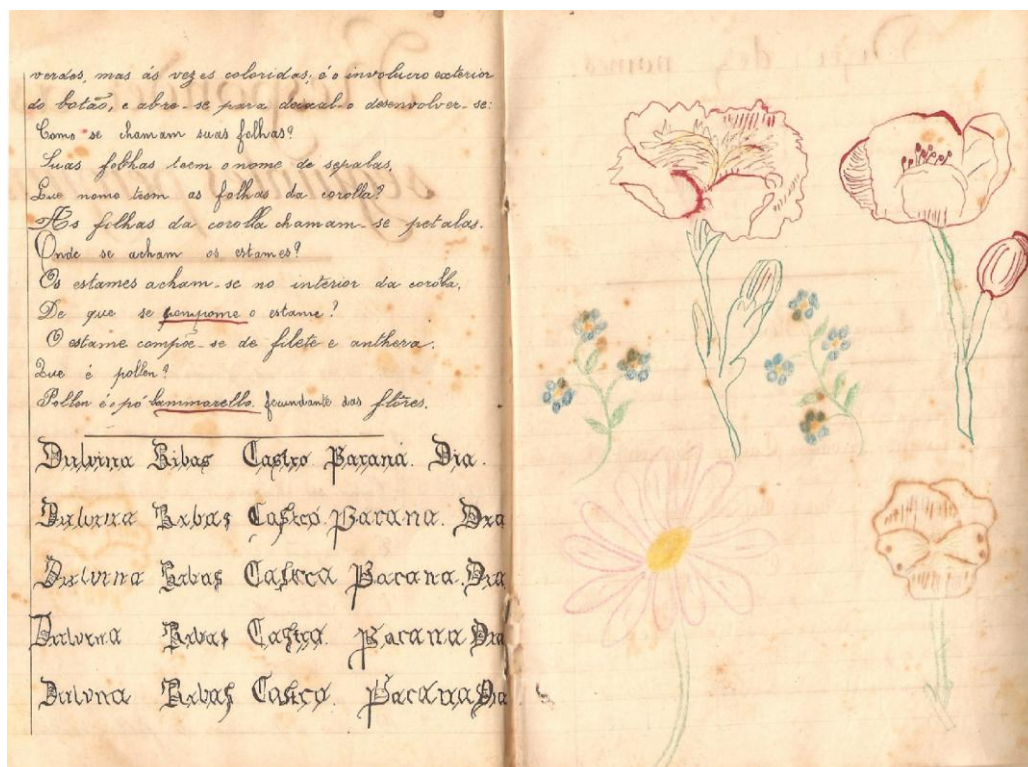
Páginas do caderno de Dulvina Ribas, 1906, Colégio São José de Castro.
(Acervo do Dr. Sidney Joel Iucksch).



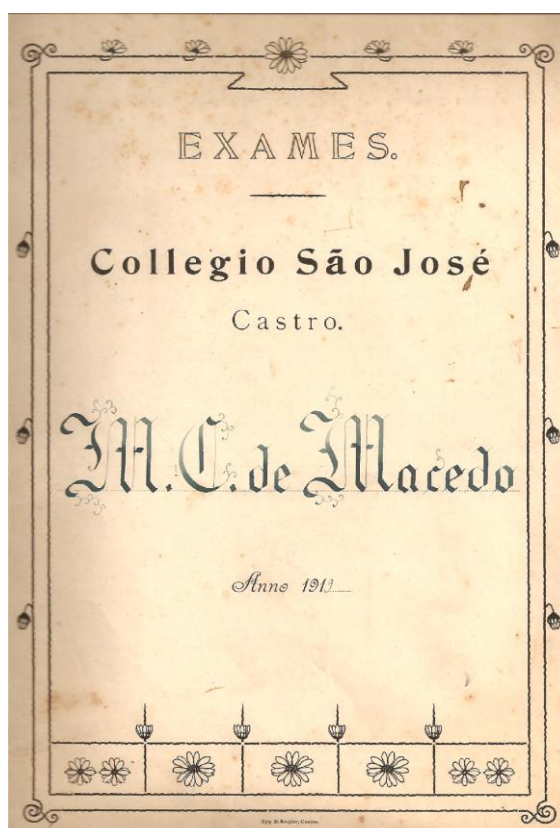
Páginas do caderno de Dulvina Ribas, 1906, Colégio São José de Castro.
(Acervo do Dr. Sidney Joel Iucksch).



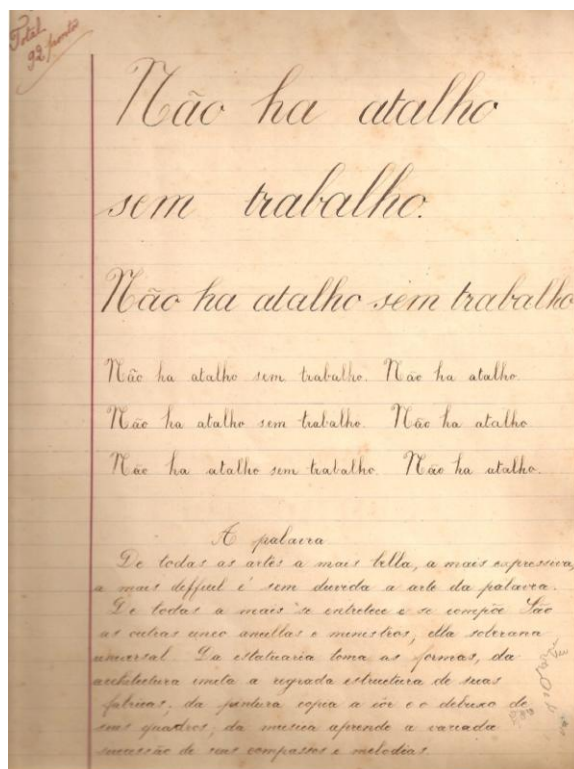
Páginas do caderno de Dulvina Ribas, 1908, Colégio São José de Castro.
(Acervo do Dr. Sidney Joel Iucksch).



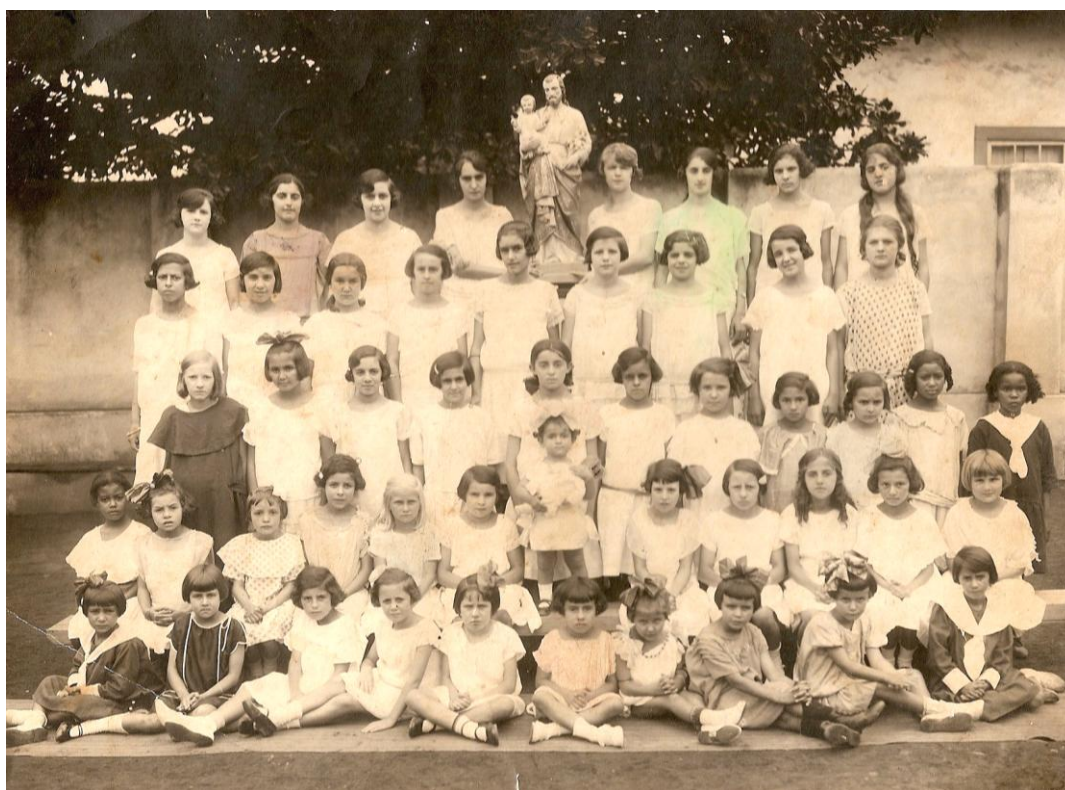
Páginas do caderno de Dulvina Ribas, 1908, Colégio São José de Castro.
(Acervo do Dr. Sidney Joel Iucksch).



Capa exames de Mariinha Macedo, ano de 1919, Colégio São José de Castro.
(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro).



Página de exame de Mariinha Macedo, ano de 1919, Colégio São José de Castro.
(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro).



Alunas do Colégio de Castro por volta de 1930. À esquerda da imagem de São José,
Oscarlina Martins, oradora da turma de 1931.
(Acervo de Maria da Conceição Geisler)

Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 2



Moûtiers no início do século XX com a Igreja de Saint Pierre, sede do arcebispado.
(antigo cartão postal)



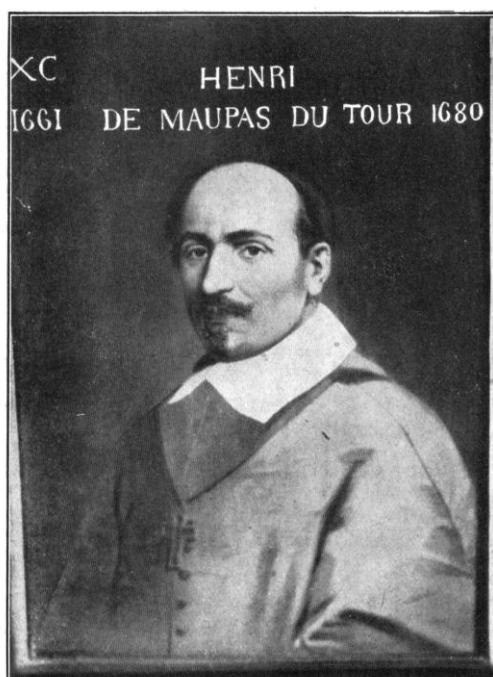
Moûtiers, arcebispado visto a partir do rio Isère, com a estrutura do Colégio e Noviciado das Irmãs de São José à direita.
(antigo cartão postal)



Catedral de Saint Pierre, Moûtiers, 2006.
(foto do autor)



Pátio do antigo Colégio das Irmãs de São José em Moûtiers e Casa-Mãe da Congregação, 2006.
(foto do autor)



MGR HENRI DE MAUPAS, évêque du Puy. — 1661-1680

D'après une peinture conservée à l'Évêché d'Evreux.

Bispo do Puy, Henri de Maupas, oficializador da Congregação de São José em 1650.
(in Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Lyon. Lyon: Impr. Veuve M. Paquet, 1918.)



LA RÉVÉRENDE MÈRE SAINT-JEAN, FONBONNE
Première Supérieure Générale des Soeurs de Saint-Joseph de Lyon.
1759-1843

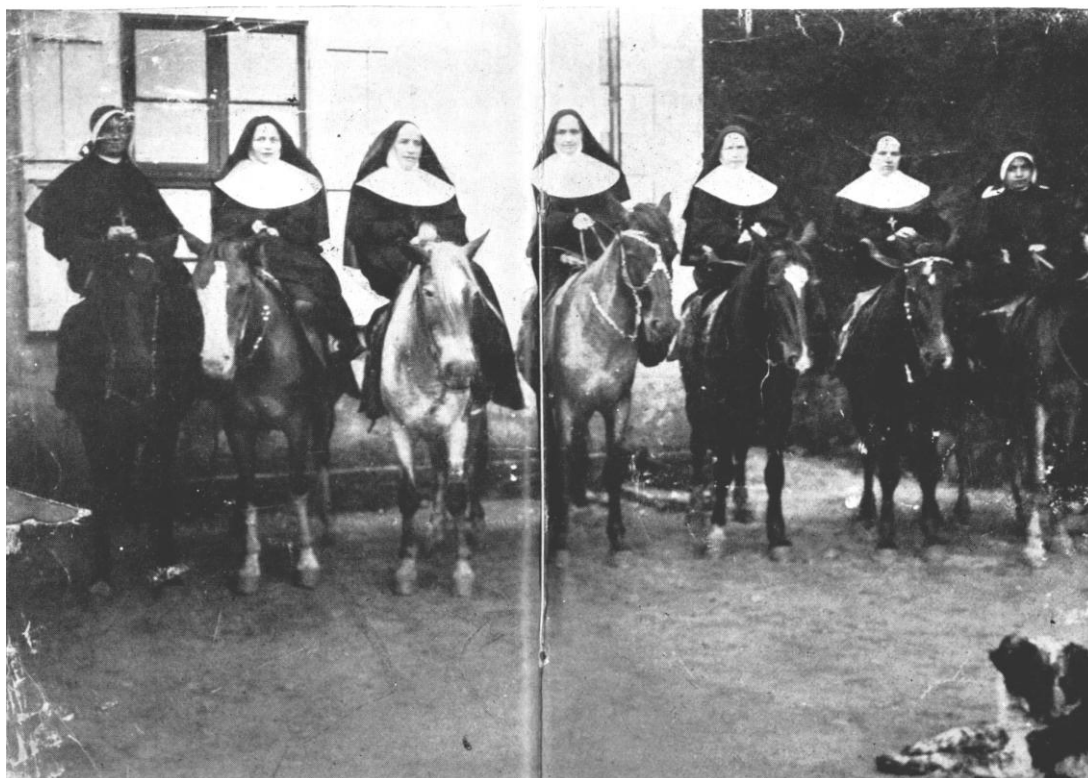
Madre Saint-Jean Fonbonne, reorganizadora da Congregação em 1805.
(in Congrégation des Soeurs de Saint-Joseph de Lyon. Lyon: Impr. Veuve M. Paquet, 1918.)



Procissão: manifestação do catolicismo popular em Castro, no final do século XIX.
(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro)



Bispo Dom José de Camargo Barros.
(Acervo da Arquidiocese de Curitiba)



Chegada das Irmãs de São José ao interior do Rio Grande do Sul
no final do século XIX.

(in Trésal, J. Les Soeurs de Saint-Joseph de Moûtiers (Savoie) en France
et au Brésil (1828-1928). Paris: J. Gabalda, 1929.)



Prováveis alunas do Colégio no início do século XX, em trajes de primeira comunhão.
(Acervo Mariinha Macedo/Casa Emília Erichsen, Castro)

Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 3



Diploma de Mariinha Macedo, 1920.
(Acervo Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)

Collegio São José CASTRO	
Mez de	dezembro de 1939
À Senhorinha	M ^{te} Zélia Fonseca
Curso	Primário de admissão ao Ginásio. Anno
Comportamento	de aplicação de Ordem de
Instrução Religiosa	de
Leitura	de
Calligraphia	de
Arithmetica	95
Portuguez	92
Geographia	100
Historia Patria	100
Sciencias Naturaes	100
Trabalho Manual	de
Desenho	de
Francês	Media geral 95
Musica	3 ^o lugar
Pintura	de
À Superiora	M. de Jesus

Boletim de Maria Zélia Fonseca, 1939.
(Acervo da aluna)



Alunas do Colégio São José, década de 1930.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Alunos de séries iniciais: rara foto em que aparecem meninos.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Alunas da década de 1930, posando com bonecas.
(Acervo da sala de memória do Cajuru, Curitiba)



Alunas da Escola Normal, na sala utilizada como escritório modelo da Escola Comercial.
(Acervo da sala de memória do Cajuru, Curitiba)



Lição de Pintura no Colégio São José de Pelotas, 1928.
(in Trésal, J. Les Soeurs de Saint-Joseph de Moûtiers (Savoie) en France
et au Brésil (1828-1928). Paris: J. Gabalda, 1929.)



Paisagem pintada em aulas no Colégio por Eleonora Fonseca. Década de 1920.
(Acervo Casa de Sinhara, Castro)



Paisagem com garças, pintada por Laura de Albuquerque, década de 1920.
(Acervo de Vera de Albuquerque Negrão)



Irmãs do Colégio São José, década de 1920.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Irmãs do Colégio São José de Castro, 1955.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Irmãs de São José de Castro, final da década de 1960 – novo hábito.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Visita de Inspectores ao Colégio. Década de 1940.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Irmã Maria Teresa (Eudóxia de Paula) Xavier. Primeira freira a diplomar-se em curso superior. Diretora do Ginásio em Castro na década de 1940.

Luiz Cardoso Rangel, professor de Inglês no Ginásio, na década de 1930. Editor do jornal O Estudante.

(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Aula de Educação Física, 1929. Ao fundo, o *préau*.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Pátio inferior com balanço. Década de 1930.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro.)

Caderno Iconográfico referente ao CAPÍTULO 4



Década de 1930: reforma da casa originária e primeira construção de dois andares, junto à rua, já concluída.
(Acervo de Kugler Artes Gráficas, Castro)



Segunda construção de dois andares ao longo do pátio interno, 1929.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Década de 1940: União dos três blocos de dois andares delimitando o pátio.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Dormitório do Internato. Década de 1940.
(Acervo do Colégio São José de Castro)



Refeitório do Internato, década de 1940. Posteriormente transformado em Biblioteca.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Salão pequeno para apresentações artísticas e cerimônias. Década de 1940.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Interior da Capela.
(Acervo da sala de memória do Colégio Cajuru, Curitiba)



Aspecto do prédio do Colégio em Março de 2009.
(foto do autor)



Coroação da imagem de Nossa Senhora com as Filhas de Maria e zeladoras do Sagrado Coração de Jesus. Década de 1930.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Grupo de alunos em dia de Primeira Comunhão. Década de 1930.
(Acervo do Dr. Sidney Joel Iucksch)





Santinhos de origem francesa. Década de 1920.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Recepção da Imagem de Nossa Senhora na Estação de Trem. Década de 1940. Na parte de baixo da foto, as alunas do São José usando boinas.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Procissão de Corpus Christi, Junho de 1971.
(Acervo do autor)

<p style="text-align: center;">JUBILEU ÁUREO do Colégio de São José 1905 - 1955</p> <hr style="width: 20%; margin: 10px auto;"/> <p style="text-align: center;">As Irmãs de São José em Castro, têm o prazer de convidar V. Excia. e Exma. Família para abrilhantarem com sua honrosa presença, as solenidades comemorativas ao cincoentenário do Colégio.</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Castro, 29 de outubro de 1955.</p>	<p style="text-align: center;">Tríduo Solene na Igreja Matriz</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Dia 26 de Outubro Dedicado às Exmas. Famílias de Castro</p> <p style="text-align: center;">As 7 horas — Missa em honra de S. José. As 19,30 horas — Conferência pelo Revmo. Pe. Ernesto Pilatti. Bênção Eucarística.</p> <p style="text-align: center;">Dia 27 Dedicado às Ex-Alunas do Colégio</p> <p style="text-align: center;">As 7 horas — Missa em honra de N. Senhora As 19,30 horas — Conferência pelo Revmo. Pe. Vital Bênção Eucarística.</p> <p style="text-align: center;">Dia 28 Dedicado às atuais Alunas</p> <p style="text-align: center;">As 7 horas — Missa em honra do Espírito Santo As 19,30 horas — Conferência pelo Rvmo. Pe. Nicolau Baltazar Bênção Eucarística.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Convite para as cerimônias religiosas alusivas ao cinquentenário do Colégio, 1955.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Desfile de portas-bandeiras das escolas castrenses. Década de 1950.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Desfile cívico com tochas. Década de 1960.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Cerimônia militar em frente ao Colégio. Década de 1930.
(Acervo de Kugler Artes Gráficas)



Carro alegórico alusivo ao sesquicentenário da Independência, 1972.
(Acervo do autor)



Formatura da Escola Normal. Década de 1950.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Formatura da Escola Normal. Década de 1950.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Formandas da década de 1930, fotografadas em estúdio com coroas de flores.
(Acervo do Colégio São José de Castro)

„NOITE DE NATAL“

(Drama em 3 atos)

PERSONAGENS:

Condessa de Lerbach	Evangelina Camargo
Raquel	Valéria Rolim
Monica	Zoé Rolim
Baronesa de Roseberg	Mariinha Macedo
Edwig Blüm	Helva Bannach
Mme. Grafenegg	Elvina Mélo
Naneri	Zélia Bittencourt
Isbeth	Haydée Ayres

Côro de Vozes

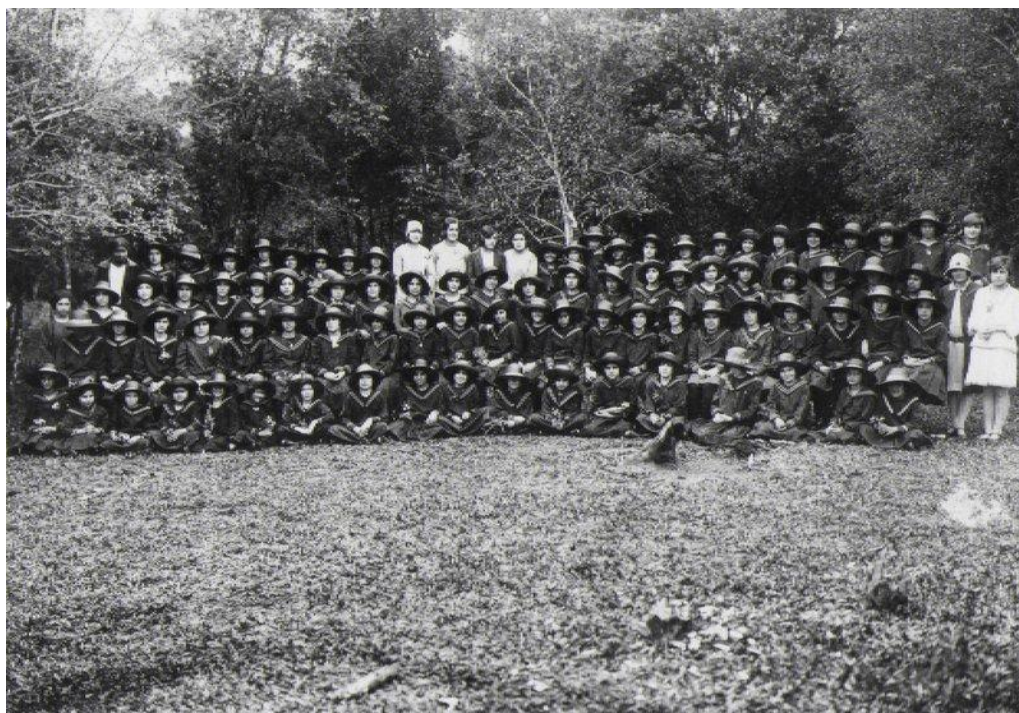
Luis Milléo, Haydée Ayres, Lenir Zahdi, Wanda Wishniesky,
Maria Strazzer, Zélia Bittencourt, Ana Rosa Zahdi, Terezinha P.
Macedo e Zita Macedo.

Acompanhamentos pela pianista: - MARIA P. MACEDO.

ATO VARIADO

- Meu Limão, Meu Limoeiro - (canto) - Maria da Luz Carneiro e Luiza Borba Taques.
- Media Luz - (tango) - Carmen Zita Fonseca, Maria da Luz Carneiro, Luiza Borba Taques, Zita Macedo, Zélia Bittencourt, Maria P. Macedo e Jandira Prestes.
- Saia de Bico - (canto) - Luiza Taques e Maria da Luz Carneiro.
- When You're Away - (canto) - Zita Macedo.
- Me Leva - (canto) - Maria da Luz Carneiro e Guiomar Zappe.
- Canção da Guitarra - (canto) - Luis Milléo.
- A Patrôa Declamadora - (diálogo) - Zélia Bittencourt e Haydée Ayres.
- Serenata - (canto) - Helva Bannach.
- Rapsodia - (Solo de piano pela autora) - Maria P. Macedo.
- Beijinho Doce - (canto) - Maria da Luz Carneiro e Luiza Borba Taques.
- Trepa no Coqueiro - (canto) - Maria da Luz Carneiro e Guiomar Zappe.
- Mona Lisa - (canto) - Haydée Ayres.
- Desde El Alma - (valsas) - Carmen Zita Fonseca, Maria da Luz Carneiro, Luiza Taques, Zita Macedo, Zélia Bittencourt, Maria P. Macedo e Jandira Prestes.
- Trem, Ô Lá Lá - (canto) - Luiza Taques.
(canto final) - Elenco Completo.

Programa de apresentações artísticas das alunas. Cine Odeon. Década de 1930.
(Acervo de Mariinha Macedo, Casa Emília Erichsen, Castro)



Alunas em passeio, 1927.
(Acervo da Casa de Sinhara, Castro)



...

Porta principal, com monograma CSJ.
(foto do autor)

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Cardoso Filho, Ronie
São José, o Colégio de Castro. 1904-1994. / Ronie Cardoso
Filho. – Curitiba, 2009.
311 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta
Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

1. Educação – história – Castro(PR). 2. Colégio São José –
Castro(PR). 3. Congregação das Irmãs de São José – Castro
(PR).I. Título.

CDD 377.8
CDU 37.52